

Organizadora
Maria Laís dos Santos Leite

Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade



Organizadora

Maria Laís dos Santos Leite

Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade



1ª Edição

Foz do Iguaçu

2021

© 2021, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração: Lucas da Silva Martinez

Diagramação: Lucas da Silva Martinez

Capa: Ilustração cedida por Iúrio Ferreira do Nascimento

Revisão: Maria Laís dos Santos Leite, Valéria Lago Luzardo

ISBN 978-65-89284-07-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L533 Leite, Maria Laís dos Santos
Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade /
Maria Laís dos Santos Leite (Organizadora). 1. ed. Foz do Iguaçu:
CLAEC e-Books, 2021. 212 p.

PDF – EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-07-9

1. Políticas Públicas. 2. Agricultura familiar. 3.
Sustentabilidade. I. Leite, Maria Laís dos Santos. II. Título.

CDU: 63

CDD: 630

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC

Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Rafael Henrique Cruz de Sousa
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Me. Giovanni Orso Borile
Editor-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Dra. Gloria Maria Santiago Pereira
Editora-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editora-Assistente

Lic. Júlio Ernesto de Souza de Oliveira
Editor-Assistente

Ma. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Às agricultoras e agricultores familiares por seus saberes e fazeres,
por nos sustentarem com os alimentos e valores que produzem no
cotidiano.

Às pesquisadoras e pesquisadores que dedicam seus estudos à
agricultura campesina e familiar que fortalecem e compõem este
campo-tema.

Sumário

Prefácio: semeando ideias para um campo sustentável	7
<i>Suely Salgueiro Chacon</i>	
Apresentação	9
<i>Maria Laís dos Santos Leite</i>	
Esquadrinhando conceitos essenciais: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar	11
<i>Maria Laís dos Santos Leite, Suely Salgueiro Chacon e Eduardo Vivian da Cunha</i>	
Consideraciones sobre políticas para la soberanía alimentaria en el agro de Misiones, en la frontera Argentina-Brasil-Paraguay	29
<i>Alejandro Daniel Oviedo</i>	
A tradução na implementação de políticas públicas: uma análise a partir do Plano ABC nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul	46
<i>Leticia Andrea Chechi</i>	
Dez anos de inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: elaborando categorias analíticas por meio da publicação científica (2009-2019)	63
<i>Luana Ferreira dos Santos, Washington José de Souza e Marco Aurélio Marques Ferreira</i>	
Um panorama sobre a produção agroecológica no território rural da Baía da Ilha Grande (RJ)	81
<i>Daniel Neto Francisco e Lamounier Erthal Villela</i>	
Importância das sementes crioulas de <i>Phaseolus lunatus</i> L. para a agricultura familiar	94
<i>George Henrique Camêlo Guimarães, Maria Gabriella Dantas Moreira, Francisco Roberto de Sousa Marques, Djair Alves de Melo e Rafael Wylles da Silva Araújo</i>	
Difusão de tecnologias de convivência com a seca e perfil socioeconômico de comunidade rural de base familiar no Curimataú Paraiano	103
<i>George Henrique Camêlo Guimarães, Celina da Silva Maranhão, Francisco Roberto de Sousa Marques, Djair Alves de Melo e Joab Josemar Vitor Ribeiro do Nascimento</i>	
Mercado de la Economía Social y Sustentable: caso de innovación y desarrollo rural de Bonpland, Misiones, Argentina	120
<i>Manuela Rocío Martinez, Andrea de Luján Arzamendia e Andrea Inés Núñez</i>	

Capacitação de agricultores-feirantes: qualidade dos produtos comercializados na Feira Agroecológica de Picuí – PB	139
<i>George Henrique Camêlo Guimarães, Maria Rosseline Santos Silva, Francisco Roberto de Sousa Marques, Rafael Wylles da Silva Araújo e Marília Fernanda dos Santos</i>	
Estudo do perfil de agricultores familiares da Feira Agroecológica de Picuí-PB	149
<i>George Henrique Camêlo Guimarães, Maria Rosseline Santos Silva, Francisco Roberto de Sousa Marques, Cynthia de Lima Campos e Rafael Wylles da Silva Araújo</i>	
Mulheres da Terra: um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na vida das Agricultoras Beneficiárias do município de Jardim – CE	160
<i>Maria Alane Pereira de Brito, Maria Laís dos Santos Leite e Eduardo Vivian da Cunha</i>	
Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e solidário para mulheres rurais	180
<i>Losângela da Cunha Araújo e Sabrina Silva Moraes</i>	
Práticas educativas em educação ambiental e popular – mulher e agroecologia: territórios e culturas ancestrais	192
<i>Paula Simone Busko e Patrícia Montanari Giraldi</i>	
Posfácio	210
<i>Eduardo Vivian da Cunha</i>	

Prefácio

Semeando ideias para um campo sustentável

Suely Salgueiro Chacon*

O livro organizado por Laís Leite se mostra, desde o título, como uma obra necessária. Políticas Públicas, Sustentabilidade e Agricultura Familiar representam a intersecção feliz de temas-campos que ensejam reflexões sobre como as relações sociais, produtivas, institucionais e políticas estão se dando no meio rural. E mais: como esse território é visto e se vê no espaço público.

Quando se pensa as políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade, amplia-se a percepção de como avaliar sua pertinência. Considerando as dimensões da sustentabilidade, que abrangem os aspectos ambientais, sociais, econômicos, institucionais e políticos de um território, é possível aquilatar com mais profundidade a capacidade de uma política pública de atender às demandas de uma sociedade.

Focando o olhar para os territórios da agricultura familiar, parece mais urgente que se tenha o cuidado de promover políticas públicas que levem em consideração as peculiaridades desse espaço e de seus (suas) habitantes, respeitando não só suas necessidades, mas sua história, sua organização social e política.

A lógica eminentemente financeira de gerar lucro com a produção não parece adequada para compor políticas para esses territórios. Além disso, deve-se considerar que, embora apresentem questões e demandas semelhantes, cada um deles é diverso, conforme sua localização natural e social, como mostram os artigos que compõem o livro.

A perspectiva da sustentabilidade traz essa premissa: para se gerar uma melhor qualidade de vida para cada um, para o planeta, para a geração atual e para as vindouras, é preciso uma visão completa e complexa que vai além dos aspectos econômicos, e

* Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora Associada e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde lidera o Grupo de Pesquisas Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável (LEADERS) e coordena o Núcleo de Apoio à Gestão Pública (NAGEP). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7717558830395336>>. E-mail: suelychacon@ufc.br

requer uma forte atenção nas demais dimensões que envolvem a busca pela sustentabilidade.

Nesse sentido, agricultoras e agricultores familiares são fortíssimos agentes de mudança social. Mesmo com a concorrência do agronegócio e de suas cadeias de comercialização, a agricultura familiar responde pela maior parte da produção de alimentos *in natura* no mundo, sendo efetivamente o setor que o alimenta, garantindo a segurança alimentar de considerável parte da população. Além disso, é a partir de suas escolhas produtivas e de organização social que se pode encontrar respostas a algumas das graves crises que o planeta enfrenta: mudanças climáticas, fome, desigualdade e pobreza.

Não é à toa que o enfoque da Agroecologia e do Bem Viver está cada vez mais presente na vida de grande parte dessas agricultoras e agricultores, fato ressaltado por autores que compõem essa coletânea. As experiências aqui relatadas comprovam que é possível construir opções sustentáveis de produção, que respeitam o meio ambiente, as diferenças sociais e econômicas e que são capazes de gerar não apenas renda, mas essencialmente satisfação de viver. É uma revolução que se semeia no campo das ideias e dos fazeres da agricultura familiar.

Para além das experiências aqui relatados, o livro traz um ingrediente importante, que é o cuidado com as escolhas metodológicas dos pesquisadores. Além de inspirar, mostrando um mundo melhor e possível, o livro oferta um leque de abordagens teórico-metodológico, baseadas numa escolha epistemológica fortemente identificada com políticas progressistas, que defendem o cuidado com o outro e com o meio ambiente. O que certamente o tornará referência obrigatória para quem estuda essas campestres.

É leitura para se ler sorrindo, imaginando cada espaço retratado, conversando com as agricultoras e agricultores, sentindo os cheiros e sabores e desejando que todos possam conhecer esses lugares onde se semeiam futuros possíveis de esperança. Onde vicejem o bem viver, uma economia mais humana e relações baseadas no cuidado, no afeto e no respeito.

Apresentação

A publicação deste livro que reúne textos que tratam de estudos de autoras(es) de distintas áreas de atuação e casos de diferentes territórios é, antes de tudo, uma conquista e um modo de resistência em tempos de desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e pouca valorização estatal das práticas de desenvolvimento regional sustentável.

A minha história pessoal e acadêmica-profissional tem se entrelaçado na dedicação ao campo-tema da agricultura familiar, e, como estudiosa das políticas públicas, convocando-me no pensar-agir da responsabilidade da universidade junto à sociedade, inclusive na luta pela garantia dos direitos e da equidade social. Essa história entrelaçou outras(os) pesquisadoras(es) que encaminharam os resultados de seus estudos a esta obra, publicada pela Editora CLAEC, a qual tive a honra de organizar.

Para melhor compreensão, a obra está organizada a partir de quatro eixos. O primeiro, **Análise e avaliação de Políticas Públicas de agricultura familiar e soberania alimentar**, conta com quatro capítulos: 1. Esquadrinhando conceitos essenciais: Políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar; 2. Consideraciones sobre Políticas para la Soberanía Alimentaria en el agro de Misiones, en la frontera Argentina-Brasil-Paraguay; 3. A tradução na implementação de políticas públicas: uma análise a partir do Plano ABC nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e 4. Dez anos de inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar: elaborando categorias analíticas por meio da publicação científica (2009-2019).

O segundo eixo, **Agroecologia, agricultura familiar e convivência com a seca**, é composto pelos capítulos: 5. Um panorama sobre a produção agroecológica no território rural da Baía da Ilha Grande (RJ); 6. Importância das sementes crioulas de *Phaseolus lunatus* L. para a agricultura familiar e 7. Difusão de tecnologias de convivência com a seca e perfil socioeconômico de uma comunidade rural de base familiar no Curimataú Paraiano

Já o eixo três, intitulado **Comercialização da produção**, conta com os capítulos: 8. Mercado de la Economía Social y Sustentable: caso de Innovación y Desarrollo Rural de Bonpland, Misiones, Argentina. 9. Capacitação de agricultores-feirantes: qualidade dos produtos comercializados na Feira Agroecológica de Picuí – PB e 10. Estudo do perfil de agricultores familiares da Feira Agroecológica de Picuí-PB

O último eixo, **4. Mulheres, Agricultura e Políticas Públicas** é composto pelos capítulos: 11. Mulheres da Terra: um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na vida das agricultoras beneficiárias do município de Jardim - CE; 12. Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e solidário para mulheres rurais e 13: Práticas educativas em educação ambiental e popular - mulher e agroecologia: territórios e culturas ancestrais.

Pela relevância das temáticas abordadas e da análise e avaliação de políticas públicas para o aprimoramento dessas, esperamos que este livro possa contribuir cientificamente com as discussões teórico-metodológicas a respeito das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e com vistas à sustentabilidade - além de possibilitar uma visão da implantação destas políticas, a partir dos excelentes estudos de casos ora apresentados.

Maria Lais dos Santos Leite (Org.).

Esquadrinhando conceitos essenciais: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar

Maria Laís dos Santos Leite*

Suely Salgueiro Chacon**

Eduardo Vivian da Cunha***

Introdução

Neste capítulo, a partir de uma revisão crítica da literatura, refletimos sobre os conceitos de políticas públicas (PP), desenvolvimento sustentável (DS), agricultura familiar (AF) e segurança alimentar e nutricional (SAN), os quais julgamos essenciais para compreensão dos relatos de pesquisa apresentados neste livro.

Assim, o texto aqui apresentado se fundamentou numa revisão narrativa da bibliografia (BOTELHO et al., 2011) em torno dos temas citados nos parágrafos anterior, a partir da escolha de autores mais relevantes em cada área. O percurso escolhido para

* Psicóloga, Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Coordenadora adjunta do Grupo Impulsor da Rede Latino-americana de Psicologia Rural. Coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas do Cariri - LEPP Cariri.

E-mail: lais.leite@ufca.edu.br

** Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora Associada e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde lidera o Grupo de Pesquisas Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável (LEADERS) e coordena o Núcleo de Apoio à Gestão Pública (NAGEP).

E-mail: suelychacon@ufc.br

*** Pós-doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutorado (2012) e mestrado (2008) em Administração pela Universidade Federal da Bahia e graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Professor pela Universidade Federal do Cariri atuando nos cursos de Administração Pública, Administração e nas especializações em Inovação Social em Economia Solidária e em Permacultura e como coordenador do programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários.

E-mail: eduardo.cunha@ufca.edu.br

esta revisão foi o levantamento dos principais pontos em destaque em cada um dos conceitos elencados (PP, DS, AF e SAN), evidenciando-se os entrelaçamentos entre os mesmos e destacando-se como o tema da agricultura familiar e da segurança alimentar podem ser lidos a partir do referencial dado pelos dois primeiros conceitos (políticas públicas e desenvolvimento sustentável).

No primeiro item, trazemos o conceito de desenvolvimento sustentável e suas dimensões, o conceito de políticas públicas e a ligação entre estes. Em seguida, abordamos o tema da AF e as políticas de SAN desenvolvidas no contexto brasileiro, especialmente nos últimos 20 anos. Por fim, à guisa de conclusões, trazemos uma reflexão sobre as conexões entre esses conceitos e a importância da construção de uma política de agricultura familiar adequada aos contextos locais.

Desenvolvimento sustentável e políticas públicas

Para fazer um recorte histórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, vemos, a partir de Barbosa (2008), este termo surgiu com os estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade diante da crise social e ambiental pela qual o mundo passa a partir da segunda metade do século XX.

Hart e Milstein (2004) apontam que, de acordo com a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, a sustentabilidade global tem sido definida como a habilidade para satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações para satisfazerem suas necessidades, fazendo eco ao conceito de DS já definido pela chamada Comissão de Brundtland (BARBOSA, 2008). Sachs (2008) aponta ainda que o conceito de DS se baseia no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, levando-nos a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço.

Após a formalização do conceito pela ONU, sua divulgação caminhou lentamente até a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, ocorrida no Rio de Janeiro. Esta teve grande impacto global em função do acordo firmado por quase 200 países, que resultou num documento denominado Agenda 21, norteador de diversas políticas locais e sublocais e de diretrizes de organismos multilaterais.

A este documento se seguiu, em 2000, uma nova Agenda que definia 8 Objetivos do Milênio, apontando os problemas mais urgentes a serem resolvidos até 2015. Ao fim

deste período, um novo diagnóstico foi feito em relação aos resultados alcançados e foram definidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser alcançados até 2030, perfazendo um novo documento denominado Agenda 2030 (ONU BRASIL, 2015).

Além da compreensão do histórico do conceito, há um outro debate relevante que busca uma compreensão do DS a partir da diferenciação do entre crescimento e desenvolvimento. Este foi trazido à América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) da ONU. Esta comissão diferencia conceitualmente crescimento, como expansão quantitativa da economia de desenvolvimento, como mudança qualitativa que implicaria numa melhor distribuição de renda e avanços sociais; uma política de desenvolvimento, nestes moldes, requereria planejamento e intervenção no sistema econômico, fortalecendo atividades que contribuíssem neste sentido e inibindo outras consideradas danosas (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

Como explicam Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) esta diferenciação revela o Estado como elemento de coordenação e promoção, e ainda introduz o fator qualitativo de natureza social na análise econômica. A ideia é superar o excessivo foco, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, do planejamento centrado na ideia do crescimento econômico, que contou, inclusive, com apoio de organismos internacionais.

Este modelo dominante gerou dois tipos de problemas: uma excessiva valorização da razão econômica, com preocupação imediatista, e uma negligência da dimensão sociocultural institucional. O planejamento, em países com fragilidade político-institucional, falhou em vários aspectos fundamentais, perdendo legitimidade social, credibilidade e, finalmente, saiu do eixo das decisões econômicas para se tornar essencialmente objeto de estratégias políticas (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

Assim, o conceito de DS encontra no século XXI sua legitimidade. Há, agora, a percepção da possibilidade de finitude humana e dos recursos necessários à sua sobrevivência; para que esta continue, é necessário uma “tomada de consciência”, da responsabilidade necessária para com o outro e a “Terra”, que podem ser resumidas no brilhante trecho extraído da Carta da Terra:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e

numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A CARTA DA TERRA, 2002, p. 1).

Para Chacon (2007) a gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança inerente ao conceito. Este teria como consequência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, colocando em prática a noção de DS.

A autora também destaca que, quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações que integrem o aspecto econômico a uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades no processo (CHACON, 2007).

Entretanto, muitos discursos, campanhas políticas e políticas públicas tem se sustentado no conceito de DS apenas como discurso político, como uma “fórmula mágica” que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo do poder que define as políticas, seja nos níveis mundiais, nacionais ou locais (CHACON, 2007).

Outro ponto importante sobre esse conceito é que, para ser posto em prática, é preciso se levar em conta sua interdisciplinaridade, multidimensionalidade e complexidade. Sachs (2008) defende, neste sentido, a ideia dos “Pilares do Desenvolvimento Sustentável”: um conjunto de ações que, progredindo simultaneamente, são capazes de conduzir à construção do desenvolvimento sustentável.

O pilar social abrange a visão de que as más situações sociais podem estar relacionadas ao descaso das autoridades, frente à desigualdade social. A questão ambiental tem dupla importância, já que a natureza fornece os recursos para a sustentação da vida e é recebedora dos resíduos. O pilar territorial está ligado à distribuição espacial de recursos naturais, da população e das atividades desenvolvidas. A questão econômica viabiliza o acontecimento dos fatos, alertando-se a dar ênfase em critérios macrossociais e a amplitude social dos benefícios. E, por fim, no político, um governo democrático é de extrema importância para viabilizar os acontecimentos (SACHS, 2008).

Partindo desses pilares, podemos compreender o processo de desenvolvimento de um território e na execução de políticas públicas. Ou seja, este não pode ser pensado como linear ou a partir de ações isoladas. É preciso uma “orquestração”, com atuação de diferentes atores, em variados níveis de atuação e em dimensões distintas, porém complementares. Neste contexto, destaca-se o pilar chamado de político (ou político-institucional). Essa dimensão se mostra essencial para o alcance efetivo de ações que visem uma mudança social. Sem uma base institucional forte e comprometida com a sustentabilidade, bem como sem uma sociedade organizada e participativa, influenciando nas decisões políticas e exercendo um poder moderador diante das instituições, é provável que o conceito de DS de fato não passe de mais uma ideia conveniente no discurso político dos grupos de poder.

Assim, o próximo conceito a ser discutido nesse capítulo, o de políticas públicas, tem papel central nessa equação. Também no próximo item falamos da Agenda 2030 e sua relação com o planejamento das PP locais.

Políticas públicas

Lima (2012) afirma que os estudos sobre PP são ainda muito recentes, especialmente no Brasil, o que produz divergências conceituais. Secchi (2015) aponta que o termo “política” na língua portuguesa, assim como em outros países de língua latina, pode assumir duas conotações, que os países de língua inglesa diferenciam usando os termos *politics* e *policy*. O segundo termo tende a se referir às ações mais concretas, similar ao que denominados aqui de políticas públicas (*public policy*).

Para Rua (1998), a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos. De forma similar, Secchi (2015, p. 1) aponta que “Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”.

Para Secchi (2015), qualquer definição de PPs é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos, que o autor denomina como nós conceituais, quais sejam: 1. sobre os atores que as elaboram, diferindo-se visões que apontam o Estado como único agente legítimo para formular as PPs (visão estatista) (RUA, 2009), até aquelas que consideram a atuação de múltiplos atores (visão multicêntrica) (DROR, 1971; KOOIMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI, 2001; LIMA, 2012; SECCHI, 2014 apud SECCHI, 2015); 2. se se referem somente à ação ou também à omissão e negligência, divergindo segundo as visões de que omissões também são

políticas (DYE, 1972 apud SECCHI, 2015) ou se elas se referem apenas às ações realizadas pelo governo (SECCHI, 2015) e 3. que ações podem ser consideradas PPs, divergindo-se entre as visões que as consideram apenas no nível estratégico, estruturante (COMPARATO, 1997; MASSA-ARZABE, 2002 apud SECCHI, 2015) ou incluindo o nível operacional (SECCHI, 2015).

Concordamos com a visão de que políticas públicas podem ser realizadas por diferentes atores e em diferentes escalas, já que a política pública envolve vários atores e níveis de decisão. Embora ela seja geralmente materializada através dos governos (SOUZA, 2006), outras instâncias como a mídia, as organizações do terceiro setor, as entidades de representação empresarial, os movimentos sociais, os centros de pesquisa e outras influenciam no processo de implantação e nos resultados das políticas públicas.

No que toca à compreensão de como ocorre o processo de construção das PPs, Wu et al. (2014) afirma que estas são resultado de um processo que envolve cinco atividades essenciais, ou cinco ciclos, segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), são eles: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação. Esse processo ocorre a partir da inter-relação para alcance dos objetivos e não em “estágios” que “pulariam” de forma linear de um para o outro.

A definição da Agenda Política ou Agenda Pública parte do fato de que cada sociedade tem inúmeros problemas que podem ser questões a respeito dos quais o governo deve fazer algo. Desses, apenas uma fração entra na “agenda” de desenvolvimento de PPs, influenciada pela mídia, por formuladores de políticas nos poderes Executivo e Legislativo, por gestores(as) públicos(as) e pelo público em geral (WU et al., 2014). Daí a importância da participação social, como um elemento que pode ser um influenciador na agenda.

Em relação à Formulação, de acordo com Wu et al. (2014), ocorre a busca de alternativas para a ação governamental tratar os problemas apontados na agenda. Os formuladores geralmente têm oportunidades de curta duração para encontrar soluções viáveis devido à competição por sua atenção e/ou urgência dos problemas que enfrentam, e essa pressão pode levar à descompassos numa perspectiva de longo prazo, tais como orçamentos não previstos corretamente ou atropelos de processos legislativos.

Já a tomada de decisão envolve indivíduos ou grupos oficialmente sancionados ou autorizados, que decidem adotar um determinado curso de ação para implementação (WU et al., 2014). Este é um fator chave no ciclo da PP, pois é quando

esta entra em vigor. O autor destaca ainda que um dos problemas nesta etapa são as inconsistências entre a concepção e a implementação de políticas.

Por fim, para Wu et al. (2014) a avaliação de PP é uma ação fundamental, pois aponta o grau em que esta está atingindo os seus objetivos, bem como caminhos para sua melhoria.

Objetivos do desenvolvimento sustentável e políticas públicas

No documento da ONU que traz as informações sobre a Agenda 2030 e os ODS, é possível constatar claramente os ciclos que compõem o processo de construção das políticas públicas.

A Agenda 2030 trata-se de fato de uma Agenda Política, baseada em um diagnóstico sobre como a humanidade está agindo (ou não) para alcançar um processo de desenvolvimento realmente sustentável. Além do diagnóstico e dos itens dispostos como uma agenda (que se traduzem nos ODS), o documento traz indicações sobre como implementar políticas globais e locais baseadas nas metas de cada ODS.

Em termos locais, cada país signatário põe em prática os ODS a partir, prioritariamente, de Políticas Públicas governamentais. Contudo, a Sociedade Civil Organizada, o Terceiro Setor e a iniciativa privada são agentes essenciais para o alcance dos ODS e para uma transformação no modo de vida da população. Ou seja, se é um *problema público*, a política desenhada para resolvê-lo é pública, independente do ator que a implemente.

Além disto, podemos perceber uma distribuição dos ODS pelas diversas dimensões do DS. A dimensão ambiental é a base das ações (ODS 15, 14, 8 e 13), seguida pelas dimensões Social (ODS 1, 11, 16, 7, 3, 4, 5, 2) e Econômica (ODS 8, 9, 10 e 12), enquanto o eixo que reúne esses esforços, que podemos entender como a dimensão institucional e política, é representado pelo ODS 17.

Para nosso estudo, destacamos os ODS 1, 2, 10, 12 e 13. ODS 1 define metas para erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares; o ODS 2 traz a necessidade de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; o ODS 10 busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; o ODS 12 visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis para o Planeta a partir da mudança de hábitos e atitudes nos países signatários da Agenda 2030 e o ODS 13 tem como foco a ação de combater a mudança climática e seus impactos em todo o planeta. Todos os ODS estão interligados,

mas destacamos esses, em especial o ODS 2 (ONU BRASIL, 2015), por entendermos que se relacionam fortemente com os conceitos de AF e SAN, que serão apresentados a seguir.

Agricultura familiar e segurança alimentar

De acordo com Wanderley (2001), a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe têm sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

De acordo com Olalde (2004), muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês/camponesa, pequeno(a) produtor(a), lavrador(a), agricultor(a) de subsistência, agricultor(a) familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

A agricultura familiar pode ser definida, conforme Lamarche (1997), como uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Já Abramovay (1997) a compreende como aquele tipo de agricultura onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Abramovay (1997) relata ainda que a participação da agricultura familiar é essencial para o Brasil rural, uma vez que ela garante a existência de um tecido social que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura, ele acredita que não é um momento transitório que será suprimido quando o progresso chegar, já que isso não aconteceu nos países desenvolvidos e não acredita que aconteceria aqui.

A agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. No coração do capitalismo mundial (as planícies norte-americanas, centro e norte da Europa) a agricultura é de natureza familiar e o trabalho assalariado, excepcional. Historicamente o estigma que permeia as atividades dos(as) agricultores(as) familiares(as) é a dificuldade da apropriação social dos bens produzidos (ABRAMOVAY, 1997).

De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura (Ibidem). Um estudo feito pela FIPE/NEAD-MDA (2007) citado pela CONDRAF (2008) demonstra, ainda, que em 2005 a participação

das cadeias produtivas da agricultura familiar representou cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e um terço do total do PIB das cadeias produtivas agropecuárias, indicando importantes interrelações do segmento familiar com os segmentos industrial e de distribuição. Mesmo assim, ainda são observadas dificuldades para a integração dos(as) agricultores(as) familiares aos mercados.

Ainda de acordo com o texto-base da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – I CNDRSS publicado pelo CONDRAF (2008), em termos produtivos, nota-se que o segmento da agricultura e produção familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos básicos consumidos pela população brasileira, contribuindo para garantir o abastecimento interno, a segurança alimentar e a estabilidade dos preços, embora nem sempre estes preços cubram o custo de produção, causando prejuízos e descapitalização do(a) agricultor(a) familiar. Outro indicador da capacidade produtiva do país é o fato de que apenas 5% do total das importações brasileiras (na média dos últimos três anos) são de produtos agrícolas.

Em função deste destaque, a expressão agricultura familiar toma força, no contexto brasileiro, em meados da década de 90 (DENARDI, 2001; SCHNEIDER, 2003). Isto se refletiu na criação de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, em um revigoramento da reforma agrária e em um grande esforço por parte da comunidade acadêmica nacional na formulação de conceitos para delimitar esses(as) produtores(as) no espaço agrário do país (OLALDE, 2004).

O Pronaf, que foi criado com o intuito de fornecer crédito e assistência técnica, pode ser considerado um marco de afirmação da importância dos(as) produtores(as) familiares, historicamente pouco beneficiados(as) pelas políticas públicas agrícolas. A partir de 2000, os movimentos sociais da agricultura familiar passaram a reivindicar ações que ultrapassassem o escopo de atividades exercidas pelo Pronaf, exigindo apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços (MULLER, 2007).

Para o CONDRAF (2008), a mudança do cenário no que se refere à agricultura familiar começa a ocorrer, naquela época (final da primeira década do século XXI), devido a uma alteração na trajetória do Estado brasileiro em relação ao aumento da sua capacidade de ação, o que levou à respectiva ampliação das políticas de desenvolvimento rural. Isto resultou na ampliação das atribuições institucionais do MDA e do INCRA, com o respectivo incremento nos seus orçamentos; na estruturação de novas políticas públicas de reforma agrária, de apoio à produção e comercialização,

de segurança hídrica, de garantia de renda e de promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia e das políticas direcionadas à cidadania.

Tais ações representaram a incorporação, ainda que parcial e incompleta, dos interesses e das demandas das populações rurais e movimentos sociais no conjunto de políticas públicas voltadas para a garantia de seus direitos fundamentais e para o fortalecimento das esferas ambiental, econômica e social. No entanto, ressalta-se que esses avanços não foram suficientes para atender todas as necessidades dos agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais. Olalde (2004) nos esclarece, por exemplo, que a agricultura patronal já concentrava, na época mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

Uma das principais inovações nestas políticas foi o processo de participação social na sua construção e implementação, bem como a busca pela integração das ações de outros órgãos federais, em especial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e dos agentes financeiros – Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, associados à importante participação do CONDRAF e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Convém salientar, entretanto, que o processo de participação coletiva e de organização de alguns segmentos se apresentou, à época, limitado e frágil (ibidem).

A combinação destas políticas de desenvolvimento rural com as políticas de inclusão social, em que se destaca o grande alcance do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Bolsa Família, e a ampliação do acesso à previdência rural explicam, em parte, a melhoria das condições de vida e a redução das desigualdades no meio rural, identificadas pela PNAD/IBGE. Entretanto, alguns segmentos sociais específicos, como povos e comunidades tradicionais, ainda não foram incluídos adequadamente nessas políticas (ibidem).

Segurança alimentar e políticas relacionadas

Segundo Castro citado em Andrade (2003), o conceito de segurança alimentar surgiu durante a primeira guerra mundial (1914-1918), período de maior dedicação na produção de armamentos e inovação tecnológica, ocorrendo aumento na oferta de produtos industrializados. Esse conceito pode ser resumido em três requisitos básicos: disponibilidade local de alimentos, multiplicação dos mecanismos de compra e venda direta, e circulação na economia local.

No Brasil, a segurança alimentar ganhou foco a partir da segunda metade do século XX, período de publicação do livro de Josué de Castro, “Geografia da Fome”. Em 1946, o autor identifica a migração de muitos trabalhadores rurais para as grandes cidades, e o crescimento das comunicações, fator que contribuiu para a mudança de costumes e hábitos alimentares que se difundiram pelo território nacional. As pessoas passaram a consumir maior quantidade de produtos industrializados, fato que gerou considerável estreitamento tanto na oferta, quanto na demanda por produtos da agricultura familiar (CASTRO, 2008).

Ananias (2004), por sua vez, definiu SAN como a garantia de acesso a uma alimentação de boa qualidade, através de ações na área de abastecimento e de articulação com a produção, para que cada cidadão tenha condições de reagir aos estímulos de reinserção na comunidade e no sistema produtivo. Segundo o MDS (2010), SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

De acordo com Betto (2003), calcula-se que haja no Brasil cerca de 44 milhões de pessoas em estado de subnutrição, o que equivaleria a quase dez milhões de famílias. Morrem, todo ano, cerca de 180 mil crianças por subnutrição. Pontes (2004) aponta que 100 mil crianças morrem por ano no Brasil por causas ligadas a má alimentação. Segundo o autor, a desigualdade e exclusão social no mundo têm feito com que 516 milhões de pessoas sofram de insegurança alimentar – não por falta de alimentos, mas por falta de acesso ao alimento em quantidade adequada, equilíbrio nutritivo, regularidade de oferta e dignidade na forma de obtê-lo (BELIK, 2004)

Segundo Vogt e Souza (2007), uma das principais contribuições do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional na formulação de programas sociais no Brasil foi a criação do Programa Fome Zero e a elaboração do Plano de Safra da Agricultura Familiar, em 2003. Este, impulsionado pelo CONSEA, se diferenciou dos planos de safra convencionais, até então voltados essencialmente para a produção extensiva.

Esta nova perspectiva deu origem ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que assume fundamental importância no fomento à produção agropecuária em escala local por envolver, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a produção e, de outro, as instituições assistenciais que necessitam adquirir produtos no mercado. Estimula-se, assim, a organização coletiva dos produtores rurais, em consonância com as concepções das políticas direcionadas para o espaço rural, na época citada.

Este contexto ensejou também a criação, por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este foi instituído com os objetivos de formular e implementar a política e os planos de Segurança Alimentar e Nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional no país.

O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, resultado de pactuação intersetorial no âmbito do Governo Federal, sob coordenação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), era considerado, até recentemente, o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto nº 7.272/2010.

Com a mesma vigência do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) e estreitamente relacionado às metas e iniciativas no PNSAN, o Plano consolida programas e ações relacionadas às suas diretrizes, explicitando as responsabilidades dos órgãos e entidades da União (CAISAN, 2011).

Este plano está organizado a partir de iniciativas que atendam metas prioritárias, para o alcance de objetivos estratégicos, cujos resultados devem ser monitorados e avaliados para permitir a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assim como permitir o constante aperfeiçoamento da PNSAN. São oito diretrizes, que passam pelo acesso à alimentação adequada e saudável, pela estruturação de sistemas sustentáveis, descentralizados e agroecológicos, pela criação de processos educativos alinhados com a política, pela atenção aos povos tradicionais, pela articulação entre todas as políticas ligadas à segurança alimentar e nutricional, pelo acesso universal à água de qualidade, pela articulação internacional da política e pelo monitoramento da sua efetividade (PNSAN, 2010).

Agricultura familiar, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável

A discussão em torno do conceito de agricultura familiar e a sua importância no desenvolvimento do país vem ganhando força nos últimos anos, devido ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (SIQUEIRA, 2004).

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 (BANCO MUNDIAL, 2008), aponta que o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura

dos pequenos proprietários é o principal caminho para sair da pobreza usando a agricultura para o desenvolvimento.

Para Olalde (2004), a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados. Entretanto, ela está também fundamentada em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial.

Para a autora, há dois projetos ou modelos de desenvolvimento em disputa no Brasil. O primeiro tem um enfoque setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado *agribusiness*. Este enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio e está claramente representado no Ministério da Agricultura. Em contraposição, o segundo enfoque enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento (OLALDE, 2004).

O primeiro modelo (também denominado como modelo “patronal” pela FAO e pelo INCRA) teria como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização (OLALDE, 2004). Já o segundo modelo (denominado “familiar” pelas mesmas duas organizações) teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

Este segundo modelo, ao nosso ver, adere com mais clareza ao já referido ODS 2, citado anteriormente, representando um modelo mais adequado ao desenvolvimento sustentável. A multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Este enfoque é apresentado também pelo Prof. José Eli da Veiga e colaboradores no documento “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento”. Ali, os autores sugerem que o projeto de desenvolvimento para o

Brasil rural deve visar a maximização das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país diversificando as economias locais a começar pela própria agropecuária (OLALDE, 2004).

Com isto, a agricultura familiar está associada ainda à dimensão espacial do desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura e à forma de produção que isto representa (ibidem). Isto contribui ainda para a superação da tradicional divisão urbana/rural, ultrapassando o enfoque predominantemente setorial (agrícola) do espaço rural. Este debate se traduziu, no âmbito das políticas públicas, na criação da SDT (Secretaria do Desenvolvimento Territorial), subordinada ao MDA (OLALDE, 2004).

No âmbito global, levando-se em conta a dimensão institucional do DS, percebe-se que tem aumentado a compreensão de que há múltiplas funções associadas à atividade agrícola e ao mundo rural que vão além do aspecto produtivo e mercantil, e que dizem respeito à ocupação social do espaço agrário, ao patrimônio natural e à herança cultural. Vários países membros da OMC têm proposto a inclusão da segurança alimentar e nutricional no âmbito das chamadas “considerações não-comerciais” dos acordos agrícolas. Algumas entidades e redes internacionais vão mais além, propondo a retirada completa dos alimentos do âmbito dos acordos comerciais da OMC, em nome do princípio da soberania alimentar e nutricional.

Na contramão deste movimento e de todas as recomendações que os estudiosos sobre o tema da agricultura familiar têm feito, o atual governo brasileiro, desde 2016 (e com maior ênfase, a partir de 2019), tem trabalhado pelo desmonte de diversas destas políticas de agricultura familiar (com a extinção do CONSEA e estrangulamento do PNAE, por exemplo), aderindo ao que ao referido enfoque setorial de Olalde (2004). De fato, este parece ser um movimento que têm se ampliado a nível regional (América Latina) e global, através de diversos instrumentos de desmonte e travamento de políticas sociais (SABOURIN, 2018).

Isso responde ao que Zaoual (2006) aponta como fato comum nas PPs, que é o desenvolvimento transposto. Este se refere a uma tentativa (geralmente fracassada) de transpor mecanicamente, de um espaço para o outro (normalmente do Norte para o Sul), modelos de desenvolvimento econômico e de administração. São formas que já demonstraram seu fracasso na resolução dos problemas sociais, e são muitas vezes formuladas a partir de interesses políticos e econômicos específicos que visam a concentração de poder e riquezas, geralmente nos países centrais e nas grandes

corporações. Infelizmente, este é o caminho que tem sido adotado de forma muito decidida pelo atual governo brasileiro.

Considerações finais

O que se tem observado é que, até recentemente, o Brasil vinha trilhando um caminho de construção de uma política própria, embora com suas diversas limitações. Esses avanços nas políticas públicas, combinados com a vitalidade dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, distinguiram a experiência recente brasileira de outras importantes experiências em curso. Entretanto, essas conquistas se mostraram frágeis e insuficientes para impulsionar todas as mudanças necessárias à superação das desigualdades sociais existentes no país e para viabilizar um novo padrão de desenvolvimento do meio rural.

Atenção especial deve ser dada ao tema da participação da sociedade civil na implementação das políticas públicas, pois os avanços conquistados sempre foram ameaçados pela inadequação do marco regulatório e pela postura conservadora dos órgãos de execução, fiscalização e controle, do legislativo e do executivo, os quais desqualificam a atuação das organizações não-governamentais e dificultam a ampliação destas parcerias. Essa sempre foi a constatação de pesquisadores da área, mesmo na época em que as políticas de AF e SAN estavam em desenvolvimento acelerado no país. Nos anos recentes, entretanto, estas políticas têm sido ameaçadas pelas diretrizes políticas que favorecem a noção de desenvolvimento patronal, focadas no mercado, no crescimento econômico e no agronegócio, e, de muitas maneiras, inadequadas tomando-se como ponto de vista os ODS. Com isto, muitas políticas de inclusão têm sido esvaziadas do ponto de vista orçamentário e político.

Há que se trabalhar por uma agenda de aperfeiçoamento de cada um destes instrumentos de PP e dos mecanismos de seu monitoramento, para que sejam mais eficientes e eficazes e para que absorvam as especificidades e diversidades socioculturais e regionais. Há, também, uma pauta específica voltada para a articulação e integração das políticas de acesso a direitos e de apoio à agricultura familiar, incorporando efetivamente a abordagem territorial na sua concepção e gestão. O grande desafio é fazer com que este conjunto de políticas públicas ganhe a dimensão necessária e um sentido estratégico comum orientado para a transição do modelo agrícola e agrário em direção a um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Referências

- A CARTA DA TERRA. Organização das Nações Unidas. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 1997.
- ANANIAS, Patrus. Mobilizar a sociedade contra a fome. In: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 9-12.
- ANDRADE, Manuel Correia. Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro. In: ANDRADE, Manuel Correia et al. (Org.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 73-82.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**. Washington: Banco Mundial, 2008.
- BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, n. 4, v. 1, jan./jul. 2008. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12883_o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-gisele.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BARTHOLO JUNIOR Roberto S.; BURSZTYN, Marcel. Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BELIK, Walter. A medida da pobreza. In: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 32-34.
- BETTO, Frei. Fome e desnutrição: a fome como questão política. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 48, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a05.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BOTELHO, Louise L. R.; CUNHA, Cristiano C. DE A; MACEDO, Marcelo. O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, dez. 2011. Disponível: <<https://www.gestaosociedade.org/gestaosociedade/article/view/1220>>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.272** de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 set. 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 22 dez. 2019.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Brasília: CAISAN, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: BNB, 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=20>. Acesso em 30 set. 2019.

DENARDI, Reni A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set. 2001.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, mar. 1994.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando Valor Sustentável. Tradução de Pedro F. Bendassolli. **RAE Executivo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio/jul. 2004. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/3363.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS 2015**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LAMARCHE, Hughes. A agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-33.

LIMA, Waner G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface**, Porto Nacional, v. 1, n. 5, p. 49-54, 2012. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/view/370/260>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

MDA/CONDRAF. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília-DF: MDA, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de aquisição de alimentos**. 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Cruzeiro: CEPLAC, 2004. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ONU BRASIL. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. A evolução do combate à pobreza no Brasil e o papel do Fome Zero. In: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 35-46.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: temas selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

SABOURIN, Eric. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina. In: SEMINÁRIO “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE: MUDANÇAS, CONTINUIDADES E RUPTURAS”, 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SIQUEIRA, Luisa Helena. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

VOGT; Silmara P. C.; SOUZA; Renato Santos de. Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portella-RS. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 33, p. 101-122, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1929/1809>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WU, Xun et. al. **Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos**. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

Consideraciones sobre políticas para la soberanía alimentaria en el agro de Misiones, en la frontera Argentina-Brasil-Paraguay¹

Alejandro Daniel Oviedo*

Introducción

La provincia argentina de Misiones, en el área de fronteras con Paraguay y Brasil, viene enfrentando en los últimos años un acelerado proceso de concentración de los canales de comercialización, la re-precarización de las condiciones de trabajo agrario, el aumento de la desocupación y la expulsión de numerosos productores de sus tierras.

Las políticas macroeconómicas neoliberales aplicadas en Argentina entre 2016 y 2019, agudizaron las propensiones más excluyentes del capital. Ante las exigencias de los organismos financieros internacionales, se instauraron medidas que incrementaron el poder de los intereses más concentrados. Bajo un modelo de acumulación basado en la valorización financiera, se debilitaron abruptamente las políticas públicas de promoción productiva, perdiendo centralidad estratégica la planificación y la implementación de medidas económicas diferenciales para la agricultura familiar.

En Argentina, mientras se incrementaba la superficie cultivada y los volúmenes producidos, desaparecieron miles de productores agropecuarios por endeudamiento, quiebra, venta de sus tierras o desalojo. Esto se explica, entre otras razones, porque el incremento en la producción se concentra en *commodities* destinadas al mercado externo, fundamentalmente soja (BARRUTI, 2013, p. 90).

¹ Versión en base a la Ponencia presentada en el II Seminario Internacional de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Foz do Iguazú 7, 8 y 9, agosto 2019. Grupo de Trabalho: Segurança e Soberania Alimentar; Cultura Alimentar: Interfaces nos Contextos Rurais e Urbanos.

* Doctor en Estudios Sociales Agrarios por la Universidad Nacional de Córdoba, Lic y Magister en Antropología Social por la Universidad Nacional de Misiones, Argentina. Profesor Titular Regular, en grado y posgrado en diversas carreras en las temáticas de Economía Política, Economía social y Economías regionales. Coordinador Catedra Libre de Soberanía Alimentaria y Agroecología de la UNaM, y hace parte de la Red de Universidades por la Economía Social y Solidaria (RUESS) y del Foro de Universidades para la Agricultura Familiar (FUNAF - NEA).

E-mail: adoviedo17@gmail.com

Al mismo tiempo se reduce el área con otros cultivos destinados a alimentar la población, dejando en una situación más vulnerable a los consumidores y aumentando la dependencia de los productores respecto a las grandes compañías comercializadoras.

A la desaparición de políticas específicas para los agricultores familiares, se sumaron drásticas medidas de desregulación y eliminación de mecanismos de control público. Como contrapartida se favoreció la liberalización de los procesos de comercialización y la instalación de grandes centros y cadenas comerciales en manos de capitales nacionales y trasnacionales.

Este proceso también se advierte en el principal producto misionero para el mercado interno, la yerba mate, ya que la liberalización del precio de la materia prima, como ya había ocurrido en los años 90, produce una fuerte caída de ingresos para los productores misioneros, que pierden participación relativa en el valor final. A la caída del poder de compra de los consumidores argentinos, se suma una distribución más desigual del valor generado por la falta de políticas diferenciales y de mecanismos de regulación ante mercados cada vez más concentrados.

Pero también se presentó un proyecto de expansión de monocultivo de maíz transgénico en la provincia de Misiones, basado en un modelo de “agronegocio” de alta productividad destinado a la exportación, que contaba con el impulso de MAIZAR (Asociación Maíz y Sorgo Argentino) y de la entonces Secretaría de Agroindustria de la Nación. Este proyecto alentaba un modelo basado en la siembra directa, la mecanización para alcanzar escala, con incorporación de fertilizantes y herbicidas (glifosato) y de semillas transgénicas asociadas, un paquete tecnológico desarrollado en la “pampa húmeda”, pero que en Misiones encuentra condiciones ecológicas y sociales muy diferentes. Si bien los agricultores en Misiones vienen plantando maíz, en general lo hacen con semillas criollas, en pequeña escala, fundamentalmente para el autoconsumo y la alimentación de sus animales y con un manejo diversificado de las chacras. El cambio de modelo implicaría desmontar, o reemplazar otros cultivos y plantar según el paquete tecnológico indicado, para proveer granos a las empresas que realizarán la comercialización, el eslabón más rentable del “negocio”.

No se trata sólo de opciones productivas en el mercado agropecuario, sino de la confrontación de diferentes modelos económicos y sociales, donde el Estado nacional toma partido impulsando determinado modelo de desarrollo, que se aparta de las políticas de apoyo a la agricultura familiar que se vienen sosteniendo desde la Secretaría de Estado de Agricultura Familiar de la Provincia de Misiones y desde otras instituciones de desarrollo rural.

Este trabajo sintetiza algunos de los procedimientos de análisis desarrollados empíricamente en la tesis "*Economía social agraria y políticas públicas: producción y comercialización de alimentos en la provincia de Misiones, Argentina*" para el doctorado en Estudios Sociales Agrarios de la UNC (2017), así como resultados de diversos proyectos de investigación², cuya metodología es fundamentalmente de carácter cualitativo, y desde un enfoque transdisciplinario de las ciencias sociales.

Desarrollo

La confrontación entre diferentes modelos de desarrollo puede analizarse a partir de relaciones sociales y formas de propiedad en contradicción y en permanente disputa. La promoción de monocultivos a gran escala, mecanización, utilización de agrotóxicos y semillas transgénicas, aceleran el vertiginoso proceso de acumulación en manos del capital concentrado que se apropia de los excedentes por diversos canales, y al mismo tiempo inhabilita a los agricultores a capitalizarse, a pesar de que exponen sus recursos (tierra, suelo, agua, monte) y dedican parte sustancial de su propio trabajo y el de sus familia en extensas jornadas de trabajo (MANÇANO FERNANDES, 2009).

Las tendencias estructurales de concentración económica y agudización de la explotación en la agricultura capitalista, agudizan las contradicciones y las resistencias, en un proceso histórico-social con dinámicas específicas en cada territorio, escenarios complejos que se reconfiguran a lo largo del tiempo a partir de la interacción de distintos sujetos agrarios (BENDINI, 2009).

Sin embargo, y pese a los agresivos mecanismos de penetración del capital desplegados en el territorio misionero, persisten sujetos agrarios que ponen en cuestión aquellas relaciones económicas por las que pretenden explotarlos, subordinarlos o excluirlos. Desde la resistencia de pueblos originarios frente al avance de la frontera agraria, a las movilizaciones de agricultores para evitar los desalojos ante el avance de monocultivos a gran escala, reactualizan el debate sobre la *cuestión agraria*.

La persistencia de agricultores frente al proceso de expansión capitalista, a su vez abre el debate sobre su 'funcionalidad' como productores de bienes salario a precios bajos y fuerza de trabajo para el capitalismo agrario (DIEZ, 2013), o la posibilidad de autonomía relativa en el marco de una economía social agraria y/o de fortalecimiento de políticas públicas diferenciales (GORTARI et al., 2016).

² Actualmente dirijo el Proyecto 16H447 *Estrategias asociativas, políticas públicas y desarrollo rural en la provincia de Misiones*, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones.

Persistencia de las desigualdades en el territorio agrario

En la expansión capitalista, las modalidades históricas que han asumido las relaciones sociales en este territorio, están condicionadas por la temprana apropiación de la tierra por unas pocas empresas, uno de los procesos más violentos y generadores de desigualdad, no sólo en términos de privar de los medios de producción a miles de *campesinos y comunidades originarias*, sino al destruir los fundamentos para la reproducción de su propia existencia.

En una región donde la disputa económica se superpone con la pretensión geoestratégica de distintos Estados-nación (no sólo de países vecinos, sino fundamentalmente de otros países externos a la región), la apropiación privada por parte de grandes propietarios asociada al uso extensivo de la tierra y a la extracción depredatoria de los recursos naturales, permitieron la transferencia de valor, facilitada por políticas de créditos y reducción impositiva regresivas. En los debates acerca de la cuestión agraria, las entidades que agrupan a los grandes terratenientes, se han constituido en protagonistas privilegiados, ya que a través de su poder propio y de diversas alianzas con otros sectores, impidieron la realización de cambios reales en las políticas agropecuarias nacionales. La Confederación Rural Brasileña (CRB) impidió sistemáticamente la implementación de la legislación de protección de los trabajadores rurales, y de cualquier medida que cuestionase la distribución de la tierra. La Sociedad Rural Argentina (SRA), expresión institucional de la oligarquía terrateniente de la región pampeana, participó activamente de los diferentes gabinetes del gobierno nacional (principalmente durante periodos de facto, pero también en el anterior gobierno nacional de Macri), imponiendo no solo funcionarios, sino también condicionando las medidas económicas fundamentales.

En el territorio de Misiones la consolidación de los Estados y la conformación de los mercados capitalistas fueron contemporáneas. La extracción de recursos (yerba, madera, etc.) y la subordinación del trabajo para alimentar procesos de capitalización en otras regiones de Argentina y del mundo, desestructuraron las prácticas agrícolas que garantizaban la reproducción social de los pueblos que habitaban estas tierras. El reclutamiento de trabajadores para yerbales y obrajes, pero fundamentalmente la ruptura de las formas de organización campesina e indígena preexistentes, fueron socavando las posibilidades de autonomía de las poblaciones, empobrecieron los ecosistemas y modificaron abruptamente las relaciones sociales existentes.

La posterior introducción de monocultivos (te, yerba, tabaco, tung, algodón, pinos, maíz) fue convirtiendo a los agricultores en proveedores de *mercancías* para

grandes compañías, configurando una muy asimétrica y particular subordinación del trabajo al capital en éstos territorios. Sólo algunos *empresarios locales* logaron expandirse, diversificando su base de poder, invirtiendo en otros sectores de la economía, o tejiendo diversas alianzas con facciones de la burguesía.

Con la financiarización de los mercados capitalistas, estas estrategias aparecen cada vez más subordinadas a grandes grupos económicos y a corporaciones transnacionales: ante sucesivas crisis y con una agresiva expansión de inversores, la llamada *burguesía local* pasa a depender en forma creciente de vinculaciones con el exterior. La dependencia tecnológica, pero fundamentalmente de capitales, condiciona la política productiva y económica a los dictados de intereses de capitales foráneos.

El perfil de las inversiones efectuadas en la región en los últimos 40 años, contribuyó a profundizar el proceso de concentración y extranjerización de los recursos económicos, tanto en el agro como en la foresto-industria, como puede advertirse en el relevamiento realizado por el *Registro Nacional de Tierras Rurales* (RNTR), que con cerca del 14% de la superficie, coloca a las provincias de Misiones y Corrientes como las de mayor porcentaje de concentración de hectáreas en manos extranjeras, al límite de lo que permite la ley argentina de tierras nacionales (Ley 26.737/2012, Régimen de Protección al Dominio Nacional sobre la Propiedad, Posesión o Tenencia de las Tierras Rurales).

Grandes empresas agroindustriales (tabacaleras, forestales y cerealeras), a través de la provisión de insumos, el acopio de productos y ‘contratos’ muy asimétricos con los agricultores, logran controlar el proceso productivo y apropiarse de una parte sustancial y creciente del valor generado por quienes trabajan. Al tiempo que se desentienden de los riesgos de la producción primaria (climáticos, de salud, de variación de precios, etc.), sin tener que apropiarse necesariamente de la tierra en forma directa (evitando inmovilizar capital y externalizando los costos ambientales), y sin asumir responsabilidades legales por las relaciones salariales (tercerizando las contrataciones y eludiendo los derechos laborales). Aún los agricultores que mantienen el acceso a la tierra y viven del trabajo familiar, se ven presionados a adoptar cultivos para el mercado (como en el caso del tabaco, o como podría ser con el maíz transgénico), que modifican sus prácticas productivas y los obligan a implementar paquetes tecnológicos, aunque no estén bajo una típica relación salarial. La expoliación se encubre como dependencia del productor a las cosas (agroquímicos, semillas híbridas, técnicas, combustibles).

Los *contratos* asimétricos que imponen las compañías en Misiones, estipulan minuciosas obligaciones para los agricultores, condicionando la financiación, la incorporación de insumos, las técnicas de producción y el precio del producto.

De este modo el capital controla los sistemas productivos fijando el precio de acopio, sin tener que invertir en la fase de producción primaria directa, pero incidiendo en la organización del trabajo familiar y en el uso del suelo y los recursos (GARCÍA; ROFMAN, 2013).

Para Slutzky, especialista en el análisis de las economías regionales del NEA,

[...] se trata de una relación típica de 'subsunción formal del trabajo por el capital', en que éste no tiene necesidad, por una parte, de inmovilizar capital mediante la compra de tierra; mediante el control del mercado se asegura la producción y mediante el financiamiento de los insumos controla el proceso productivo; en estos casos, la pequeña producción familiar es 'competitiva' frente al caso hipotético de la producción en gran escala con trabajo asalariado, mecanización, etc., evitando además los conflictos que podrían surgir de la sindicalización de los obreros (SLUTZKY, 2014, p. 435).

La dificultad de los agricultores de acceder a alternativas productivas y el *bajo* costo de oportunidad del trabajo al no existir otros empleos que posibiliten mejores ingresos, hace muy difícil modificar éstas relaciones de subordinación establecidas por las grandes empresas.

Mundialización de los sistemas agroalimentarios

Una de las maneras de analizar la expansión de las relaciones capitalistas en los territorios rurales, es estudiar las transformaciones en los *regímenes alimentarios mundiales* (BUTTEL, 2005). McMichael (2009) muestra la importancia histórica de la agricultura y del comercio alimentario mundial en la organización del capitalismo, tanto en la producción como en el consumo. Desde las políticas europeas que obligaron a los países colonizados a especializarse en producir alimentos baratos para mantener bajos los salarios de su fuerza de trabajo (azúcar, té, aceites, granos, carnes); hasta la reciente expansión de grandes complejos agroindustriales transnacionales que subordinan la agricultura a los procesos de industrialización y consumo de insumos tecnológicos (maquinarias, fertilizantes, semillas híbridas). Pero también destaca que el papel proteccionista de los Estados centrales, y más aún sus agresivos programas de expansión del modelo de agricultura intensivo en capital y energía (revolución verde, promoción de las exportaciones comerciales, financiamiento de instalaciones

agroindustriales en regiones del tercer mundo, etc.) terminaron favoreciendo a compañías transnacionales.

La *integración vertical* desde la producción hasta la exportación, y la formación de cadenas de valor global bajo el control de grandes corporaciones transnacionales, se vinculan con el vertiginoso crecimiento de hipermercados como canales mayoritarios de distribución minorista, en un contexto de creciente volatilidad de precios de los alimentos.

Este sistema alimentario global condiciona tanto a los países exportadores de alimentos (como Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay), como a regiones que pasan a depender en forma alarmante de su importación. Se desplaza la satisfacción de necesidades y los derechos ciudadanos en favor de los intereses del capital, al extremo de comprometer las condiciones de vida de millones de personas. Los procesos de mercantilización modifican vertiginosamente la viabilidad y por lo tanto las condiciones y posibilidades de reproducción de distintas formas de producción agrícola.

La concentración del comercio agroalimentario provoca al mismo tiempo profundas modificaciones en las prácticas productivas agrícolas y en las formas de acceso a los alimentos. La liberalización del comercio y la desregulación de los mercados y las inversiones, profundiza el proceso de mercantilización de los alimentos, al punto de comprometer la seguridad alimentaria y la reproducción social de numerosas comunidades rurales.

Procesos económicos concentrados en gigantescas empresas procesadoras y comercializadoras de alimentos (muchas de escala global), alejan cada vez más a productores y a consumidores, tanto en precio como en distancia, desconectando a su vez la producción agrícola de la vida de los agricultores, de sus sociedades regionales y hasta de su medioambiente. Aún desde organismos internacionales como la FAO, se promovió el comercio internacional de millones y millones de toneladas de alimentos, descuidando el abastecimiento de los lugares más cercanos a su producción.

El aumento en la volatilidad en el precio de los alimentos, aún en años de cosechas record, desafían las creencias en la autorregulación de los mercados. La preeminencia creciente del capital financiero y el poder de los grupos económicos de los países centrales, en el marco de una economía cada vez más mundializada, implican cambios abruptos en los flujos de comercio alimentario, pero también modificaciones en las prácticas productivas agrícolas y en los patrones alimentarios. Las fuertes variaciones de precio que vienen experimentando los alimentos desde el principio de la crisis en 2007, implican cuantiosas transferencias de capitales con efectos

contradictorios: por un lado enormes ganancias para las grandes compañías comercializadoras y para los inversores financieros, que se reflejan en la incorporación de grandes *pooles* de siembras, fondos de inversión y fideicomisos agrarios; por otro, expulsión de miles de agricultores de sus tierras, y mayor vulnerabilidad alimentaria de millones de personas en distintas regiones del planeta, sobre todo en aquellos lugares donde el avance de los monocultivos para exportar fue erosionando la capacidad de los pueblos de producir sus propios alimentos.

La concentración en la comercialización de alimentos también modifica las prácticas de producción y consumo. En Argentina, las grandes superficies comerciales (Carrefour, Cencosud, Coto, La Anónima, Walmart y Casino) controlan gran parte de la compra y venta de alimentos y bebidas.

Esta posición dominante conlleva a que las principales cadenas de supermercados definan los precios al consumidor y las condiciones de pago para sus pequeños y medianos proveedores [...] de esta dinámica económica privada se obtiene una de las principales causas de la inflación (INTA, 2015, p. 70).

En el caso de Misiones se combinan éstas tendencias: la instalación en grandes ciudades como Posadas de puntos de comercialización con sus cadenas propias de abastecimiento (Walmart, Groupe Casino, Makro, etc.) desplazaron a muchos comercios locales (verdulerías, supermercados y autoservicios) y a los productores de alimentos misioneros que los abastecían. Su creciente participación en el mercado mayorista y minorista les ha permitido fijar precios de venta sustancialmente superiores a los de otras sucursales en el resto del país, representado para los consumidores que pueden acceder a ellos una proporción cada vez mayor de sus ingresos. Por otro lado, la escala y las exigencias de abastecimiento de estas gigantescas cadenas de super e hipermercados hace cada vez más difícil para productores de las economías regionales entrar o mantenerse como proveedores.

La desregulación de los mercados permite a los grupos económicos controlar un porcentaje cada vez mayor de la distribución y comercialización a nivel nacional, aún en alimentos producidos específicamente en esta región como la yerba mate (fuertes campañas publicitarias, agresivas promociones comerciales sustentadas en crecientes exigencias a los proveedores, primeras y segundas marcas, envasado con marcas propias, etc.).

En los países latinoamericanos donde las *commodities* representan un alto porcentaje de las exportaciones, los precios de los productos agropecuarios sufren una

alta volatilidad, generando fuertes impactos en toda la economía con altos índices de inflación.

Políticas regulatorias y distributivas

La crisis económica mundial desatada a partir de 2008, y la fuerte retracción de la economía argentina a partir de 2018, renuevan la discusión acerca de las relaciones entre Estados y mercados. Frente a las tendencias de concentración en la comercialización de alimentos, debemos reflexionar sobre la potencialidad de las políticas públicas de regulación para morigerar y/o revertir sus efectos excluyentes. La configuración de nuevas relaciones de producción, intercambio y consumo aparecen como resultado de contradicciones del capital, pero también de la implementación de políticas públicas desde diferentes instancias del Estado. Uno de los debates que se reactualiza frente a la crisis en el paradigma neoliberal, es la conceptualización del Estado, pero sobretodo de la relación Estados – mercados.

La necesidad de comprender las transformaciones regionales, en un contexto cada vez más globalizado, exige permanentes desafíos. No alcanza con analizar una producción local para desentrañar la complejidad de las relaciones sociales y económicas involucradas en la producción, industrialización, distribución y acceso a alimentos. Tampoco podemos omitir la puja política y económica por la fijación de precios, reglas de juego y marcos regulatorios (impositivos, financieros, de seguridad e inocuidad alimentaria), y la convergencia de los impactos de diferentes políticas nacionales, muchas veces contradictorias, que se da en áreas de fronteras.

La volatilidad del precio de los alimentos se ha transformado en una de las principales preocupaciones de los Estados Nacionales y de los organismos internacionales, que plantean la necesidad de políticas estratégicas de regulación frente al poder concentrado de corporaciones económicas transnacionales que controlan en forma creciente la producción y distribución de productos básicos indispensables.

La concentración y extranjerización en las cadenas de comercialización, hace cada vez más difícil la aplicación de medidas para asegurar el abastecimiento a precios accesibles, frente a maniobras cartelizadas de desabastecimiento y aumentos desmesurados de precios que avivan altos índices de inflación.

Negar la importancia de las intervenciones estatales en mercados tan asimétricos y desiguales, oculta el avance del control monopólico de las corporaciones de agronegocios, que en el sector alimentario (con bienes muy inflexibles de consumo

masivo), implican la concentración del acopio y almacenamiento, la especulación entre precios locales e internacionales, y la consiguiente reducción de los márgenes de seguridad alimentaria.

Enfoques diferentes: *seguridad alimentaria y soberanía alimentaria*

A finales del siglo XX, desde diversas instituciones y organizaciones se comenzó a llamar la atención sobre la vulneración masiva de los derechos a la alimentación en numerosos países, conformando una preocupación creciente a escala mundial. La *Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación* reconoce que el crecimiento económico no es suficiente para avanzar en la reducción del hambre y la pobreza, y plantea la necesidad de políticas de protección social que alienten “*un acceso equitativo a los alimentos, los activos y los recursos*”, en especial en áreas rurales (FAO, 2015, p. 2).

Desde instituciones globales como la FAO o la *Alianza Cooperativa Internacional* ACI, se reconoce la importancia y el compromiso de las asociaciones de agricultores para contribuir de manera significativa a la *seguridad alimentaria*, destacando que las cooperativas agrícolas contribuyen a la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo, y considerando indispensable promover una mejor gestión de los sistemas agroalimentarios para reducir la especulación y las fluctuaciones de los precios.

Pero recién al finalizar el siglo XX comenzaron a visibilizarse en los debates sobre *soberanía alimentaria*, los derechos de los pueblos a formar parte activa de los sistemas de producción, comercialización y consumo de los alimentos y a decidir sobre las políticas que aseguren alimentos de calidad, adecuados, accesibles, nutritivos y culturalmente apropiados. Poniendo en debate tanto los esquemas productivos como los modelos de desarrollo, al enfatizar en la producción y el trabajo local, la sustentabilidad y la necesidad de precios justos (CARBALLO, 2014).

Esta concepción pone en debate la necesidad de implementación de políticas públicas más activas y de intervención del Estado en la economía capitalista contemporánea. La necesidad estratégica de las sociedades de producir más alimentos para garantizar el abastecimiento de sus poblaciones, crea la oportunidad de debatir la posibilidad de apoyar y promover modelos alternativos de organización de la producción agraria y el trabajo rural.

Al iniciar este siglo XXI, los cambios en la orientación de las políticas económicas en varios países latinoamericanos y la ampliación de los acuerdos de integración regional, abrieron la posibilidad de recuperar herramientas estratégicas soberanas.

Pero quedó pendiente un replanteo profundo de los patrones de comercialización, y de la implementación de planes de fomento de la producción y el abastecimiento interno de alimentos. Al respecto, Blanca Rubio retoma el concepto de *soberanía alimentaria* en función de la enriquecedora experiencia política de los países andinos de América Latina, frente a la crisis alimentaria y el incremento abrupto de los precios de los alimentos. Ante la reconfiguración neoliberal del sistema agroalimentario mundial, “[...] comandada por las grandes transnacionales en detrimento de los pequeños productores campesinos e indígenas del planeta”, se vienen produciendo aumentos en la producción propia de alimentos y avances en las políticas públicas y en el plano legislativo, aunque “[...] todavía está pendiente lograr una inserción real de los pequeños campesinos como abastecedores de alimentos básicos a la población” (RUBIO, 2010).

A partir de 2005, el concepto de *soberanía alimentaria* comienza a aparecer en Argentina en las reuniones y en los documentos de las organizaciones sociales, ambientales y de derechos humanos, pero también en los discursos gubernamentales, en las fundamentaciones de los programas de diversas instituciones de desarrollo rural, y en la formulación de leyes.

Frente a la profunda crisis económica mundial iniciada en 2008 y que se extendió por varios años, en Argentina se aplicaron medidas anti cíclicas: aumento de la movilidad salarial, jubilaciones y Asignación Universal por Hijos AUH, entre otras, que además de establecer un piso de protección social, reducir pobreza e indigencia, aumentaron la dinámica del consumo agregado.

Pero respecto a las *políticas agropecuarias* se presentaron grandes controversias y conflictos. Aunque sucesivas devaluaciones favorecieron a las empresas agro-exportadoras con un tipo de cambio más competitivo, la renta extraordinaria obtenida no se *derramó* hacia los primeros eslabones de las cadenas agropecuarias. El intento de aplicar retenciones a las exportaciones de cereales para captar parte de la renta agropecuaria en un contexto de incremento abrupto de los precios internacionales, reactivó a partir de 2008 conflictos entre el gobierno nacional y la *Mesa de enlace* de las *entidades del campo* (*Sociedad Rural, Confederaciones Rurales, Federación Agraria y Coninagro*) que se inscriben en una disputa histórica en torno a quienes deberían usufructuar las ventajas comparativas de la producción agropecuaria, sustentada en la riqueza de los recursos naturales como en la extensión de las áreas productivas, la fertilidad de la tierra y la disponibilidad de agua.

También se han analizado los efectos de las retenciones a las exportaciones en la contención de los precios que los consumidores argentinos deben pagar por los alimentos. Para incidir en el poder adquisitivo de los asalariados y en el abastecimiento

del mercado doméstico, el gobierno nacional debería fortalecer la disponibilidad de alimentos, para abastecer una demanda sostenida por mejoras en los ingresos de las políticas sociales distributivas.

Políticas contradictorias Misiones

En Misiones, como en otras *regiones* rurales de Argentina se advierte que la caída en los salarios de los trabajadores agropecuarios y sus pésimas condiciones de trabajo (incumplimiento de los convenios colectivos de trabajo y de los derechos laborales, trabajo familiar no remunerado, trabajo infantil) generan mecanismos de explotación peores a los de otras ramas productivas y al trabajo urbano.

La desigualdad económica en Argentina se agudiza por las transferencias de valor desde las llamadas *economías regionales* productoras de alimentos (de productos primarios o de manufacturas de origen agropecuario), hacia grandes metrópolis donde se asientan los grupos poderosos. Fijación oligopsónica de precios, apropiación de la renta diferencial, control centralizado de la comercialización y de las exportaciones, transnacionalización de empresas, intermediación financiera, aparecen como algunos de los canales de exacción de los capitales generados localmente (MANZANAL, 2014, p. 26).

Las acciones directas o indirectas de los Estados, a través de desgravación impositiva, provisión de insumos de localización, de recursos financieros y de infraestructura y servicios a la producción, no pueden estar subordinadas a los intereses y decisiones de los inversores privados dominantes. Tenemos que analizar cómo se construyen las relaciones de poder en las *economías regionales*, identificando las desigualdades en la apropiación de los beneficios, la renta y los ingresos, para debatir políticas públicas que transformen los procesos estructurales. Además de profundizar sobre la relación entre agroindustrias y *agricultura familiar* se hace imprescindible indagar sobre la formulación e implementación de políticas públicas, y sobre su capacidad de transformar “los modos de vinculación entre producción agrícola y mercado” (GARCÍA; ROFMAN, 2013, p. 9).

La reciente expansión del área sojera y cerealera en los territorios de las *economías regionales*, pueden desencadenar transformaciones más deletéreas que las suscitadas en la pampa húmeda. Los mecanismos de penetración del capital global trastocan las dinámicas regionales de organización en los espacios rurales y las cadenas de valor agrícola, sin garantizar una distribución equitativa de los supuestos beneficios.

Leyes de agricultura familiar y desafíos para su implementación

La *soberanía alimentaria* en Misiones puede ser interpretada como un consenso provisorio sobre la importancia de producción de alimentos para abastecer mercados locales y regionales, con el protagonismo de agricultores asociados y la necesidad de apoyo de políticas públicas. Una construcción política colectiva en debate, que interpela a las instituciones de desarrollo rural y a los gobiernos a repensar los sistemas alimentarios regionales, pero que debe ser problematizada conociendo los condicionantes que devienen de la estructuración del mercado y de los sistemas alimentarios globalizados.

Diversas experiencias de producción de alimentos en Misiones y múltiples políticas públicas implementadas a lo largo de los años para promoverlas, reflejan la importancia de construir formas alternativas para la generación y distribución de ingresos. Pero no podemos dejar de considerar al mismo tiempo los canales de circulación de insumos y productos, los mecanismos de fijación de precios y de remuneración del trabajo, para comprender las vías de transferencias de valor en la actividad agropecuaria, en el contexto de mercados muy desiguales.

Organizaciones de agricultores con diferentes posicionamientos respecto a las políticas públicas (como la Asociación Civil Ferias Francas de Misiones Interferias, el Movimiento Agrario de Misiones MAM o otras organizaciones más recientes) reclaman políticas específicas para la *agricultura familiar* mientras no dejan de reivindicar un rol regulador del Estado en las cadenas agroindustriales más activo.

Algunas de estas reivindicaciones se explicitaron en el proceso de formulación de las leyes *nacional y provincial de la Agricultura Familiar*, aprobadas en 2014 y 2015 respectivamente. Con una activa participación de las organizaciones agrarias, reflejan el convencimiento que la *agricultura familiar, campesina e indígena* contribuye

[...] a la seguridad y soberanía alimentaria del pueblo, por practicar y promover sistemas de vida y de producción que preservan la biodiversidad y procesos sostenibles de transformación productiva (Ley 27.118, Ley de Reparación Histórica de la Agricultura Familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina, Art 1).

El cambio de gobierno nacional a partir de 2016 con orientación neoliberal, impidió la efectivización de las asignaciones presupuestarias solicitadas por las organizaciones agrarias para asegurar el cumplimiento de estas leyes, así como la modificación de otras normas y procedimientos administrativos que hicieran viable su

implementación, como es el caso de las compras estatales a las cooperativas y organizaciones de agricultores.

La Cámara de Representantes de la Provincia de Misiones aprobó en 2015 la Ley Provincial de Agricultura Familiar (Ley VIII, n° 69), que reconoce “[...] sujeto prioritario de las políticas y acciones que se ejecutan desde las diferentes áreas del gobierno provincial” (Art 1).

Respecto a los objetivos de la ley, el primero habla de mejorar “la calidad de vida de los agricultores”, lo que se lograría fortaleciendo “el flujo comercial y la generación de empleo local”, “los procesos de transformación secundaria y agregado de valor en origen”, y “políticas de comercialización que garanticen la inserción de la producción en mercados locales y regionales”. Además plantea explícitamente que la agricultura familiar debe contribuir a garantizar la “soberanía y seguridad alimentaria de los habitantes de la Provincia” (Art 3).

Reconoce la importancia de las organizaciones, y de hecho algunas participaron en la elaboración de la ley. Menciona como uno de sus objetivos “[...] fortalecer la organización de los productores familiares y la defensa de sus derechos y posibilidades, promocionando el asociativismo, la cooperación [...]” (Art, 3) y crea el Consejo Provincial de la Agricultura Familiar, integrado por 4 agricultores y agricultoras representantes de las organizaciones, encargado de “articular, coordinar, organizar, informar y relevar las acciones ejecutadas por las distintas áreas de gobierno para el cumplimiento de la presente ley” (Art, 8).

Pero sabemos que una de las discusiones más importantes a la hora de votar las leyes es como serán cubiertas las erogaciones que demande su cumplimiento, y una de las críticas que se hizo al momento de votar la ley nacional era precisamente que no explicitaba su fuente de financiamiento firme. En el caso de Misiones, se creó un Fondo Especial de la Agricultura Familiar que se integra con partidas existentes: del Presupuesto General de la Administración Pública Provincial; del gobierno nacional para programas, proyectos y acciones en la agricultura familiar; de la Ley Nacional N.º 26.509 Sistema Nacional para la Prevención y Mitigación de Emergencias y Desastres Agropecuarios, y un porcentaje (15%) “de los Recursos del Fondo Especial del Tabaco que corresponden a la Provincia en concepto de Reconversión Productiva” (Art. 11).

Queda planteado el desafío tanto para las organizaciones de agricultores, como para las instituciones responsables de la aplicación de la ley, la reglamentación y sobre todo la ardua tarea de su implementación, y para instituciones como las Universidades su seguimiento y evaluación crítica permanente.

Consideraciones finales

Las relaciones sociales de producción y de apropiación de la riqueza socialmente producida, entretujan formas de propiedad, de organización del trabajo y de distribución con inequitativas transferencias de valor e intensas disputas. En el capitalismo algunos se apropian del valor generado por el trabajo de otros, tanto por la explotación de trabajadores, como por la expropiación de agricultores, sometidos a extensas jornadas de trabajo, produciendo simultáneamente concentración de riqueza y agudización de la desigualdad.

En una rápida expansión territorial, grandes empresas intentan apropiarse de recursos y espacios, alterando profundamente ecosistemas y poniendo en peligro la sustentabilidad ambiental, pero fundamentalmente modificando la vida de quienes viven y trabajan en el agro.

Para entender las relaciones de producción en el agro argentino, además de los procesos de constitución históricos, debemos analizar su dinámica territorial, atendiendo a las vinculaciones entre los sujetos en los distintos eslabones de los encadenamientos económicos, los mercados y a la incidencia diferencial de las políticas públicas. Las relaciones asimétricas en las cadenas agroindustriales determinan que las grandes empresas fijen tanto el precio de los productos que venden como de los insumos agrícolas que compran, agudizando la transferencia del valor a los grupos más concentrados.

Las pugnas respecto a las políticas económicas ponen de manifiesto posicionamientos contradictorios frente a los procesos de avance del capital global y a los impactos que genera en la actividad agraria. En Argentina la discontinuidad en las políticas de apoyo a la agricultura familiar, la distancia entre su formulación e implementación, y sus consecuencias sobre las economías regionales, confrontan diferentes perspectivas respecto a la intervención del Estado.

Los intereses económicos y políticos también generan contradicciones y disputas en los escenarios territoriales específicos. Aunque en los discursos públicos se admite la importancia de la *agricultura familiar*, en el periodo 2016-2019 se fueron distanciando las acciones efectivamente implementadas por instituciones como la Secretaría de Agricultura Familiar de la Nación y la Secretaría de Estado de Agricultura Familiar del Gobierno de la Provincia de Misiones.

Mientras que desde el gobierno nacional alentaban un sector *agroindustrial competitivo* para aumentar las exportaciones, presionando hacia un régimen

agroalimentario donde la ampliación de escala y la intensificación del capital son valoradas, desde el gobierno de Misiones predominaba como objetivo el abastecimiento de la demanda provincial con productos misioneros.

Entender la agricultura sólo como un *sector productor* de materias primas, además de ser una mirada parcial y hegemónica, esconde la desigualdad en la organización del trabajo y la producción, pero también en el acceso y distribución de alimentos.

Los agricultores familiares producen una parte importantes de los alimentos para sus comunidades, generan empleo y contribuyen al desarrollo local y regional. Reconocer la heterogeneidad de sistemas productivos agrarios, implica leyes y normativas que además de garantizar los derechos como a todos los ciudadanos, admitan diferentes formas de tenencia y acceso a la tierra, al agua y a otros recursos naturales; de organización social del trabajo, incluyendo experiencias de economía social y participación; y de producción e intercambio de alimentos para alcanzar la *seguridad* y la *soberanía alimentaria* para todos, incluidos los que viven y trabajan en los territorios agrarios.

Numerosas experiencias impulsadas y organizadas por agricultores en Misiones muestran esfuerzos colectivos por sostener o recuperar *autonomía* respecto a las cadenas agroindustriales y a los intermediarios mercantiles, buscando mayor protagonismo en la organización de los procesos de trabajo, producción y comercialización de acuerdo a sus propias necesidades y valores. Diversas formas de organización política de los propios agricultores y de intervención del Estado en los procesos de producción y distribución, refuerzan la necesidad de conocer las condiciones históricas que configuran las relaciones sociales de producción, y de considerar con mayor detenimiento los vínculos entre producción y circulación.

El reclamo por una *soberanía alimentaria* cuando proviene de las organizaciones agrarias con protagonismo de los agricultores y apoyo de políticas públicas inclusivas, tienen mayor fuerza para promover un desarrollo equitativo y sostenible articulado desde los propios territorios.

Referencias

BARRUTI, Soledad. **Malcomidos**: cómo la industria alimentaria argentina nos está matando. Buenos Aires: Planeta, 2013.

BENDINI, Mónica. Modernización y persistencias en el campo latinoamericano. **Revista ALASRU Nueva época**, México, n. 4, p. 221-242, nov. 2009.

BUTTEL, Frederick. Algunas Reflexiones sobre la economía política agraria de fines del siglo XX. In: JOSEFA, Barbosa Cavalcanti; NEIMAN, G. (Orgs.). **Acerca de la globalización de la Agricultura: Territorios, empresas y desarrollo local en América Latina**. Buenos Aires: Ciccus, 2005.

CARBALLO, Carlos. Soberanía Alimentaria y Agricultura Familiar en Argentina". In: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires UNICEN, Dossier Nuestro pan de cada día: perspectivas de la agricultura familiar en Argentina. **Economía | Sociedad**, mar. 2014. Disponible em: <<http://www.unicen.edu.ar/content/soberan%C3%ADa-alimentaria-y-agricultura-familiar-en-argentina>>. Acceso em: 22 abr. 2014.

DIEZ, María Carolina. **Pequeños productores y agroindustrias: un estudio sobre los tabacaleros de Misiones**. Posadas: EdUNaM, 2013.

FAO, FIDA y PMA. El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2015. **Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales progresos**. Roma: FAO, 2015.

GARCÍA, Ariel; ROFMAN, Alejandro Rofman. Poder y Espacio: una propuesta de abordaje regional. In: ROFMAN, A. Y; GARCÍA, A. (Orgs.). **Economía Solidaria y Cuestión Regional en la Argentina de principios del siglo XXI: Entre procesos de subordinación y prácticas alternativas**. Buenos Aires: Un autóctono Ediciones, 2013.

GORTARI, Javier; ROSENFELD, Víctor; OVIEDO, Alejandro (Orgs.). **Dinámica agraria y políticas públicas: Desigualdades sociales y regionales**. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2016.

INTA. **Somos la Tierra: historias y relatos de la agricultura familiar en la Argentina**. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2015. Disponible em: <http://inta.gob.ar/sites/default/files/inta_-_libro_-_somos_la_tierra.pdf>. Acceso em: 26 nov. 2020.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Territorio, teoría y política. In: FERRO, Juan Guillermo Medina; VELÁSQUEZ, Fabio Lozano (Ed.). **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 35-66.

MANZANAL, Mabel. Desarrollo: una perspectiva crítica desde el análisis del poder y el territorio. **Realidad Económica**, n. 283, p. 17-48, abr./maio 2014.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, n. 1, v. 36, p. 139-169, 2009.

MISIONES. Ley VIII - n. 69. **Ley provincial de Agricultura Familiar**. 2015

RUBIO, Blanca. El nuevo modelo de soberanía alimentaria en América Latina. In: VIII CONGRESO ALASRU PORTO DE GALHINAS, Recife, 2010. **Anais...** Disponible em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT27-Blanca-Rubio.pdf>>. Acceso em: 26 nov. 2020.

SLUTZKY, Daniel. **Estructura social agraria y agroindustrial del Nordeste de la Argentina: desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente**. 1. ed. Posadas: EdUNaM, 2014.

A tradução na implementação de políticas públicas: uma análise a partir do Plano ABC nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul

Leticia Andrea Chechi*

Introdução

A agenda climática no Brasil tem repercussões importantes no período anterior à Conferência das Partes (COP) 15 (2009), até 2016, com o lançamento do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Em 2009 o país criou a Política Nacional sobre Mudança no Clima (PNMC) (Lei nº 12.187), sendo uma das principais iniciativas dessa a criação de planos setoriais para redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (BRASIL, 2009).

No ano de 2010, o setor da agricultura elaborou o Plano para consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura – Plano ABC. O documento que foi lançado oficialmente em 2012, foi estruturado em sete áreas, seis delas referentes às tecnologias de mitigação e uma última com ações de adaptação às mudanças climáticas: 1) Recuperação de Pastagens Degradadas; 2) Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); 3) Sistema Plantio Direto (SPD); 4) Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); 5) Florestas Plantadas; 6) Tratamento de Dejetos Animais; 7) Adaptação às Mudanças Climáticas. Buscando contemplar cerca de 40 milhões de hectares através de tecnologias de produção sustentável, o programa previa o investimento de R\$ 152,33 bilhões até 2020 (BRASIL, 2012).

A operacionalização do Plano se dá através do Programa ABC, que consiste em uma linha de crédito rural criada em agosto de 2010. De acordo com dados apresentados pelo Observatório ABC (2019), desde sua concepção até a safra 2018/19,

* Engenheira Florestal formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen, RS. Mestre e doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, professora colaboradora na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV).

E-mail: leticiaandreachечи@gmail.com

o Programa ABC desembolsou R\$ 18,9 bilhões, o que representa uma execução de 12% do previsto. Em relação às regiões brasileiras, há uma concentração de recursos do Programa ABC nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e estados que compõe o Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Sobre as tecnologias acessadas, há um destaque para a Recuperação de Pastagens Degradadas e Sistema Plantio Direto. Na safra 2018/19, por exemplo, 46% dos recursos contratados pelo Programa ABC (R\$ 747,5 milhões) foram destinados para o plantio direto, 38% para recuperação de pastagens (R\$ 625,5 milhões).

A implementação do programa ABC apresenta diversos desafios, como elencado pelo Observatório ABC (2019). Questões como o baixo conhecimento do Programa ABC pelos produtores e profissionais de assistência técnica, divulgação precária pelos agentes financeiros, capacitação deficitária da assistência técnica, percepção de burocracia do Programa ABC são apontadas pela equipe do observatório.

Os desafios apresentados perpassam o trabalho de agentes e supervisores de crédito, profissionais da assistência técnica privada e pública, e outros atores que podem estar envolvidos na implementação do Programa ABC, e que nesse trabalho são intitulados burocratas de nível de rua (LIPSKY, 1980). Nesse contexto, algumas questões incitam o debate sobre a implementação do Programa ABC: como as mudanças climáticas são interpretadas nos espaços locais? Quem são os burocratas de nível de rua responsáveis pela implementação do Programa ABC? Como esses atores interpretam e difundem as informações referente ao Programa ABC? Como orientam os beneficiários no acesso ao programa? A partir dessas questões, esse trabalho tem como objetivo analisar a implementação do Plano ABC nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a partir da integração teórica dos referenciais de implementação e tradução de políticas públicas.

Buscando compreender como os burocratas de nível de rua traduzem e difundem as informações referente ao Programa ABC, as dimensões interativa, discursiva e institucional apresentadas por Hassenteufel e colaboradores (2017) no referencial de tradução de políticas públicas, são estendidas até o contexto da implementação. Podendo ser caracterizada como um processo de interação entre diferentes grupos de atores, na implementação a política pública vai sendo reformulada, ajustada e adaptada de acordo com os contextos locais, as contingências estruturais, as incertezas e indefinições normativas, e o poder discricionário dos “burocratas de nível de rua” (LIPSKY, 1980, 2019; LOTTA, 2010).

O trabalho está estruturado em quatro partes principais, além desta introdução. A segunda seção aborda o referencial teórico sobre tradução e implementação de

políticas públicas. A terceira contempla a metodologia empregada na pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados do processo de implementação do Plano ABC nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Tradução e implementação de políticas públicas

No contexto dos estudos de implementação de políticas públicas, as pesquisas sobre a discricionariedade dos burocratas de nível de rua nos ambientes organizacionais merecem destaque. Um pesquisador importante dessa área Lipsky (1980; 2019), com o livro denominado “*Street Level Bureaucracy*”. A partir desta obra, passa-se a considerar a resposta das agências de implementação às diversas iniciativas políticas e pressões ambientais de diversas fontes. O questionamento passa a ser o que acontece na base, buscando identificar os fatores que influenciam a ação e o comportamento dos agentes na implementação da política pública.

Lipsky (1980; 2019) define burocratas de nível de rua (*street-level bureaucracy*) como as agências nas quais os trabalhadores interagem diretamente com cidadãos no curso de suas tarefas e que tem substancial importância para o seu trabalho. As decisões tomadas pelos burocratas de nível de rua, as rotinas que estabelecem e os dispositivos que criam para lidar com as incertezas e pressões do trabalho, se tornam as políticas públicas que implementam.

De acordo Lipsky (1980; 2019), os burocratas de nível de rua têm um grande grau de liberdade discricionária e autonomia na condução dos processos. Nesse sentido, afirma que “os burocratas do nível de rua têm discricionariedade porque a natureza da provisão de serviços requer um julgamento humano, que não pode ser programado e que não pode ser substituído por máquinas” (LIPSKY, 1980, p. 161). Ao olhar para os burocratas é preciso compreender como eles interpretam a política pública, suas instituições e seu papel, e dessa forma, como constroem suas ações, considerando que fazem parte de uma estrutura institucional e, ao mesmo tempo, tem o poder de implementar políticas públicas.

No contexto da implementação, o burocrata de nível de rua e seu poder discricionário tem um papel importante na interpretação e transmissão das ideias referentes às políticas públicas. Em outras palavras, ocorre uma (re)tradução da política pública pelo burocrata de nível de rua. Para contemplar esse processo contínuo de construção/formulação e implementação, se propõem nesse estudo que as dimensões

elencadas por Hassenteufel et al. (2017) sobre tradução de políticas públicas sejam estendidas até o contexto de implementação da mesma.

Aplicado à análise de políticas públicas, a noção de tradução corresponde ao processo de reformulação de problemas políticos, orientações e propostas em uma linguagem e contexto diferentes. A tradução pode ser mais ou menos completa, e mais ou menos distante da formulação original. Deve-se então, analisar os discursos de políticas utilizando referências internacionais e focar em duas questões principais: como se traduzem as referências e como se legitimam propostas políticas (HASSENTEUFEL et al., 2017). De acordo com Haussenteufel e De Maillard (2013), a tradução se propõe não somente a analisar a forma como são reformulados modelos de ação pública, mas como eles se mobilizam, negociam, confrontam com outros atores para introduzir mudanças na política pública.

No trabalho realizado por Hassenteufel et al. (2017), os autores afirmam que o conceito de tradução é capaz de compreender três conjuntos de dimensões na análise de políticas públicas comparadas, a saber: a construção e formulação de políticas de sustentação de propostas de políticas, considerada como dimensão discursiva; as interações entre os diferentes atores de políticas, em diferentes níveis, sendo denominada a dimensão de atores ou interativa; e a dimensão institucional, composta pelo quadro institucional em que se inserem as políticas públicas nacionais.

A dimensão discursiva da tradução pode ser analisada através da habilidade cognitiva, discursiva e analítica dos atores para definir conceitos e situações, argumentar, desenvolver estratégias, discutir, persuadir e convencer, construir acordos, atribuir sentido ao seu propósito, se adaptar aos diferentes contextos. Nessa dimensão, os discursos de política não podem ser separados dos atores que moldam e usam estratégias argumentativas para legitimar e fortalecer a proposta política, convencendo outros atores.

Em relação à dimensão interativa, essa propõe uma estrutura de tradução analítica, baseada na distinção entre quatro dimensões interligadas: a reformulação de um problema pelos atores; a negociação entre os diferentes atores envolvidos no processo; a atribuição de diferentes papéis a esses atores; e a mobilização de atores que permita a realização da ação. Essa conceitualização indica para o papel das interações dos atores, que são políticas, no sentido de que estão relacionadas aos recursos (financeiros, relacionais, de tempo, legitimidade, entre outros) dos diferentes atores envolvidos.

Na dimensão institucional, a tradução depende de quatro fatores principais, a saber: o contexto institucional, as lutas pelo poder, o apoio à liderança e as capacidades de implementação política (CAMPBELL, 2004). Os atores não são apenas constrangidos por outros atores, mas também pelas instituições existentes, herdadas de políticas públicas passadas, determinando o processo político, especialmente a capacidade de implementação. Portanto, a tradução deve ser analisada durante todo o processo político, desde a construção de problemas até a implementação de políticas.

Procedimentos metodológicos

No desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas duas técnicas principais para o levantamento de dados e informações: realização de entrevistas através de roteiro semiestruturado de perguntas abertas e diário de campo¹. Foram entrevistados 44 atores relacionados à implementação do Plano ABC através do Programa ABC², no período de fevereiro a junho de 2018. Por ser parte de uma pesquisa maior, que trata da tradução da agenda climática pelos atores do setor agropecuário em políticas públicas no Brasil, os entrevistados estão numerados de 27 a 70, sendo os atores do estado do Rio Grande do Sul (entrevistas 27 a 55) e Minas Gerais (entrevistas 56 a 70).

Para delimitação da área de estudo, buscou-se embasamento nos dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), através da coordenação do Plano ABC nacional, contemplando o período de 2013 a 2017.

Nesse contexto, a pesquisa de campo foi realizada nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul³, em mesorregiões e municípios com maior representatividade no acesso ao Programa ABC. No estado de Minas Gerais, os municípios escolhidos pertencem a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba, sendo eles: Frutal, Prata e Campina Verde, onde destacou-se a tecnologia de Recuperação de Pastagens Degradadas. No Rio Grande do Sul, os municípios contemplados pela pesquisa de campo foram da mesorregião Noroeste no Rio Grande do Sul (Santa Bárbara do Sul,

¹ A transcrição das entrevistas e análise das informações foi realizada através do software *Nvivo*, a partir da criação de categorias de análise.

² Os atores entrevistados representavam as seguintes organizações: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação – SEAPI/RS, Grupo Gestor ABC – RS, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS, Banco do Brasil, Banrisul, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Sicredi, Santander, Grupo Gestor ABC/MG, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/MG, Sicoobcrediminas e treze assistências técnicas privadas

³ Havia interesse na realização de análise comparativa. Nesse contexto, a escolha do estado de Minas Gerais se deu devido ao protagonismo no programa ABC. Já o estado do Rio Grande do Sul, além de ter destaque no acesso ao programa, foi escolhido pela facilidade para a realização da pesquisa de campo pela pesquisadora.

Cruz Alta e Soledade), com destaque para a tecnologia do Sistema Plantio Direto, e da mesorregião Sudoeste (Alegrete, Lavras do Sul e São Gabriel), onde destacou-se a tecnologia de Recuperação de Pastagens Degradadas.

Os burocratas de nível de rua e sua interação na implementação do plano ABC: a dimensão interativa da tradução de políticas públicas

O primeiro elemento interativo a ser considerado na implementação do Plano ABC através do Programa ABC é em relação ao desenvolvimento de planos estaduais. Uma das estratégias desenvolvidas pelo Mapa, responsável pelo plano a nível nacional, foi estimular a estruturação de grupos gestores e a construção de planos estaduais que seguissem o mesmo padrão do Plano ABC nacional. Através de dois eventos estratégicos, em cada estado, o Mapa teve interação com os atores que estariam diretamente ligados à implementação do Programa ABC nos estados. O Grupo Gestor de Minas Gerais foi estruturado com a participação de 30 atores⁴, enquanto o Grupo Gestor do Rio Grande do Sul conta com 21 participantes⁵.

No contexto dos municípios, onde se dá o contato do produtor com o Programa ABC, o arranjo de atores vinculados ao processo de implementação é reduzido. É possível observar, em ambos os estados, um papel relevante do sistema bancário, representado por organizações como Banco do Brasil, Sicredi, Sicoob Crediminas, Banrisul, BRDE, Bradesco, Santander, e assistência técnica privada.

Em relação à assistência técnica pública, é possível constatar que a Emater do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais atuaram pouco junto a esse programa, o que tem efeitos sobre a sua tradução e direcionamentos a nível local. Uma análise da tradução da agenda climática na construção do Plano ABC mostrou que houve um direcionamento dessa política pública para médios e grandes produtores, o que tem repercussões a nível local (CHECHI, 2019). Nesse sentido, o programa não contempla a agricultura familiar, público prioritário atendido pelas Emater's, como é possível observar na fala do técnico da Emater do município de Prata – MG: *“O grande é mais difícil da gente chegar nele, porque tem assessoria que está buscando esse grande toda*

⁴ Banco do Brasil, EMATER – MG, EMBRAPA Milho e Sorgo e Gado de Leite, EPAMIG, FAEMG, FETAEMG, Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas, ABID, AMIF, SEAPA, DPDAG/SFA-MG/MAPA, SEBRAE, Sicoob Central Crediminas, CCPR – Itambé, IEF, SEMAD/FEAM, INMET 5º DISME, SENAR, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, INAES/FAEMG, ASEMG, TNC, Ibio, Comunidade de Prática – HRNSTIFTUNG, FEBRAPDP, UFV.

⁵ SDR, Fepagro, Banrisul, Embrapa, UFRGS, Unipampa, Farsul, Fetag/RS, SESCOOP/RS, ESCOOP, Famurs, Ageflor, Fetraf Sul, Badesul, BRDE, Ocergs, Sebrae, Irga, Sema, Fepam, Assessoria Técnica Privada.

hora” (Entrevistado 62). O distanciamento do programa fica claro em um trecho da entrevista do coordenador de crédito rural da Emater – RS: *“está meio distante de nós, eu tenho muito pouco conhecimento e muito pouca consulta sobre [...], ninguém me liga pra perguntar sobre ABC no estado”* (Entrevistado 29).

O contato da assistência técnica e dos agentes bancários com o ABC, de acordo com a pesquisa de campo, se deu através das normativas do sistema bancário, do plano safra e por reuniões realizadas com assistências técnicas a nível de região. Em ambos os estados, é mencionada a importância das instituições bancárias na divulgação do programa, como pode ser observado na fala do entrevistado: *“O primeiro contato foi via banco. O governo lançou o programa, achou viável pelo prazo, a divulgação foi muito grande pelo banco”* (Entrevistado 64). Isso representa que os grupos gestores têm desenvolvido estratégias para difusão do programa, contudo, a partir da pesquisa de campo questiona-se a eficiência das mesmas. Um grupo de pessoas, como representantes das organizações, participam desses momentos, mas pelo observado na pesquisa de campo, não são aqueles agentes que estão no banco operacionalizando a política pública junto ao produtor rural, nem mesmo aquele técnico que constrói o projeto.

No contexto local, a maior interação ocorre na operacionalização do programa. De maneira geral, os produtores conhecem o programa através de três vias distintas, a saber: pelo agente que opera o crédito rural no sistema bancário, sendo essa mais evidente no Rio Grande do Sul; pelo assistente técnico que acompanha o produtor, situação mais presente em Minas Gerais; através de diferentes estratégias de divulgação, como reuniões, feiras, internet, televisão, entre outras, citada em ambos os estados. De maneira geral, o modo como os produtores conhecem o programa e o acessam, ou não, demonstra as diferenças de implementação nos dois estados. Aliado às diferenças produtivas e culturais, é o poder discricionário do burocrata de nível de rua que define como o programa é executado em cada contexto.

No Rio Grande do Sul os produtores buscam inicialmente o banco, dialogando sobre a atividade para qual tem necessidade de crédito rural. O operador de crédito identifica o programa adequado para a necessidade do produtor e indica uma assistência técnica, geralmente privada no caso do Programa ABC, para a construção do projeto. Em alguns bancos existe a relação de técnicos credenciados para apresentação de projetos, em outros casos, o banco já teve projetos aprovados do Programa ABC com determinado técnico, e orienta o produtor a buscar essa assistência técnica, com objetivo de que a liberação do crédito seja mais rápida. Esse processo fica claro na fala de um supervisor de crédito rural no Rio Grande do Sul:

Ele não vem como uma formulação pronta, porque ele não teve, ele não procurou primeiro o técnico, primeiro ele procura a linha de crédito. Aí, nós temos que saber realmente o que ele quer fazer na propriedade, aí a gente vai sugerindo. A partir do momento que ele disser 'eu preciso fazer isso ou aquilo dentro da minha propriedade', então nós 'temos o ABC que é uma excelente linha de crédito que vai se encaixar bem no teu perfil, no perfil que você quer, fazer o investimento dentro da tua propriedade' (Entrevistado 49).

Fica clara a discricionariedade do burocrata de nível de rua, responsável por interpretar as necessidades do produtor rural e direcionar a ele uma linha de crédito. De acordo com Lipsky (2019), a discricionariedade dos burocratas de nível de rua reside na provisão de serviços que requerem um julgamento humano, ou seja, "eles exercem discricionariedade nas decisões a respeito dos cidadãos com quem interagem" (p. 55). Além disso, a escolha da linha de crédito também pode ser precedida por interações anteriores, como por exemplo, do banco com o governo: "*tem direcionador do governo pra cumprir determinadas metas, e o banco trabalha com elas*" (Entrevistado 69). Essa interação gera uma orientação superior do banco para a liberação desse crédito.

É evidente a influência decisiva do burocrata de nível de rua na implementação da política, visto que os atores detêm conhecimento da realidade local e podem adaptar os objetivos da política, além de acionar atores como a assistência técnica (O'BRIEN; LI, 1999). Essa discussão leva a segunda via de contato e acesso do Programa ABC pelo produtor rural, que se dá através da assistência técnica. No estado de Minas Gerais essa perspectiva se mostrou mais presente, onde a assistência técnica prospecta produtores rurais que se enquadrariam na política pública. A assistência técnica que conhece o meio rural da região, que conhece os produtores, os coloca em contato com o Programa ABC: "*você consegue fazer um número grande de financiamento porque a gente já sabia os clientes que tinham o perfil do ABC*" (Entrevistado 57).

Os produtores também têm contato com o Programa ABC através dos diferentes meios de divulgação, visto que a nível federal e dos grupos gestores estaduais foram desenvolvidas estratégias nesse sentido. O contato com outras pessoas e a indicação do programa, seja por um formador de opinião em feiras e eventos, seja por um vizinho, foi um dos elementos presentes na pesquisa de campo: "*metade vinha porque ouviu ou porque o amigo fez, ou porque o irmão fez, ou porque o vizinho fez*" (Entrevistado 30).

Como pode ser observado nas formas de contato com o Programa ABC, a interação dos atores no contexto de implementação local é permeada pela construção de significados, em ambos os estados. Hassenteufel (2006), ao falar da tradução de políticas públicas, explica que o modelo proposto por Michel Callon destaca o papel dos atores na produção de significados comuns. Aplicado ao contexto da implementação da

política pública, considerando a implementação como uma forma de “tradução”, podem ser identificados alguns “significados” construídos coletivamente na pesquisa de campo realizada, a saber: um programa que não contempla o público da agricultura familiar, sendo voltado a grandes ou médios produtores e com morosidade no processo de liberação do crédito, visto que se trata de um projeto complexo e burocrático.

A dimensão discursiva de tradução de políticas públicas na implementação do plano ABC

O processo de implementação de uma política pública é precedido pela interpretação dessa política pelos burocratas de nível de rua. Segundo Lipsky (1980; 2019), para se ajustar às normas do sistema e atender às necessidades dos clientes, os burocratas de nível de rua desenvolvem estratégias de implementação, o que requer um julgamento humano, ou seja, um elevado grau de discricionariedade e autonomia no processo. Com isso, a interpretação sobre o que é mudança climática tem relevância na implementação do Programa ABC, visto que esse foi criado visando o desenvolvimento de uma agricultura de baixa emissão de carbono, contribuindo para o alcance das metas brasileiras nos acordos climáticos globais.

Quando questionados sobre o que é mudança climática, os burocratas de nível de rua apresentaram exemplos práticos e visíveis da alteração do clima; outros entrevistados mencionam que os efeitos do clima são cíclicos, trazendo exemplos para representar isso, buscando justificar que a agricultura não é a causadora da mudança climática; e outros ainda declararam não acreditar que a mudança climática existe.

De acordo com um técnico no município de Cruz Alta (Entrevistado 40), a mudança climática não é um efeito da ação antrópica, mas uma mudança natural: “*eu acho que essas mudanças climáticas é um efeito natural, uma mudança natural*”. O representante da assistência técnica do município de Frutal – MG não acredita que a mudança do clima seja ocasionada pela emissão de carbono, pois essas mudanças seriam gradativas: “*Eu não acredito que o clima tá mudando pela emissão de CO₂, se você ver historicamente, o mundo vem mudando gradativamente*” (Entrevistado 59). Essas perspectivas estão alinhadas à visão de um grupo de pessoas e pesquisadores que busca “naturalizar” a mudança climática, nesse caso, em uma perspectiva de defesa setorial.

Destarte, o exposto em algumas percepções dos burocratas de nível de rua sobre o que é mudança climática vem ao encontro do escrito por Hill (2003), em relação às problemáticas da implementação das políticas públicas. Não há um compartilhamento de significados entre os atores políticos e os implementadores do Plano ABC, visto que

o mesmo foi construído para contribuir na redução da emissão de GEE, a mitigação da mudança climática, e alguns implementadores do programa questionam a própria existência de uma mudança do clima. De acordo com Lipsky (1980; 2019), muitas vezes as políticas públicas são permeadas por conflitos e decisões vagas, sendo relevante a análise do entendimento que os implementadores de políticas públicas têm sobre as mesmas, e sua implementação (HILL, 2003).

Outra questão dialogada com os implementadores foi em relação à relevância da informação sobre a redução de GEE para os produtores que acessam o programa ABC. Em ambos os estados, grande parte dos entrevistados declararam ser uma informação de pouca relevância, que os produtores não estariam interessados nessa redução, e sim na linha de financiamento que permite uma melhoria na sua atividade, na sua produção. Segundo o representante de um banco no município de Frutal – MG, o produtor não tem conhecimento sobre a redução das emissões de GEE, e que o entendimento da importância do programa é no sentido de melhorias produtivas, como pode ser observado em um trecho da entrevista: *“O produtor não tem muito conhecimento da redução, gás carbônico e tal, mas se falar que ele vai melhorar a produção, que a área dele vai ser mais produtiva, que a terra vai ser melhorada, tudo, isso ele vai entender fácil”* (Entrevistado 61).

É perceptível na fala do burocrata de nível de rua que a informação de redução de GEE não “vende” o programa aos produtores rurais, talvez devido à dificuldade os próprios possuem para transmitir a informação, ou também porque não acreditarem nessa redução de emissão de GEE, como declara um operador de crédito rural do Rio Grande do Sul: *“quanto à emissão de gases, não consigo assim dimensionar pelo conhecimento, pela experiência da vida. É uma coisa muito técnica, teria que ter uma coisa que fosse mais palpável”* (Entrevistado 47). De maneira geral, os burocratas de nível de rua acabam vendo a redução de emissão de GEE como uma consequência do acesso e uma forma de aumentar a produtividade, mas não o que leva os produtores a buscar o Programa ABC. Por conseguinte, não enxergam relevância nessa informação para o produtor rural.

As diferentes interpretações sobre a temática e sua importância na implementação do Programa ABC demonstram o quanto a implementação de uma política pública é um contínuo processo de tradução. O desenho original e os objetivos da política vão sendo redefinidos pela influência de vários fatores, como as características do local, a maneira como se dá a interação com o público afetado e a relação entre os distintos níveis administrativos que participam do processo.

No sistema bancário, alguns dos entrevistados destacaram a objetividade do processo da tomada de crédito, quando são questionados sobre quais as informações que eles transmitem aos interessados no Programa ABC. A preocupação é direcionada aos aspectos operacionais da linha de crédito, na explicação de limites de financiamento, prazo de pagamento, taxa de juros, a comprovação da utilização do crédito, dentre outras. Dessa forma, a orientação e direcionamento para determinada linha de crédito se dá a partir dos elementos normativos, e não necessariamente pelos objetivos das políticas públicas.

Quando questionado sobre quais as informações sobre o Programa ABC que considerava mais relevante, o operador de crédito rural (entrevistado 54), explica: *“Essenciais? Sobre o funcionamento da linha, o que financia, o que não financiam, taxa, prazo e os requisitos como garantia, o que funciona, o que está vinculado ou não”*. Desse modo, é possível constatar que as informações repassadas aos produtores são similares às operacionais. Isso também pode ser observado no trecho da entrevista do técnico de Uberaba – MG e do técnico de Alegrete – RS, respectivamente: *“Taxa de juros, que dá para o produtor trabalhar. O prazo, que é um prazo aí de médio, varia de 5 a 12 anos, dependendo da atividade e oportunidade que ele tem”* (Entrevistado 66); *“O agricultor está preocupado em saber tempo, prazo, carência, taxa de juros”* (Entrevistado 32).

De acordo com Lispky (1980; 2019), os burocratas de nível de rua, de certa forma se sentem parte da engrenagem de um sistema, mas de outra, buscando atender as necessidades de seus clientes, parecem ter um grau de liberdade discricionária e autonomia, visto que a escolha entre o Programa ABC e outro programa requer um julgamento humano desses atores. Essa perspectiva pode ser observada no trecho da entrevista do supervisor de crédito rural de Soledade – RS: *“tem que ver a necessidade dele na propriedade. ‘Quero melhorar a estrutura do meu solo, quero melhorar a propriedade como um todo’ [...] aí nós vamos dizer, então nessa linha você vai se encaixar”* (Entrevistado 49).

A interpretação do que é mais adequado ao produtor rural passa por uma avaliação fortemente vinculada às condições do sistema de crédito, e de modo menos relevante às questões técnicas do programa e seus benefícios, como pode ser observado na fala da entrevistada 33: *“qual é o objetivo dele até para ver se ele tá pensando que seria a melhor saída para ele né, porque as vezes a gente tem uma linha que tem um prazo melhor, as vezes a gente tem uma linha que tem uma taxa mais atrativa”*.

Na percepção de alguns entrevistados, o produtor só está buscando mais uma linha de crédito, como declara o ator vinculado ao Programa ABC no Rio Grande do Sul: *“Porque ele vai lá assim ‘me arruma um dinheiro aí, pra mim paga daqui três, quatro anos”*

(Entrevistado 27). De acordo com um técnico do município de Frutal – MG, a sustentabilidade vai depender mais do produtor do que da linha de financiamento que está sendo acessada: “o que tá tornando mais sustentável é a cabeça do agricultor mesmo, não é o programa ABC que veio e da noite pro dia o produtor mudou essa ideia, não (Entrevistado 59). Nesse sentido, as percepções dos burocratas de nível de rua têm grande importância na implementação da política pública. Se os atores responsáveis por colocar em prática os objetivos do Plano ABC não conseguem visualizar isso no contexto onde atuam, dificilmente conseguirão traduzir isso aos produtores que buscam o acesso ao programa.

A dimensão institucional da tradução de políticas públicas na implementação do plano ABC

Em ambos os estados houve a criação do grupo gestor, ou seja, a estratégia nacional de estimular a criação de planos e ações estaduais foi efetivada nos casos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Essa ação tinha como objetivo adequar a agricultura de baixo carbono à realidade e às necessidades de todas as regiões do país. Essa ação demonstra a contínua formulação do programa, mesmo em sua implementação. Em outras palavras, havia um Plano ABC nacional, mas para que ele fosse implementado nos estados, foi necessária a construção de Planos ABCs estaduais, adaptados às especificidades locais. Isso corrobora com a perspectiva da tradução da política pública até o contexto da implementação, pois foi necessário que os atores envolvidos (re)traduzissem o plano nacional para o nível dos estados, e ainda, que os burocratas de nível de rua, através de seu poder discricionário, traduzem a política pública à sua maneira. Nos casos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, houve a articulação de grupos gestores e construção dos Planos ABCs estaduais, cada estado com suas especificidades e institucionalidades.

A Política Gaúcha sobre Mudanças Climáticas foi instituída através da Lei nº 13.594, de 30 de dezembro de 2010. Esse documento é muito semelhante à Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009), diferindo nos instrumentos. A política gaúcha define instrumentos como a avaliação ambiental estratégica; o registro público de emissões; o disciplinamento do uso do solo e da água; a produção, comércio e consumo, de maneira a reduzir a demanda de insumos, energias; o licenciamento, prevenção e controle de impactos ambientais; o transporte sustentável; o gerenciamento de recursos hídricos, resíduos e efluentes; a educação, capacitação e informações (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O “Plano Estadual de Mitigação/Adaptação às Mudanças Climáticas visando à consolidação de uma agricultura de baixa emissão de carbono” foi lançado em agosto de 2016 no Rio Grande do Sul. Da mesma forma que a lei, o plano é semelhante ao nacional, indicando as mesmas tecnologias, indicadores e metas até 2020 e meios de verificação. No plano operativo, são apresentadas ações detalhadas para cada uma das tecnologias, indicando a localização geográfica, a instituição responsável, participantes, produto e a meta a ser alcançada, aos moldes do plano nacional (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Em Minas Gerais é a Resolução da Seapa nº 1.233, de 09 de janeiro de 2013 que dispõe sobre o “Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono de Minas Gerais (Plano ABC-MG)”. Da mesma forma que no caso do Rio Grande do Sul, o documento apresenta similaridades ao plano nacional, definindo ações, responsáveis e metas a serem alcançadas a nível de estado (SEAPA-MG, 2013).

Não foi possível observar uma ligação clara entre os atores do contexto da organização estadual, para o contexto local de implementação da política pública nos municípios. Além da dificuldade da informação chegar até o nível local de implementação do Programa ABC, algumas exigências de nível bancário são apresentadas pelos burocratas de nível de rua. O gerente da carteira de agronegócios Banco do Brasil no Rio Grande do Sul menciona que, por essas questões, acaba se optando por outros programas, que financiam as mesmas atividades e são menos burocráticos: “programa muito burocrático, tem que acompanhar ele durante o projeto. Como acompanhar a redução de carbono? Isso é banco de universidade” (Entrevistado 34).

Os entrevistados destacam algumas exigências do programa que podem desestimular o acesso, como o licenciamento ambiental, outorga de água e georreferenciamento da área. Além disso, os burocratas de nível de rua comentam sobre a conformação do processo como um todo, certidões negativas, garantias de patrimônio, análise de solo, dentre outras. Segundo os entrevistados, como alguns documentos tem validade, como as certidões negativas, Cédula de Produtor Rural - CPR, acontece com frequência de ter que solicitar novamente esses documentos, o que desestimula o produtor rural. Como explica um representante do sistema bancário do Rio Grande do Sul: “isso algumas vezes pode desestimular o produtor que não tá acostumado a quantidade de documentos, de análises de solo, enfim, tudo que tá relacionado a documentação pra liberar (Entrevistado 54).

Para além da questão documental, a necessidade de uma justificativa técnica de redução de emissões de GEE, de um acompanhamento técnico detalhado e a longo prazo, podem contribuir para a predileção de outro programa. Isso de fato ocorre na prática, onde a discricionariedade do burocrata de nível de rua permite um direcionamento para o instrumento de crédito que considera mais adequado, muitas vezes priorizando a facilidade e a rapidez do processo burocrático interno. De acordo com os operadores e supervisores de crédito rural, em ambos os estados, essa fragilidade técnica pode ser observada nos próprios projetos encaminhados ao banco, como explica um operador de crédito rural em Minas Gerais: “o acompanhamento técnico que é deficitário. O projetista, por exemplo, se eles vão lá na assistência técnica, eles fazem tudo, mas tem que acompanhar e esse acompanhamento não é feito, infelizmente” (Entrevistado 58).

Um supervisor de crédito rural no Rio Grande do Sul chama atenção para a justificativa técnica do projeto: “tem que me justificar que aquele uso vai ter um aumento de produção, ele vai deixar de desmatar novas áreas, enfim, vai ter sequestro de carbono pela produção de mais massa verde, mas é isso que falta justamente nos projetos” (Entrevistado 52). É possível observar na fala do entrevistado a prioridade às questões produtivas, em detrimento à redução das emissões de GEE, perspectiva que também foi observada no contexto da construção da política pública (CHECHI, 2019).

Os burocratas de nível de rua elencam como “problemas” do programa ABC os elementos que não são exigidos em outras linhas de crédito rural. A exigência de uma justificativa para o projeto, elencando como irá contribuir com a redução de emissão de GEE, realizando o licenciamento ambiental, conciliando às questões produtivas à conservação dos recursos naturais, dentre as outras exigências que confeririam ao Programa ABC um conceito de programa diferenciado, são visualizadas como algo negativo, como pode ser observado na fala do representante do sistema bancário no Rio Grande do Sul: “o produtor num primeiro momento ele achou como barreira, e não como uma coisa boa (Entrevistado 48).

O histórico das políticas públicas de crédito rural podem dar elementos importantes para compreender por que são elencados esses “problemas” em relação ao Programa ABC. Devido ao estímulo para o desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil, grande parte das linhas de crédito rural são acessadas com facilidade em processos rápidos, como aponta o operador de crédito de Minas Gerais: “você entrega numa segunda com tudo certo, se não depender de cartório pra registrar cédula e tudo mais, acredito que na mesma semana você tem o crédito” (Entrevistado 70). Um planejamento de longo prazo, que exige um projeto mais aprimorado é diferente do que

a assistência técnica está acostumada a fazer, como explica o representante do Grupo Gestor RS: “Complexidade maior que você fazer um projeto de custeio, o que muitos técnicos estão acostumados a fazer” (Entrevistado 27).

Contudo, o que se observou na prática é uma migração de programas, considerando que o Programa ABC se encontra muito próximo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), de acordo com os entrevistados. Em ambos os estados, os dois programas - ABC e Pronamp - são visualizados como similares, financiando as mesmas atividades, com taxas de juros e prazos de pagamento semelhantes, ou seja, lembrando apenas dos aspectos operacionais das linhas de crédito: “tudo que tem no ABC eu posso fazer no Pronamp [...] qual que é mais difícil de aprovar, um Pronamp ou um ABC? A nível de agência, até 100 mil geralmente fica aqui na agência, passou de 100 mil vai para Belo Horizonte, mas o Pronamp é mais fácil” (Entrevistado 64).

O desconhecimento inicial do programa pode ser um dos elementos que influencia o acesso ao Pronamp em detrimento ao Programa ABC, de acordo com uma supervisora de crédito rural no Rio Grande do Sul. Ela explica que “programa novo, não conhecimento por parte dos técnicos e dos bancos, então, fazia um Pronamp, que era muito menos burocrático, e não fazia um ABC” (Entrevistada 55), e acrescenta que isso foi uma prática muito frequente, podendo influenciar nas estatísticas do programa.

Considerações finais

A partir da análise das estratégias de implementação do Plano ABC nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, diversas dificuldades são relatadas pelos burocratas de nível de rua. A maior interação relatada ocorre na operacionalização do programa, através do sistema bancário e a assistência técnica, sendo a interpretação da política pública e o poder discricionário desses atores, elementos relevantes na implementação do Plano ABC. Um desses elementos é a própria definição do público, pois mesmo que o documento do Plano ABC contemple a agricultura familiar, no contexto da implementação, o poder discricionário dos burocratas de nível de rua não direciona a política pública para esse público.

As estratégias discursivas utilizadas pelos burocratas de nível de rua estão voltadas, principalmente, para aspectos burocráticos e processuais de operacionalização do instrumento de crédito. É possível constatar que há um distanciamento interpretativo da referida política pública no que concerne à sustentabilidade, à redução de emissão de GEE e a mitigação das mudanças climáticas.

Nesse sentido, os burocratas de nível têm dificuldades de expressar informações nesse sentido, se concentram na compreensão das necessidades técnicas e produtivas dos produtores rurais, aspectos burocráticos, questionando, inclusive, a própria existência de mudanças do clima.

Elementos operacionais do crédito do Programa ABC são apontados como desestimulantes para o acesso a esse programa, frequentemente comparado ao Pronamp. Ou seja, o objetivo central do Plano ABC, de financiar tecnologias de produção sustentáveis, de baixa emissão de GEE, auxiliando na mitigação das mudanças climáticas, acaba ficando em segundo plano.

Essa tradução da política pública, que se estende ao contexto da implementação, através do poder discricionário dos burocratas de nível de rua, tem efeitos importantes na efetividade do Plano ABC. Corroborando com dificuldades de implementação apontadas pelo Observatório ABC, é possível inferir que a interpretação e re-tradução da política pública pelo operador de crédito e/ou assistente técnico, tem papel decisivo na opção do produtor rural, na adesão ou não, das tecnologias de baixa emissão de GEE, através do Programa ABC.

Referências

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC** (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, 2009.
- CAMPBELL, J. **Institutional Change and Globalization**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CHECHI, L. A. **Dos acordos globais às ações locais sobre mudanças climáticas**: tradução e implementação do Plano e Programa ABC. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- HASSENTEUFEL, P. et al. Policy Diffusion and Translation: The Case of Evidence-based Health Agencies in Europe. **Novos Estudos**, 36, (01), p. 77-96, 2017.
- HASSENTEUFEL, P. Convergence. In: BOUSSGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P.; **Dictionnaire des politiques publiques**. 2. ed. Paris: SciencesPo Les Presses, 2006. p. 133-138.
- HASSENTEUFEL, P.; MAILLARD, J. de. Convergence, Transfertset Traduction: Les apports de la comparaison transnationale. **Gouvernement et action publique**, 3, (2), p. 377-393, 2013.
- HILL, H. Understanding Implementation: street-level bureaucrats resources for reform. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 13, p. 265-282, 2003.
- LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy**: Dilemmas of the individual in public services. New York: Russel Sage, 1980.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Tradução de Arthur Eduardo Muira da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

LOTTA, G. S. **Implementação de Políticas Públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O'BRIEN, K. J.; LI, L. Selective Policy Implementation in Rural China. **Comparative Politics**, New York, v. 31, n. 2. p. 167-186, 1999.

OBSERVATÓRIO ABC. **Análise dos Recursos do Programa ABC – Safras 2017/18 e 2019/19, 2019**. São Paulo. Disponível em: <http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Sumario_2019-FINAL-Grafica-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 13.594, de 30 de Dezembro de 2010**. Institui a Política Gaúcha sobre Mudanças Climáticas – PGMC – fixando seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos e dá outras providências. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Mitigação/Adaptação às Mudanças Climáticas Visando a Consolidação de uma Agricultura de Baixa Emissão de Carbono**. 2016.

SEAPA - Secretaria De Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MG. **Resolução da SEAPA nº 1.233, de 09 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre o “Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono de Minas Gerais (Plano ABC-MG). 2013.

Dez anos de inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: elaborando categorias analíticas por meio da publicação científica (2009-2019)

Luana Ferreira dos Santos*

Washington José de Souza**

Marco Aurélio Marques Ferreira***

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi institucionalizado como uma política pública para agricultores familiares com a promulgação da Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009, pela possibilidade de comercialização de produtos para a alimentação de estudantes de escolas públicas municipais, estaduais e federais. A Lei passou a exigir que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios originários da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009, art. 14).

Estudos relatam desdobramentos positivos da Lei nº 11.947/2009 na relação do PNAE com a agricultura familiar a partir da institucionalização de canais curtos de comercialização em venda direta (CONSTANTY; ZONIN, 2016), como indutor da organização formal de agricultores familiares (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015) e como instrumento que proporciona alimentos de qualidade a públicos vulneráveis

* Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Administração e Gestora do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: luana.f.s.adm@gmail.com

** Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: wsufrn@gmail.com

*** Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Economia Aplicada pela UFV.

E-mail: marcoufv1@gmail.com

(TRICHES; BARBOSA; SILVESTRI, 2016), levando o Estado a considerar a alimentação para além do escopo da fome (MOURA, 2014). A Lei estimula também a promoção de alimentação adequada e saudável (MONEGO et al., 2013), a cultura e tradições alimentares locais (SCHWARTZMAN et al., 2017) e incentiva o consumo de alimentos orgânicos (SARAIVA et al., 2013).

Do ponto de vista da Administração Pública, os estudos destacam como o instrumento das chamadas públicas, em substituição ao de licitações, facilitou o acesso dos agricultores familiares a compras governamentais (SCHWARTZMAN et al., 2017) suscitando o exercício de cidadania (WAGNER; GEHLEN; SCHULT, 2016). Por se tratar de ação multissetorial, o PNAE tornou-se objeto de estudo sob diferentes perspectivas em diferentes áreas do conhecimento.

O artigo tem como objetivo designar, por meio de revisão sistematizada, categorias analíticas da implementação do PNAE pela agricultura familiar a partir da Lei nº 11.947/2009. Tomando como base a produção intelectual disponível no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a seguinte questão direciona a revisão em pauta: como resultados de pesquisas no PNAE, na sua implementação pela agricultura familiar, se agrupam em categorias analíticas? Para responder tal questão, é tomado como referência o conjunto da publicação em periódicos disponibilizado pela CAPES e qualificado na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Procedimentos metodológicos

A construção desta revisão sistematizada deu-se com o aparato do protocolo Principais Itens para Relatar em Revisões sistemáticas e Meta-análises (PRISMA), que consiste em um *checklist* com 27 itens e um fluxograma de quatro etapas que abordam a descrição dos itens que devem ser incluídos em uma revisão sistemática, sendo estas etapas: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão (MOHER et al., 2015). Trata-se, aqui, de revisão sistematizada inspirada no PRISMA, e não de revisão sistemática, considerando que não ocorreu validação externa, conforme exige tal Protocolo.

Considerando o teor e propósito da presente pesquisa e seguindo o PRISMA, no procedimento de busca realizado no referido Portal foram empregados os descritores “alimentação escolar” e “*school feeding program*”, no campo “título”, com período de publicação a partir de junho de 2009, quando o PNAE se tornou mercado institucional para a agricultura familiar até agosto de 2019, quando o calendário da presente pesquisa foi encerrado.

A etapa de busca gerou 159 artigos em português e 78 em inglês. Após exclusão das duplicidades e de artigos em língua inglesa com foco em programas alimentares de outros países, restaram 110 em português e 39 em inglês. Na etapa seguinte, seleção, foram preservados os artigos publicados em periódicos Qualis (A1 a B5), considerando o quadriênio 2013-2016 e a disposição no Qualis. A busca gerou 90 em português e nove em inglês. A fase de elegibilidade, mediante a aplicação do critério de abordagem PNAE e mercado institucional para a agricultura familiar conjuntamente, gerou 29 registros em português e três em inglês, totalizando 32 artigos selecionados, que geraram cinco categorias temáticas (Figura 1):

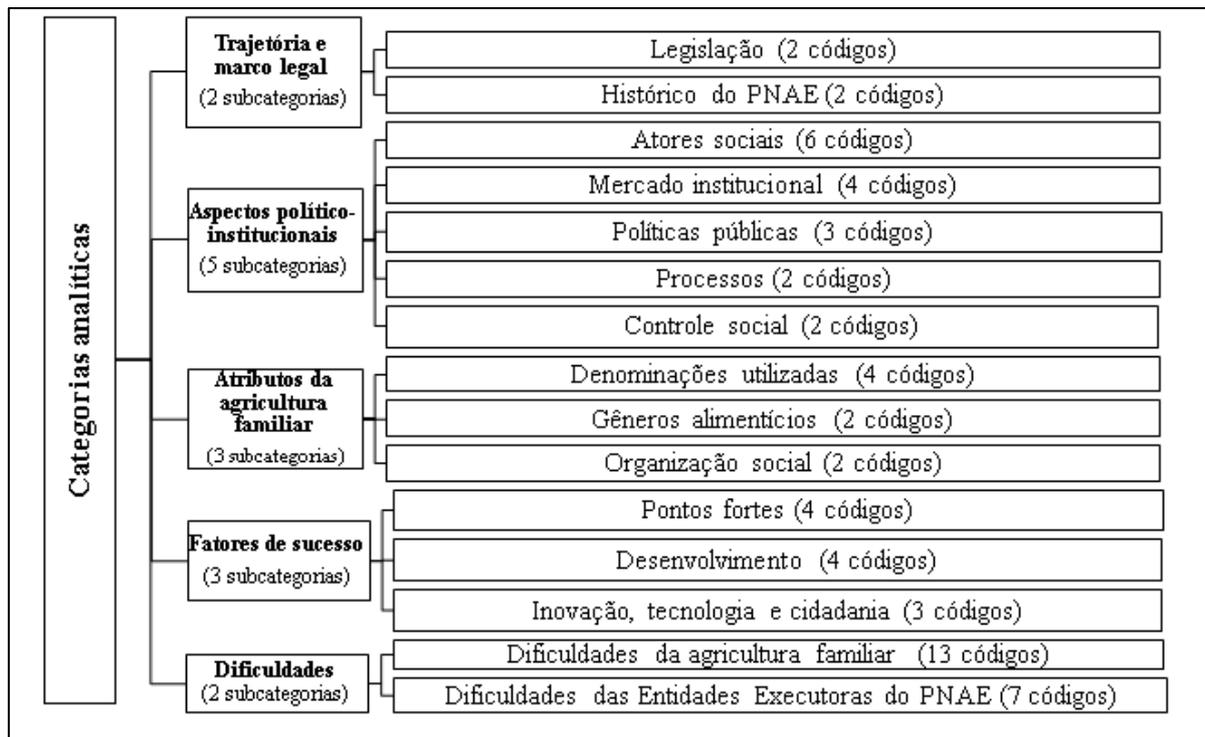


Figura 1 - Composição das categorias temáticas com base no Atlas.ti

Fonte: Elaboração própria. Resultados da pesquisa, 2020.

A seguir, os resultados são analisados de acordo com cada categoria analítica gerada e as respectivas subcategorias.

Trajetória e marco legal

Nesta categoria foram encontradas duas subcategorias: Histórico do PNAE e Legislação. Os trabalhos recorrem à Lei nº 11.947/2009 para reforçar a obrigatoriedade da compra de pelo menos 30% de produtos da agricultura familiar e suas organizações

representativas por parte das instituições da rede pública de educação básica (MEDEIROS et al., 2016; LEITÃO; BERNADINO, 2018). Outras pesquisas citam a Lei nº 11.947/2009 não pela obrigatoriedade de compra, mas, sim, pela participação intersetorial (HAWKES et al., 2016), pelo estímulo a circuitos curtos de comercialização e pela movimentação local dos recursos públicos recebidos pelo PNAE (CONSTANTY; ZONIN, 2016).

Há registros à indução à organização dos agricultores familiares (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015) e ao incentivo ao desenvolvimento e crescimento, garantindo sobrevivência e segurança para os agricultores familiares que passam a acessar mercados institucionais (FRANZONI; SILVA, 2016). O acesso é, ainda, abordado como marco nas políticas referentes à segurança alimentar e nutricional pelo estímulo à promoção de alimentação adequada e saudável (MONEGO et al., 2013) e pelo consumo de alimentos orgânicos (SARAIVA et al., 2013). A dispensa de processo licitatório trazida pela Lei nº 11.947/2009 é considerada como inovação (TRICHES; SILVESTRI, 2018) e como elemento que contribui para a promoção da cidadania dos agricultores familiares (WAGNER; GEHLEN; SCHULT, 2016).

As resoluções aglutinam outros mecanismos legais além e após a Lei nº 11.947/2009, associados ao PNAE. Marques et al. (2014) reportam-se à Resolução 38, de 16 de julho de 2009, para mostrarem como o PNAE estimula a organização dos agricultores em associações e cooperativas. Silva e Sousa (2013), por sua vez, resgatam tal Resolução para enfatizar que o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, e Silva, Rockett e Coelho-de-Souza (2018), para reforçar que a compra da agricultura familiar para o PNAE dispensa processo licitatório.

El Tugoz e Bertolini (2016) citam a Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, para evidenciar que o PNAE prioriza e incentiva a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, enquanto Oliveira, Batalha e Pettan (2017) se referem a esta para destacar que os preços praticados no PNAE podem ser estabelecidos pelo mercado regional. Leitão e Bernardino (2018) destacam que a partir da Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, a modalidade Compra Institucional no PNAE passou a funcionar por meio de chamadas públicas.

A subcategoria Histórico do PNAE consiste do conjunto de alterações que o Programa sofreu ao longo até se tornar política pública de alcance simultâneo para o setor da educação e para o segmento da agricultura familiar. Peixinho (2013) traz contextualização e trajetória em detalhes, desde a criação do Instituto Nacional de Nutrição em 1940 até o ano de 2009, com a institucionalização da obrigatoriedade da compra mínima de 30% da agricultura familiar para a alimentação escolar. Já Saraiva et

al. (2013) traçam histórico da compra de alimentos para a alimentação escolar para mostrar diferentes modalidades de gestão (centralizada e descentralizada).

São abordados também antecedentes do mercado institucional, fatos anteriores à vigência da Lei nº 11.947/2009. Constanty e Zonin (2016) ressaltam que, devido à participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, é provável que, antes de 2009, o PNAE já adquirisse alimentos da agricultura familiar, mas, sem preocupação ao atendimento a margens ou à observância da origem e localização dos produtores. Na pesquisa de Triches e Schneider (2010) os informantes participavam de processos licitatórios antes de 2009, competindo com outros fornecedores, como atacadistas e varejistas do comércio convencional.

Aspectos político-institucionais

Dentro desta categoria, a subcategoria Atores sociais aparece com maior difusão de códigos concentrando a maior frequência, com repetição consideravelmente superior aos demais. Os artigos analisados realçam, principalmente, as parcerias, pontuando a participação dos agricultores em colegiados na concepção conjunta de propostas para o desenvolvimento de ações em nível municipal e territorial (BEZERRA, et al., 2013), e, das associações representativas dos agricultores (FRANZONI, SILVA; 2016), incluindo sindicato rural local e respectiva federação (MEDEIROS et al., 2016). Aparecem, ainda, além de sindicatos e federação de trabalhadores rurais, as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e entidades de pesquisa (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015).

Evidencia-se também o papel de diferentes atores sociais na execução do PNAE, a exemplo do papel das prefeituras, especificamente no que se refere à socialização de informações aos agricultores familiares relativas a chamadas públicas (MOURA, 2014). É igualmente apontado o papel dos nutricionistas na elaboração de cardápios (SOARES et al., 2015), o papel dos gestores municipais, no que se refere à decisão política de comprar da agricultura familiar (BEZERRA et al., 2013). Destacam-se também as organizações que participam diretamente da execução do PNAE, como as Entidades Executoras, responsáveis pela implantação em suas respectivas jurisdições e as Unidades Executoras, representativas da comunidade escolar, responsável pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pela entidade executora (LOPES, BASSO; HÜBNER, 2018). Além do segmento das instituições governamentais, Wagner, Gehlen e Schult (2016) assinalam o papel das organizações não governamentais, evidenciando como elas ampliaram possibilidades de apoio aos agricultores familiares.

As coalizões de advocacia durante o processo de promulgação da Lei nº 11.947/2009 também aparece nas pesquisas. A institucionalização da compra de alimentos da agricultura familiar no PNAE é citada por Hawkes et al. (2016) como resultante de três naturezas de coalizões: entre governo e organizações da sociedade civil; entre governo, políticos e movimentos sociais; e, entre representações da agricultura familiar. Tais coalizões revelam o amplo leque de articulações e convergências de interesses entre diferentes segmentos em torno do fortalecimento da agricultura familiar.

Na subcategoria Mercado institucional, as chamadas públicas são destacadas nos estudos, que destacam como elas podem ser elaboradas de forma a contemplar vocações locais de produção e alimentação e características da agricultura familiar, tornando possível aquisições por itens, e não por lotes, e a observância a disponibilidades sazonais (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015). Além disso, as chamadas públicas garantem preço justo (SILVA; ROCKETT; COELHO-DE-SOUZA, 2018) e abrem oportunidades para grupos formais e informais e para a comercialização diferenciada, em termos de preço, de produtos de origem orgânica e agroecológica (TRICHES; BARBOSA; SILVESTRI, 2016).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) também apareceu com frequência significativa nesta categoria Aspectos político-institucionais com estudos abordando o PNAE, por um lado, como estratégia que insere o Direito Humano à Alimentação Adequada na alimentação escolar (MARQUES et al. 2014) e, por outro, como requisito de SAN, não só diretamente, mediante a oferta de alimentos de qualidade, mas, também, indiretamente, pelo incentivo à agricultura familiar como segmento promotor de desenvolvimento regional sustentável e de soberania alimentar (SANTOS et al., 2014).

O PNAE, em compras da agricultura familiar, garante cadeia agroalimentar curta, considerado por Franzoni e Silva (2016) como uma nova dinâmica de mercado, havendo maior aproximação entre produtores e consumidores, que passam a ter interação direta, trazendo benefícios para ambos e para a sociedade como um todo. O PNAE assume, assim, função no funcionamento do Estado, quando adquire produtos originários da agricultura familiar, promovendo mudança de paradigma por meio de compras institucionais (CONSTANTY; ZONIN, 2016) e possibilitando a democratização na distribuição de recursos públicos (WAGNER; GEHLEN; SCHULT, 2016).

Os artigos também relatam outras políticas públicas que se inter-relacionam o PNAE e que atendem à agricultura familiar, a exemplo do PAA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Foram analisados o PAA e o PNAE por Oliveira, Batalha e Pettan (2017) junto a agricultores familiares com ênfase em

mercados institucionais e crédito rural. O PRONAF foi pautado como marco de entrada da agricultura familiar na agenda de políticas públicas brasileiras (HAWKES et al., 2016).

Também analisando conjuntamente políticas públicas para a agricultura familiar, em um modelo de regressão linear com dados em painel, Santos, Souza e Resende (2019) verificaram os impactos econômicos das aquisições da agricultura familiar e constataram que os coeficientes das variáveis referentes aos recursos do PNAE e do PAA apresentaram impactos econômicos positivos manifestados no Produto Interno Bruto (PIB) e nos PIBs setoriais (agropecuária, indústria e serviços), o que mostra que tais políticas públicas podem gerar impactos econômicos para o setor agropecuário e outros setores, gerando dinamismo para as economias locais.

Esta subcategoria está relacionada também à políticas públicas que atendem à agricultura familiar indiretamente, como no caso do Programa Territórios da Cidadania (PTC). Moura (2014) analisou o ambiente político e o tecido social que sustentaram o PNAE em um Território da Cidadania (Mato Grande/RN), apontando como interlocuções entre agricultores familiares e poder público se mostraram desafiadoras notadamente em virtude da fragilidade da estrutura sociopolítica da agricultura familiar.

A subcategoria Processos aglutina atributos político-administrativos de implementação e avaliação do PNAE. Foi possível encontrar essas duas dimensões em várias partes dos artigos, a exemplo de Silva e Sousa (2013), que analisaram a demanda e a oferta de alimentos orgânicos para a alimentação escolar em Santa Catarina, encontrando nos resultados medidas de desempenho do PNAE.

Outras pesquisas tiveram a avaliação do PNAE como objetivo central. Santos et al. (2014) avaliaram a inserção de alimentos orgânicos da agricultura familiar na alimentação escolar, Soares et al. (2015) avaliaram o cumprimento das recomendações do PNAE para a aquisição de produtos agrícolas familiares, Baccarin et al. (2017) abordaram eficiência, eficácia e efetividade nas compras da agricultura familiar e Oliveira, Batalha e Pettan (2017) compararam os impactos socioeconômicos gerados para a agricultura familiar pelo PAA e PNAE. Santos, Souza e Resende (2019) avaliaram os impactos econômicos das aquisições da agricultura familiar no PIB e nos PIBs setoriais.

Bezerra et al. (2013), Triches e Kilian (2016) e Medeiros et al. (2016) estudaram a implementação do PNAE junto a vários segmentos sociais interessados enquanto Rocha et al. (2018) focaram exclusivamente escolas públicas. A análise dos códigos desta subcategoria revela que enquanto os fatores alinhados à avaliação estão associados ao desempenho no atendimento à Lei nº 11.947/2009, os fatores de implementação se

relacionam ao papel dos diferentes atores sociais na efetivação da Lei, destacando que o plano local interfere no atendimento do valor mínimo de compra de 30% de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Os códigos gerados na subcategoria Controle social destacam o papel dos conselhos na elaboração e execução da política pública. Hawkes et al. (2016) destacam o papel do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na elaboração da Lei nº 11.947/2009, mediante interlocução entre governo e sociedade civil. Os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), por sua vez, não estão atuando como foram concebidos (MOURA, 2014), ou seja, como mecanismo de participação e controle social.

A descentralização do PNAE ocorrida em 1994 foi componente relatado por Soares et al. (2015), com foco nos repasses financeiros do Governo Federal para os estados e municípios, atribuindo para estes responsabilidades na elaboração dos cardápios e na aquisição de alimentos. Vários artigos abordam a adequação das chamadas públicas por prefeituras (TRICHES; BARBOSA; SILVESTRI, 2016) pautando-as como decorrência daquela medida de 1994 e pela via da atuação municipal na elaboração dos processos licitatórios e, posteriormente, de chamadas públicas para a compra de alimentos da agricultura familiar.

Atributos da agricultura familiar

Nesta categoria foram encontradas três subcategorias: Denominações utilizadas, Gêneros alimentícios e Organização social. Dentro da subcategoria Denominações utilizadas, a agricultora orgânica foi abordada, indicando que os artigos têm analisado a oferta de alimentos da agricultura familiar para o mercado institucional do PNAE a partir de um diferencial – qual seja, a oferta de produtos com qualidades superiores.

Santos et al. (2014) registram que os oito territórios rurais que estudaram fizeram aquisição de produtos orgânicos para a alimentação escolar, variando de um a seis municípios em cada. Silva e Sousa (2013) pontuam que, em 2010, entre os 293 municípios catarinenses, 60% (n=160) efetuavam compras de alimentos da agricultura familiar e, destes, 17,7% (n=52), compravam alimentos orgânicos. Já El Tugoz e Bertolini (2016) analisaram a dimensão financeira de alimentos orgânicos da agricultura familiar para o PNAE, constatando a inviabilidade da comercialização do tomate e a viabilidade da cenoura e da alface. O agricultor familiar, portanto, deve manter diferentes canais de comercialização para seus produtos e não apenas o mercado institucional, evitando dependência da política pública.

Em todos os textos a expressão agricultura familiar aparece frequentemente, todavia, o Atlas.ti só codificou nessa categoria os artigos que apresentaram algum conceito de agricultura familiar. Esse fato pode ser observado como uma lacuna desta revisão. É pertinente reconhecer que muito se discute a respeito da inserção de agricultores familiares nas compras governamentais, mas, nem sempre há preocupação em delimitar o entendimento dado ao objeto agricultura familiar.

A definição legal e operacional de agricultura familiar está, todavia, instituída na Lei nº 11.326, de 16 de junho de 2006 é referida em poucos artigos (SARAIVA et al., 2013; MEDEIROS et al., 2016). Constanty e Zonin (2016) preferem atribuir diferenças ao termo agricultura familiar pela via de uma definição jurídico-funcional, apropriada às políticas públicas, e como categoria social na perspectiva acadêmica. Por esse caminho, fica posta a liberdade acadêmica de criação e ressignificação de agricultura familiar para além da dimensão legal, o que, possivelmente, explique ausências conceituais.

Agroecologia e Campesinato apareceram na subcategoria Denominações utilizadas. Constanty e Zonin (2016) discorrem como a agroecologia vai ao encontro do conceito de campesinato como prática que pode representar uma posição de resistência, do campesino aos impérios alimentares, ao sistema agroalimentar hegemônico instável e perigoso tanto social quanto economicamente e ambientalmente.

Na subcategoria Gêneros alimentícios, os alimentos produzidos pela agricultura familiar – do tipo *in natura*, como frutas, verduras e legumes (MONEGO et al., 2013) e do tipo beneficiado/processado (BACCARIN et al., 2017) apareceram nas pesquisas. A diversificação da produção é apontada como fator importante tanto para o aumento da renda das famílias (SILVA et al., 2015) quanto pela garantia de segurança alimentar, uma vez que a produção é também utilizada para autoconsumo (FRANZONI; SILVA, 2016).

A pluriatividade é enfatizada por Constanty e Zonin (2016) como formas alternativas de trabalho e produção para garantir a ampliação de fontes de renda. Observaram que a atividade não agrícola apresenta valor médio de retorno bem inferior à classe em que predomina a renda agrícola. Desta forma, Constanty e Zonin (2016) colocam o PNAE como alternativa de segurança e oportunidade para promover e aprimorar sistemas associativos e de vendas no mercado tradicional e institucional, diante da garantia do pagamento, da ausência de atrasos e da redução da necessidade de descontos.

A subcategoria Organização social está relacionada à presença de associações e cooperativas e ao capital social. Os agricultores familiares da pesquisa de Medeiros et

al. (2016) afirmaram que após a participação da cooperativa a que pertencem, no PNAE, não tiveram dificuldade para comercializar. Triches e Schneider (2010) destacam que a Lei nº 11.947/2009 provocou organização no segmento da agricultura familiar, tanto contribuindo para o desenvolvimento de organizações formais já existentes quanto articulando o segmento no acesso à política pública.

O capital social aparece na pesquisa de Moura (2014) pautando a forma como a secretaria da agricultura de um município procurou diálogo com os agricultores familiares e instituiu uma forma de gestão diferenciada, envolvendo todos os funcionários nas decisões internas do órgão. O capital social se manifestou, no caso, pelo envolvimento e participação em grupos, com consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade e com efeitos na gestão pública e na gestão social dos agricultores. Em outros artigos, o capital social se manifestou em relações de confiança instituídas entre gestores públicos e agricultores familiares (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015), entre lideranças e gestores, lideranças e lideranças, gestores e gestores (WAGNER; GEHLEN; SCHULT, 2016).

A categoria Atributos da agricultura familiar revela interligação entre as três subcategorias geradas considerando que, para ter acesso ao PNAE o produtor precisa se enquadrar na categoria de agricultor familiar, independentemente de tipologia e denominação da prática de produção (orgânica, agroecológica, campesina) e se vincular a organizações formais (cooperativa ou associação) para garantir acesso à política pública e executar o PNAE, garantindo escala em termos de variedade de gêneros alimentícios (*in natura* e beneficiados/processados).

Fatores de sucesso

Nesta categoria foram encontradas três subcategorias: Pontos fortes; Desenvolvimento; Inovação, tecnologia e cidadania. Com relação aos pontos fortes, os benefícios do PNAE aparecem nos estudos pela via da inserção de agricultores familiares na execução do Programa provocando: favorecimento da produção local e estímulo às cadeias curtas de abastecimento (BACCARIN et al., 2017); preços vantajosos e mercados estáveis aos agricultores (EL TUGOZ; BERTOLINI, 2016); incentivo à solidariedade entre os produtores ao dividir as entregas equitativamente entre sócios de cooperativas e associações (CONSTANTY; ZONIN, 2016); independência e qualidade de vida (MEDEIROS et al., 2016); incentivo à cooperação, geração de emprego e renda (FRANZONI, SILVA; 2016); direito à alimentação saudável e consumo de alimentos saudáveis nas escolas (SOARES et al., 2018); incentivo à sustentabilidade (GONÇALVES

et al., 2015); empoderamento e alternativa de comercialização (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017).

Por meio das estratégias para atender às exigências do PNAE, as pesquisas relatam diversas formas que os agricultores encontraram para garantir abastecimento e disponibilizar alimentos de qualidade. Destacam-se nesse quesito: negociação com os responsáveis pela elaboração de chamadas públicas para considerar a disponibilidade sazonal dos alimentos (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015); reestruturação dos cardápios inserindo maior diversidade dos produtos (TRICHES; KILIAN, 2016); capacitação de merendeiras quanto a técnicas dietética e higiênico-sanitárias (TRICHES; KILIAN, 2016); utilização de alimentos da produção local em receitas (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015); ações conjuntas entre secretarias para promover maior número de produtores aptos do ponto de vista sanitário (TRICHES; SCHNEIDER, 2010); assessoria direcionada à regularização de documentos de associações e cooperativas e de instrumentos operacionais de compra e venda (WAGNER; GEHLEN; SCHULT, 2016); troca de produtos entre associações e cooperativas de municípios vizinhos para superar dificuldades em garantir o suprimento das mercadorias demandadas (SOARES et al., 2015).

Os fatores de estímulo ao PNAE aparecem pautados: a) no acesso a outras políticas públicas como PAA e PRONAF (BACCARIN et al., 2017); b) na abertura da gestão pública, combinada à articulação dos atores sociais (MOURA, 2014); c) no engajamento de servidores públicos com o trabalho, não apenas para cumprir exigência burocrática ou documentária, mas, também, pelo desejo de garantir aos escolares alimentação de qualidade (TRICHES; KILIAN, 2016); d) no engajamento dos agricultores com entidades representativas e com o poder público (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Sugestões de melhoria do PNAE foram relatadas nos artigos: a) a necessidade de combinação do PNAE com outros programas, como o PAA e feiras livres, contribuindo para que maior número de agricultores seja beneficiado (BACCARIN et al., 2017); b) a adoção da compra orientada, de acordo com o que a agricultura familiar local pode ofertar (TRICHES; KILIAN, 2016); c) a necessidade de desburocratização dos mecanismos de acesso ao PNAE (TRICHES; SCHNEIDER, 2010); d) maior publicidade das chamadas públicas para facilitar o acesso (TRICHES; SILVESTRI, 2018); e) a necessidade de os municípios darem ênfase e visibilidade aos alimentos orgânicos e agroecológicos (TRICHES; BARBOSA; SILVESTRI, 2016).

A subcategoria Desenvolvimento assume conotações de Desenvolvimento territorial, Desenvolvimento rural, Desenvolvimento local e Desenvolvimento sustentável. Silva, Rockett e Coelho-de-Souza (2018) destacam o PNAE como estratégia

de desenvolvimento territorial, uma vez que o Programa na agricultura familiar visa, entre outros aspectos, à dinamização da economia local, objetivo sobreposto à política de desenvolvimento territorial. Para Saraiva et al. (2013) o PNAE é promotor de desenvolvimento local devido à interação que faz com a realidade agrícola local/regional. Franzoni e Silva (2016) enquadram o PNAE no “novo paradigma de desenvolvimento rural”, visto que tal proposta surge em meio à transformação dos mercados agroalimentares, ocasionada por um movimento de mudança no padrão de consumo alimentar da sociedade. Torres et al. (2011) enfatizam que o PNAE trata de instrumento de desenvolvimento, não só ambientalmente sustentável, mas, também, equitativo, pelo estímulo à agricultura familiar e pela garantia da SAN na alimentação escolar ao adquirir produtos oriundos da produção agroecológica.

O PNAE na agricultura familiar é delimitado, na subcategoria Inovação, tecnologia e cidadania, pelos códigos inovação social, tecnologia social e promoção de cidadania. A pesquisa de Franzoni e Silva (2016) analisou uma cadeia de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar sob as perspectivas da inovação social e da tecnologia social. Os autores observam que, como inovação social e tecnologia social, o PNAE na agricultura familiar atesta compromisso com a transformação social na criação de espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais, na relevância e eficácia social, na sustentabilidade socioambiental e econômica, na inovação pela resolução e surgimento de organizações formais, na organização e sistematização e na acessibilidade e apropriação de tecnologia, além de se constituir em processo pedagógico.

Como elemento de fomento à cidadania Wagner, Gehlen e Schult (2016) realçam a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar ampliando possibilidades de inserção socioeconômica uma vez que, com a Lei nº 11.947/2009, os agricultores familiares ganharam posição mais vantajosa ultrapassando gargalos historicamente construídos pela Lei nº 8666/93 (Lei das Licitações).

A categoria Fatores de sucesso reuniu pontos fortes do PNAE na agricultura familiar relacionados a estratégias e benefícios gerados e como sucesso de política pública no plano local, destacando também o engajamento dos atores interessados. O PNAE aparece como mecanismo de promoção de diferentes tipos de desenvolvimento (territorial, sustentável, local e rural) e como tecnologia social, inovação social e promoção de cidadania. Há, entretanto, uma série de desafios a superar, o que é objeto do tópico seguinte.

Dificuldades

Esta categoria é composta pelas subcategorias Dificuldades da agricultura familiar e Dificuldades das Entidades Executoras do PNAE, relatando tanto dificuldades práticas do cotidiano e dificuldades de acesso e execução do PNAE pela agricultura familiar, quanto a dificuldades que as Entidades Executoras enfrentam no âmbito do setor público para o funcionamento do Programa.

A primeira subcategoria evidencia que as dificuldades da agricultura familiar aparecem com maior destaque nos artigos analisados quando comparadas às dificuldades enfrentadas pelas entidades executoras. No que diz respeito à subcategoria Dificuldades da agricultura familiar, as dificuldades de articulação com o poder público municipal aparecem na rigidez institucional (FRANZONI; SILVA, 2016), na resistência na aquisição de alimentos da agricultura familiar (MEDEIROS et al., 2016) e em irregularidades no pagamento e nos preços pagos aos agricultores (MARQUES et al., 2014).

Outras dificuldades apontadas pelas pesquisas são: barreiras sanitárias (BACCARIN et al., 2017); problemas de logística e de transporte (MEDEIROS et al., 2016); gargalos no gerenciamento (CONSTANTY; ZONIN, 2016); restrição no comprometimento/interesse dos agricultores (SILVA; ROCKETT; COELHO DE-SOUZA, 2018); preço oneroso da matéria-prima (MARQUES et al., 2014); quantidade ofertada insuficiente (SARAIVA et al.; 2013), notadamente para suprir demandas de entidades executoras de grandes centros (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015); carência na capacitação (SILVA; SOUSA, 2013) e na assistência técnica ao agricultor (MOURA, 2014); dentre outros elementos.

As dificuldades das Entidades Executoras do PNAE estão relacionadas mais fortemente às chamadas públicas. Baccarin et al. (2017) elencam dificuldades dos municípios na elaboração das chamadas, pontuando elementos como ausência de informações de periodicidade, locais de entrega e preços a serem pagos, desestimulando a participação dos agricultores. Triches, Barbosa e Silvestri (2016) destacam a dificuldade de municípios na divulgação das chamadas ao passo que Saraiva et al. (2013) pontuam atrasos das prefeituras na elaboração das chamadas.

Com relação à infraestrutura das entidades, os recursos pessoais foram os mais mencionados, com destaque para carências de nutricionistas (BEZERRA et al., 2013; ROCHA et al., 2018) e para a necessidade de contratação de mais técnicos agrícolas para a efetivação da assistência (MOURA, 2014). Outras dificuldades estão associadas à insuficiência da atuação do CAE como mecanismo de controle social do PNAE

(TRICHES; KILIAN, 2016), resistência inicial de merendeiras aos produtos adquiridos da agricultura familiar (SILVA; DIAS; AMORIM JÚNIOR, 2015), fragilidade na articulação do poder público com os agricultores e entre órgãos públicos municipais, como secretaria de agricultura e de educação (MOURA, 2014); disposição política insuficiente dos gestores locais para o atendimento à Lei nº 11.947/2009 e personificação da política pública por meio da apropriação das oportunidades geradas (WAGNER; GEHLEN; SCHULT, 2016).

As cinco categorias geradas se relacionam, pois, a trajetória e o marco legal influenciam na geração dos aspectos políticos e institucionais, uma vez que estes aspectos trazem que a institucionalização do PNAE como um mercado para a agricultura familiar no ano de 2009 ocorre dentro da trajetória do programa. A interface do PNAE com a agricultura familiar leva a uma nova configuração desta para acessar a política pública, como por exemplo, a organização em cooperativas e associações. Os fatores de sucesso e barreiras podem contribuir para a retroalimentação da trajetória e dos aspectos políticos e institucionais. Apesar dos amplos benefícios gerados para os agricultores familiares, permanecem obstáculos quanto ao atendimento aos interesses do segmento da agricultura familiar de modo mais satisfatório.

Considerações finais

As categorias surgidas são úteis a análises teóricas, epistemológicas e empíricas e convêm, também, à definição de agendas de pesquisas, não exclusivamente no âmbito do PNAE, mas, também, a outras políticas públicas no segmento produtivo da agricultura familiar. Além disso, os elementos elencados como códigos das categorias analíticas servem igualmente para orientar diferentes atores sociais no propósito de qualificação do que vem sendo efetivado incluindo pontos de agenda para a atuação das representações da agricultura familiar junto às entidades executoras.

As implicações práticas dessa pesquisa surgem a partir da análise das dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para o acesso e execução do PNAE mencionadas pelos artigos. As barreiras sanitárias indicam que são necessárias ações complementares por parte de outras políticas públicas para o assessoramento dos agricultores familiares para a produção animal, o que esbarra também no gargalo da assistência técnica. O conjunto de ações voltadas para o gerenciamento entra nas dificuldades relatadas pelos artigos, como carência da capacitação aos agricultores que fazem parte da diretoria de associações e cooperativas. Estes elementos indicam que, não basta incentivar que a agricultura familiar alcance novos mercados, são necessários

conjuntos de atividades voltadas para a produção e para o gerenciamento das propriedades rurais e das organizações formais.

Outras dificuldades se referem a gargalos de infraestrutura, como problemas de logística e de transporte para escoamento dos produtos; precariedade na infraestrutura para processamento, armazenamento e transporte das mercadorias e inexistência de infraestrutura para a criação de agroindústrias. Estes fatores levam à necessidade de maior disponibilidade de recursos financeiros, o que se pode ser melhorado com a articulação de políticas públicas de crédito rural. Se esses obstáculos são mais presentes em organizações formais do que no âmbito da propriedade individual, torna-se relevante o fomento a linhas de crédito rural específicas para associações e cooperativas da agricultura familiar.

Ademais, cabe aos órgãos governamentais maior divulgação das chamadas públicas do PNAE para aquisições da agricultura familiar e adequação do preço pago pelos gêneros alimentícios condizentes com a qualidade exigida. Além do retorno financeiro que a compra institucional do PNAE gera para a agricultura familiar, tem-se um retorno para os alunos beneficiários da alimentação escolar em termos não só da garantia de do direito à alimentação, mas, também, do direito a uma alimentação saudável, conforme os princípios da SAN.

O PNAE como mercado institucional para a agricultura familiar foi aqui pautado em um escopo de 32 artigos científicos, a partir da aplicação de critérios de revisão da literatura com base em publicações com classificação Qualis no Portal de Periódicos CAPES na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Como sugestões para estudos futuros ficam a ampliação da base de busca e de dados para identificação e caracterização de tendências da pesquisa acerca do PNAE na agricultura familiar em outros domínios da Ciência; a validação das categorias propostas neste estudo em pesquisas nível de pós-graduação *stricto sensu* e em pesquisas empíricas, assim como também estudos comparativos do PNAE com políticas públicas semelhantes de outros países.

Referências

BACCARIN, J. G. et al. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 103-122, 2017.

BEZERRA, O. M. P. A. et al. Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 3, p. 335-342, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União. 16 jun. 2009.

CONSTANTY, H. F. P. H.; ZONIN, W. J. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: o caso do município de Marechal Cândido Rondon. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 371-392, 2016.

EL TUGOZ, J. E.; BERTOLINI, G. R. F. Viabilidade financeira de alimentos orgânicos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Toledo, Paraná, Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 117-134, 2016.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Inovação Social e Tecnologia Social. O Caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 353-386, 2016.

GONÇALVES, H. V. B. et al. Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating. **Ciência Rural**, v. 45, n. 12, p. 2267-2273, 2015.

HAWKES, C. et al. How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 47, p. 1-13, 2016.

LEITÃO, A. L.; BERNARDINO, R. V. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): experiência de aquisição de produtos de agricultores familiares para alimentação escolar em Vila Velha – ES. **Geografares**, n. 25, p. 284-309, jan./jul. 2018.

LOPES, I. D.; BASSO, D.; HÜBNER, D. L. M. Programa de alimentação escolar na América Latina: os casos da Bolívia e do Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 7, n. 4, p. 516-532, 2018.

MACHADO, P. M. O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018

MARQUES, A. A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

MEDEIROS, S. F. et al. O fortalecimento da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar na COOPERCINCO. **Revista de Administração de Roraima**, v. 6 n. 3, p. 682-701, 2016.

MOHER, D. et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **Systematic Reviews**, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2015.

MONEGO, E. T. et al. Produção e potencial agrícolas de alimentos destinados à alimentação escolar em Goiás e no Distrito Federal, na Região Centro-Oeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 2, p. 233-241, 2013.

MOURA, J. T. V. Ambiente político e tecido social no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território Mato Grande/RN. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, p. 189-210, 2014.

- OLIVEIRA, M. L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. **Ciência Rural**, v. 47, n. 01, 2017.
- PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.
- ROCHA, N. P. et al. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 16, p. 1-10, 2018.
- SANTOS, F. et al. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1429-1436, 2014.
- SANTOS, L. F.; SOUZA, W. J.; RESENDE, T. C. Impactos Econômicos das Aquisições da Agricultura Familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os Municípios Mineiros. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Unifacear**, v. 2, n. 8, p. 1-15, 2019.
- SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.
- SCHWARTZMAN, F. et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 33, v. 12, p. 1-15, 2017.
- SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JÚNIOR, P. C. G. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.
- SILVA, T. M.; ROCKETT, F. C.; COELHO-DE-SOUZA, G. Desenvolvimento territorial e o Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Territórios Rurais Litoral e Campos de Cima da Serra no Rio Grande Do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 61-85, 2018.
- SILVA; A. P. F; SOUSA, A. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 6, p. 701-714, 2013.
- SOARES, P. et al. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1891-1900, 2015.
- SOARES, P. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4189-4197, 2018.
- TORRES, F. de L. et al. Inserção da agricultura familiar sustentável no Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE: o caso da COOPAPI, Apodi-RN. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, p. 1-6, 2011.
- TRICHES, R. M.; BARBOSA, L. P.; SILVESTRI, F. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar no Estado do Paraná: uma análise das chamadas públicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, p. 29-43, 2016.
- TRICHES, R. M.; KILIAN, L. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios paranaenses. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 159 - 179, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TRICHES, R. M.; SILVESTRI, F. Adequação das Chamadas Públicas para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. **Desenvolvimento em questão**, n. 44, p. 233-259, 2018.

WAGNER, D.; GEHLEN, I.; SCHULTZ, G. Agricultura familiar, políticas públicas e cidadania: conexões construídas a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 121-145, 2016.

Um panorama sobre a produção agroecológica no território rural da Baía da Ilha Grande (RJ)

Daniel Neto Francisco*

Lamounier Erthal Villela**

Introdução

A perspectiva da via agroecológica tem como essência um desafio posto frente as mudanças institucionais postas pelo Projeto de Lei 6299/2002, também conhecido como “Pacote do Veneno”. Tal projeto, em trânsito no Congresso brasileiro, repercutiu em escala internacional diante a contradição posta pelo projeto que vai ao encontro de fomentar o uso de substâncias cancerígenas e poluentes que não estão associados as práticas sustentáveis. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do seu alto comissariado, enviou ao governo brasileiro uma “comunicação conjunta de procedimentos especiais”, que, na realidade, se constituiu como um alerta dos retrocessos que a liberação massiva no uso de agrotóxicos tende a promover para a sociedade e para o meio ambiente.

Neste contexto o presente trabalho tem como objetivo caracterizar, ainda que de forma preliminar, a presença da agricultura familiar fundamentada nos princípios da agroecologia no âmbito do Território da Baía da Ilha Grande (RJ). Para tal, serão apresentados os conceitos em torno da proposta da produção agroecológica e da conceituação de agricultura familiar. A caracterização do território da Baía da Ilha Grande (BIG) e do Colegiado Territorial da BIG. E, a análise das práticas agroecológicas neste território segundo a perspectiva dos agricultores que participam do Colegiado da BIG.

* Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação (PPGCTIA/UFRRJ), mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ), bacharel em Administração Pública (UFF). Mediador à distância do CEDERJ na disciplina de Gestão de Redes de Cooperação.

E-mail: dnetofrancisco@gmail.com

** Coordenador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PPGCTIA/UFRRJ), na linha de Políticas Públicas; e do Programa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ).

E-mail: lamouniererthal@gmail.com

O colegiado BIG é um canal institucionalizado de deliberação, planejamento e pactuação de ações coletivas e políticas públicas territoriais entre os diferentes segmentos organizados entre: representações governamentais e representantes não governamentais da sociedade civil. Além de se apresentar como um espaço de confluência para a participação das comunidades tradicionais deste território, como os indígenas e os quilombolas, como denotam Francisco e Macedo (2017). A participação destes agentes sociais em um âmbito institucionalizado potencializa a capacidade de efetivação de políticas públicas voltadas para as suas demandas locais serem implementadas, ou pelo menos, pensadas na agenda pública.

Neste sentido, a agroecologia tem como essência realinhar os paradigmas postulados pelos princípios hegemônicos, seja das ciências concretas, como a agronomia; seja dos padrões e conceitos hegemônicos, como a ideia de sustentabilidade apenas sob o prisma da preservação, como denotam Caporal e Costabeber (2002).

O território rural da Baía da Ilha Grande

O Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) é composto por seis municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Seropédica e Rio Claro. E tem sua origem com a construção das políticas territoriais implementadas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (RAMOS, 2019). Juntos, os seis municípios totalizam uma população estimada em 525.278 mil habitantes (IBGE, 2020).

O Território da BIG está situado na região sul da costa fluminense. E, abrange os três municípios da mesorregião da Costa Verde: Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, sendo estes dois últimos, declarados como Patrimônio Mundial da Humanidade (como um sítio misto - em 2019). Além de dois municípios pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Seropédica e Itaguaí; e, um município da Região Sul-fluminense - Rio Claro, inserido no território por meio de deliberação do Colegiado Rural no ano de 2017. A tabela a seguir apresenta o panorama da população (urbana e rural) do território:

Municípios	População Estimada (2019)	População Censo (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	Densidade Demográfica (2010) ¹
Angra dos Reis	203.785	169.511	163.290	6.221	205,45
Itaguaí	133.019	109.091	104.209	4.882	395,45
Mangaratiba	44.468	36.456	32.120	4.336	102,29
Paraty	43.165	37.533	27.689	9.844	40,57
Rio Claro	18.529	17.425	13.769	3.656	20,81
Seropédica	82.312	78.186	64.285	13.901	275,53

Tabela 1 - População da BIG e Densidade Demográfica

Fonte: IBGE Cidades (2020).

Com uma população rural estimada em: 42.840 mil habitantes, segundo o Censo-2010. A BIG apresenta ainda um cenário de diversidade social e demográfica, com 06 (seis) aldeamentos indígenas registrados na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Além de 07 (sete) comunidades quilombolas de diferentes matrizes e origens. O que aponta o nível de diversidade cultural, histórica e socioprodutiva do tecido local. Algumas destas comunidades, como o Quilombo da Marambaia, possuem fortes conexões com o mar, as atividades pesqueiras. Outros já possuem raízes históricas ligadas as atividades de caça e produção rural. A próxima imagem apresenta os municípios pertencentes ao Território da Baía da Ilha Grande e as áreas de lavoura permanente por área colhida:

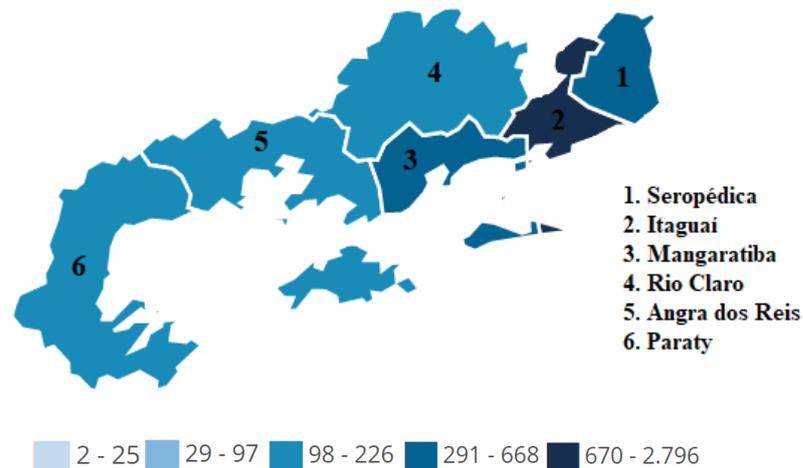


Figura 1 - Território da BIG x Lavoura Permanente por Área Colhida (em hectares)

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2019).

¹ Habitantes por km² (Conforme Pesquisa Censitária de 2010).

De acordo com a figura acima, o município de Itaguaí se destaca com uma área de lavoura permanente colhida de 1.271 hectares. O quinto maior município em área de lavoura permanente no estado do Rio de Janeiro, sendo Porciúncula o município com maior área de lavoura permanente por área colhida, contando com 2.796 hectares.

Agricultura familiar e agroecologia: dimensões teóricas

Antes de aprofundar o estudo de caso em questão referente à produção agroecológica no âmbito do Território Rural da BIG, faz-se necessário pôr em evidência os conceitos de: 1) agricultura familiar; e, 2) agroecologia. Notoriamente, não há uma conceituação única, e é importante destacar que as apropriações destes conceitos abrangem diferentes percepções e concepções sobre as diferentes formas e práticas da produção rural.

A agricultura familiar no cenário dos estudos do desenvolvimento agrário é apresentada por Bonnal, Cazella e Maluf (2008) como um modelo propício para a pluriatividade rural e a multifuncionalidade da agricultura. A respeito destes dois conceitos são inerentes as reflexões e práticas ao repensar a agricultura como uma ação unicamente orientada para a produção comercial, ou, para subsistência apenas. A concepção de uma agricultura familiar plural envolve a coexistência destas práticas, com o fortalecimento dos laços e identidades tradicionais, com a promoção da cultura familiar, com a preservação das práticas de manejo e dos cultivares tradicionais, entre outras dimensões. Que necessariamente passam pela funcionalidade múltipla do campo, defendida por exemplo, pelos movimentos que lutam pela Reforma Agrária, como o Movimento Sem Terra (MST). E, também, o papel ativo de movimentos sociais do campo como as Redes Agroecológicas que viabilizam a agricultura familiar sob um modelo de ação sustentável e “multidinâmico” (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008; PLOEG, 2006).

Para Alves et al. (2016), a concepção de Ploeg (2006) volta-se para a compreensão da agricultura familiar a partir da concepção de “campesinato”. Termo que deve ser observado a partir de suas singularidades dentro da grande diversidade do tecido social da agricultura familiar. Maestri (2016) apresenta o conceito de camponês como:

[...] o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma e que, apoiado essencialmente na força e na divisão familiar do trabalho, por um lado, orienta sua produção para a satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter

recursos monetários necessários à compra de produtos e serviços que não produz, ao pagamento de impostos, etc. (MAESTRI, 2016, p. 72).

A concepção de camponês e campesinato está fortemente ligada ao alinhamento de uma classe de trabalhadores rurais, restringindo a agricultura familiar àqueles produtores que utilizam essencialmente a mão de obra familiar. E que produzem tendo como base a subsistência, mercantilizando apenas uma parcela da produção para atender as demandas por moeda ou para outras necessidades básicas dentro do lar. Vale apontar que o tecido da agricultura familiar é mais complexo, como destacam Schneider (2014) e Castro (2017); pois abarca ainda, propriedades que mesclam a produção familiar com a utilização de trabalhadores contratados, algumas vezes por períodos temporários, em outros, continuamente. Sem contar que a agricultura familiar também reflete as transformações e os contextos particulares de cada localidade, refletindo em técnicas de adaptação ao uso de diferentes solos, em diferentes climas e situações (WANDERLEY, 2009).

Vale uma análise um pouco mais específica a este respeito, pois um dos fatores legais que alteram a definição por Lei do que pode ser considerado agricultura familiar é o Decreto 9.064/2017. Instrumento que especifica como estabelecimento da agricultura familiar apenas aquele onde a maior parte da renda da família em questão é oriunda do trabalho rural. No entanto, as novas configurações de trabalho vêm promovendo uma interação cada vez maior dos produtores familiares com outras fontes de renda, inclusive, muitas destas, ligadas a atividades laborais nos espaços urbanos.

Já sobre a agroecologia, de acordo com Pires e Blum (2016), sua conceituação retoma debates postos pelo campo da ecologia e avança em relacioná-los com dimensões práticas e problemas cotidianos do campo das ciências agrônômicas. Já na concepção teórica de Altieri (2012) a agroecologia estabelece uma relação íntima com a valorização das complexidades e atributos dos agroecossistemas. Importante frisar que sob tal alinhamento, suas dimensões passam a dar relevância para as especificidades dos sistemas de manejo e produção local. E, ao mesmo tempo, quebra-se com o paradigma dogmático de dimensões estáticas da produção familiar com um fenômeno estático, único ou perene.

Daí toma-se aqui a conceituação abordada por Altieri (2012), que a classifica como uma ciência que tem como base: “[...] aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis [...]” (ALTIERI, 2012, p. 23).

Logo, a sustentabilidade é evidenciada como um ponto chave para se conceber as formas de manejo e produção, pela via agroecológica. Ponto que deve ser a base de orientação das práticas *in loco*, de todos os processos que permeiam suas dimensões. Não obstante, é importante revelar que tais práticas possuem efeitos diretos sobre outras esferas, para além da ambiental (e das relações com a ecologia e a sustentabilidade). Caporal e Constabeber (2003) também salientam as fortes relações entre a agroecologia e os “processos de ecologização”, que vão desde uma maior preocupação com aos biomas e sistemas naturais; até a adoção de práticas efetivas que mitigam os impactos a estes sistemas. Aqui, percebe-se a própria efetivação da agroecologia como caminho de contraponto as práticas dominantes dos modelos de produção em massa ou que visam apenas a reprodução do capital (rentabilidade).

Por ora, a agroecologia se firma como um sistema que engloba as dimensões de uma (re)educação e práticas diferenciadas, que se orientam pela ecologização dos sistemas produtivos. Sua dimensão política-ideológica, por tanto, deve ser prática (ROVER, 2011).

Metodologia

Tal pesquisa apresenta-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, e, exploratória, devido ao estágio inicial da proposta, tomando como estudo de caso a análise dos elementos intrínsecos da realidade apresentada no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (YIN, 2005). Para a coleta de dados em campo foram utilizados questionários semiestruturados, por abrir margem para a observação de especificidades diante algumas falas dos entrevistados.

Os questionários semiestruturados foram aplicados junto aos agricultores presentes na reunião do Colegiado da Baía da Ilha Grande (BIG) realizada no município de Itaguaí (RJ), em 2018. Foram aplicados 10 (dez) questionários, buscando-se apresentar uma caracterização preliminar dos processos de produção agroecológica no âmbito da Baía da Ilha Grande. Neste sentido, utilizou-se como amostra para pesquisa os agricultores familiares que participaram das reuniões do Colegiado BIG, para promover uma síntese das limitações e dos avanços apresentados neste espaço.

Para o tratamento destes dados foi utilizada análise de conteúdo, a partir da categorização das respostas dos entrevistados, sob a perspectiva de Bardin (1977). Se apresentaram fundamentalmente 05 (cinco) categorias analíticas, de acordo com as repetições apresentadas nos depoimentos. Este procedimento é definido por Santos

(2012) como o processo de codificação dos dados coletados, pelo “(...) recorte que se dará na pesquisa” (SANTOS, 2012, p. 385).

As categorias estabelecidas foram definidas pelo método da contagem dos termos, a partir das frequências identificadas dos elementos, definindo-os por meio de uma classificação respondente ao fenômeno (ou contexto) geral em que se referiam os respondentes. Este caminho de aglutinar alguns termos ou palavras, tendo como base o contexto dado pelo interlocutor, se fez necessário pelo pouco número de respondentes. Se fossem utilizados apenas os termos e palavras, sem dada contextualização, haveria o risco de não se mensurar as dimensões e os contextos destacados pelos agricultores locais. A saber, as categorias estabelecidas foram: 1) produção agroecológica; 2) comercialização agroecológica, 3) bem-viver e desenvolvimento, 4) benefícios da agroecologia e 5) limitações da agroecologia.

Panorama local: agricultura familiar e agroecologia

Com base nos cinco critérios de análise apresentados anteriormente, serão apresentados a seguir os principais resultados elencados. No que tange ao critério “produção agroecológica”, com base nas respostas dos membros do colegiado da BIG, que a produção de alimentos orgânicos é vista como um elemento fundamental para que se possa promover a atividade rural com pressupostos mais responsáveis. Neste sentido, foi realizada a pergunta: “*Você produz alimentos orgânicos?*” aos agricultores familiares da BIG. Sendo que todos os 10 entrevistados disseram que produzem alimentos orgânicos regularmente.

De igual forma, em unanimidade todos os entrevistados se reconheceram como agricultores familiares. Tal afirmação apresenta uma característica importante de reconhecimento como sujeito. E, para além disto, denota que a região Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande apresenta pequena agricultura rural ativa, além de firmar estes agentes como atores sociais com relevante papel dentro de seus círculos de comercialização de produtos em suas localidades.

Outra perspectiva analisada foi a da “comercialização agroecológica”, onde buscou-se compreender como os agentes locais promovem a comercialização de seus produtos. Sob o ponto de vista dos agricultores locais o principal canal de comercialização dos produtos orgânicos e produzidos com base agroecológica são as feiras locais. Contudo, cabe frisar que outros meios de comercialização também foram citados pelos entrevistados. Entre estes: canais clássicos como sacolões e mercados, e, também canais promovidos com base na confiança e em redes e circuitos curtos, como

o chamado “boca a boca” – onde os produtos são vendidos a partir dos comentários na vizinhança de que dado artigo está em venda. E também a entrega de cestas ou pedidos em domicílios do bairro. Uma proposta interessante por apresentar o fator da disponibilidade como inovação, e ao mesmo tempo manter o produtor como agente protagonista da venda.

Diante o terceiro critério de análise: “bem-viver e desenvolvimento”, foram realizadas duas perguntas. A primeira fazendo menção a noção de desenvolvimento segundo os agricultores locais. E a segunda, tendo como perspectiva compreender qual é a ideia de “bem-viver” apreendida pelos mesmos. Assim, a respeito do conceito de desenvolvimento, cabe notar que 8 (oito) dos 10 (dez) entrevistados consideraram as suas atividades produtivas como atividades que produzem desenvolvimento. Pode-se elucidar este resultado a partir da figura abaixo:

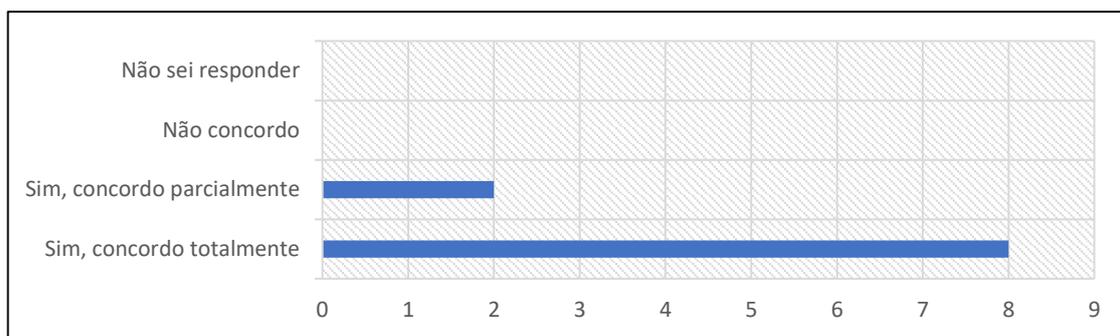


Figura 2 - Representação gráfica da perspectiva dos agricultores sobre a sua produção como meio promotor de desenvolvimento

Fonte: Os autores.

Sob a questão do bem-comum, buscou-se compreender a visão dos agricultores sobre este conceito com a seguinte pergunta: “Ao pensar em “bem-viver” o que vem a sua cabeça?”. E em uma série de conceitos e elementos citados, pode-se destacar as 5 (cinco) palavras mais citadas: meio ambiente e sustentabilidade, solidariedade, alimentação boa, saúde e educação. O que denota a estreita relação entre bem-viver e as práticas voltadas aos pilares e princípios agroecológicos.

Nesta perspectiva pode-se elucidar uma maior amplitude das dimensões postas nas concepções de bem comum dos agricultores familiares locais. Principalmente pelas dimensões supracitadas que agregaram reflexões das esferas: da educação, da saúde e da nutrição de qualidade; assim como, a própria dimensão ambiental/ecológica.

Na análise do quarto critério: “benefícios da agroecologia”, buscou-se observar qual é a ótica dos agricultores familiares do Colegiado da BIG diante os benefícios da agroecologia. E a pergunta realizada foi: “Quais são os benefícios que você vê na produção de alimentos orgânicos com base agroecológica?”. A figura abaixo apresenta a representação das respostas dos entrevistados do Colegiado BIG:

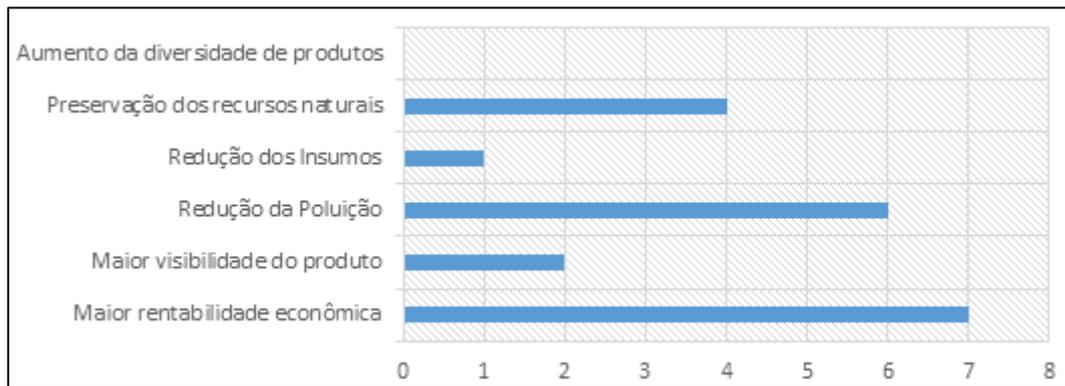


Figura 3 - Representação gráfica dos benefícios da produção de alimentos em um sistema orgânico/agroecológico na perspectiva agroecológica

Fonte: Os autores.

Nota-se que a maior rentabilidade econômica dos produtos agroecológicos é apontada como o principal benefício de se produzir em alimentos orgânicos pensados dentro de um sistema agroecológico. O outro ponto positivo indicado foi a redução da poluição denotando a ligação direta dos sistemas de produção agroecológica com as medidas que buscam atenuar os impactos aos ecossistemas locais. Seja pelo não uso de pesticidas, e, conseqüentemente, pela redução da poluição do solo e dos corpos hídricos; ou, seja pela implementação das técnicas de manejo específicas para cada sistema produtivo: as técnicas de agricultura de montanha, de agroflorestal, entre outras podem promover uma melhor relação entre a produção e o meio ambiente. Não obstante, em terceiro lugar apresenta-se a “preservação dos recursos naturais”, pois este maior equilíbrio promovido pela redução da poluição auxilia na preservação destes. Ampliando a dinâmica de se pensar no meio ambiente apenas segundo a perspectiva dos recursos, mas também pensando neste segundo a perspectiva da agroecologia e do bem-viver.

E na observação do quinto critério: “limitações da agroecologia”, foram observadas as limitações da agroecologia segundo a perspectiva dos agricultores familiares entrevistados. A partir dos apontamentos realizados, destaca-se a eminência

da limitação dos processos de certificação de produtos orgânicos. Por vezes citou-se a burocracia e a falta de informações relativas a este processo. Contudo, este não é o único elemento limitador do sistema agroecológico segundo os mesmos. Na figura abaixo apresentam-se um gráfico que elucida as limitações à produção agroecológica segundo a perspectiva dos agricultores familiares da Baía da Ilha Grande que foram entrevistados:

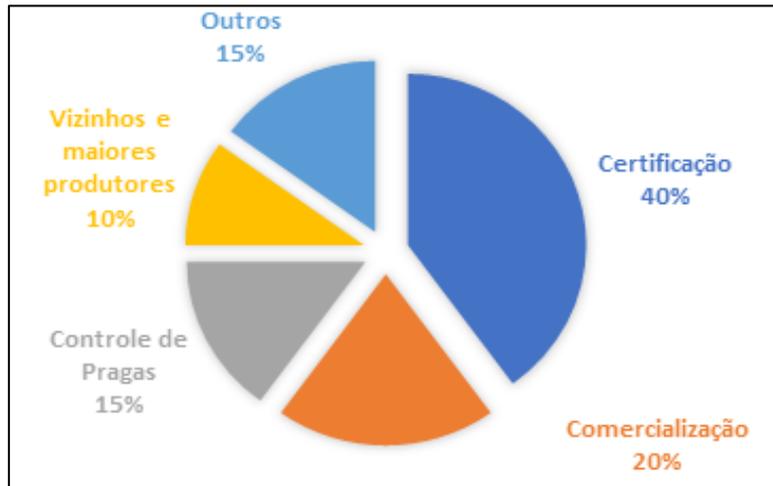


Figura 4 - Representação gráfica dos elementos limitadores da produção agroecológica

Fonte: Os autores.

Em suma, além dos limites apresentados nos processos de certificação de produtos orgânicos, os entrevistados também destacaram os desafios postos pelo processo de comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica, uma vez que precisam apresentar cuidados estéticos para se inserir em circuitos mais especializados de venda. Estes limitantes totalizaram 20% dos apontamentos realizados. Além da limitação de que muitos produtos não possuem uma vida útil longa, o que dificulta a sua estocagem ou escoamento para maiores distâncias (pontos também inseridos na categoria comercialização). Alguns elementos que tangenciam o campo da gestão se fazem presente ao tratarmos destes assuntos, pois em grande parte percebe-se a falta de articulação entre os produtores na construção de canais de escoamento que facilitem as logísticas segundo suas demandas (de feiras, mercados, entregas, etc.).

O controle das pragas surge em terceiro lugar, com 15% dos apontamentos de limitação, onde grande parte dos produtores destaca que sentem dificuldades para manter suas plantações bem conservadas, sem fungos ou outras pestes. Além disto, também se nota que 10% das indicações de limitação da produção agroecológica é o

uso de pesticidas por vizinhos e/ou a relação da propriedade agroecológica com produtores maiores, que vendem em maior escala e muitas vezes com preços mais acessíveis.

O limitante da redução dos custos de escala por parte dos grandes agricultores, é um fator agravante para alguns produtores. Mas, de acordo com a visão de outros, a possibilidade da pequena produção ser mais especializada a torna mais atraente no mercado, atendendo o consumidor em produtos com maior valor agregado. No entanto, é relevante ressaltar que dentro de um pequeno grupo de 10 entrevistados esta dicotomia se apresenta de forma tão lucida, mas releva em grande parte o grau de diversidade de situações e desafios postos para a agricultura pensada com base nos princípios da sustentabilidade agroecológica.

Considerações finais

É de fundamental importância destacar o papel relevante de se pensar em uma agricultura com base agroecológica na região do território rural da Baía da Ilha Grande, inclusive com o próprio reconhecimento de seus produtores como agentes ativos nos processos de desenvolvimento. Assim como, na promoção do bem-viver por meio de práticas de produção sustentáveis. Tais falas se apresentam de forma muito relevante pois demonstram a multidimensionalidade da agroecologia que não está em suas práticas apenas na produção de alimentos orgânicos, ou na busca pela certificação desta produção. Mas também, na implementação de relações sociais mais horizontalizadas, na perspectiva de promover a manutenção de práticas produtivas históricas ligadas aos seus territórios. E inclusive com a incorporação de novos produtos que foram fruto de um resgate histórico de produções da região, neste sentido a geração de alimentos está diretamente ligada a uma retomada de cultivos e manejos que fazem parte da cultura antiga do local. Como no uso da urina de vaca como defensivo natural.

A forte conexão entre a produção familiar e as dimensões identitárias nas comunidades da BIG é um ponto identificável a partir das próprias falas dos agricultores do Colegiado BIG. Mas esta questão ainda é sensível quanto a demanda por uma agenda de políticas rurais sólidas que consolidem a produção, incentivem canais eficazes de escoamento da mesma (editais de PNAE, por exemplo); e, ainda, fortaleçam a identidade dos produtos locais como produtos agroecológicos.

Nota-se que em grande parte das falas dos agricultores do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande as dinâmicas apresentadas da agroecologia são sob o prisma da produção orgânica, contudo a produção agroecológica se faz mais ampla, tendo

relações sociopolíticas também definidas, uma vez que a dimensão agroecológica é a materialização do campo de poder das esferas de (re)produção da agricultura familiar, dos povos tradicionais e da agricultura de caráter sustentável. Em alguns elementos isto é bem elucidado, como na preocupação dos agricultores locais com os desequilíbrios ambientais. Pensado não apenas como fruto dos defensivos, mas também dos desmatamentos, das queimadas, e outras práticas de manejo que promovem erosões, má utilização dos recursos hídricos e dos ecossistemas.

Não obstante, faz-se necessário empreender uma relação mais sólida das dimensões política, ambiental e até mesmo, da própria dimensão educativa da agroecologia. E, afastando a sua redução (e simplificação) como sendo um fenômeno de esfera essencialmente econômico, e, que opera diante a ampliação de vantagens competitivas com a agregação de valor aos seus produtos. Daí se estabelece a agroecologia como um conjunto de processos contra hegemônicos; que busca a autonomia (social, política, ambiental e econômica) dos produtores.

Apesar dos limitantes clássicos, entre eles a dificuldade de certificação e de assistência técnica a agroecologia apresenta um panorama bastante consolidado diante as falas do grupo entrevistado, tendo uma ampla gama de produtos orgânicos sendo produzidos regularmente. Além do reconhecimento dos agricultores como agentes sociais promotores de uma nova ótica, o que particularmente intensifica a potencialidade da agricultura orgânica atingir uma esfera de impacto muito mais ampla, repensando as práticas sociopolíticas, produtivas, econômicas e também ambientais.

Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

ALVES, F. D.; LINDER, M.; RODRIGUES, S. de L. Formas de (Re)produção Familiar no Espaço Rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, ano 16, v. 2, p. 185-227, out. 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, 2002. p. 13-16.

CASTRO, L. F. P. de. Agricultura Familiar, Identidade Social e Arrendamentos Rurais: A Dimensão do "Habitus" no Acesso Contratual à Terra. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, v. 3, n. 1, p. 58-78, 2017.

FRANCISCO, D. N.; MACEDO, L. A. F. de. Colegiados Territoriais Rurais: a emergência de se preencher os espaços deliberativos e de representação com as vozes do campo. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA). **Anais...** Curitiba. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Regiões Geográficas do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/33_regioes_geograficas_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 26 set. 2019.

MAESTRI, M. A formação do campesinato no Brasil. In: STEDILE, J P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

PIRES, J. H. S.; BLUM, D. Semeando a Agroecologia. In: MAZIN, A. D.; et. al. (Orgs.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **O modo de produção camponês revisitado**. A diversidade da agricultura familiar. v. 2, 2006.

RAMOS, D. A. L. **O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, 2012.

SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. v. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

UNIDET NATIONS HUMANS RIGHTS. **Joint Communication from Special Procedures**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/Issues/Environment/ToxicWastes/Pages/Comments.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

WANDERLEY, M. D. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2005.

Importância das sementes crioulas de *Phaseolus lunatus* L. para a agricultura familiar

George Henrique Camêlo Guimarães*

Maria Gabriella Dantas Moreira**

Francisco Roberto de Sousa Marques***

Djair Alves de Melo****

Rafael Wylles da Silva Araújo*****

Introdução

A família *Fabaceae* possui cerca de 18.000 espécies e 650 gêneros, ela é a terceira maior população dentre as famílias botânicas (LAVIN; DOYLE; PALMER, 1990). O gênero *Phaseolus* de origem Mesoamericana é de grande relevância por conta de sua ampla distribuição e adaptabilidade nas diversas regiões do mundo (SANTOS, 2015).

* Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre e Doutor em Agronomia, com estágio sanduíche pela Michigan State University, MSU, Estados Unidos. Atuou como Professor substituto no curso superior em Agroecologia e atualmente é colaborador na especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido.

E-mail: guimaraesghc@hotmail.com

** Agroecóloga pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: gabriella.dantas2000@gmail.com

*** Possui graduação em Agronomia, Graduação equivalente a Licenciatura Plena através do Programa de Formação Pedagógica de Docentes pela Universidade Estadual da Paraíba (2000) com habilitações nas seguintes disciplinas: Agricultura Geral, Administração e Economia Rural. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Professor efetivo do IFPB - Campus Picuí.

E-mail: roberto.marques@ifpb.edu.br

**** Possui graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba (2004), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal de Campina Grande (2006) e Doutorado em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa (2014). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: djair.alvess@ifpb.edu.br

***** Possui graduação em CST em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), campus Picuí, Especializando em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido pela mesma instituição. Mestrando em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: rafaelwylles1@gmail.com

Dentre estes, a espécie *Phaseolus lunatus* L. conhecida como feijão-fava, feijão-lima ou simplesmente fava, é produzida nas Américas do Norte e Sul, na Europa, no leste e oeste da África e no sudeste da Ásia (OLIVEIRA; TORRES; BEBEDITO, 2011). O feijão-fava é uma leguminosa tropical que possui uma grande diversidade genética e alto potencial de produção, já que adapta-se às diversas condições ambientais (MAQUET et al., 1999).

No Brasil a produção de fava em 2017 foi de 10.092 toneladas sendo que o Nordeste foi o responsável pela maior produção nacional com 9.330 t de favas, que corresponde a 92,45 % (IBGE, 2017). A Paraíba segundo o IBGE (2017) produziu 3.352 toneladas no ano de 2017 chegando a ser o segundo maior produtor do Brasil perdendo apenas para o Ceará que produziu 3.596 toneladas. Apesar de a Paraíba ser um dos maiores produtores, ela possui pequena tradição de consumo da fava em comparação ao feijão-comum (*Phaseolus vulgaris*) (SANTOS, 2015).

O feijão-fava é de grande importância econômica e social, devido a sua rusticidade, fazendo com que sua colheita seja prolongada, sendo realizada em períodos mais secos do ano (AZEVEDO; FRANCO; ARAÚJO, 2003). Pelo alto valor nutricional, a fava está presente na alimentação de diferentes etnias indígenas brasileiras e por ser uma boa fonte de proteína para essas comunidades em períodos de escassez de carne (MORAES et al., 2017).

Apesar da sua importância, essa espécie é relativamente pouco estudada, principalmente no Brasil (MORAES et al., 2017). Desta forma, estudos morfológicos de sementes e plântulas são de grande importância para auxiliar em pesquisas sobre banco de sementes como também na identificação de espécies (ARAÚJO-NETO et al., 2002).

Esses estudos em sementes de fava devem ser priorizados, pois são sementes de origem crioula. Uma vez que, os cultivos tradicionais de fava são feitos predominantemente por pequenos agricultores e suas famílias durante diversas gerações familiares, e utilizando essas variedades crioulas as quais possuem crescimento e características indeterminados ou não conhecidos (CARMO et al., 2015).

As sementes crioulas são conhecidas como um patrimônio genético e cultural de vários povos tradicionais como: indígenas, quilombolas e agricultores familiares e são essenciais para conservar *in situ* os recursos e a agrobiodiversidade (SANTOS et al., 2017). Quando a população entender a grande importância das variedades crioulas na conservação do patrimônio genético vegetal e cultural de comunidades, o verdadeiro sentido de preservação será colocado em prática.

Portanto, este trabalho tem como objetivo descrever importantes parâmetros que diferenciam variedades de fava, bem como caracterizar a importância de sementes crioulas de fava para a agricultura familiar.

Importância econômica da cultura da fava

Dentre a família *Fabaceae*, o gênero *Phaseolus* é o que apresenta maior importância devido à sua ampla distribuição, adaptação em diversas regiões do mundo e características nutricionais. Dentre as cinco espécies cultivadas desse gênero o *Phaseolus lunatus* L., conhecida como feijão-fava ou feijão-lima, apresenta grande distribuição no norte do México, Caribe, sul dos Estados Unidos, Canadá e América do Sul, bem como em muitas outras regiões do mundo a exemplo de Europa, África e no sudeste da Ásia (OLIVEIRA et al., 2011; RUIZ et al., 2013; SERRANO et al., 2010).

As sementes de fava apresentam sabor característico e geralmente com leve amargor, por conter na sua composição os taninos, fator esse que limita o consumo por parte dos brasileiros (OOMAH et al., 2011). Apresentam também, diversas cores e tamanhos variando de pequenos a grande, que variam conforme a variabilidade genética de acordo com cada cultivar ou variedade estudada (GUIMARÃES et al., 2007; OLIVEIRA et al., 2011).

A caracterização morfológica fornece uma série de informações a respeito da variabilidade genética de cada acesso estudado. Esses dados auxiliam na caracterização de germoplasma, possibilitando grandes avanços na descrição da divergência genética entre acessos (GUIMARÃES et al., 2007). A variabilidade genética de uma determinada espécie só pode ser eficientemente utilizada se for devidamente avaliada e quantificada. Caracterizar uma cultivar significa basicamente, identificar e descrever diferenças entre elas (OLIVEIRA et al., 2011).

Nesse contexto, estudos de caracterização do valor de cultivo e uso do feijão-fava são fundamentais para promover a conservação da diversidade dessa leguminosa (BARBOSA; ARRIEL, 2018). Entretanto uma discussão mais ampla deve se instalar, pois quando se propõe a estudar as formas familiares de organização do trabalho e da produção não se está imaginando que elas estejam restritas ao setor agrícola e ao espaço rural, pois existem várias outras atividades em que se pode observar essa configuração (SCHNEIDER, 2003). Tornando toda a comunidade responsável por preservação dos recursos ambientais, na forma de sementes crioulas, que apresentam importância social, cultural e econômica. Em adição, a questão agrícola não deve ser somente observada pelo processo de modernização baseado na mecanização e na

utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos, mas também pela preservação de recursos (BUAINAIN et al., 2003). Como pela manutenção constante dos bens culturais como as sementes crioulas. E trabalhos que valorizem esse tipo de material são de grande importância, uma vez que o conhecimento gera a valorização e manutenção dos bens naturais.

Cultivo de fava em regiões semiáridas

A região semiárida do Brasil apresenta cerca de 1.262 municípios, e se estende pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (SUDENE, 2017). Essa região é caracterizada, dentre outros fatores, pela baixa pluviosidade anual, o que dificulta as atividades agrícolas. A pluviosidade é o principal fator limitante para o desenvolvimento da agricultura, por esta razão que a escolha por espécies que tolerem a escassez hídrica é uma forma de escape e produção agrícola.

O conhecimento de espécies que possam ser utilizadas na produção agrícola sob condições de baixa pluviosidade pode ser proveniente da extensão rural realizada de forma eficiente. A extensão rural tem como principal desafio o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e que sejam capazes de atender aos desafios do desenvolvimento rural de forma sustentável (RAMOS; SILVA; BARROS, 2013). A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008).

Sendo assim a fava é uma cultura de subsistência nos trópicos úmidos da América e uma importante fonte alimentar para as populações destas regiões (SILVA et al, 2015). Apresenta grande adaptação às condições edafoclimáticas, porém no semiárido existe uma baixa produtividade quando comparado com outras regiões (SANTOS et al., 2015).

O feijão fava pode ser produzido em períodos chuvosos, mas quando comparado com outros feijões ele apresenta maior potencialidade para ser produzido em regiões com maior déficit hídrico, por ser mais resistente a essa condição (VIEIRA et al., 1992). Produzida principalmente em pequenas propriedades, onde a forma principal de cultivo se dá em regime de sequeiro isolado ou em consorcio com outras culturas, em cultivos pouco tecnificados, por agricultores de base familiar (OLIVEIRA et al., 2014).

No Brasil, existe aproximadamente 78.981.870 ha de área plantada de fava, sendo o Nordeste responsável por boa parte dessa produção, possuindo uma área de 11.397.357

ha desta cultura (IBGE, 2017). O maior produtor de fava do Brasil é o estado da Ceará, seguido da Paraíba, Piauí, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais e Sergipe (IBGE, 2017). A Paraíba apresenta esse grande destaque na produção de fava no cenário nacional, entretanto tem se notado a diminuição dos índices de produtividade, que pode ser provocada por problemas que vão desde os climáticos, fertilidade do solo, até a questão fundiária (BARBOSA; ARRIEL, 2018).

No Nordeste, o feijão-fava possui grande importância devida ser fonte de renda para a maioria dos estados nordestinos, apesar da maior parte dessa produção seja para consumo próprio e a outra parte é comercializada em feiras livres (BAUDOIN, 1988).

Sementes crioulas

As sementes crioulas são recursos essenciais para a construção da agroecologia, sendo que essas variedades são rústicas por possuírem a capacidade de adaptação aos diferentes ambientes detendo alta variabilidade genética (ALMEIDA, 2007).

Nas diversas regiões, devido às dinâmicas sociais, culturais e políticas que alimentam seu uso e sua conservação, as sementes que através dos séculos foram desenvolvidas e vêm sendo manuseadas por agricultores familiares, indígena, quilombolas e outros povos tradicionais ganhando um nome e um significado simbólico o qual contém forte relação com a própria identidade das comunidades rurais (LONDRES, 2014).

No Brasil as sementes crioulas são conhecidas por diversos nomes, isso dependendo da região, sendo estes: sementes crioulas, sementes da paixão, tradicionais, locais, caboclas, nativas, entre outros. Independente do nome que a elas é dado, elas são diferentes simbolicamente e materialmente das sementes comerciais, que são produzidas pelas empresas do agronegócio (ALMEIDA, 2007).

Na Paraíba as sementes crioulas são conhecidas como “sementes da paixão”. Foram inicialmente chamadas assim pelo agricultor Cassimiro Caetano Soares – Seu Dodô, sendo um apaixonado por essas sementes, demonstrando assim seu carinho em seus versos declamados em 1988 em um encontro estadual de sementes:

O que eu quero plantar é o milho jabatão, o feijão corujinha e a fava cara larga, e não a semente que vem de fora. Essas são minhas sementes da paixão. Cada um tem suas sementes da paixão e é nessa diversidade que nós temos que nos apoiar (SILVA; ALMEIDA, 2007, p. 17).

Essas sementes são guardadas com carinho pelos guardiões de sementes, sendo eles os responsáveis pela conservação da agrobiodiversidade, pois, além de guardar, selecionar e multiplicar as sementes, eles conhecem as variedades que são mais adaptadas às suas localidades e repassam esses conhecimentos para as gerações seguintes (MORAIS et al., 2014).

A troca das sementes crioulas pelas sementes do agronegócio desencadeia processos drásticos de erosão genética, assim como um acelerado desaparecimento das culturas agrícolas que são responsáveis pelo uso e conservação da biodiversidade (ALMEIDA, 2007).

Nesse contexto, é importante realçar o papel das políticas públicas que valorizem essas variedades locais. É de extrema urgência que os programas que historicamente estimularam a substituição dos recursos genéticos locais pelas sementes comerciais sejam reorientados, passando a defender efetivamente as dinâmicas locais de conservação da agrobiodiversidade (LONDRES, 2014).

Características divergentes entre variedades de fava crioula

Utilizou-se dez variedades de favas (*Phaseolus lunatus* L.) crioulas, que foram obtidas do banco de sementes do Laboratório de Sementes do IFPB, Campus Picuí. Como forma de visualização das diferenças entre as variedades de fava, foi utilizado fotografias retiradas no próprio laboratório com as sementes pertencentes ao banco de sementes do IFPB.

As variedades de fava crioula apresentam grande diferença entre si. Dentre as diversas características que diferem, a forma é um importante quesito. Em relação a forma, é possível observar sementes mais achatadas, mais cheias, mais globosas ou arredondadas. Todas essas características influenciam no peso das sementes e posterior desenvolvimento das plântulas. Na agricultura familiar, os agricultores observam as sementes e descartam as caracterizadas como chochas, que são as murchas ou muito secas, estas apresentam pouco vigor para produção das plântulas, gerando plantas fracas ou pequenas.

As principais diferenças ou semelhanças entre as diferentes variedades de fava pode indicar semelhança ou diferença genética. Desta forma, estratégias que busquem agrupar as diferentes variedades são válidas. Um exemplo de análise que pode ser utilizada é a análise de agrupamento de cluster e do mapa de cor. Através deste tipo de análise podemos perceber que a formação de agrupamentos. As características que mais influenciam para o agrupamento podem ser o comprimento, diâmetro e peso de

100 sementes, outro grupo pode ser feito baseado simplesmente em percentual de dano e para e/ou forma e o percentual de dano.

Considerações finais

As variedades de fava crioulas apresentam grande importância para a agricultura familiar e devem ser protegidas de perda durante sucessivos plantios. Os plantios sucessivos podem minimizar a variação genética, influenciando da perda de variedades, que podem começar a desaparecer por conta da competição com variedades que tenham características superiores.

A agricultura familiar cresceu baseada em semente crioulas, que são guardadas e propagadas geração após geração, se tornando parte dos conceitos das comunidades. A base das sementes crioulas deve ser preservada. As sementes de diferentes variedades de fava são um valioso fator a ser guardado, preservado e compartilhado.

O conhecimento sobre a importância de sementes crioulas pode ser uma das principais ferramentas para manutenção e fortalecimento destas sementes. Desta forma, trabalhos que se baseem na descrição e caracterização de diferentes variedades de fava devem ser estimulados, uma vez que estes trabalhos podem trazer bases científicas para a preservação destas variedades pouco estudadas.

Referências

ALMEIDA, P. Sementes da Biodiversidade. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 4-5, 2007.

ARAÚJO NETO, J. C.; AGUIAR, I. B.; FERREIRA, V. M.; PAULA, R. C. Caracterização morfológica de frutos e sementes e desenvolvimento pós-seminal de monjoleiro (*Acacia polyphylla* DC.). **Revista Brasileira de Sementes**, v. 24, n. 1, p. 203-211, 2002.

AZEVEDO, J. N. de; FRANCO, L. J. D.; ARAÚJO, R. O. da C. **Composição química de sete variedades de feijão-fava**. Teresina: Embrapa, 2003. 4 p. Comunicado Técnico, 152.

BARBOSA, G. J.; ARRIEL, N. H. C. Feijão-fava e a agricultura familiar de serraria, PB. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 387-403, 2018.

BAUDOIN, J. P. Genetic resources, domestication and evolution of lima bean, *Phaseolus lunatus*. **Genetic resources of Phaseolus beans**. Springer Netherlands, p. 393-407, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Regras para análise de sementes**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária/ACS, 2009.

- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.
- CARMO, M. D. S. do; CARVALHO, E. M. S.; GOMES, R. L. F.; LOPES, A. C de A.; CAVALCANTE, G. R. dos S. Avaliação de acessos de feijão-fava, para resistência a *Colletotrichum truncatum*, em condições de folhas destacadas e campo. **Summa Phytopathologica**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 292-297, dez. 2015.
- GUIMARÃES, W. N.; MARTINS, L. S.; SILVA, E. F.; FERRAZ, G. M. G.; OLIVEIRA, F. J. Caracterização morfológica e molecular de acessos de feijão-fava (*Phaseolus lunatus* L.). **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 37-45, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2017**. Quantidade produzida (toneladas) de fava (em grão).
- LAVIN, M.; DOYLE, J. J.; PALMER, J. D. Evolutionary Significance Of The Loss Of The Chloroplast-Dna Inverted Repeat In The Leguminosae Subfamily Papilionoideae. **Evolution**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 390-402, 1990.
- LONDRES, F. Sementes da diversidade: a identidade e o futuro da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 4-8, 2014.
- MAQUET, A.; VEKEMANS, X. Z.; BAUDOIN, J. P. Phylogenetic study on wild allies of lima bean, *Phaseolus lunatus* (Fabaceae), and implications on its origin. **Plant Systematics and Evolution**, v. 218, n. 1-2, p. 43-54, 1999.
- MORAES, C. S. de. et al. **Catálogo de fava (*Phaseolus lunatus* L.) conservada na Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2017. 46 p. (Documentos / Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 351).
- MORAIS, R. C.; ARAÚJO, S. L de; OLIVEIRA, P. N. de; OLIVEIRA, F. R. N. de; SANTOS, A. da S. dos. Sementes da paixão: cultivando vidas e saberes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 19-23, 2014.
- OLIVEIRA, A. E. S.; SIMEÃO, M.; MOUSINHO, F. E. P.; GOMES, R. L. F. Desenvolvimento do feijão-fava (*Phaseolus lunatus* L.) sob déficit hídrico cultivado em ambiente protegido. **Holos**, Piauí, v. 1, n. 30, p. 143-151, 2014.
- OLIVEIRA, F. N. de; TORRES, S. B.; BEBEDITO, C. P. Caracterização botânica e agrônômica de acessos de feijão-fava, em Mossoró, RN. **Revista Caatinga** [en linea], v. 24, n. 1, 2011.
- OOMAH, B. D.; CASPAR, F.; MALCOLMSON, L.; BELLINO, A. Phenolics and antioxidant activity of lentil and pea hulls. **Food Research International**, [s.l.], Elsevier BV, v. 44, n. 1, p. 436-441, 2011.
- PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- RAMOS, G. de L; SILVA, A P. G. da; BARROS, A. A. da F. **Manual de metodologia de extensão rural**. Recife: IPA, 2013.
- RUIZ, J. C. R.; CAMPOS, M. R. S.; ANCONA, D. A. B.; GUERRERO, L. A. C. Encapsulation of *Phaseolus lunatus* Protein Hydrolysate with Angiotensin-Converting Enzyme Inhibitory Activity. **Biotechnology**. v. 34, n. 6, p. 1-6, 2013.

- SANTOS, F do N. **Diagnóstico do sistema de produção de fava nas principais regiões produtoras do Estado da Paraíba**. 2015. 110 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo. Areia – PB, 2015.
- SANTOS, M.; BARROS, M.; BARROS, H.; BAROSI, K.; CHICÓ, L. Sementes Crioulas: Sustentabilidade No Semiárido Paraibano. **Agrarian Academy**, [s.l.], v. 4, n. 7, p. 403-418, 31, 2017.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.
- SERRANO, M. L. S. et al. Gene pools in wild Lima bean (*Phaseolus lunatus* L.) from the Americas: Evidences for an Andean origin and past migrations. **Molecular Phylogenetics and Evolution**, v. 54, n. 1, p. 76-87, 2010.
- SILVA, E D. da; ALMEIDA, P. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. **Revista Agriculturas: experiencias em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 13-17, 2007.
- SILVA, V. B.; GOMES, R. L. F.; LOPES, A. C. A.; DIAS, C. T. S.; SILVA, R. N. O. Genetic diversity and promising crosses indication in lima bean (*Phaseolus lunatus*) accessions. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 36, n. 1, p. 683-692, 2015.
- SUDENE. Resolução nº 107, de 20 de julho de 2017. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Recife, PE. 27 jul. 2017. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>>.
- VIEIRA, R. F. 1992. A cultura do feijão-fava. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 16, n. 174, p. 30-37.

Difusão de tecnologias de convivência com a seca e perfil socioeconômico de comunidade rural de base familiar no Curimataú Paraiano

George Henrique Camêlo Guimarães*

Celina da Silva Maranhão**

Francisco Roberto De Sousa Marques***

Djair Alves de Melo****

Joab Josemar Vitor Ribeiro do Nascimento*****

Introdução

Um dos principais problemas enfrentados em regiões semiáridas é a escassez de água, seja em quantidade e qualidade, para desenvolvimento produtivo que gera desenvolvimentos econômico e social em comunidades rurais. Com o decorrer do

* Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre e Doutor em Agronomia, com estágio sanduíche pela Michigan State University, MSU, Estados Unidos. Atuou como Professor substituto no curso superior em Agroecologia e atualmente é colaborador na especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido.

E-mail: guimaraesghc@hotmail.com

** Agroecóloga pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: celina.maranhao@ifpb.edu.br

*** Possui graduação em Agronomia, Graduação equivalente a Licenciatura Plena através do Programa de Formação Pedagógica de Docentes pela Universidade Estadual da Paraíba (2000) com habilitações nas seguintes disciplinas: Agricultura Geral, Administração e Economia Rural. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Professor efetivo do IFPB - Campus Picuí.

E-mail: roberto.marques@ifpb.edu.br

**** Possui graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba (2004), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal de Campina Grande (2006) e Doutorado em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa (2014). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: djair.alvess@ifpb.edu.br

***** Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba (2009), mestrado em Manejo de Solo e Água pela Universidade Federal da Paraíba (2011) e doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (2019). Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: joab.nascimento@ifpb.edu.br

tempo, a região semiárida enfrenta este período de estiagem de 18 a 20 anos a cada 100 anos (ANGELOTTI; SÁ; MELO, 2009).

Entretanto, nos curtos períodos de chuva, os produtores rurais não utilizam a água de forma eficiente, seja para armazenamento ou produção agrícola e animal. Sendo o fator agravante, que em regiões semiáridas, a precipitação pluviométrica média anual é inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5 calculado pela razão da precipitação e da evapotranspiração potencial, e risco de seca de 60% (ANGELOTTI; SÁ; MELO, 2009).

Desta forma, a utilização de estratégias de convivências com períodos de estiagem pode ser adotada para minimizar os danos causados por secas prolongadas. No que se refere a base técnica a orientação é colocar a tecnologia a favor do homem e não o contrário, ou seja utiliza-la para proteger e perpetuar os recursos naturais e principalmente diminuir os custos de produção através da utilização de insumos e métodos agroecológicos (SCOPINHO, 2007).

O sucesso dos sistemas de criação no semiárido nordestino dependem em grande parte das condições climáticas para que ocorra uma produção satisfatória de forragem para a nutrição animal, no entanto, os baixos índices pluviométricos registrados nos últimos seis anos impossibilitaram o cultivo dessas espécies forrageiras. Enquanto isso, nos meses em que as precipitações se concentram de março a maio, há uma grande produção de fito Massa de forragem nativa, sendo grande parte perdida e que poderia ser utilizado na produção de feno e silagem.

A convivência representa uma nova lógica de pensar, agir e conduzir os debates acerca de um modelo de desenvolvimento apropriado para o semiárido (CARVALHO, 2004). A noção de convivência com o semiárido não representa apenas uma resposta à estiagem, ela incorpora modos e técnicas de saber-fazer capitaneadas por governos, organizações e atores locais que reflete contextos socioespaciais específicos e interesses em disputa em torno da questão do desenvolvimento (NASCIMENTO, 2008). Desta forma, o objetivo desse trabalho é favorecer a difusão de tecnologias de convivência com períodos de estiagem e realizar um levantamento socioeconômico em comunidades rurais do Curimataú paraibano.

Referencial teórico

A região semiárida é caracterizada, por apresentar uma baixa produtividade nos rebanhos de ruminantes, em função de vários fatores, podendo-se citar o sistema de manejo extensivo e a forte dependência das disponibilidades quantitativas e qualitativas

das pastagens nativas como os mais importantes (PINHO et al., 2013). A implantação de um assentamento baseado na viabilidade econômica na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial busca cumprir com esses objetivos (AGUIAR, 2010).

Esquerdo (2011) relata que, no contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada e portanto, uma transformação do espaço físico cujo objetivo, é a sua exploração agrícola como o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra, e o incentivo à organização social e a vida comunitária.

Os assentamentos rurais são unidades de produção agrícola-pecuárias que surgem através de políticas governamentais, visando, principalmente a reorganização do uso da terra. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a chamada reforma agrária diz respeito a um conjunto de medidas que tem como fim equalizar e modificar o regime de uso e posse da terra promovendo, entre outros pontos, a desconcentração da estrutura fundiária, a redução da migração campo-cidade, o desenvolvimento rural sustentável e o aumento da produção.

O desenvolvimento do assentamento tem uma finalidade bem definida, que é “atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade”. A produtividade social do trabalho é um conceito chave na argumentação de Delgado (2007), ao lado da criação de empregos para toda a força de trabalho atual dos assentamentos e também as das futuras gerações, consolidando a transformação da estrutura de propriedade fundiária. A produtividade social do trabalho num assentamento rural deve diferir fundamentalmente daquelas nas propriedades no chamado “agronegócio”, onde os custos considerados são apenas os privados.

Segundo Caporal e Constabeber (2001), a exigência de novos enfoques de desenvolvimento rural e estratégias e políticas condizentes com os objetivos de sustentabilidade em todas as suas dimensões levaram a busca de conceitos de desenvolvimento rural sustentável e por conseguinte, de agricultura sustentável. Entretanto, nesse modelo, as políticas de assentamentos rurais, não raro, também destinaram as piores terras (sobretudo em termos de aptidão agrícola e infraestrutura) à dita reforma agrária e as melhores ao agronegócio (OLIVEIRA, 2011), relegando a tutela do meio ambiente às políticas públicas que não favorecem a sua conservação.

Para realizar a escolha das melhores estratégias para a região Nordeste, é necessário considerar-se que, há séculos, as populações habitantes dessa região predominantemente semiárida vêm enfrentando adversidades climáticas

representadas principalmente pela seca. Diversas experiências e práticas vem sendo desenvolvidas pelas populações camponesa daquela região para enfrentar as dificuldades de falta de água ou de produção de alimentos, por exemplo que não há como combater-se a seca e de que é necessário criar formas de conviver com a realidade semiárida, indivíduos e organizações vem articulando-se, integrando-se para propor um novo modelo de desenvolvimento para o nordeste articulando em torno do modelo paradigma ou ainda movimento da convivência com o semiárido este novo modelo já em curso é considerado um importante instrumento para a consecução do desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro (ANDRADE; QUEIROZ, 2009).

Para produção de silagem, pode-se utilizar uma grande variedade de gramíneas e leguminosas. Entre a gramíneas, o milho geralmente produz silagem bem preservada, devido aos elevados teores de matéria seca e de carboidratos solúveis e a tem propriedade de resistir a mudança de PH. Embora seja considerada silagem-padrão, sua produção e qualidade são incertas por serem muito influenciadas pela disponibilidade hídrica. Quanto ao sorgo, geralmente apresenta produções mais elevadas que o milho, principalmente em regiões onde frequentemente ocorrem deficiências hídricas.

Embora o sorgo seja uma opção para essa situação, são necessárias outras opções de forrageiras que completem o ciclo, exigindo menores precipitações e, dentre as forrageiras com maior tolerância ao estresse hídrico, o girassol se apresenta bastante apto a esse tipo de situação. Para se melhorar o desempenho da pecuária da região, a Embrapa Semiárido, delineou um sistema de produção com base na caatinga.

Com a incorporação do capimbuffer e de uma área destinada a produção de um volumoso com nível de proteína mais alto, cuja fonte é uma leguminosa, chamado de sistema CBL (Caatinga Buffer Helena), que pode ser a leucena (*Leucaenaleucocephala* [Lam.] De Wit.), o guandu (*Cajanuscajan* [L.] Millsp.), a gliricídia (*Gliricidiasepium* [Jacq.] Walp.), ou até mesmo a maniçoba (*Manihotpsseudoglaziovii* Pax & K. Hoffm.), que não é uma leguminosa, mas que, graças às pesquisas na Embrapa Semiárido, deixou de ser considerada uma planta tóxica, para aos poucos, se tornar uma forrageira lenhosa muito importante.

Estas forrageiras são submetidas a cortes na época das chuvas para produção de feno ou silagem. Entre outras forrageiras que devem e podem ser incorporadas ao CBL, a palma tem uma grande relevância, por ser um volumoso, tido como energético e seguro nas secas prolongadas (ALBUQUERQUE, 1999).

A caatinga é a vegetação predominante na região semiárida do Nordeste, constituindo-se na mais importante fonte de alimentação para os rebanhos desta

região em geral, a produção de fito massa do extrato herbáceo excede a capacidade de consumo dos rebanhos, na estação chuvosa, permitindo conservar o excedente disponível, sob forma de feno ou de silagem para serem utilizados no período de maior escassez de alimentos selecionando formas de aprender a lidar com esse ambiente. Obviamente, a busca de estratégias de convivência com regiões áridas e semiáridas não é uma exclusividade brasileira populações habitantes de inóspitos gélidos ou desérticos em todo o mundo tiveram que desenvolver suas estratégias para a compressão da dinâmica natural da região e adequar-se ao clima local. Entretanto, até a década de 1980, o que se observou no Brasil foi uma tentativa de, através de políticas públicas equivocadas, realizar-se o combate à seca (SILVA et al., 2007).

No Nordeste brasileiro, a necessidade de criação de animais vêm impulsionando os produtores do semiárido a buscarem alternativas alimentares para os seus rebanhos, como por exemplo o aproveitamento de coprodutos agroindustriais ou estratégias de conservação de forragens (SANTOS et al., 2010). A fim de tornar suficiente o suporte forrageiro para o período crítico do ano, a conservação de espécies forrageiras, nativas ou exóticas adaptadas, pode ser uma alternativa viável (SOUZA et al., 2013).

As características (ocorrência de precipitações que se distribuem de maneira irregular, concentradas num curto período chuvoso, seguido de um longo período sem chuvas) típicas da região semiárida são os principais fatores que afetam a produção agropecuária dessa região, sendo importante a aplicação de estratégias específicas para obter maior rendimento na produção de forragens (PERAZZO et al., 2013). Não apenas a produção total de forragem, mas também a distribuição de sua produção ao longo do tempo deve ser considerada, pois é o que define em grande parte o custo de produção pela maior ou menor necessidade de alimentar os animais com concentrado ou forragem conservada (COSTA et al., 2011).

A região Semiárida brasileira tem sido utilizada como área de pastejo de pequenos e grandes ruminantes, e a vegetação nativa foi um grande sustentáculo na alimentação e produção animal por um longo período de tempo nas regiões brasileiras (VASCONCELOS et al., 2013). A disponibilidade de material com potencial forrageiro é irregular em função dos períodos de chuva e seca característicos da região semiárida; além disso, os pastos nativos são insuficientes para atender à demanda de alimento dos animais no período seco do ano (SOUZA et al., 2013). Dentro desse contexto, é importante a implantação de um programa de conservação de forragem, seja esta na forma de silagem ou de feno (PINHO et al., 2013; RAMOS et al., 2015). Uma vez que, a vegetação da caatinga apresenta grande número de espécies botânicas, entre as quais plantas de interesse forrageiro (SANTANA et al., 2011). Assim como uma possibilidade

viável que é a utilização de feno ou ensilagem de leguminosas como suplemento proteico a ser oferecido aos animais (BAYÃO et al., 2016).

Material e métodos

O trabalho foi realizado no Assentamento Fortuna 1 e 2 (Figura 1), localizados no município de Cuité-PB, mesorregião Curimataú paraibano. Faz divisa com os municípios de Baraúna e Picuí, é composto por 50 famílias e tem uma área total de 856 hectares, sendo 17 hectares para cada assentado. O trabalho foi realizado no período de agosto a novembro, e a sensibilização com os assentados iniciou-se com uma reunião realizada na sede da associação de desenvolvimento rural Claudio Gervásio Furtado. Nesta reunião foi apresentado aos assentados a proposta do projeto de conclusão de curso a ser desenvolvido. Após esse primeiro contato e formalização das atividades, iniciou-se as visitas nas propriedades de cada um agricultor. Neste momento, através de conversa foram obtidas informações sobre as características socioeconômicas, de produção vegetal e animal. Esses momentos de conversas foram direcionados por um fichamento com os tópicos, de forma a direcionar a conversa.

Além deste levantamento do perfil dos assentados, foi realizada uma reunião para apresentação das possibilidades de utilização de forragens em períodos de estiagem. Para esta ocasião foi avaliado o conhecimento dos assentados antes e depois deste processo. O objetivo principal foi identificar o perfil dos produtores desse assentamento e a identificação parcial da vegetação presente nas áreas e as que possuam potencial forrageiro, a fim de apresentar tecnologias de beneficiamento e armazenamento de forragens através da ensilagem e fenação.

Após a visita aos assentamentos, os dados foram coletados, tabulados e analisados. Foi utilizado o programa Microsoft Excel para elaboração dos gráficos. Os gráficos foram apresentados na forma de percentual e analisados através de estatística descritiva.

A apresentação das técnicas de fenação e ensilagem foram realizadas no próprio assentamento a fim de facilitar o deslocamento de cada um de sua casa para a sede da associação foi feito uma demonstração por não ser o período adequado para fazer silagem e fenação por não haver vegetação com folhas, o período ideal seriam os meses mais chuvosos. Nesta apresentação, foi feito a demonstração com feijão bravo, marmeleiro e catingueira por ser as únicas que se encontravam com folhas, foi recomendado para o processo de ensilagem sacos plásticos que após colhido as plantas nativas, moídas em forrageira e colocado no saco sem oxigênio e vedado, amarrado com

liga comum e esperar em média 40 dias para oferecer aos animais, para concluir o processo de fermentação e que também pode ficar armazenado por até três anos ou mais para esperar o período de escassez de forragem.

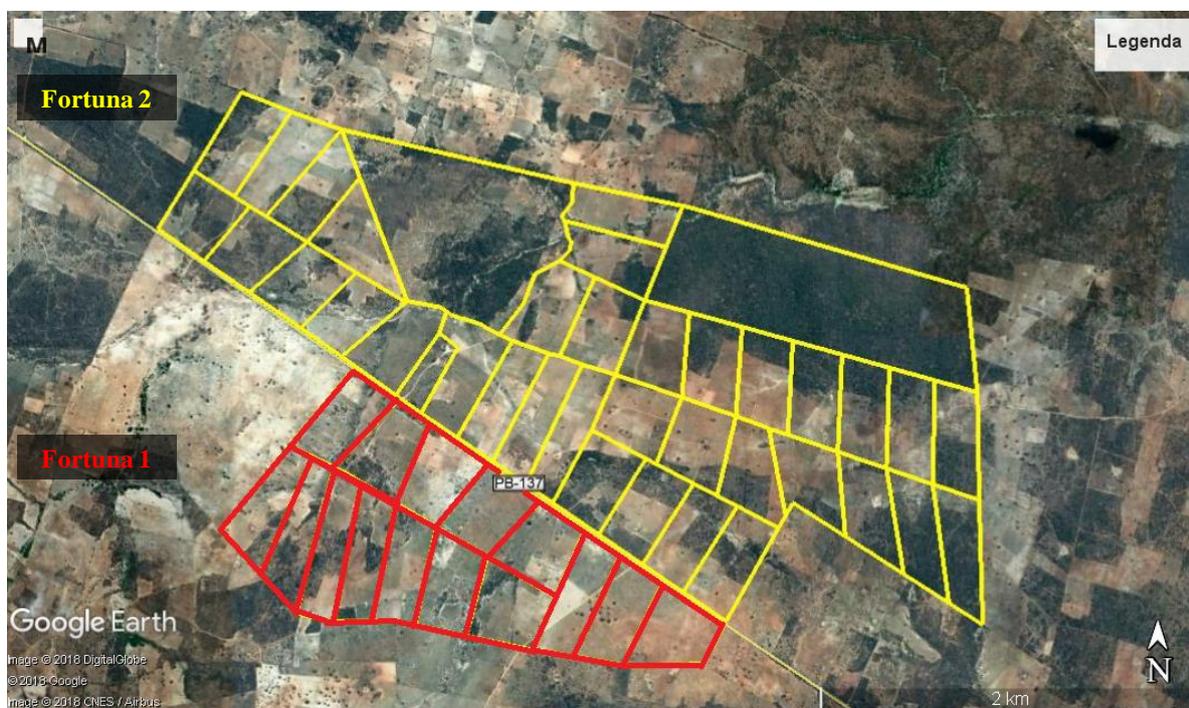


Figura 1 - Localização geográfica dos assentamentos Fortuna 1 e 2 no município de Cuité-PB

Fonte: Os autores.

A pesquisa foi conduzida de natureza quantitativa e, após a finalização dos cursos, foi realizada a tabulação dos dados a partir das informações obtidas pelos questionários, utilizando-se para tanto o software Microsoft Excel. Os resultados foram analisados e apresentados através de estatísticas descritivas. A análise descritiva leva em consideração os dados e tende a organizar, resumir e descrever os aspectos que apresentem maior relevância para o estudo, dentro do grupo de características observadas.

Resultados e discussão

Dos assentados do assentamento Fortuna 1, 14% são solteiros, 38% são separados e 48% casados. A maioria dos entrevistados são pessoas casadas ou que moram juntos em uma união estável, um perfil característico da agricultura familiar. No assentamento

Fortuna 1, cerca de 33% dos agricultores entrevistados eram do sexo masculino, e 67% do sexo feminino (geralmente as mulheres estão mais dispostas a participar desse tipo de pesquisa). Destes assentados, 14% dos agricultores do assentamento Fortuna 1 são naturais de Picuí-PB, enquanto as cidades de Barra de Santa Rosa-PB, Solânea-PB, Tangará-RN, e Santa Cruz-RN, aparecem com 5% cada uma, e 66% são naturais de Cuité-PB, município no qual está localizado o assentamento. Apenas a cidade de nascimento mesmo, mas, chegaram no município desde criança e residem até hoje no mesmo local. Quanto a quantidade de filhos por família: 5% das famílias não possui filhos, um filho em 14% das famílias, dois filhos em 43%, três filhos em 14%, quatro filhos em 10% e cinco ou mais filhos em 14%. O número de 43% dos moradores do assentamento Fortuna ter dois filhos reflete a média nacional das famílias brasileiras em números de filhos (Figura 2).

Quanto a questão de escolaridade dos assentados, foi observado que 14% sem escolaridade, 0% ensino fundamental completo, 71% ensino fundamental incompleto, 10% ensino médio completo, 10% ensino médio incompleto e 5% ensino superior. Dentre estes assentados, 14% dos agricultores dizem não ter escolaridade adequada para executar as atividades agrícolas pois dizem que se tivesse mais conhecimento teriam melhor desenvolvimentos das atividades e 86% consideram ter escolaridade adequada para sua profissão pois consideram que para trabalhar nas lavouras não é necessário saber ler e escrever.

Outro ponto importante levantado foi quanto à necessidade de estudar mais. 10% declara que não gostaria ter estudado mais pois dizem não ter paciência para isso e não gostavam de estudar e 90% disseram que gostariam de ter estudado mais, não estudaram porque não tiveram oportunidade, quando crianças os pais não deixavam pois precisavam colocá-los para ajudar trabalhando na lavoura, se mostraram frustrados por não ter estudado mais e poderiam ter melhores possibilidades de vida, melhor emprego. Dizem que quem estuda mais, ganha mais (Figura 2).

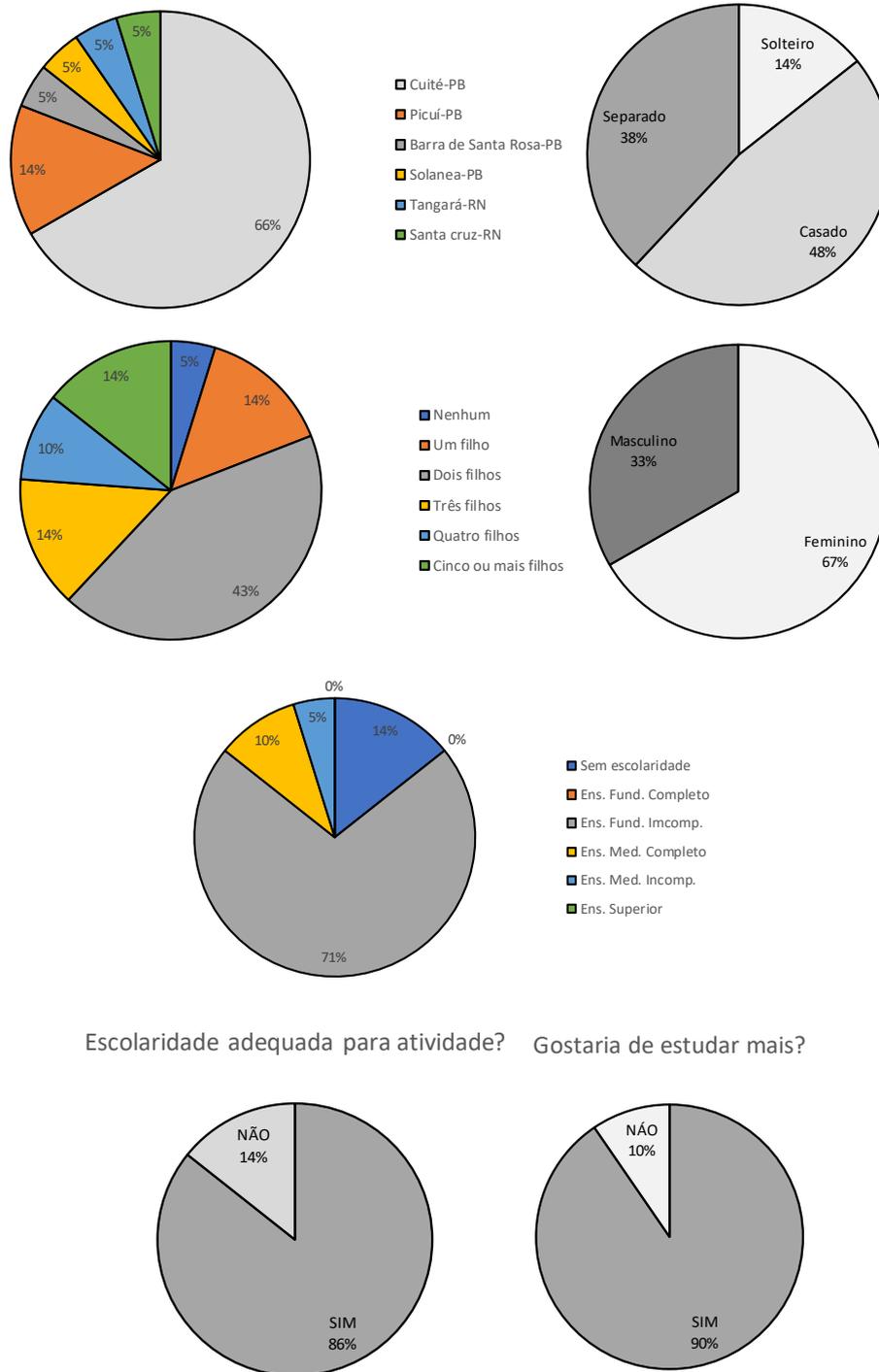


Figura 2 - Caracterização social dos agricultores do assentamento Fortuna 1

Fonte: Os autores.

Algumas técnicas agrícolas são normalmente utilizadas em áreas agricultáveis, e muitas dessas técnicas são prejudiciais ao solo e ao ambiente. Assim, técnicas que sejam menos agressivas são mais indicadas. O uso de queimadas pode afetar as características

químicas, físicas e biológicas do solo, deixando-o mais podre. Foi observado que, entre os agricultores avaliados, 33% não fazem queimadas, 67% fazem queimadas (alegando necessitar queimar quando o mato é grande, e estão “fazendo roçado novo”), enquanto uma pequena porcentagem diz não ser necessário e que não é bom para o solo. Outro fator é a utilização de agroquímicos, que muitos agricultores utilizam por falta de conhecimentos ou por não conhecer alternativas. Dos assentados, 10% fazem uso de substituinte agroquímicos (os exemplos citados foram urina de vaca, detergente neutro, e óleo mineral), e 90% dos entrevistados não fazem uso nem têm conhecimento sobre os produtos que substituem agroquímicos, mas que também nem um agricultor desse assentamento utiliza agrotóxicos (Figura 3).

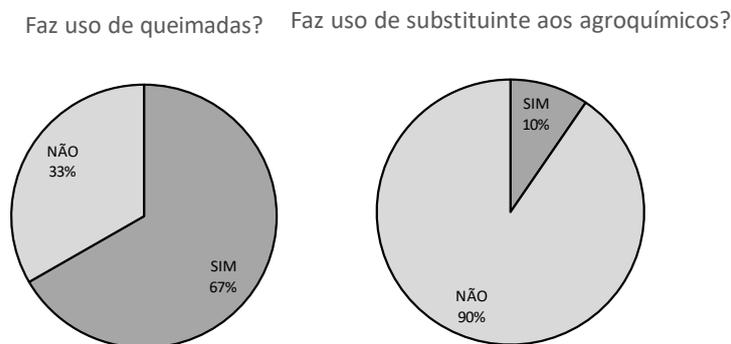


Figura 3 - Realização de queimadas e utilização de defensivos agrícolas pelos agricultores do assentamento Fortuna 1

Fonte: Os autores.

Dentre as culturas agrícolas que os agricultores do assentamento Fortuna 1 possuem, 5% dos entrevistados não possui lavouras de feijão, fava, e milho e 95% escolheram essas culturas por entender que são as mais adequadas para as condições climáticas da região, adaptadas e também por ser cultural, foi passando de geração em geração desde o tempo dos avós e lavouras de subsistência. Em média 70% dos produtos são para o consumo da família, para o plantio no ano seguinte e apenas o excedente é comercializado até porque os produtores estão insatisfeitos com a comercialização pelos baixos preços e desvalorização de sua produção. 10% produzem batata e mandioca enquanto 90% não trabalham com essas espécies. Atualmente a batata já foi uma das mais cultivadas, só deixaram de plantar por falta de água nesses sete anos de estiagem. A cultura da mandioca já é mais cultivada, estando presente nas áreas de todos os agricultores com grandes produções na casa de farinha, estando funcionando até hoje mas quase raramente por falta da matéria prima já que durante alguns anos de baixas nos preços do produto e após os conselhos de um empresário de

feijão que aconselhou os agricultores a substituir as lavouras de mandioca por feijão, foram praticamente extintas as plantações de mandioca. Hoje existe o desejo de retomarem a cultura pois a produção de feijão aumentou e os preços baixaram impossibilitando a comercialização. Devemos repensar a verdadeira essência da agricultura familiar, não o mono cultivo e voltar ao primitivo quando se produzia para o próprio consumo da família depois pensar na comercialização, plantando várias culturas em uma mesma área.

Quanto as frutíferas, 29% possui plantio de frutíferas e 71% não. Quando os entrevistados dizem que possuem plantios de frutíferas estão se referindo a plantio superior a um hectare plantado. Esses 71% embora afirmem que não possuem plantio de frutíferas tem no quintal plantas de mamoeiros, pinha, mangueiras, limoeiros, graviola, acerola, umbuzeiro entre outros, em pequena quantidade em cada quintal (Figura 4). Para melhor aproveitar a área de pequenas propriedades rurais, tem-se buscado alternativas que promovam o incremento na produção de forma ativa e econômica. Algumas práticas utilizadas nas atividades agrícolas, como o consórcio, permitem maior diversidade de culturas, principalmente as que são tradicionalmente plantadas para a subsistência familiar. Esse sistema de produção promove a redução dos riscos de perdas, o uso eficiente da terra e maior retorno econômico (ARAÚJO et al., 2017). A importância e a eficiência do consórcio entre milho e feijão é proporcionar aos sistemas de produção um processo ecológico, respeitando as condições locais, nesse sentido, preservar a saúde dos ecossistemas, e das pessoas, princípios estes capazes de reduzir a pobreza, e trazer a segurança alimentar, e consequentemente promover o desenvolvimento dos países (IFOAM, 2014).

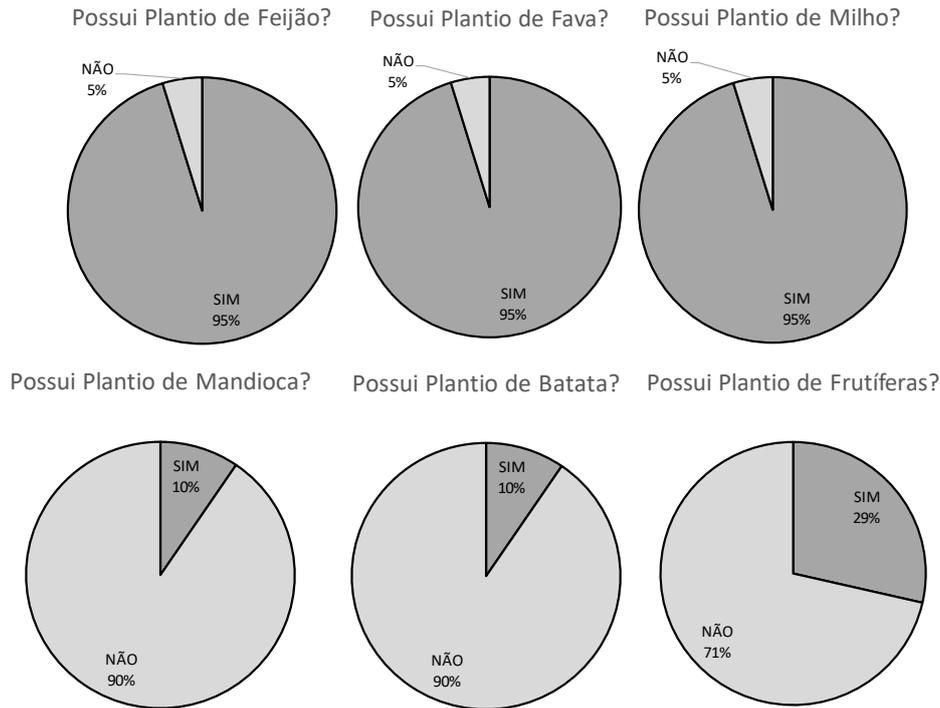


Figura 4 - Espécies agrícolas plantadas pelos agricultores do assentamento Fortuna 1

Fonte: Os autores.

O aproveitamento de forragem em períodos de estiagem é uma das principais formas para manutenção de rebanhos animais. Quando perguntado sobre o que é uma planta forrageira, cerca de 50% dos assentados conheciam o termo, e cerca de 50% não conheciam nenhuma técnica para beneficiamento e processamento de forragens para o período de estiagem. A técnica de conservação de forragens mais conhecida é silagem; cerca de 70% sabem o que é silagem, por mais que só 15% tenha feito alguma vez. Quando relacionado a fenação, 17% sabem o que é o processo de fenação, embora nenhum dos assentados tenha o feito. Por mais que não conheçam a técnica ou nunca tenham feito, ainda existe um percentual que não tem interesse em aprender essas técnicas de conservação (Figura 4).

Em relação à produção animal no assentamento, 33% não possui criação de bovinos, 67% cria bovinos, 19% não cria aves, 81% dos produtores possui criação de aves e 14% dos entrevistados criam ovinos, 86% não, 24% criam suínos, e 76% não criam animais (Figura 5). Os ovinos nativos são naturalmente adaptados ao ambiente da região semiárida e estão bem ajustados aos sistemas de exploração extensivo e semiextensivo. Dentre estas características relacionadas à alimentação de caprinos e ovinos, o consumo voluntário é determinante no ingresso de nutrientes e na eficiência com que

esses nutrientes são utilizados nos processos metabólicos do animal para atender as exigências de manutenção e de produção (SOUZA et al., 2010).

O fato de não criarem se dá principalmente diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores nos últimos sete anos de estiagem dificuldades com a diminuição da vegetação. A falta de forragens para os ruminantes reduziu os rebanhos de ovinos e bovinos. Os sistemas de criação de caprinos e ovinos nas regiões semiáridas do Brasil fundamentam-se na exploração extensiva, com baixo nível de tecnologia e com forte dependência da vegetação nativa conhecida como caatinga, sendo esta muitas vezes a única fonte de alimentação volumosa, principalmente por não conhecerem alternativas para conservação de espécies forrageiras (SANTOS et al., 2010).

Com produção insuficiente e alta dos preços dos grãos (em especial o milho), muitos criadores desistiram da criação de suínos, embora tenha sido uma das mais presentes na região. Pelo mesmo motivo também foram reduzidas as criações de galinhas mesmo hoje aparecendo como a mais criada somando 81%. Esse número já chegou a quase 100%, portanto, a importância do incentivo de beneficiamento e armazenamento de forragens pois, a criação de bovino e ovinos ainda são os mais lucrativos segundo depoimento dos produtores do assentamento, mas também são os que mais consomem água e forragem.

A pecuária desses ruminantes é uma fonte de proteína animal para a alimentação humana, além de geração de renda, principalmente em decorrência das limitações climáticas que dificultam o cultivo das lavouras (SOUZA et al., 2013). A pecuária tem grande expressão econômica e social, incluindo-se entre algumas das poucas atividades com possibilidade de exploração em sistemas de sequeiro na região (VASCONCELOS et al., 2013).

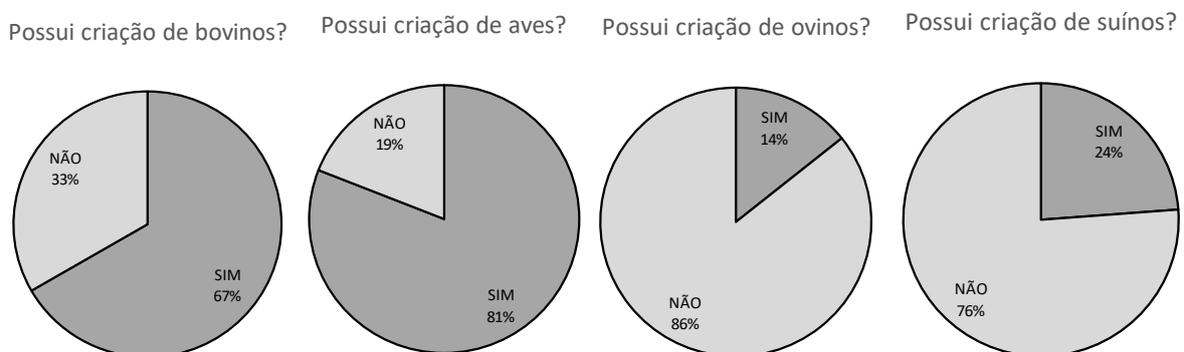


Figura 5 – Animais criados pelos agricultores do assentamento Fortuna 1

Fonte: Os autores.

O aproveitamento de forragem em períodos de estiagem é uma das principais formas para manutenção de rebanhos animais. Quando perguntado sobre o que é uma planta forrageira, cerca de 50 % dos assentados conheciam o termo e esses também, cerca de 50 % não conheciam nenhuma técnica para beneficiamento e processamento de forragens para o período de estiagem. A técnica de conservação de forragens mais conhecida é silagem, cerca de 70 % sabem o que é silagem, por mais que só 15 % tenham feito alguma vez. Quando relacionado a fenação, 17 % sabem o que é o processo de fenação, e nenhum dos assentados fez feno. Por mais que não conheçam a técnica ou nunca tenham feito, ainda existe um percentual que não tem interesse em aprender essas técnicas de conservação (Figura 6). Várias gramíneas têm sido avaliadas, ao longo dos anos, para a formação de pastagens buscando-se, sobretudo, elevada produtividade e persistência (VASCONCELOS et al., 2013).

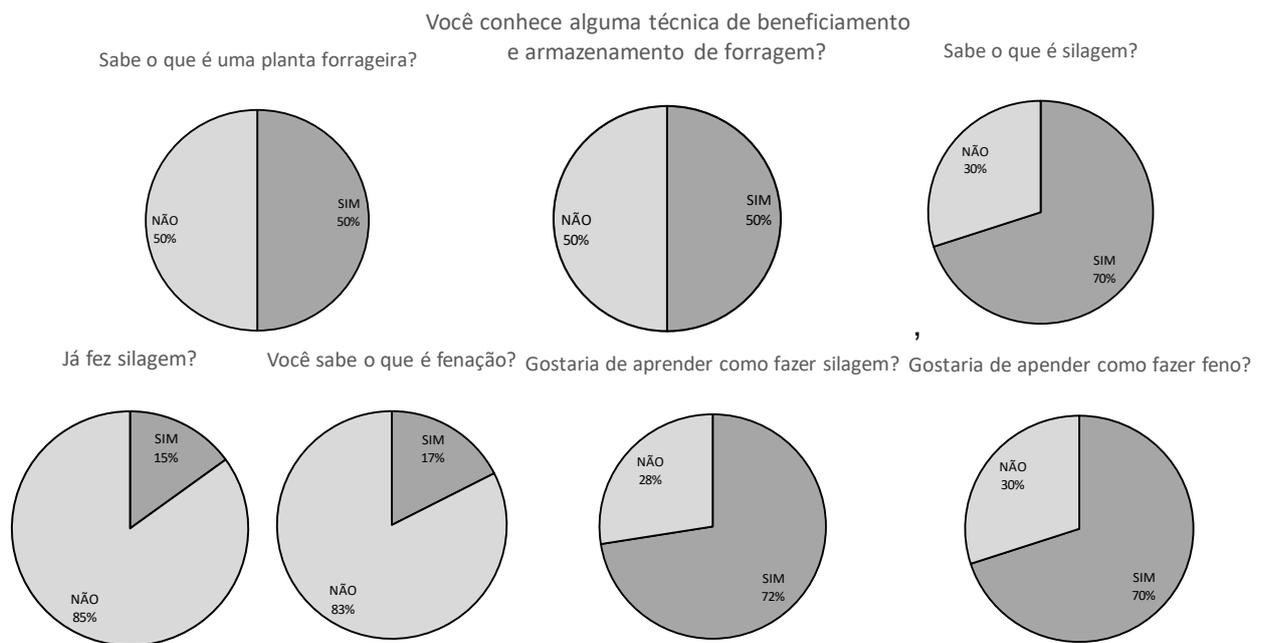


Figura 6 - Conhecimento sobre aproveitamento de forragens em períodos de estiagem no assentamento Fortuna 1

Fonte: Os autores.

Considerações finais

Através deste trabalho, foi possível perceber que as práticas de beneficiamento e armazenamento de forragens são alternativas viáveis para a manutenção alimentar dos

rebanhos. As técnicas de ensilagem e fenação utilizando plantas nativas da região associadas a outras plantas forrageiras destacam-se como uma excelente opção, seja pelas características nutricionais, baixo custo de produção, palatável e existência de uma vegetação abundante na região com potencial forrageiro, tanto para ensilagem quanto para a fenação.

Mesmo que os assentados do assentamento Fortuna 1 e 2 possuam diversas culturas agrícolas e espécies animais, sendo maior porcentual de aves, ficou evidente o interesse pela criação de ruminantes destacando-se bovinos e ovinos, por mais que não criem esses animais. O fator limitante, que faz com que esses assentados não tenham criação de ruminantes, é a dificuldade de criação, principalmente pela pequena área para criação e forragens insuficientes para alimentar os rebanhos durante o período de estiagem.

Após as visitas, onde foram apresentadas algumas tecnologias de convivência com períodos de estiagem e sensibilização dos assentados para o uso racional destas espécies com potencial forrageiro. Espera-se que as informações obtidas possam ser multiplicadas, beneficiando também outros agricultores, e fortalecendo a maior fonte de renda deles, que é a produção animal, para aumento da dignidade no campo e valorização da agricultura familiar em assentamentos rurais.

Referências

- ALBUQUERQUE, S. G. de. Sistemas Silvopastoris – Algumas experiências no Semiárido do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS NOCONTEXTO DA QUALIDADE AMBIENTAL E COMPETIVIDADE, 2., 1998, Belém. **Palestras**, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. p. 185-198. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 25).
- ANDRADE, F. L., QUEIROZ, P. V. M. Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização e para Convivência com o Semiárido: a Influência da ASA na Construção de Políticas Públicas. In: KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F. **Políticas Públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.
- ANGELOTTI, F.; SÁ, I. B.; MELO, R. F. Mudanças climáticas e desertificação no Semiárido brasileiro. In: ANGELOTTI, F.; SÁ, I. B.; MENEZES, E. A; PELLEGRINO, G. Q. (Eds.). **Mudanças climáticas e desertificação no Semiárido brasileiro**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.
- BAYÃO, G. F. V.; EDVAN, R. L.; CARNEIRO, M. S. S.; FREITAS, N. E.; PEREIRA, E. S.; PACHECO, W. F.; BEZERRA, L. R.; ARAÚJO, M. J. Desidratação e composição química do feno de Leucena (*Leucena leucocephala*) e Gliricidia (*Gliricidia sepium*). **Rev. Bras. Saúde Prod. Anim.**, Salvador, v. 17, p. 365-373, 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, 2001.

CARVALHO, H. M. Política compensatória de assentamentos rurais como negação de Reforma Agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 113-122, 2004.

COSTA, M. R. G. F. et al. Utilização do feno de forrageiras lenhosas, nativas do nordeste brasileiro na alimentação de ovinos e caprinos. **PUBVET**, Londrina, v. 5, n. 154, 2011.

DELGADO, G. C. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 57-62, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, M. M. de. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico-dialético. **Interfaces Brasil/Canadá**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2001.

PERAZZO, A. F.; SANTOS, E. M.; PINHO, R. M. A.; CAMPOS, F. S.; RAMOS, J. P. F.; AQUINO, M. M.; SILVA, T. C.; BEZERRA, H. F. C. Características agronômicas e eficiência do uso da chuva em cultivares de sorgo no semiárido. **Ciência Rural**, v. 43, p. 1771-1776, 2013.

PINHO, R. M. A.; SANTOS, E. M.; BEZERRA, H. F. C.; OLIVEIRA, J. S.; CARVALHO, G. G. P.; CAMPOS, F. S.; PEREIRA, G. A.; CORREIA, R. M. Avaliação de fenos de capim-buffel colhido em diferentes alturas de corte. **Rev. Bras. Saúde Prod. Anim.**, v. 14, n. 3, p. 437-447, 2013.

RAMOS, A. O.; FERREIRA, M. A.; SANTOS, D. C.; VÉRAS, A. S. C.; CONCEIÇÃO, M. G.; SILVA, E. C.; SOUZA, A. R. D. L.; SALLA, L. E. Associação de palma forrageira com feno de maniçoba ou silagem de sorgo e duas proporções de concentrado na dieta de vacas em lactação. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v. 67, p. 189-197, 2015.

SANTANA, D. F. Y.; LIRA, M. A.; SANTOS, M. V. F.; FERREIRA, M. A.; SILVA, M. J. A.; MARQUES, K. A.; MELLO, A. C. L.; SANTOS, D. C. Caracterização da caatinga e da dieta de novilhos fistulados, na época chuvosa, no semiárido de Pernambuco. **R. Bras. Zootec.**, v. 40, n. 1, p. 69-78, 2011.

SANTOS, R. D.; PEREIRA, L. G. R.; NEVES, A. L. A.; BRANDÃO, L. G. N.; ARAÚJO, G. G. L.; ARAGÃO, A. S. L.; BRANDÃO, W. N.; SOUZA, R. A.; OLIVEIRA, G. F. Consumo e desempenho produtivo de ovinos alimentados com dietas que continham coprodutos do desfibramento do sisal. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v. 63, n. 6, p. 1502-1510, 2011.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.

SILVA, D. S. et. al. Feno de maniçoba em dietas para ovinos: digestibilidade aparente e balanço nitrogenado. **R. Bras. Zotec.**, v. 36, n. 5, p. 1685-1690, 2007.

SOUZA, C. M. S.; MEDEIROS, A. N.; FURTADO, D. A.; BATISTA, A. M. V.; PIMENTA FILHO, E. C.; SILVA, D. S. Desempenho de ovelhas nativas em confinamento recebendo palma-forrageira na dieta na região do semiárido nordestino. **R. Bras. Zootec.**, v. 39, n. 5, p. 1146-1153, 2010.

SOUZA, R. A.; VOLTOLINI, T. V.; ARAÚJO, G. G. L.; PEREIRA, L. G. R.; MORAES, S. A.; MISTURA, C.; BELEM, K. V. J.; MORENO, G. M. B. Consumo, digestibilidade aparente de nutrientes e balanços de nitrogênio e hídrico de ovinos alimentados com silagens de cultivares de capim-búfel. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v. 65, n. 2, p. 526-536, 2013.

VASCONCELOS, W. A.; ANDRADE, A. P.; SANTOS, E. M.; EDVAN, R. L.; SILVA, D. S.; SILVA, T. C. Características morfogénéticas e produção do capim buffel adubado com digesta bovina sólida. **Rev. Bras. Saúde Prod. Anim.** v. 14, n. 1, p. 01-09, 2013.

Mercado de la economía social y sustentable: caso de innovación y desarrollo rural de Bonpland, Misiones, Argentina

Manuela Rocío Martínez*

Andrea de Luján Arzamendia**

Andrea Inés Núñez***

Introducción

La agricultura familiar (AF), en Argentina, comenzó a tomar relevancia, partir del reconocimiento de estos actores sociales y económicos. Un paso importante se dio el 15 de diciembre de 2005 cuando se constituyó formalmente el Foro Nacional de Organizaciones de la Agricultura Familiar (FoNAF).

A través de la Resolución N° 132/06, la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos (SAGPyA) institucionalizó oficialmente el espacio del FoNAF como ámbito de debate y concertación de políticas públicas para la AF.

En el año 2007 se creó la Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar (FONAF), organismo legal, la cual nucleó a más de 600 organizaciones. Que generó diagnósticos sobre las problemáticas y las distintas situaciones en las distintas provincias del país, para la generación de políticas

* Lic. en Psicología. Doctoranda de Psicología en la Universidad Nacional de Córdoba. Maestranda en Desarrollo Rural en la Universidad Nacional de Misiones. Becaria de CONICET. Docente universitaria de la Universidad Católica de las Misiones. Miembro del equipo de investigación de Psicología Rural de la Universidad de la Cuenca del Plata. Miembro de la Red y del grupo impulsor de Psicología Rural.

E-mail: martinez.manuela.rocio@gmail.com

** Lic. en Comunicación Social. Maestranda en Desarrollo Rural de la Universidad Nacional de Misiones. Integrante del proyecto de Investigación: Estrategias asociativas, Políticas públicas y desarrollo rural en la Provincia de Misiones (Secretaría de Investigación y Postgrado FHyCS-UNaM). Directora de Asesoramiento Técnico (Secretaría de Estado de Agricultura Familiar de Misiones).

E-mail: arzamendiaandrea@gmail.com

*** Lic. en Administración Agraria. Tesorera de la Ruta de la Yerba Mate desde 2010. Trabaja en turismo rural hace 12 años y forma parte de la Subsecretaría de Desarrollo Territorial del Ministerio de Agricultura Familiar. Profesora de yoga y Especialista en Acupuntura.

E-mail: andreainesnunhez@gmail.com

diferenciales para el sector. Es así, que llegaron a la conclusión de entender a la AF como:

[...] una 'forma de vida' y 'una cuestión cultural', que tiene como principal objetivo la 'reproducción social de la familia en condiciones dignas', donde la gestión de la unidad productiva y las inversiones en ella realizadas es hecha por individuos que mantienen entre sí lazos de familia, la mayor parte del trabajo es aportada por los miembros de la familia, la propiedad de los medios de producción (aunque no siempre de la tierra) pertenece a la familia, y es en su interior que se realiza la transmisión de valores, prácticas y experiencias (FONAF, 2007, p. 9).

El reconocimiento por parte de los distintos estamentos del Estado, confluyó en garantizar los derechos de las y los agricultores en cuanto al acceso a la tierra y la reivindicación de sus territorios. Donde se buscó impulsar un modelo de producción con enfoque agroecológico y orgánico en pos de garantizar la seguridad y la soberanía alimentaria de los pueblos. Para ello, el fortalecimiento de los grupos de productores y las organizaciones, en tanto a la producción y la comercialización, fue y es uno de los ejes más importante.

Es relevante marcar que la AF y la economía social, concepto que se ampliará más adelante, tienen dos aspectos básicos en común. Por un lado, a los actores sociales (agricultores, emprendedores, feriantes, empleados del Estado, pueblos originarios, etc.) y, por otro lado, a un modelo económico que tiene "el objeto de construir propuestas alternativas al neoliberalismo" (CORAGGIO, 2010, p. 11).

La economía social, en esta línea, propone desafiar a que "otro mundo es posible" (CORAGGIO, 2010, p. 10). Partiendo de crear y hacer cumplir políticas de Estado que contrarresten las desigualdades que encarna el sistema de producción capitalista.

En el presente trabajo se describirá y reflexionará sobre los desafíos y experiencias que atravesaron las y los agricultores familiares, emprendedores, comunidades mbyá guaraní y un equipo técnico, en el proceso de conformación del Mercado de la Economía Social y Sustentable (MESS) del municipio de Bonpland, Misiones, Argentina. Con el fin de brindar herramientas y estrategias prácticas y teóricas en espacios similares de intervención.

Este caso reflejó aspectos de carácter organizativo, relaciones interpersonales, aprendizajes, intercambio de conceptos, auto-reconocimiento de un grupo de trabajo y conformación de un equipo técnico. El mismo está integrado por organismos del estado local provincial, el Municipio de Bonpland y la Secretaría de Estado de

Agricultura Familiar (SEAF); la Universidad Nacional de Misiones (UNaM); organizaciones del tercer sector, Fundación Organización Argentina para Sociedades Inclusivas (OASI) y una becaria del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Esta diversidad dentro del equipo técnico presentó, y presenta, diferentes desafíos de intercambio y diseño de actividades respecto del fortalecimiento de la comunidad, la construcción del equipo como del mercado en sí mismo.

A continuación, se detallarán aspectos de contexto, descripción de la AF, la presentación de la experiencia del mercado en cuestión, los desafíos que se han presentado en el proceso y las concepciones y estrategias que han colaborado en la construcción del mismo.

Desarrollo

Contextualización

Misiones fue declarada provincia el 22 de diciembre de 1953 a partir de la ley 14.294, posee 29.801 Km² de superficie, apenas un poco más del 1% del total del país y está ubicada en el noreste del mismo, limita solo con una provincia argentina: Corrientes. A su vez, limita con dos grandes países latinoamericanos: la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay. Concentra el 2,8% de la población argentina, siendo la novena jurisdicción más poblada de todo el territorio y la primera más poblada de la región NEA (noreste argentino), con 1.097.829 de habitantes, según el Censo del 2010.

Las prácticas agrícolas que predominaban fueron los cultivos perennes: yerba, tung, té y forestales y productos anuales como el tabaco, la mandioca, el poroto o los cereales.

En la actualidad, según la Secretaría de Política Económica y Planificación del Desarrollo del Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas (2016), las principales cadenas productivas son: la tealera, la yerbatera, la forestal, papel y muebles, la citrícola y la cadena de turismo.

En Misiones respecto del país, se encuentran la mayor cantidad de *agricultores familiares*, más de 30 mil familias aproximadamente, según diferentes documentos de la entonces denominada SsAF (Subsecretaría de Agricultura Familiar de Nación) del año

2016, hoy llamada SAFCI (Secretaría de Agricultura Familiar, Campesina e Indígena dependiente del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca).

La mayoría de estas/os agricultores comercializa su producción, diversificada por lo general, en las 66 Ferias Francas de la provincia. Cuando hablamos de ferias francas nos referimos al “modelo de mercado de la economía social y local de la Argentina, que incentivan la producción de alimentos y la comercialización en espacios locales” (RODRIGUEZ; PERUCCA; KOSTLIN; CASTIGLIONI, 2010, p. 146).

Respecto del municipio de Bonpland, donde se sitúa el caso aquí analizado, se fundó el 18 de junio de 1894, es un pueblo de pequeñas dimensiones geográficas y, según el último Censo realizado (2010), cuenta con un total de 2355 habitantes. Esto implica poca diversidad de productos y servicios, escasa oferta laboral y problemas de conectividad, lo cual, lleva a dificultades en el acceso a la información. Es por ello que la construcción de un mercado en este espacio resultó una herramienta de desarrollo económico y social para los diferentes integrantes del mismo.

Apartado Metodológico

La metodología de este artículo está orientada en un enfoque cualitativo, con un diseño exploratorio-descriptivo. Se partió del paradigma interpretativo, cuyo fundamento “radica en la necesidad de comprender el sentido de la acción social en el contexto del mundo de la vida y desde la perspectiva de los participantes” (VASILACHIS DE GIALDINO, 2006, p. 48).

A nivel epistemológico se tomaron los lineamientos del construccionismo social (BERGER; LUCKMAN, 2003), el cual sostiene que el conocimiento no es resultado de la incorporación de una realidad externa y “objetiva” a la cual reflejar, sino que es resultado de construcciones del sujeto que conoce en interacción con su medio, generando modelos explicativos cada vez más complejos.

En cuanto al trabajo de campo, las técnicas para la recolección de datos fueron, por un lado, observación participante y registro de campo en las distintas instancias participativas (reuniones de organización, espacios de comercialización, entre otras). Por otro lado, una revisión documental de actas, memos técnicos, afiches y punteos de las técnicas participativas utilizadas en las diferentes reuniones (de fortalecimiento grupal, lluvia de ideas, imágenes o videos disparadores de tópicos a reflexionar, análisis FODA - Fortalezas, Oportunidades, Debilidades, Amenazas-, entre otras), focalizando en los acuerdos que iban configurándose en cada una de estas; así como bibliografía vinculada al proceso analizado.

Para llevar a cabo el análisis y los datos presentados en este artículo se realizó una triangulación de información atravesados por las dimensiones de: fortalecimiento, interdisciplina, innovación, economía social y desarrollo rural.

Miradas y concepciones guía

Primeramente, se hará mención de la perspectiva que se tiene sobre innovación y desarrollo.

La idea de innovación de la que se parte, no refiere a la perspectiva tradicional en la cual era pensada solamente por expertos o investigadores, previa a ingresar a un territorio o comunidad. Como tampoco desde una perspectiva de paquetes tecnológicos o transferencia de tecnologías (ROGERS, 1962). Sino que se parte de la concepción de sistemas de innovación (KLERKX; VAN MIERLO; LEEUWIS, 2012), que concibe a la misma como algo que surge del proceso de diálogo entre diferentes actores y factores. Los cuales, al momento de abordar determinada problemática, necesidad o demanda, construyen algo nuevo o algo distinto a cómo se venía configurando un espacio, actividad, producción, vinculación, entre otras posibles cuestiones, que puede incluir o no adoptar tecnologías.

En palabras de Klerkx, Van Mierlo y Leeuwis (2012, p. 1), “la innovación agrícola, en síntesis, se considera un proceso coevolutivo, es decir, un cambio tecnológico, social, económico e institucional combinado”.

Tort (2009, p. 18) la define como “un proceso colectivo donde diversos actores interaccionan y producen conocimientos para la acción”. Sumada la expresión experiencia de innovación para referirse al “conjunto de prácticas que a lo largo del tiempo construyen conocimiento acerca de la innovación que se promueve” (TORT, 2009, p. 18). Ello nos lleva a entenderla como un proceso complejo (CHRISTOPLOS, 2010) y, también, más relacionado con el modelo de extensión dialógico (FREIRE, 1973), implicarla con la puesta en práctica útil de los conocimientos de los propios actores, que genera procesos de aprendizajes sociales (LEEUWIS; PYBURN, 2002).

Al pensar la noción de desarrollo, no hace referencia a la etiqueta de ‘subdesarrollo’ impuesta por el presidente de los EE UU Harry Truman en 1949, cuando describía principalmente a Centro América y América Latina. Una expresión ante la cual aún hoy se identifica a los países de esta región, por no llegar a los estándares impuestos de acumulación de ganancias, tecnología moderna y comercialización. La cual marca a EE UU y Europa, generalmente, como un modelo a alcanzar, sin tener en cuenta las

propias características locales y el propio desarrollo de estos otros territorios, nuestros territorios.

Esta noción no nace casualmente, sino que surge en una época de posguerra, cuando el capitalismo se habría extendido en gran medida, lo que, a su vez, impulsó la creación de numerosas instituciones de regulación de comercio como ser el Banco Mundial (1944), el Fondo Monetario Internacional (1944) y la Organización Mundial de Comercio (1955).

Entre las décadas de los '70 y los '90, se fueron consolidando la modernización y el aumento de las desigualdades sociales. Esto llevó a que posteriormente se acrecentara la demanda social por la sostenibilidad en el desarrollo. Sumado a esto, se comenzó a pensar en las grandes problemáticas que acarrea el cambio climático debido al 'gran desarrollo' de las potencias mundiales y las nuevas tecnologías. El modelo sojero es el mejor ejemplo, con concentración económica y de tierras, explotación económica y de trabajo (AZCUY AMEGHINO, 2016), monocultivos para exportación y no aptos para consumo, utilización desmedida de agroquímicos, entre otros aspectos.

A partir de los '90, comenzaron a observarse diferentes fenómenos, una mayor reflexividad respecto de la concepción de desarrollo; la emergencia de movimientos sociales; el surgimiento de la categoría 'agricultura familiar' y la visibilización de un multiculturalismo. Además, la multiplicación de los enfoques participativos y debates que apuntaron a una mirada más compleja que contemple la sostenibilidad y visibilización de los daños ambientales.

En el presente artículo se piensa el desarrollo como un término que, además del sentido económico que profesa, también visibiliza los valores locales, originarios, culturales o endógenos, como bien destacan Oostindie y Broekhuizen (2008) de los pueblos. Lo local justamente contiene un valor agregado socio cultural que lleva a la misma comunidad a cuidar y visibilizar su ambiente y contexto. A dar cuenta de su valorización histórica y la posibilidad de comercializar, en conjunto, algo único y propio, que a su vez desemboca en su propio fortalecimiento (MONTERO, 2009).

Es importante mencionar que en el presente trabajo se entiende a la Economía Social desde los lineamientos teóricos de José Luís Coraggio (2010), quién propone reflexionar sobre el trabajo centrado en el desarrollo de las capacidades de todos:

[...] Una economía del trabajo gestionada por colectividades de trabajadores autonomizados de patrones, que trabajan por cuenta propia o asociados por su libre decisión, que no ven a los compradores como 'portadores de dinero', sino

como otros trabajadores con necesidades que tienen el orgullo de satisfacer con su trabajo (CORAGGIO, 2010, p. 80).

Por otra parte, es relevante agregar que el enfoque de la Economía Social es uno de los pilares conceptuales y metodológicos que han guiado el proceso del mercado desde sus inicios.

Finalmente, otra de las concepciones que han guiado la construcción del equipo y del mercado es la de sustentabilidad. En este sentido, teniendo en cuenta lo expuesto por el Ministerio de Desarrollo Social, el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, Universidad Nacional de la Plata y Universidad Nacional de San Martín (s/f), "decimos que un proceso es sostenible/sustentable cuando puede mantenerse por sí mismo, sin perder recursos existentes. También significa no agotar recursos naturales que intervienen en ese proceso" (p. 47). Sin dejar de lado, la idea de sustentabilidad como perdurabilidad en el tiempo, para que este tipo de procesos se desarrollen y generen impacto territorial para una mejor calidad de vida de las y los pobladores.

Sobre la agricultura familiar en la provincia de Misiones

A nivel nacional, el 17 de diciembre del 2014 se sancionó la Ley 27.118: "Reparación Histórica de la Agricultura Familiar". Luego se promulgó el 20 de enero del 2015, con el objetivo de contribuir a la seguridad y soberanía alimentaria del pueblo y visibilizar un sector poblacional del ámbito rural poco tenido en cuenta en las decisiones políticas.

En tanto, en la provincia de Misiones, organizaciones de la AF junto a Diputados provinciales escribieron un proyecto de ley que se sancionó a fines del año 2015. Es así que Misiones tomó como modelo de producción a la AF, a partir de la sanción de la Ley VIII - 69 Agricultura Familiar.

En el primer artículo, la ley describe: "Adóptese como modelo de desarrollo productivo, económico, social y ambiental a la AF en toda su diversidad, la que es sujeto prioritario de las políticas y acciones que se ejecutan desde las diferentes áreas del Gobierno Provincial".

Luego de la sanción de esta ley, se creó la Secretaría de Estado de Agricultura Familiar - con rango de Ministerio- organizada a través de tres subsecretarías: Desarrollo Productivo, Comercialización y Desarrollo Territorial. Estas pasan a atender la población de agricultores familiares organizado por unidades familiares y otras agrupadas en organizaciones formales e informales de la economía social. También esta

Ley generó distintas líneas de desarrollo en tanto a lo socio-productivo y organizativo, con el fin principal de promover la soberanía alimentaria en la provincia.

Otro aspecto relevante a nivel social y cultural es que la Ley incluye en su normativa a integrantes de pueblos originarios como agricultores. Los pueblos originarios, según el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), identifica a los indígenas con el concepto de Pueblo. Así, en el Artículo 1, apartado A, los define como: “pueblos tribales en países independientes, cuyas condiciones sociales, culturales y económicas les distingan de otros sectores de la colectividad nacional, y que estén regidos total o parcialmente por sus propias costumbres o tradiciones o por una legislación especial”.

Es así que la Subsecretaría de Desarrollo Territorial, a través del programa provincial *Ka'aguy Yma - Territorio, naturaleza y organización*, lanzó una línea de trabajo con jóvenes de la AF y de los pueblos originarios denominado *Tierra y territorio*. A partir de esta se comenzó a trabajar con esta población en el municipio de Bonpland.

Finalmente, en cuanto a la provincia de Misiones, es importante aclarar, “los mbyá son uno de los tres grupos guaraní mayoritarios de la región, junto con los avá-chiripá y los Paï-Tavyterá” (WILDE, 2002, p. 2).

Experiencia Mercado de la Economía Social y Sustentables (MESS)

Este mercado fue impulsado por jóvenes, productores y emprendedores locales, acompañados por un equipo técnico que será descripto más adelante.

El MESS, surgió de un proceso continuo que comenzó en agosto del 2017. En distintos talleres-encuentros generados con el fin de atender las problemáticas planteadas por las y los jóvenes del municipio de Bonpland. En los cuales se destacó la falta de oportunidades y espacios recreativos - culturales y laborales. Dichos talleres fueron desarrollados por el equipo técnico interdisciplinario que acompañó y acompaña al MESS, en el marco de la línea de trabajo *Tierra y Territorio*, mencionado anteriormente.

La idea se fue tejiendo y en el mes de marzo del 2018, se realizó una convocatoria abierta y se expuso la propuesta de crear un espacio de comercialización en el municipio. Allí se presentaron distintos interesados e interesadas, en su mayoría adultos, que se dedicaban a la producción primaria de la AF, así como artesanas/os y emprendedores del pueblo y de las comunidades mbyá guaraní del municipio.

Durante tres meses, el grupo intersectorial planificó y gestionó el mercado en conjunto con las y los pobladores. Es así que el 14 de julio del 2018 se realizó su lanzamiento y fue motivo de festejo para el municipio, en el cual asistieron distintas autoridades del poder ejecutivo provincial y otras instituciones locales.

Al mismo tiempo, surgió el interrogante entre los pobladores sobre la perdurabilidad del espacio, ya que hubo otras experiencias con características similares que habían fracasado anteriormente dentro del pueblo. Este aspecto en sí podría ser, y tal vez fue para quienes dejaron de conformar el MESS, un factor de desconfianza hacia el proyecto, en términos de lo que expresa Rotter (1971) al hablar de qué elementos promueven o no la confianza y cooperación de un grupo respecto de un fin determinado.

Sin embargo, también significó un factor de confianza para el grupo que aún hoy forma parte del MESS. Así como la creación de diferenciales para que aquella experiencia negativa no ocurriese nuevamente, y que justifican el por qué es considerado como un proceso de innovación (KLERKX; VAN MIERLO; LEEUWIS, 2012). Tales como no sumar productos de reventa o incorporar la perspectiva de la sustentabilidad dentro de los diferentes productos ofrecidos (desde frutas y verduras sin agrotóxicos, pedido de bolsas reutilizables a los consumidores o reciclaje de diferentes objetos). Sumadas la constancia en las reuniones, tareas y normativas a cumplir, escuchar a aquel que quisiera aportar al mercado, entre otros aspectos que devienen en una confianza compartida y un grupo que perdura. Así como el ser reconocido por los demás pobladores.

Es aquí, donde el equipo técnico cumplió un rol importante, teniendo en cuenta los principios de la Psicología Comunitaria. Ya que generó herramientas de reflexión sobre los procesos autogestivos comunitarios de emprendedores. Hicieron hincapié en el reconocimiento de sus saberes, de su organización, y por sobre todas las cosas, de su trabajo y la relevancia del mismo dentro del contexto en el que se encontraban y encuentran. Lo que llevó a lograr poder desprenderse de la creencia estereotipada de posible fracaso.

Teniendo en cuenta que los estereotipos son definidos cómo:

Creencias más o menos estructuradas en la mente de un sujeto sobre un grupo social. Son las características “*descriptivas de*”, “*atribuidas a*”, o “*asociadas a*” los miembros de categorías o grupos sociales. Se trata de generalizaciones que ignoran en parte la variabilidad de los miembros de un grupo y que tienen un carácter resistente al cambio (PÁEZ, 2003, p. 9).

En este sentido, el equipo técnico en conjunto con el grupo de emprendedores construyó con el tiempo una confianza interpersonal que permitió mantener el mercado como un espacio de comercialización estable.

Se entiende por confianza interpersonal a la expectativa personal o grupal respecto de que la palabra, promesa, o afirmación verbal o escrita de otra persona o grupo, es fiable (ROTTER, 1971). Así también Boon y Holmes (1995) postulan que confiar refiere a creer en la verdad de las palabras, compromisos o afirmaciones (implícitas o explícitas) de otras personas o grupos cuando no hay suficientes elementos para estar seguro de que así sea.

Puede sumarse aquí la relevancia que manifiesta Maritza Montero (2004) de la participación y el compromiso como dos factores claves y complejos. Ya que implican diferentes y numerosas cualidades, dentro de los procesos de transformación que se producen en el trabajo comunitario, que compete a todas las partes intervinientes en los propósitos propuestos. Estos aspectos son planteados en los diferentes espacios conjuntos del MESS.

Otro marco conceptual para sumar a este análisis es la Teoría de la Identidad Social (PÁEZ, 2003, p. 1) que “estudia la conducta intergrupala que se produce cuando uno trata o es tratado por otros en virtud de su pertenencia a un grupo y no en función de sus características personales”. Se trata de la identificación a las características de un grupo (generalmente asociado a características positivas por el contexto social) y cómo, más allá de las características de personalidad de tipo subjetivas, hay otras que convergen y se conforman en pos del grupo del que se es parte. Páez (2003, p. 1), además, sostiene que “se ha constatado que hay diferencias importantes entre las conductas de la gente cuando interactúan en el ámbito interpersonal, como individuo frente a individuo, en comparación a cuando interactúan como miembros de un grupo frente a otro”.

El equipo técnico busco trabajar, mediante diversas técnicas comunicativas y dinámicas grupales, la reconstrucción y desnaturalización de esos estereotipos asociados al fracaso. Construir con las herramientas del trabajo cogestivo, de la economía social, de la psicología comunitaria, de la comunicación social, más la predisposición colectiva, la visión de que un proyecto puede perdurar en el tiempo.

Cuando hablamos de cogestión nos referimos al trabajo que implica relación entre varios actores y sectores que a través del diálogo buscan construir, definir y llegar a acuerdos comunes para el territorio en el cual se está. En palabras de Pimentel Equihua (2005, p. 60), la cogestión parte de supuestos como:

Respeto a la pluralidad de pensamientos, conocimientos, y sentido de equidad, justicia social y democracia, basado en condiciones de completo acceso a la información de los problemas relevantes, libertad y capacidad para organizarse, libertad para expresar necesidades y problemas, un medio ambiente no discriminatorio; además de considerar que los procesos son complejos, contradictorios, confusos, envolviendo frecuentes cambios, sorpresas, información contradictoria, lo cual requiere reconocer que no hay una “única y objetiva” solución para el manejo de recursos naturales.

Sin embargo, tal como sugieren Landini, Vargas, Bianqui, Mathot y Martínez (2017), es importante no idealizar el trabajo cooperativo o asociativo en el contexto del desarrollo rural. Si bien se trata de una estrategia muy utilizada, y que, en muchos casos, ha resultado exitosa, como lo está siendo hasta el momento en el caso del MESS. También conlleva conflictos y disputas que requieren de mucho esfuerzo e implicancia de todas las partes. Lo que también aclaran estos autores es que extensionistas o referentes no son quienes deben estar a cargo de cada tarea, sino que tienen que representar una herramienta funcional, aún más dentro de un circuito de relaciones.

Organización del MESS

La organización del mercado requiere de distintas instancias de encuentro, según lo establecido por su reglamento interno:

- Mesa de trabajo: es un espacio de socialización y de toma de decisiones entre todos y todas las integrantes del MESS, incluidas las instituciones. Su objetivo es informar, planificar y evaluar.
- Día del mercado: se lleva a cabo los primeros y segundos sábados de cada mes en la terminal de ómnibus del municipio y participa de manera itinerante en otros espacios en la provincia.
- Reunión del equipo técnico: divide sus actividades en: a) **Instancias grupales Internas**: son espacios de análisis colectivo, definición de estrategias y elaboración de propuestas y planificación de actividades. Con periodicidad mensual para la discusión de avances y resultados y de gestiones varias. b) **Instancias grupales en la Mesa de trabajo** a través del acompañamiento, la generación de dinámicas participativas en comisiones, la sistematización y socialización de lo trabajado, con periodicidad mensual. c) **Instancias grupales en el MESS**: acompañamiento en los días de comercialización en la generación de vínculos solidarios, registro fotográfico, entre otros.

Ser parte de este proyecto garantiza a las y los productores, emprendedores y miembros del equipo técnico, un espacio de encuentro, de comercialización y de auto-reconocimiento, en el cual se profundizan en los valores de solidaridad, cooperación, igualdad, respeto y tolerancia que representen el camino para el desarrollo local, a través de una propuesta económica, social, cultural y política. Lo cual, como bien se ha mencionado, mantiene la lógica de la economía social (CORAGGIO, 2010) y la de fortalecimiento de la comunidad (MONTERO, 2009).

Así también, en este detalle de la organización del mercado podemos ubicar los espacios en los que se llevan a cabo aprendizajes sociales, intercambio y de reflexividad sobre la práctica, que serán descriptos más adelante.

Equipo intersectorial, herramientas y desafíos

Está compuesto por el Municipio de Bonpland; la Subsecretaría de Desarrollo Territorial, dependiente de la SEAF; estudiantes de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la UNaM; una becaria de CONICET y docente de la Lic. en Psicología y la Fundación Organización para Sociedades Inclusivas (OASI).

Su objetivo principal, en forma cogestiva, es ser generador de diálogo con distintas instituciones y organizaciones sociales. Asimismo, favorecer espacios y políticas públicas diferenciales para la AF y los pueblos originarios.

Está integrado por personas con diversas formaciones, comunicación social, trabajo social, psicología, educación, administración agraria y administración de empresas; trayectorias de vida y diversidad etaria. De esta manera, se enriquece la comprensión de la realidad desde distintas perspectivas, deseos, aspiraciones y sobre todo desde la idea de co-construcción.

Existen diversas formas de abordar las diferentes temáticas que surgen en las reuniones y los espacios de comercialización. Es así, que para quienes provienen de ámbitos más académicos, su trabajo es a partir de las propuestas de intervención y acompañamiento como profesionales, técnicos y estudiantes en formación profesional, sumando la construcción de documentos científicos y populares para visibilizar la experiencia.

En tanto, para las instituciones estatales, tanto local como provincial, es a través del asesoramiento técnico, acompañamiento en la gestión de recursos y articulación

con otras organizaciones de esta manera permite generar espacios y recursos para el fortalecimiento socio-organizativo y el desarrollo local.

Finalmente, para el tercer sector, su intervención es impulsar y asociarse como parte de este espacio, gestión de recursos, buscar garantizar la igualdad de oportunidades, el trabajo colectivo y tomas de decisiones en forma conjunta.

A todo este intercambio intersectorial podría analizarse como una gran y compleja interfaz social, siguiendo los escritos de Long (2007, p. 445), quien define a la misma como “un punto crítico de intersección entre los mundos de vida, campos sociales o niveles de organización social en donde es más probable localizar discontinuidades sociales, basadas en discrepancias en valores, intereses, conocimiento y poder”.

Donde confluyen iniciativas, proyectos, acciones, vínculos y conflictos, y mediante ello dinámicas de conocimiento en medio de un proceso complejo de negociación, adaptación y transformación. Todo ello debido al choque de paradigmas, de intencionalidades, puja de significados, relaciones de poder, discursos múltiples y, sumado a todo ello, las dinámicas emocionales, que en definitiva buscan lo mismo: el fortalecimiento del grupo humano y del mercado.

Ahora bien, la mayor parte de los desafíos que se presentaron fueron de caracteres organizativos, interpersonales y aprendizaje de conceptos. Además, el auto-reconocimiento y fortalecimiento de un grupo de trabajo y la conformación de un equipo técnico en el que, así como responde desde las diferentes instituciones a las que pertenece, también es atravesado por un factor emocional y subjetivo, que a veces facilita o dificulta los intercambios interpersonales.

Sin dejar de entender que el espacio y la organización social necesariamente implican estas cuestiones y, a su vez, las organizaciones representan un elemento de gran relevancia y sostén dentro de una comunidad en tiempos de transformación y crisis.

Este proceso llevó a que innumerables veces surgiera la pregunta sobre cuál es o sería el rol del equipo técnico, en este proceso de creación y sostenimiento del MESS y el complejo entramado de relaciones.

Ahora bien, además de las concepciones antedichas, se describirán a continuación aquellas que fueron guiando la respuesta a esta pregunta. Comenzando por *intervención comunitaria*, que en palabras de Lapalma (2001), refiere a los:

Procesos intencionales de cambio, mediante mecanismos participativos tendientes al desarrollo de recursos de la población, el desarrollo de organizaciones comunitarias autónomas, a la modificación de las representaciones de su rol en la sociedad y sobre el valor de sus propias acciones para ser activo en las condiciones que las marginan y excluyen.

Aquí la impronta apunta a la participación activa de la comunidad, donde las voces y necesidades que guían el proceso son de las y los propios miembros comunitarios. En cambio, el equipo interventor, por llamarlo de alguna manera, cumple más bien un rol de coordinación, en la búsqueda conjunta con el grupo comunitario de identificar y visibilizar las necesidades, herramientas, objetivos, características y problemáticas que se tengan en ese momento.

Estas intervenciones también son pensadas desde la concepción de *aprendizaje social* (social learning) de la escuela de Wageningen (LEEUWIS; PYBURN, 2002), que refiere a la capacidad de aprendizaje que surge mediante la interacción de diferentes actores sociales que se encuentran en un contexto determinado y con una problemática común. Los autores apuntan a que se aprende gracias a la diferencia existente de cada actor implicado, donde pueden observarse procesos de innovación como lo fue el MESS dentro del municipio.

Otro aspecto a tener en cuenta es que el fin que guía la participación de la comunidad y el quehacer del equipo debe estar enfocado a su *fortalecimiento*, esta concepción implica:

El proceso mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrollan conjuntamente capacidades y recursos, para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo así mismos (MONTERO, 2003 apud MONTERO 2009, p. 616).

Este proceso, menciona la autora, no implica fortalecer a los débiles, por el contrario, implica desarrollar e identificar capacidades, obtener y administrar recursos y transformar el espacio y bienestar colectivo, para lograr superar las relaciones de opresión y sumisión.

Otro aspecto a destacar en este proceso es la acción de dialogar, reflexionar y consensuar, de cierta manera, entre todas las partes y subpartes respecto de cada decisión, novedad, conflicto, herramienta, propuesta, etc. que se presente en el marco del MESS. Este diálogo puede pensarse en términos de lo que Rosana Guber (2005)

denomina *reflexividad*, que refiere a las decisiones y elecciones que toman las personas que llevan a cabo un proceso de intervención social, o dentro de sus propios espacios individuales, a partir de la comprensión y expresión de lo que interpretan de las mismas. El desafío justamente está en el proceso de lograr entender al otro desde su propio lugar y viceversa para lograr espacios comunicativos y mensajes medianamente comunes.

En definitiva, para la autora es el proceso de interacción, diferenciación y reciprocidad entre la reflexividad del sujeto cognoscente -sentido común, teoría, modelos explicativos- y la de los actores o sujetos/objetos (GUBER, 2001, p. 54). Lo cual permite evaluar cómo se está encaminando el trabajo, qué precisa reverse, qué no se está comprendiendo, entre otros puntos de análisis.

Finalmente, se puede decir que el trabajo con grupos y comunidades requiere de estas herramientas prácticas y teóricas sin dudas, al menos han resultado las más convenientes hasta el momento, lo que no quita que los procesos de transformación, la propia formación y la necesidad de quiénes conforman el MESS nos lleven a búsquedas diferentes.

Conclusiones

Respecto a lo expuesto anteriormente se puede afirmar que ser parte de este proceso, implica formación y reflexión constante, en la cual, el equipo técnico es un agente de cambio que busca aportar y construir desde el compromiso social a través de los saberes y de las experiencias. Sumado el abordaje cogestivo y el diálogo entre todos los actores e instituciones involucradas, en pos de una ciudadanía participativa y comprometida con sus realidades.

El equipo técnico tiene un compromiso emocional y social que va más allá de los procesos de formación continua. Cada una/o de las/os integrantes aporta más que la suma de sus saberes, y se compromete a ser parte de un mercado compuesto por personas con vivencias individuales muy variadas.

El o los roles que tiene el equipo técnico en este proyecto, más allá de aportar herramientas, sugerir, mediar o gestionar, es el crecer y formarse constantemente con las y los integrantes que comercializan en este mercado. Es desafiar(se), encontrar(se), aprender y desaprender, es construir y construirse constantemente. Lo que no significa que no existan conflictos, esperables en cualquier interacción interpersonal, que son de gran relevancia para la transformación de un proceso o fenómeno social, pero que sí implican la atención necesaria para que el proceso grupal no se derrumbe.

En este pensar los roles, nos lleva también a la necesidad de correr el papel protagónico del equipo técnico, que suelen tener las intervenciones más bien transferencistas, en el cual se busca que la voz circule dentro de los procesos grupales y la toma de decisiones. Como también pensar que el grupo del MESS perdure en el tiempo sin la constancia o la intervención del equipo técnico.

Sumado a todo ello, pensar la transformación como un proceso en el cual necesariamente debe crearse un espacio de confianza entre las partes implicadas. Tanto para que cada persona se sienta a gusto siendo parte, pero para que también se pueda evaluar, personal como de forma colectiva, si efectivamente se trata de un espacio útil o productivo. Que, de no ser así, es necesario el aporte e intervención de cada miembro, desde una perspectiva participativa, sin jerarquías, roles enquistados o relaciones de poder desequilibradas.

Respecto a esto último, se debe tener en cuenta el modo en que fue construido el MESS. Partió desde las bases de una demanda local y puesta en marcha por los propios actores sociales, con el acompañamiento del equipo técnico sí, pero desde un interés comunitario propio.

Así también, en términos de Maritza Montero (2012), se busca no dejar de pensar las dimensiones ético-políticas de toda intervención, en donde el otro no es un objeto, como se lo veía en pensamientos más clásicos, sino que se trata de un otro igual o diferente tal vez. Sin embargo, se busca no verlo desde la propia construcción social, sino comprender que el otro 'es', no en términos de lo que uno cree, sino en los términos que esa persona se ha construido a sí misma y que, en parte también, ha sido construido por un contexto particular.

Otro aspecto a destacar es la impronta que brinda Montero (2009) sobre el fortalecimiento de la comunidad en el sentido de hacer visibles aquellas herramientas y recursos que tiene por sí misma para resolver sus propias necesidades. En donde los espacios de reflexividad han ido demostrando resultados benéficos para lograr objetivos dentro del MESS.

Ahora bien, en esta instancia el MESS se encuentra atravesando un nuevo desafío: "el de formalizarse para la obtención de una personería jurídica que permita el desarrollo y articulación de programas y proyectos de diferentes escalas para fortalecer y contribuir a la instalación de este mercado como una alternativa local" (GIMÉNEZ, 2020, p. 43). Lo que llevará al grupo en general a otras herramientas por trabajar.

Podemos concluir que este proceso de desarrollo e innovación local, es considerado de relevancia social tanto para la comunidad de Bonpland - por su relación

directa con las y los integrantes del MESS y el tiempo en el que mismo permanece activo -, como así un potencial aporte para los estudios científicos de las Ciencias Sociales, Estudios Rurales, la Psicología Social Comunitaria, la Psicología Rural, entre otras, así como un desafío a seguir acompañando.

Referencias

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. La cuestión agraria en Argentina: Caracterización, problemas y propuestas. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, n. 45, p. 5-51, 2016.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu. 2003.

BOON, S.; HOLMES, J. La dinámica de la confianza interpersonal: resolver la incertidumbre ante el riesgo. In: ROBERT, H.; JO, G. (Eds.) **Cooperación y conducta prosocial**. Madrid: Visor, 1995. p. 213-234.

CHRISTOPLOS, Ian. **Cómo movilizar el potencial de la extensión agraria y rural**. Roma: FAO, 2010.

CORAGGIO, José Luís. Primera Parte: Economía Social. Conceptos para el análisis. 3. Los principios de institucionalización de lo económico. In: CITTADINI, R. et al. (Comp.). **Economía Social y Agricultura familiar**. Hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010. p. 25-144.

FREIRE, Pablo. **¿Extensión o comunicación?: La concientización en el medio rural**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

FORO NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR. **Documento Base del FoNAF para implementar las políticas públicas del sector de la Agricultura Familiar**. Argentina, 2007.

GIMÉNEZ, Mayra. **Estrategias de las organizaciones de la agricultura familiar en momentos de crisis**. Análisis de las experiencias organizacionales de la Unión de trabajadores de la tierra Misiones UTT y el Mercado de la Economía Social y Sustentable de Bonpland. MESS, en la provincia de Misiones período 2016-2019. (Tesis de grado). Universidad Nacional de Misiones, Argentina, 2020.

GUBER, Rosana. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001.

GUBER, Rosana. **El Salvaje Metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS REPÚBLICA ARGENTINA. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas**. 2010.

KLERKX, Laurens; VAN MIERLO, Barbara; LEEUWIS, Cees. Adaptive management in agricultural innovation systems: the interactions between innovation networks and their environment. **Agricultural Systems**, v. 103, n. 6, p. 390-400, 2012.

LANDINI, Fernando; BIANQUI, Vanina; MATHOT, María Inés; VARGAS, Gilda; MARTINEZ, Manuela. Contributions to group work and to the management of collective processes in extension and rural development. **Journal of Rural Studies**, v. 56, p. 143-155, nov. 2017.

LAPALMA, Antonio. El escenario de la intervención comunitaria. **Revista de Psicología**, Universidad de Chile, v. 10, n. 2, p. 61-70, 2001. Disponible em: <<https://revistapsicologia.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/18573/19619>>. Acceso em: 28 nov. 2020.

LEEUWIS, Cees; PYRBURN, Rhiannon. Social learning in rural resource management: Introduction to the book. In: LEEUWIS, Cees; PYRBURN, Rhiannon (Eds). **Wheelbarrows full of frogs: social learning in rural resource management**. The Netherlands, Assen: Koninklijke van Gorcum, 2002

LEY 27.118 - **Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la argentina** - 20 de enero del 2015. Disponible em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/240000-244999/241352/norma.htm>>. Acceso em: 28 nov. 2020.

LEY VIII - NRO. 69 - **Agricultura familiar**. 2 de Octubre de 2015. Disponible em: <<https://agrifam.misiones.gob.ar/ubicacion/legislacion>>. Acceso em: 12 ago. 2019.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y PESCA, UNIV. NACIONAL DE LA PLATA Y UNIV. NACIONAL DE SAN MARTÍN. **El rol del estado en la sustentabilidad**. En Material docente: módulo economía social y solidaria. Diploma de Operador/a Social con Orientación en Agroecología, Urbanismo, Hábitat Social y Producción e Intervención Cultural y Popular. Buenos Aires.

MONTERO, Maritza (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: una respuesta latinoamericana. **Psykhé**, Santiago de Chile, v. 13, n. 2, p. 17-28, 2004. Disponible em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22282004000200002>. Acceso em: 28 nov. 2020.

MONTERO, Maritza. El fortalecimiento en la comunidad, sus dificultades y alcances. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 8, n. 3, p. 615-626, 2009. Disponible em: <<https://www.unrc.edu.ar/unrc/psc/pdfs/biblio/4.%20Montero.pdf>>. Acceso em: 28 nov. 2020.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria**. 1. ed. 2. reimp. Buenos Aires: Paidós, 2012.

ORGANIZACIÓN NACIONAL DE TRABAJO. **Convenio Núm. 169 sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes**. Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. Artículo 1, apartado a). 2014.

OOSTINDIE, Henk; BROEKHUIZEN, Rudolf van; BRUNORI, Gianluca; PLOEG, Jan Douwe van der. The Endogeneity of Rural Economies. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs**. Assen: Van Gorcum, 2008. p. 53-67. Disponible em: <<https://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/368783>>. Acceso em: 28 nov. 2020.

PÁEZ, Darío. Relaciones entre grupos, estereotipos y prejuicio. In: PÁEZ, Darío (Coord.). **Psicología social, cultura y educación**. Madrid: Pearson, 2003.

PIMENTEL EQUIHUA, José Luis. **Organización social autogestiva y cogestión en el río Júcar: el caso de la Acequia Real del Júcar**, Comunidad de Valencia. Tesis doctoral. Universidad de Córdoba, España, 2005.

RODRÍGUEZ, Francisco; PERUCCA, Clorinda; KOSTLIN, Laura; CASTIGLIONI, Guillermo. La Feria Franca de San Vicente (Misiones) y sus efectos en la organización interna de las unidades familiares de producción. In: CITTADINI, R. et al. (Comp.). **Economía Social y Agricultura familiar**. Hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010, p. 145-170.

ROGERS, Everett. **Diffusion of innovations**. Nueva York: Free Press, 1962.

ROTTER, Julián. Generalized expectancies for interpersonal trust. **American psychologist**, v. 26, n. 5, p. 443-452, 1971.

TORT, María Isabel. Enfoques de la extensión rural. En nuestro agro: ¿Evolución, complementación u oposición? In: BALSÁ, J.; MATEO G.; OSPITAL, M. (Comp.) **Pasado y presente en el agro argentino**. Buenos Aires: Lumiere, 2009. p. 428-450.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. Coord. **Estrategias de investigación Cualitativa**. 1. ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

WILDE, Guillermo. **Exploración por los imaginarios de la selva misionera**. Informe final del concurso: Política y geopolítica de la ecología en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002. Disponible em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/politica/wilde.pdf>>. Acceso em: 28 nov. 2020.

Capacitação de agricultores-feirantes: qualidade dos produtos comercializados na Feira Agroecológica de Picuí - PB

George Henrique Camêlo Guimarães*

Maria Rosseline Santos Silva**

Francisco Roberto de Sousa Marques***

Rafael Wylles da Silva Araújo****

Marília Fernanda dos Santos*****

Introdução

As Feiras livres são um ambiente de comercialização de produtos agrícolas, troca de saberes e socialização. Entretanto, é comum os alimentos expostos a diversas situações que podem proporcionar contaminação dos alimentos e esse fator pode ser agravado de acordo com a forma de manipulação desses produtos. Segundo Feitosa et al. (2017), um dos principais fatores que se relacionam com as inadequações nas feiras livres é a falta de conhecimento dos feirantes, quanto a conservação dos alimentos,

* Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre e Doutor em Agronomia, com estágio sanduíche pela Michigan State University, MSU, Estados Unidos. Atuou como Professor substituto no curso superior em Agroecologia e atualmente é colaborador na especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido.

E-mail: guimaraesghc@hotmail.com

** Agroecóloga pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: rosselinesantospb@gmail.com

*** Possui graduação em Agronomia, Graduação equivalente a Licenciatura Plena através do Programa de Formação Pedagógica de Docentes pela Universidade Estadual da Paraíba (2000) com habilitações nas seguintes disciplinas: Agricultura Geral, Administração e Economia Rural. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Professor efetivo do IFPB - Campus Picuí.

E-mail: roberto.marques@ifpb.edu.br

**** Possui graduação em CST em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), campus Picuí, Especializando em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido pela mesma instituição. Mestrando em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: rafaelwylles1@gmail.com

***** Graduada no Curso Tecnólogo de Agroecologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Pertencente ao NEA (Núcleo de Estudos em Agroecologia). Atua como Diretora de Esporte, Cultura e Lazer no CAA (Centro Acadêmico de Agroecologia).

E-mail: marilia.ssantos@ifpb.edu.br

boas práticas de fabricação (BPF), armazenamento e transporte dos produtos até a feira e na feira.

Diante do exposto, é clara a necessidade de transmitir conhecimentos e tornar os conceitos práticos e acessíveis aos feirantes – desta forma, um dos principais problemas enfrentados por agricultores-feirantes é a pouca informação que leva a aplicação de técnicas que podem levar a prejudicar todo o sistema produtivo, pois a comercialização é a parte final de uma cadeia produtiva. Assim, a capacitação de agricultores-feirantes surge como uma possibilidade para sanar essa problemática e promover possibilidade para melhoria de feiras livres, principalmente as de base agroecológica que possuem menor expressividade no cenário de comercialização regional e nacional. O presente trabalho objetivou a promoção de cursos de capacitação aos feirantes da feira agroecológica de Picuí-PB, com intuito de construir conhecimento e fortalecimento das suas práticas.

A capacitação é uma ferramenta de aprendizagem e construção de conhecimento que possibilita ao agricultor, um melhoramento da atividade produtiva na qual os mesmos estão inseridos. “Um produtor capacitado deve estar mais bem preparado para desenvolver-se com autonomia, inclusive para aprender mais” (VIEIRA, 2017, p. 9).

De acordo com Vieira (2017), a capacitação é um método extremamente rico, pois trata-se de um processo interativo e grandemente positivo para as comunidades de agricultores, como também para os profissionais. É notável que o profissional pode contribuir para um melhor desenvolvimento da atividade produtiva, intelectual e promover o empoderamento dos produtores, na medida em que o mesmo pode vivenciar e aprender juntamente com os camponeses, criando assim uma troca de conhecimento.

Para Olinger (2010), as ferramentas de educação a família rural, consolidada pela troca de informações entre profissionais e agricultores é uma verdadeira fusão de culturas e deve ser presente de forma integrante dentro da Extensão Rural. As capacitações por meio de cursos as comunidades produtivas apresentam-se como um papel fundamental na vida dos agricultores, pois induz ao produtor avaliar e refletir sobre as necessidades existentes, limitações, e potencialidades levando-os a caminhar em direção à autonomia das suas vidas, assim melhorando e fortalecendo cada vez mais os processos produtivos dentro das suas atividades. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi realizar cursos de capacitação com os agricultores-feirantes na feira agroecológica de Picuí – PB.

Material e métodos

O trabalho foi desenvolvido com os agricultores feirantes da feira agroecológica de Picuí-PB, cidade situada na microrregião do Seridó Oriental Paraibano e mesorregião da Borborema. A mesma possui uma área de 665.57 km², distanciando-se 244.10 km da capital do Estado da Paraíba (PICUÍ, 2019). De acordo com IBGE (2010), no último censo realizado, a população de Picuí era de 18.222 habitantes, com uma estimativa de população para 2018 de 18.706 pessoas, sendo que cerca de 12.122 são residentes na zona urbana e 6.104 na zona rural.

A feira ocorre semanalmente às sextas-feiras, das 06 às 10h no antigo calçadão, ao lado da Praça João Pessoa, na cidade de Picuí. É composta por 12 feirantes, todos pertencentes a agricultura familiar e inseridos na região aqui citada.

A aplicação do curso se deu em etapas, sendo a primeira uma conversa com os feirantes. Essa conversa ocorreu em uma reunião de planejamento e avaliação da feira, na qual os feirantes realizam mensalmente no Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), localizado no município de Picuí-PB. Neste primeiro encontro, foi lançada a posposta de cursos de capacitação aos feirantes. No mesmo dia, foi adequado à proposta as demandas dos agricultores-feirantes. Os encontros periódicos ocorriam na feira e no CEOP, através de atividades práticas e conversas com o grupo. O tema principal dos cursos é “Qualidade da matéria-prima e apresentação de produtos vegetais”. Nesse sentido, os tópicos abordados foram tipos de produtos vegetais, parâmetros de qualidade em produtos vegetais, formas de apresentação dos produtos vegetais.

Foi seguido um roteiro em cada encontro, que tinha como etapas: Acolhimento; Dinâmica de interação; Questionário inicial; Aplicação do assunto do curso; Atividade prática; Entrega de folders e material explicativo; Aplicação do questionário após o curso. Os encontros na feira eram conversando sobre os pontos vistos nos encontros no CEOP.

No primeiro momento foi realizado o acolhimento e recepção dos feirantes ao curso, em seguida foi feita uma dinâmica participativa relacionada ao fortalecimento do grupo, com intuito de favorecer uma maior interação entre os integrantes do grupo e propiciar uma melhor comunicação entre todos naquela ocasião. Após esse momento, foi aplicado o questionário inicial, que tinha por finalidade analisar o conhecimento do agricultor-feirante a respeito do assunto a ser ministrado, contendo perguntas específicas relacionadas ao tema a ser discutido. O curso foi ministrado de forma oral e por meio de slides descritos de imagens e palavras. Para uma melhor fixação do

conteúdo, realizou-se uma atividade prática. E foi entregue folder e material informativo contendo os principais pontos do assunto visto.

O questionário após o curso continha as mesmas perguntas do que havia sido aplicado inicialmente, para dessa forma, analisar a eficiência e assimilação do conteúdo ministrado, sendo esse questionário aplicado em dias posteriores.



Figura 1 – Aplicação da parte teórica do curso de “Qualidade da matéria-prima e apresentação de produtos vegetais” para os agricultores-feirante da feira agroecológica de Picuí – PB

Fonte: Os autores.

A pesquisa foi conduzida de natureza quantitativa e, após a finalização dos cursos, foi realizada a tabulação dos dados a partir das informações obtidas pelos questionários, utilizando-se para tanto o software Microsoft Excel. Os resultados foram analisados e apresentados através de estatística descritiva, a análise descritiva leva em consideração os dados e tende a organizar, resumir e descrever os aspectos que apresentem maior relevância para o estudo, dentro do grupo de características observadas.

Resultados e discussão

O curso teve como tema “Qualidade da matéria prima e apresentação de produtos vegetais”, e foi de grande importância para os agricultores, pois foram debatidos assuntos a respeito da valorização da qualidade do produto, para melhor

atender as exigências dos consumidores. Foram tratadas também questões relacionadas ao conhecimento do que são os alimentos perecíveis e não-perecíveis, assim como a descoberta do que são frutos climatéricos e não climatéricos, evidenciando o conhecimento empírico pertencente a cada um deles. Foi debatida também a importância de se realizar uma boa classificação da matéria-prima, abrangendo critérios desde a separação por cor, tamanho, maturação, variedades, manchas e defeitos. Além disso, foi abordada a questão da boa apresentação dos produtos vegetais nas bancas da feira, sendo exemplificadas formas mais atrativas de exposição dos produtos, melhor exibição dos valores, para, desse modo, chamar atenção dos clientes. O entusiasmo e a vontade de conhecer mais sobre esses assuntos foi manifestado pelos agricultores, bem como a valorização dos seus conhecimentos em relação aos conteúdos vistos.

De acordo com o segundo curso, quando realizado o questionário contendo perguntas específicas, foi indagado aos agricultores o que deveria ser feito antes da comercialização dos produtos, que, ao serem colhidos, poderiam estar contaminados por microrganismos e materiais estranhos. Obteve-se as seguintes respostas antes do curso ser aplicado: 25% dos feirantes disseram que os produtos deveriam ser lavados e colocados em molho somente em água. 75%, responderam que era necessário lavar os produtos, colocar em solução sanitizante e retirar os materiais estranhos. Após a realização do curso, quando aplicada a mesma pergunta em outro questionário, observou-se o seguinte resultado: 100% dos agricultores responderam a alternativa correta de que era necessário lavar os produtos, colocá-los em uma solução sanitizante e fazer a retirada dos materiais estranhos (galhos, terra, folhas, etc).

Com relação à segunda pergunta, que questionava a importância de se realizar a limpeza dos produtos vegetais, 25% dos feirantes responderam antes do curso que o produto ficava mais limpo, 75% responderam que o produto fica com qualidade mantida, aumenta a conservação, mais atrativo ao consumidor e tem maior garantia da segurança alimentar. Logo após a realização do curso, quando efetuada a mesma pergunta aos feirantes, 100% dos agricultores responderam corretamente à questão, de que, com a realização da limpeza nos vegetais o produto ficaria com qualidade mantida, aumento da conservação, mais atrativo e garantindo maior segurança alimentar aos consumidores.

Com base na terceira pergunta do questionário, quando perguntado se os mesmos sabiam o que seriam Alimentos Perecíveis, foi obtido o seguinte resultante antes da aplicação do curso: 50% responderam que se referia a produtos que se estragam facilmente, 25% respondeu que seria produtos que demoram a se estragar e

25% disse não saber o que seria. Depois de ministrado o curso com os feirantes e aplicado o questionário contendo a mesma pergunta, aferiu-se o seguinte dado: 100% dos produtores responderam corretamente a alternativa de que os alimentos perecíveis são aqueles que tem facilidade de estragar-se rapidamente.

Na quarta pergunta do questionário, quando indagado o que seria os Alimentos Não-Perecíveis, observou-se os seguintes dados: 25% respondeu que se tratava de produtos que estragam facilmente, 25% disse que referia a produtos que demoram a estragar e 50% dos feirantes não souberam responder do que se tratava. Esses dados são com base no questionário aplicando antes do curso. Depois de realizado o curso, foi efetuado outro questionário trazendo a mesma pergunta, obtendo-se como resultado o assento de 100% dos feirantes na alternativa que tinha como resposta que os produtos não-perecíveis são aqueles demoram mais tempo para estragarem.

De acordo com a quinta pergunta, quando questionado o que são Frutos-climatéricos, obteve-se os seguintes dados antes da aplicação do curso: 25% dos feirantes disseram que os frutos-climatéricos são aqueles que não amadurecem após serem colhidos e 75% respondeu não saber o que se referia. Após ministrado o curso, realizando-se a mesma questão, observou-se os resultados a seguir: 75% responderam a alternativa correta de que os frutos climatéricos são frutos que amadurecem após colhidos, e 25% dos feirantes responderam ser frutos que não amadurecem após colhidos.

Tendo em vista a sexta pergunta realizada antes do curso ministrado, foi questionado aos feirantes o que são Frutos não-climatéricos, e para esta pergunta observou-se o resultado a seguir: 100% dos feirantes responderam não saber o que significava este termo. Quando realizado o curso e feito a mesma pergunta, aferiu-se os seguintes dados: 75% acertaram a alternativa de que os frutos não-climatéricos são aqueles que não amadurecem após serem colhidos e 25% dos produtores responderam se tratar de frutos que amadurecem após serem colhidos.

Quando perguntado se a boa apresentação de produtos vegetais chama a atenção dos consumidores, 100% dos feirantes afirmaram que sim, de que a boa apresentação é importante para atrair clientes. Esses resultados foram verificados tanto no questionário antes do curso, como no de depois do curso ministrado.

Com base na oitava pergunta, quando foi questionado a forma em que os produtos vegetais devem estar dispostos nas bancas, verificou-se os seguintes dados antes da aplicação do curso: 100% dos feirantes responderam a alternativa de que os

produtos devem estar organizados e com preços visíveis, esse mesmo percentual foi observado no questionário após a realização do curso.

Na última pergunta realizada no questionário referente ao curso de “Qualidade da matéria-prima e apresentação de produtos vegetais, foi feito o questionamento se a boa apresentação pessoal e dos produtos comercializados na feira agroecológica aumentava a qualidade da feira, e 100% dos agricultores feirantes responderam a alternativa de que sim, que no ponto de vista dos mesmos esses quesitos têm importância no aumento da qualidade da feira.

1 - Ao ser colhido, produtos vegetais vêm contaminados com materiais estranhos e microrganismos, o que deve ser feito com esses produtos antes de serem comercializados?									
Molho em água		Deixar ao vento e sol		Lavar com solução sanitizante		Clientes fazem limpeza		Não sei	
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
25	0	0	0	75	100	0	0	0	0
2 - Qual a alternativa correta sobre a importância de realizar limpeza dos produtos vegetais									
Deixe os produtos mais limpos		Deixe os produtos mais atrativos		Qualidade mantida, conservação, etc.		Não sei			
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
25	0	0	0	75	100	0	0	0	0
3 - O que são alimentos perecíveis?									
Produtos que demoram estragar		Produtos que estragam fácil		Não sei					
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois				
25	0	50	100	25	0				
4 - O que são alimentos não-perecíveis?									
Produtos que estragam fácil		Produtos que demoram a estragar		Não sei					
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois		
25	0	25	100	50	0				
5 - O que são frutos climatéricos?									
Frutos amadurecem depois de colhidos		Frutos que não amadurecem após serem colhidos		São frutos existentes na caatinga		Não sei			
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
0	75	25	25	0	0	75	0	0	0
6 - O que são frutos não-climatéricos?									
frutos que não amadurecem após serem colhidos		frutos amadurecem depois de colhidos		são frutos existentes na caatinga		d= não sei			
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
0	75	0	25	0	0	100	0	0	0
7 - A boa apresentação de produtos vegetais chama a atenção dos clientes?									
Sim		Não		Não sei					
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois				
100	100	0	0	0	0				

8 – Assinale a alternativa correta sobre como devem estar os produtos vegetais nas bancas.							
organizados e com preços visíveis		dispostos de qualquer maneira e sem preços		misturados e com preços visíveis		não sei	
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
100	100	0	0	0	0	0	0

9 – No seu ponto de vista, a boa apresentação pessoal e dos produtos vegetais na feira agroecológica aumenta a qualidade da feira?					
Sim		Não		Não sei	
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
100	100	0	0	0	0

Tabela 2 - Dados obtidos nos questionários aplicados antes e depois do curso de “Qualidade da matéria-prima e apresentação de produtos vegetais” para os agricultores-feirante da feira agroecológica de Picuí - PB

Fonte: Os autores.

O entendimento sobre o significado das feiras livres e a importância social e econômica que elas representam favorece a manutenção desta importante ferramenta de característica cultural e econômica. Essa concepção surge, quando se entende a feira como um grande universo de relações e trocas de aprendizados, que se configuram como um conjunto diversificado de ocupações, dinâmicas, relações sociais e comerciais, caracterizando-se como sendo uma atividade informal substancialmente familiar, onde quem está envolvido nas operações são geralmente os membros das famílias, fortalecendo a agricultura familiar como geradora de renda e mantenedora de tradições e costumes regionais (GODOY; ANJOS, 2007).

Esses ambientes de tradição e costumes regionais possuem um diferencial, pois os produtos que são comercializados são produzidos pelos próprios feirantes, isto implica no preço e na confiabilidade do comprador com o produto (FANTUZZI, 2016). Outro fator de grande relevância é que as feiras agroecológicas são consideradas uma forma de resistência camponesa ao agronegócio, uma vez que priorizando metodologias coletivas na dimensão produtiva, tais como hortas mandalas, caldas e insumos orgânicos, resgate e reprodução de sementes crioulas entre outras (ANGNES; ICHIKAWA, 2019).

Além do apelo regional já caracterizado pelas feiras livres, estas se configuram como sendo um dos principais polos de comercialização de produtos, entretanto os produtos comercializados nas feiras podem apresentar riscos biológicos, sendo este um dos principais problemas enfrentados, que mostram as inadequações das condições de higiene nas feiras, além das adversidades nas estruturas físicas e o pouco conhecimento

dos feirantes em relação as boas práticas de manipulação e comercialização de alimentos (MARTINS, 2018).

As feiras agroecológicas são um meio de comercialização de produtos gerados no âmbito da agricultura familiar, livres de agrotóxicos e produzidos de maneira respeitosa ao ambiente. Empreendidos pelos próprios agricultores, é mais que um meio de sustento para as famílias; é um caminho de fortalecimento e reconhecimento da valorização das suas práticas. Cria, assim, uma ponte entre a população preocupada com a segurança alimentar e o empoderamento fortalecido da agricultura familiar.

O problema que pode ser gerado pelo pouco conhecimento por parte dos feirantes, que é o pouco cuidado com higiene, pode ser sanado com as estratégias vistas neste trabalho, com a apresentação de cursos de capacitação para os feirantes. A capacitação é método extremamente rico, pois trata-se de um processo interativo e grandemente positivo para as comunidades de agricultores, como também para os profissionais (VIEIRA, 2017).

Muitas vezes, novas aplicações podem ser vistas com estranheza pelos feirantes, mas estes agricultores da feira agroecológica permanecem firmes na busca de melhoria de vida das suas famílias, aumento da renda familiar, como também a busca por dignidade no campo. Essa preocupação pode ser refletida na forma que os feirantes podem passar a se preocupar com os recursos naturais e de uma alimentação saudável que gere segurança alimentar para a população, como também, a procura por produtos alternativos.

A produção dos agricultores-feirante se dá em grande parte nos terreiros, ao redor da casa. Esses terreiros, conhecidos como quintais produtivos são uma grande forma de produção (SILVA et al., 2020). A capacitação destes agricultores-feirantes é uma importante ferramenta para fortalecimento popular. Os agricultores-feirantes se tornam mais independentes com o acesso a informação.

Considerações finais

Quanto aos cursos aplicados com os agricultores feirantes da feira agroecológica de Picuí-PB, foi perceptível a importância de se trabalhar com os mesmos sobre assuntos que por muitas vezes possui um conceito errôneo dentro do senso comum, destacando a importância da higiene, das boas práticas de fabricação, da manutenção da qualidade dos produtos, como também da melhoria na apresentação dos produtos comercializados. Desta maneira, foi evidenciado a efetividade dos cursos dentro das atividades laborais exercidas pelos agricultores-feirantes, demonstrando a vontade

deles em aprender e a troca de conhecimento e aprendizagem dentro do grupo, fortalecendo cada vez mais as suas práticas e gerando por meio da difusão do conhecimento um empoderamento e valorização das práticas agroecológicas. Cursos de capacitação são relevantes dentro de uma comunidade, principalmente quando modificam posturas dos que recebem o curso. O curso de capacitação apresentado neste trabalho influenciou na capacidade crítica dos feirantes, estimulando o pensamento crítico e o dever de ser responsável pelas ações para melhoria das características gerais do grupo, no caso em questão da feira agroecológica.

Referências

- ANGNES, J. S.; ICHIKAWA, E. Y. Feira agroecológica de Francisco Beltrão (Paraná): um projeto de participação sob o enfoque da psicologia social comunitária na Perspectiva latino-americana? **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 665-690, out./dez. 2019.
- FANTUZZI, Davi. A importância das feiras agroecológicas para as cidades. **Carta Maior**, 02 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/A-importancia-da-feiras-agroecologicas-para-as-cidades/3/36223>>.
- FEITOSA, B.F.; OLIVEIRA, E. N. A.; FEITOZA, J. V. F.; FEITOSA, R. M.; SILVA, R.C. Perfil das feiras-livres no comércio de frutas e hortaliças em São Miguel – RN. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 2., 2017, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2017. p. 1-6.
- GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. In: CONGRESSO EM AGROECOLOGIA, 2., 2007. **Anais...** Revista Brasileira de Agroecologia, 2007, p. 365.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama>>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- MARTINS, A. G.; FERREIRA, A. C. S. Caracterização das condições higiênico-sanitária das feiras livres da cidade de Macapá e Santana-AP. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, Macapá, v. 1, n. 1, p. 28-35, 2018.
- OLINGER, Glauco. **Extensão Rural – definição, filosofia e princípios**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Santa Catarina, 2010.
- PICUÍ, Prefeitura Municipal de Picuí. **Aspectos gerais do município de Picuí**. 2019. Disponível em: <<https://www.picui.pb.gov.br/portal/a-cidade/aspectos-gerais>>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- SILVA, R. S.; MARQUES, F. R. de S.; VIEIRA, M. da S.; FARIAS, V. L. C. da; DANTAS, M. R.; GUIMARÃES, G. H. C. Dos terreiros à feira: mudança na vida de mulheres agricultoras através de práticas agroecológicas. In: RIBEIRO, J. C. **Avanços Científicos e Tecnológicos nas Ciências Agrárias 5**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, p. 214-225.
- VIEIRA, Marcos José. **Manual prático: organização e execução de eventos de capacitação com produtores rurais**. Curitiba: CREA-PR, 2017.

Estudo do perfil de agricultores familiares da Feira Agroecológica de Picuí-PB

George Henrique Camêlo Guimarães*

Maria Rosseline Santos Silva**

Francisco Roberto de Sousa Marques***

Cynthia de Lima Campos****

Rafael Wylles da Silva Araújo*****

Introdução

A produção realizada de forma agroecológica, sem utilização de insumos químicos, a qual preza pelos valores culturais, sociais, dentro de uma dinâmica de uso consciente do espaço rural equilibrado, ajusta-se à sociedade de forma geral, atendendo às gerações atuais e futuras, tanto para quem está no meio rural, como para quem se encontra no espaço urbano. Quando se produz, comercializa, e se consome alimentos saudáveis, estamos englobando não somente os agricultores, mas a sociedade como um todo (SOARES et al., 2006).

* Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre e Doutor em Agronomia, com estágio sanduíche pela Michigan State University, MSU, Estados Unidos. Atuou como Professor substituto no curso superior em Agroecologia e atualmente é colaborador na especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido.

E-mail: guimaraesghc@hotmail.com

** Agroecóloga pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

E-mail: rosselinesantospb@gmail.com

*** Possui graduação em Agronomia, Graduação equivalente a Licenciatura Plena através do Programa de Formação Pedagógica de Docentes pela Universidade Estadual da Paraíba (2000) com habilitações nas seguintes disciplinas: Agricultura Geral, Administração e Economia Rural. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Professor efetivo do IFPB - Campus Picuí.

E-mail: roberto.marques@ifpb.edu.br

**** Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e doutorado em Sociologia (2013) também pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, campus Picuí.

E-mail: cyntia.Camps@ifpb.edu.br

***** Possui graduação em CST em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), campus Picuí, Especializando em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido pela mesma instituição. Mestrando em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: rafaelwylles1@gmail.com

Como forma de dar saída à produção agrícola nas áreas de produção, as feiras, principalmente as baseadas nos agricultores familiares, são um canal de comercialização de grande importância, pois possibilitam ao agricultor uma nova experimentação de vida e uma das suas singularidades está relacionada a oferta de produtos diferenciados, exibindo um grande leque de diversidade, apresentando além de os produtos hortícolas, o artesanato e alimentos beneficiados das próprias propriedades.

As feiras livres destacam-se por serem mais que um local de comercialização, pois são caracterizadas por serem um local de aproximação, carregado de valores sociais e culturais, exibindo grandes peculiares. Segundo Silveira et al., (2017), a feira é um dos mecanismos de comercialização mais antigos de produtos oriundos da agricultura, e tem por finalidade a oferta de produtos de qualidade com preços mais acessíveis do que comumente visto em supermercados.

Por ser uma atividade peculiar que sugere vários leques de diversificação e que compreende a sociedade como um todo, as feiras possuem um papel fundamental na dinâmica de socialização e aprendizagem. Almeida e Pena (2011, p. 3) afirmam que “a feira é um espaço polissêmico em que vidas se cruzam, convivem e experimentam um cotidiano de diversidades”.

Deste modo, as feiras apresentam-se como um grande emaranhado de eixos de relações, configurando-se em um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, relações sociais e mercadorias, caracterizando-se primordialmente como sendo uma atividade informal substancialmente familiar, onde quem está envolvido nas operações são geralmente os membros das famílias (GODOY; ANJOS, 2007).

Michellon (2007) comenta que a feira, por sua vez, é um local que apresenta uma dinâmica muito própria, atrativa e que mostra grande diversidade, destacando-se em relação aos supermercados, no que diz respeito dos produtos serem mais frescos. A negociação de preços e atendimento também é diferenciada, o que gera uma relação de proximidade entre o agricultor feirante e o consumidor.

Deste modo, para além das feiras livres convencionais, nascem também as feiras livres agroecológicas, feiras estas, marcadas pelo protagonismo dos agricultores familiares, sem a presença de atravessadores e comercialização de produtos alternativos e saudáveis que geram segurança alimentar para a população. Conforme Silva e Macedo (2016, p. 3), “as feiras agroecológicas surgem então como uma solução para aqueles que procuram por mais saúde e também por responsabilidade social, na medida em que estão evitando consumir produtos que degradaram o meio ambiente”.

Por meio das práticas agroecológicas, os agricultores permanecem com as suas famílias no campo, valorizando cada vez mais os saberes locais, a cultura, tornando os pequenos agricultores cada vez mais independentes, comercializando seus produtos sem a presença dos atravessadores nas feiras agroecológicas (SANTOS et al., 2014).

Desta forma, como afirmam Silva e Macêdo (2016), as feiras agroecológicas são a base entre a produção e comercialização, tornando-se fundamental para o estabelecimento de um sistema agroalimentar embasado na produção familiar agroecológica e na obtenção da soberania alimentar das famílias agricultoras, entretanto, pouco se conhece sobre o perfil dos agricultores-feirantes. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar o perfil dos agricultores-feirantes da Feira Agroecológica de Picuí – PB.

Material e métodos

O trabalho foi desenvolvido com os agricultores-feirantes da feira agroecológica de Picuí-PB, cidade situada na microrregião do Seridó Oriental Paraibano e mesorregião da Borborema. A mesma possui uma área de 665.57 km², distanciando-se 244.10 km da capital do Estado da Paraíba (PICUÍ, 2019). De acordo com o IBGE (2010), no último censo realizado, a população de Picuí era de 18.222 habitantes, com uma estimativa de população para 2018 de 18.706 pessoas, sendo que cerca de 12.122 são residentes na zona urbana e 6.104 na zona rural.

A feira ocorre semanalmente as sextas-feiras, das 06 às 10h no antigo calçadão, ao lado da Praça João Pessoa, na cidade de Picuí e é composta por 12 feirantes, todos pertencentes a agricultura familiar e inseridos na região aqui citada.

O estudo foi realizado através de visitas periódicas à feira, as propriedades rurais e ao Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), local onde todos os feirantes são ligados e realização de entrevistas informais e utilizado questionários. A primeira conversa com os feirantes ocorreu em uma reunião de planejamento e avaliação da feira, na qual os feirantes realizam mensalmente no CEOP, localizado no município de Picuí-PB. Neste primeiro encontro foi lançada a posposta do levantamento de dados e foi muito bem aceita por todos os agricultores-feirante. Para analisar o perfil dos agricultores-feirantes, o período de participação na feira, bem como sobre os produtos que são comercializados.



Figura 1 – Explicação da metodologia do trabalho junto aos agricultores-feirantes da Feira Agroecológica de Picuí – PB

Fonte: Os autores.

A pesquisa foi conduzida de natureza quantitativa e após a finalização dos cursos foi realizada a tabulação dos dados a partir das informações obtidas pelos questionários, utilizando-se para tanto o software Microsoft Excel. A análise dos dados se deu através de estatística descritiva, que leva em consideração os dados e tende a organizar, resumir e descrever os aspectos que apresentem maior relevância para o estudo, dentro do grupo de características observadas.

Resultados e discussão

O perfil dos agricultores-feirantes da feira agroecológica de Picuí-PB foi avaliado e com relação a delimitação dos agricultores quanto ao gênero, a maior parte dos produtores da feira agroecológica de Picuí pertencem ao sexo feminino, representando 67%, enquanto apenas 33% pertencem ao sexo masculino (Figura 2). A participação efetiva das mulheres na pesquisa, pode estar associada a desenvoltura na venda dos produtos, como também, na valorização das práticas agroecológicas no terreiro de casa, sendo uma fonte de renda para elas (SILVA et al., 2020). Desmistificando dessa maneira, a ideia que o trabalho na agricultura seja realizado exclusivamente por homens, evidenciando o papel da mulher dentro das atividades da agricultura familiar.

Com relação a idade dos produtores, verificou-se que 42% está na faixa etária de acima de 50 anos, 33% entre 41 e 50, 17% entre 31 e 40 e 8% de 21 a 30 anos (Figura 2).

O percentual dos grupos de participantes com idade acima de 50 anos se sobressaiu aos demais, mostrando que as populações de maior idade se fazem mais presente dentro da atividade agrícola que a parcela de pessoas mais jovens, mostrando assim, um menor interesse do grupo jovem nas atividades rurais. Como comenta Costa Júnior (2007), que dentre as adversidades tidas para a construção de novas unidades produtivas, está o desinteresse de muitos jovens de não dar continuidade ao seguimento reprodutivo e social dentro das comunidades rurais, significando dizer, que a população jovem está mais apta ao êxodo rural e da não continuidade das atividades camponesas.

Com relação ao estado civil dos agricultores feirantes, a pesquisa revela que 50% estão em união estável, 34% são casados, 8% viúvos e 8% solteiros (Figura 2). Destacando um perfil característico das comunidades tradicionais de agricultores familiares, que de acordo com Maranhão (2018), em sua pesquisa de perfil dos assentados do assentamento Fortuna no município de Cuité-PB, evidenciou que a maioria dos agricultores assentados possuem um companheiro.

No que diz respeito ao número de filhos dos agricultores, foi verificado, com base no levantamento aplicado com os mesmos, que 42% apresentam de 4 a 6 filhos, 41% até 3 filhos e 17% acima de 5 filhos (Figura 2). O percentual analisado evidencia que a família dos agricultores feirantes é relativamente grande, pois em sua maioria os participantes tiveram de 4 a 6 filhos.

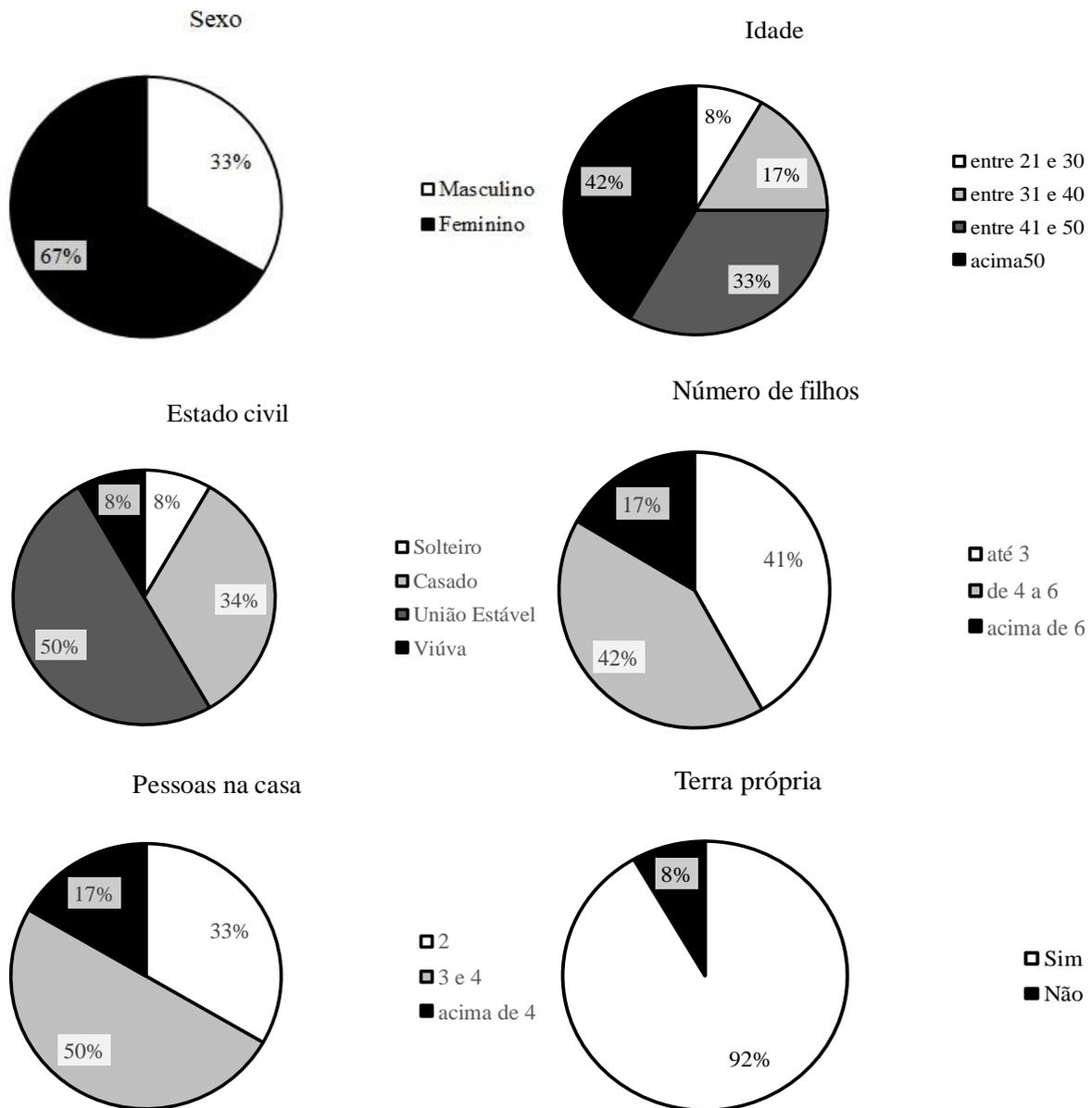


Figura 2 – Percentual de agricultores-feirante por sexo, faixa etária, estado civil, quantidade de filhos, quantidade de membros residentes em casa, posse de propriedade da Feira Agroecológica de Picuí – PB

Fonte: Os autores.

Com base na quantidade de membros residentes em casa, foi possível apontar que 50% das famílias dos feirantes é composta de 3 a 4 pessoas, 33% apresenta 2 pessoas e 17% acima de 4 membros residentes em suas casas (Figura 2). Dados estes, observados no trabalho de Silva (2019), no qual a autora verificou o percentual de agricultores do município de Picuí-PB, em que as famílias são compostas por quatro, cinco ou mais de cinco membros, destacando 17,8 %, 11,1% e 6,7%, respectivamente.

Além disso, esse dado é importante por se correlacionar com os resultados obtidos na (Figura 2), o que pode ter influenciado no reduzido número de jovens na feira.

No que diz respeito à garantia da terra onde residem e trabalham ser própria ou não, obteve-se os seguintes dados: 92% dos feirantes possuem terra própria e 8% responderam não possuir. Este percentual evidencia que a maior parte dos feirantes da feira agroecológica de Picuí possuem propriedade particular (figura 2). O resultado encontrado destaca um maior empoderamento das famílias agricultoras por possuírem terra própria e dessa forma, se sentirem mais aptos a produção e comercialização na feira agroecológica.

No que se refere a escolaridade, verificou-se que 42% dos agricultores feirantes possuem nível fundamental incompleto, 17% ensino médio incompleto, 17% ensino médio completo, 8% sem escolaridade, 8% ensino superior incompleto, e 8% ensino médio incompleto (Figura 3). Esses dados mostram uma diversidade no nível escolar dos participantes da feira agroecológica. Resultados semelhantes foram encontrados por Silva (2019), que quando pesquisou o nível de escolaridade de agricultores do município de Picuí, que participam de alguma política pública voltada para a agricultura familiar, a autora evidenciou os seguintes resultados: 17,8% não possuía nenhum nível de escolaridade, 51,1% detinham o fundamental incompleto, 13,3% o fundamental completo, e apenas 17,8% possuía o ensino médio completo. E nenhum dos entrevistados tinha formação de nível superior.

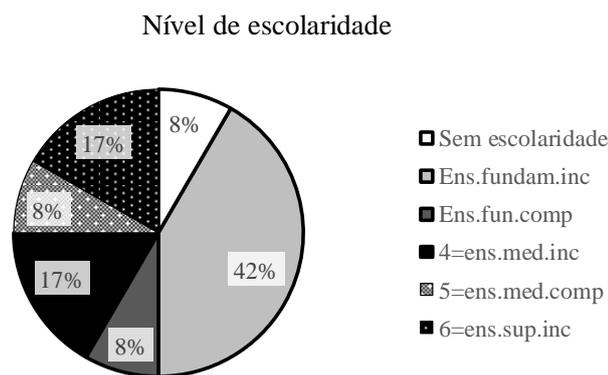


Figura 3 – Percentual de agricultores-feirantes da Feira Agroecológica de Picuí – PB de acordo a escolaridade

Fonte: Os autores.

Quando foi perguntado aos produtores feirantes quais os produtos que os mesmos comercializam na feira agroecológica de Picuí, obteve-se os seguintes dados: quanto a comercialização de frutas, 75% dos feirantes afirmaram comercializar frutas e 25% não comercializam. Quanto as hortaliças, 75% comercializam e 25% não. Quanto a comercialização de doces e bolos, 67% disseram comercializar e 33% responderam que não comercializam doces e bolos. Quando perguntado se em suas barracas comercializam produtos de origem animal, verificou-se que, 50% comercializam e 50% não. Quanto a comercialização de plantas medicinais, 67% responderam comercializar e 33% não (Figura 4). O percentual dos dados coletados nos questionários identifica que os produtos mais comercializados na feira agroecológica de Picuí são frutas e hortaliças, representante 75% respectivamente. Na pesquisa realizada por Santos et al (2016), com relação aos produtos comercializados nas feiras agroecológicas de Esperança, Bananeiras e Remígio, todas no estado da Paraíba, os mesmos identificaram que as frutas e hortaliças se sobressaíram aos demais produtos comercializados, indicando dessa forma, que esses produtos são comumente mais vendidos.

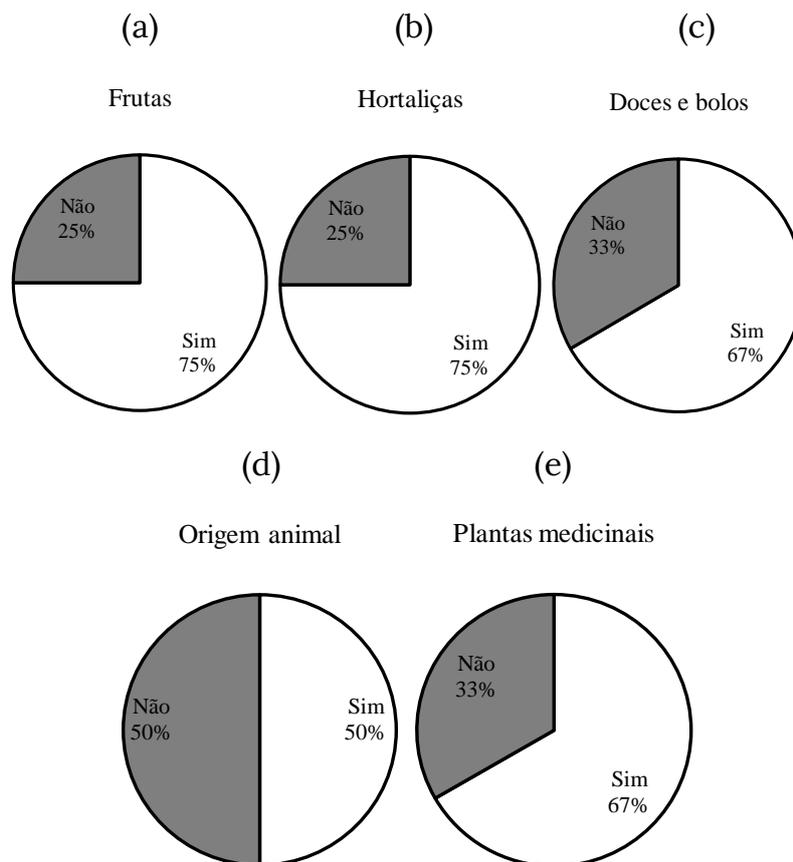


Figura 4 – Percentual de produtos comercializados na Feira Agroecológica de Picuí - PB: Frutas (a), hortaliças (b), doces e bolos (c), origem animal (d) e plantas medicinais (e)

Fonte: Os autores.

Quando perguntado aos feirantes em qual dos materiais (caixa plástico, caixa de madeira, saco pano, saco plástico e caixa plástico) os produtos são conduzidos até a feira agroecológica, observou-se as seguintes respostas: 100% dos agricultores não utilizam caixa de papelão, 8% utilizam caixa de madeira, enquanto 92% não utilizam, 25% dos feirantes usam saco pano e 75% não fazem o uso. 33% dos agricultores conduzem os produtos em saco plástico e 67% afirmam não fazerem o uso e 100% dos agricultores utilizam-se de caixa plástico para transporte de seus produtos (figura 5).

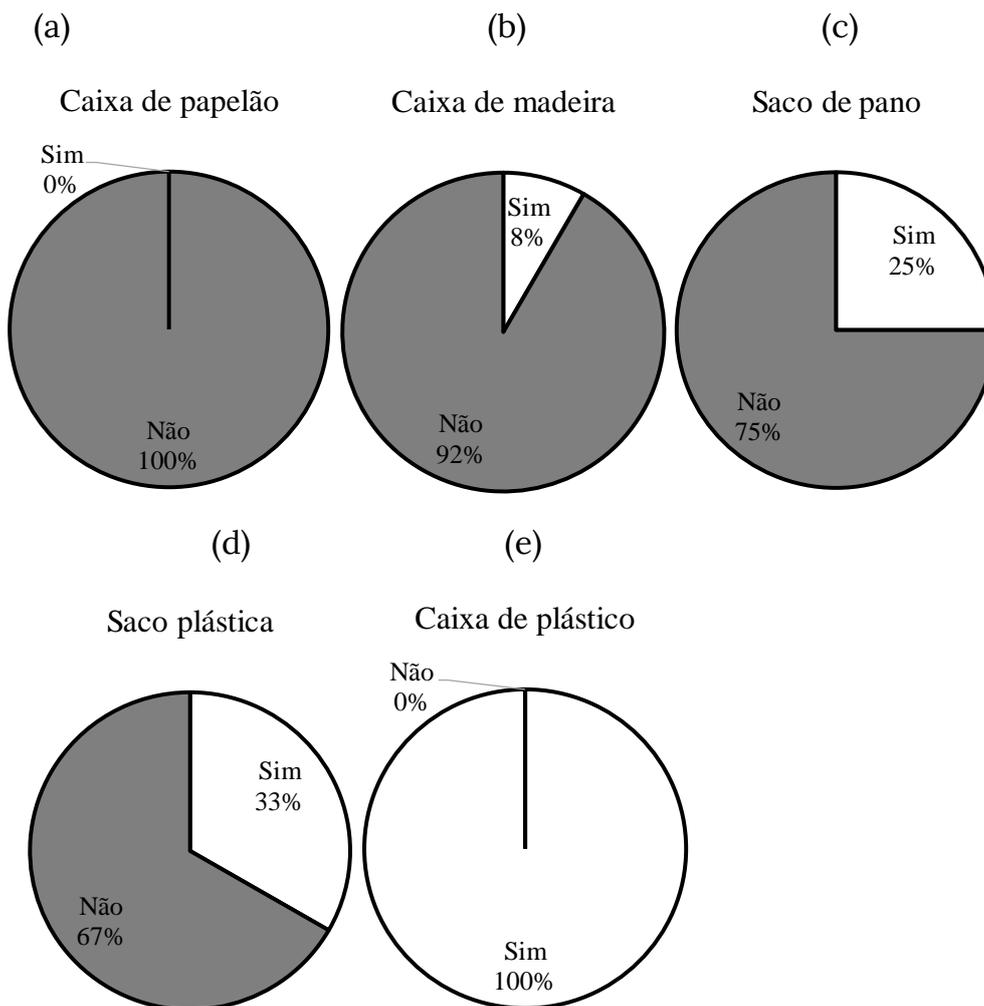


Figura 5 – Forma de transporte dos produtos comercializados na Feira Agroecológica de Picuí - PB: caixa de papelão (a), caixa madeira (b), saco pano (c), saco plástica (d) e caixa de plástico (e)

Fonte: Os autores.

Por ser uma feira recente, e uma nova experimentação na vida dos pequenos agricultores deste município, faz-se necessária a implementação de políticas públicas e cursos de capacitação voltadas para os mesmos, pois é visível que a atividade exercida

pelos feirantes em questão, apresenta déficits relacionados a falta de informação, no quesito de apresentação e manipulação dos produtos, como também, no tocante a higiene e limpeza da matéria prima.

Considerações finais

O conhecimento sobre o perfil de agricultores-feirantes é de grande importância para se conhecer a realidade em que essas estruturas importantes de difusão de conhecimento e geração de renda estão inseridas. A melhoria de muitas características das feiras livres pode ser aprimorada a partir do conhecimento da estruturação e composição delas, bem como o conhecimento do perfil dos feirantes que fazem parte. A Feira Agroecológica de Picuí – PB retrata a realidade de muitas feiras livres e pode servir de base para o conhecimento estrutural de muitas feiras livres semelhantes.

Pode-se observar através dos dados coletados que o perfil dos agricultores da feira agroecológica de Picuí-PB é, em sua maioria, pertencente ao sexo feminino, destacando a importância da mulher dentro das atividades agrícolas produtivas do município de Picuí, desmistificando a impressão de que o trabalho na agricultura seja gerenciado somente por homens, além da valorização atenuada das mulheres na produção no terreiro da casa.

A maior parte dos agricultores-feirante possuem idade acima de 50 anos, característica essa, que pode estar relacionada a pouca escolaridade e a falta de oportunidade de trabalho, evidenciando um grupo de agricultores-feirantes de caráter maduro, indicando dessa maneira, populações envelhecidas que ainda produzem no meio rural. De acordo com os principais produtos comercializados na feira agroecológica, é perceptível uma grande diversidade de gêneros comercializados, porém, destaca-se a maior comercialização de frutas e hortaliças, ressaltando o perfil da feira agroecológica da cidade de Picuí-PB.

Referências

ALMEIDA, M. D.; PENA, P. G. L. Feira Livre e Risco de Contaminação Alimentar: Estudo de Abordagem Etnográfica em Santo Amaro, Bahia. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v. 35, n. 1, p. 110-127, jan./mar. 2011.

COSTA JÚNIOR, H. P. C. **Estudo da participação e permanência dos Jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.unec.edu.br/bdtunec/tde_arquivos/22/TDE-2008-03-04T063758Z-69/Publico/Dissertacao%20-%20Helio.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. In: II CONGRESSO EM AGROECOLOGIA, n. 1, 2007. **Resumos...** Revista Brasileira de Agroecologia, 2007, p. 365. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6312>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MARANHÃO, C. S. **Difusão de tecnologias de convivência com a seca e perfil socioeconômico no Curimataú Paraibano**. 2018. 35 p. Monografia (Graduação – Tecnologia em Agroecologia), Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, IFPB – Campus Picuí/Coordenação de Tecnologia em Agroecologia, 2018.

MICHELLON, E.; COSTA, T. R. da.; RITTER, S. P.; ARAGÃO, R. M.; TANOUE, H. T. Feira do produtor e os entraves à sua organização e à comercialização: o caso de Paíçandu. In: XLV CONGRESSO DA SOBER. 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007. p. 03.

PICUÍ, Prefeitura Municipal de Picuí. **Aspectos gerais do município de Picuí**. 2019. Disponível em: <<https://www.picui.pb.gov.br/portal/a-cidade/aspectos-gerais>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. 17, n. 2 p. 33-52, abr./jun. 2014.

SANTOS, J. J. A.; ARAÚJO, J.; SANTOS, V. C. S.; FERNADES, F. G.; ARAÚJO, R.C. Comercialização e destino de frutas e hortaliças após as feiras agroecológicas de municípios paraibanos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 1., 2016, Vitória de Santo Antão -PE. **Anais...** Vitória de Santo Antão – PE: IFPE, 2016. p. 1-6.

SILVA, R. O.; MACÊDO, H. C. Uma feira agroecológica em Campina Grande - PB: alternativa para a agricultura familiar no semiárido paraibano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1., 2016, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2016. p. 1-10.

SILVA, V. A. Q. **Políticas públicas voltadas à agricultura familiar no município de Picuí-PB: entraves e facilitadores**. 2019. 51 p. Monografia (Graduação – Tecnologia em Agroecologia), Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, IFPB – Campus Picuí/Coordenação de Tecnologia em Agroecologia, 2019.

SILVA, R. S.; MARQUES, F. R. de S.; VIEIRA, M. da S.; FARIAS, V. L. C. da; DANTAS, M. R.; GUIMARÃES, G. H. C. Dos Terreiros À Feira: Mudança Na Vida De Mulheres Agricultoras Através De Práticas Agroecológicas. In: RIBEIRO, J. C. **Avanços Científicos e Tecnológicos nas Ciências Agrárias 5**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, p. 214–225.

SILVEIRA, V. C. da; OLIVEIRA, E. S. de; SILVEIRA, N. F.; MARIANI, M. A. P. Avaliação Da Importância Das Feiras Livres E A Forma De Comercialização Adotada Pelos Feirantes Na Cidade De Nova Andradina – MS. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2017.

SOARES, Antonio Gomes, et al. **Boas práticas de manipulação em bancos de alimentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2006.

Mulheres da Terra: um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na vida das Agricultoras Beneficiárias do município de Jardim - CE

Maria Alane Pereira de Brito*

Maria Laís dos Santos Leite**

Eduardo Vivian da Cunha***

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA surge como um mecanismo para fortalecer a segurança alimentar e nutricional do país, além de incentivar a agricultura familiar através da compra institucional de alimentos deste grupo de produtores.

As mulheres trabalhadoras do campo exercem um papel decisivo em suas famílias, uma vez que cabe a elas, principalmente, a provisão da casa e as funções associadas à produção diversificada dos alimentos que vão a sua mesa (GOMES; ANDRADE, 2013). Porém, elas ainda são invisibilizadas quanto ao exercício de suas atividades no campo, o que leva, de forma geral, à negação da sua contribuição na construção da história rural. Nesse sentido, é importante observar como as políticas públicas podem modificar

* Graduada em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

E-mail: alanebrito95@gmail.com

** Psicóloga, Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Coordenadora adjunta do Grupo Impulsor da Rede Latino-americana de Psicologia Rural. Coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas do Cariri - LEPP Cariri.

E-mail: lais.leite@ufca.edu.br

*** Pós-doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutorado (2012) e mestrado (2008) em Administração pela Universidade Federal da Bahia e graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Professor pela Universidade Federal do Cariri atuando nos cursos de Administração Pública, Administração e nas especializações em Inovação Social em Economia Solidária e em Permacultura e como coordenador do programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários.

E-mail: eduardo.cunha@ufca.edu.br

a realidade desses sujeitos, através do programa supracitado, destacando também, o processo de ruptura dos espaços pré-determinados da mulher na sociedade, bem como sua contribuição nesse percurso.

Uma das formas de reparar fatos históricos como a referida invisibilidade da mulher no espaço político, público, social, cultural e até mesmo doméstico, é através das políticas públicas. Boullosa (2014) diz que antes de tudo é necessário compreendermos a diferença entre política e política pública, onde o primeiro termo refere-se ao universo das relações de poder e partidos e dos processos decisórios nas esferas parlamentares de deliberação pública, e o segundo se trata dos processos do governo em ação após decisões parlamentares. Assim, podemos compreender que as políticas públicas são a concretização do governo em ação.

Com isso, o reconhecimento da participação da mulher começa a surgir a partir da luta empenhada por uma consciência política, dos movimentos sociais, sobretudo os que buscam incluir a pauta de gênero nas políticas públicas para o meio rural. Portanto, a mobilização feminina ganha espaço notório no campo, rompendo os paradigmas que assolam as relações de gênero e o espaço da mulher na sociedade.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, é um dos instrumentos de políticas públicas para o meio rural. Instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar. Somente a partir da Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, fomentou-se o acesso de mulheres ao PAA, onde operações realizadas em suas modalidades passou a ser exigida a participação de, pelo menos, 40 e 30% de mulheres, do total de produtores(as) fornecedores(as), respeitando os demais critérios para a participação no programa.

As motivações para a realização dessa pesquisa reportam ao valor afetivo da autora por ter morado no interior deste município, ser cuidada, amada e sustentada através da agricultura familiar, inclusive, crescer sob a influência de grandes mulheres agricultoras. O cuidado enquanto gestora pública de refletir como as políticas públicas rurais contribuem nesse quadro, e a importância da inserção da temática de gênero como pauta transversal nas mesmas.

Espera-se com essa pesquisa sensibilizar sobre a necessidade de incluir a pauta de gênero na agenda pública e conseqüentemente estimular a formulação de políticas públicas eficientes que abarquem as especificidades das mulheres, também como forma de romper os paradigmas, ainda sólidos, que se fundamentam em preconceitos de

gênero. Buscamos aqui também colocar em evidência a luta das mulheres, sobretudo do campo, na busca por direitos, e como atuam na construção desse processo, além do modo como o PAA contribui para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres.

Diante disso, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na vida das agricultoras integradas na categoria de beneficiárias fornecedoras do município de Jardim – CE, no ano de 2016. Elegemos como objetivos específicos: 1. Apresentar um arcabouço teórico sobre os conceitos de agricultura familiar, gênero e políticas públicas para agricultura familiar; 2. Buscar elementos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município em tela para compreender seu funcionamento; 3. Obter informações sobre as mulheres integradas ao programa residentes no município de Jardim-CE, como forma de entender qual o impacto do PAA para suas vidas.

Metodologia

A pesquisa se realizou no município de Jardim, localizado na Região Sul do Ceará, com uma área de 457.034 km² e integra a Região Metropolitana do Cariri (RMC), constituída pelo agrupamento dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri e Jardim.

Jardim agrega uma população de 26.688 habitantes, onde 17.694 residem na zona rural, e 13.621 são mulheres (IBGE, 2010). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), das pessoas com 10 anos ou mais de idade, que tem como trabalho principal a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 1.391 são mulheres.

A abordagem metodológica escolhida para a realização desta pesquisa se constitui enquanto qualitativa, que se configura como o modo de descrever as informações obtidas que não podem ser mensuradas, preocupando-se, principalmente, com a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Como método de investigação aplicou-se o Estudo de Caso, que dentro do universo do método qualitativo, vem sendo utilizado com frequência maior pelos pesquisadores sociais. Esta escolha se deu, por tratar aqui de um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (YIN, 2001).

Para o desenvolvimento da coleta de dados, utilizou-se a *pesquisa bibliográfica*, em que Gil (2008) a define como aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros de artigos científicos. A *entrevista semiestruturada*, a qual combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de falar mais livremente sobre o tema proposto, sem se prender a indagação formulada (MINAYO, 2009). Desse modo, desejou-se aplicar esse método em ambos sujeitos escolhidos para a pesquisa: a Secretaria de Agricultura e Coordenação do PAA do município, e agricultoras familiares integrantes do programa no ano de 2016. Porém, por escolha das servidoras públicas da secretaria supracitada, realizou-se um questionário, para que as mesmas pudessem responder manualmente às perguntas formuladas.

A partir dos dados concedidos pela secretária de agricultura e pela coordenadora do PAA do município foi possível identificar quais agricultoras fariam parte da pesquisa. As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de fevereiro de 2017, nas comunidades sítio Lagoa do Alto; sítio Boa Vista; e na Feira Livre de Jardim-CE. As entrevistas foram gravadas e transcritas sob a responsabilidade da autora, sendo assinado pelas entrevistadas, um termo de consentimento livre e esclarecido. A entrevista semiestruturada permitiu, nesse processo, aprofundar as memórias e emoções dessas mulheres, que com muito carinho, mergulharam em suas vivências demonstrando seus sentimentos em relação a agricultura e seus modos de vida.

Também foram utilizados *questionários*, uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, sentimentos, interesses, valores, expectativas, aspirações, comportamento presente ou passado, etc. (GIL, 2008).

O questionário foi elaborado tendo como guia o objetivo 2 desse trabalho: Buscar elementos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município em tela para compreender seu funcionamento. O questionário foi, então, aplicado junto à Secretaria de Agricultura, contando com auxílio, para esta aplicação, da Coordenadora do PAA da Secretaria de Assistência Social. A aplicação do questionário se deu no mês de novembro de 2016, em que foi assinado pelas duas entrevistadas, um termo de consentimento livre e esclarecido.

Com o propósito de captar, na fala das agricultoras, conteúdos objetivos e subjetivos sobre o impacto da política pública do PAA em suas vidas, a análise de seus discursos possibilitou um aprofundamento na problemática de pesquisa deste trabalho. Assim, o método de análise dos dados escolhido foi a Análise de Discurso, que segundo Caregnato e Mutti (2006) trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um

sentido que não é traduzido, mas produzido, em que a linguagem vai além do texto trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer.

A análise de discurso nesse trabalho permitiu intercalar o discurso da vida das agricultoras (enquanto mulheres, trabalhadoras, donas de casas e sujeitos políticos), através da oralidade e dos sentidos, com o embasamento teórico a respeito do contexto sócio histórico das questões de gênero e da luta das mulheres do campo na busca pela emancipação política e empoderamento. Ademais, permitiu observar a partir de suas falas e emoções de qual maneira o Programa de Aquisição de Alimentos impactou suas vidas.

As flores do campo

Por anos, o lugar da mulher destinava-se ao lar, ao papel de mãe e da esposa, onde até a prática da produção do conhecimento científico lhes era negada. Além dos espaços públicos, era de domínio masculino também o conhecimento, a escrita e, sobretudo, a história. Fato que pode ser constatado em aspectos como a limitação da mulher ao espaço privado, representado pelo baixo índice de empregabilidade desses sujeitos no mercado de trabalho, pela desvalorização de seu trabalho/salário em relação ao homem e na pouca representatividade feminina nos espaços políticos e de tomada de decisão.

É a partir do movimento feminista que a história está sendo novamente escrita, agora sob as vozes das mulheres que há muito clamavam em silêncio. O movimento feminista se constitui como um conjunto de discursos e práticas que prima pela luta de mulheres em torno de questões como a denúncia da desigualdade social, propondo uma ressignificação da sociedade onde é abolido, ou pelo menos minimizado o problema da ordem patriarcal.

A chamada “primeira onda” do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, inicialmente na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2009).

Já no Brasil, o feminismo também surgiu através da reivindicação do voto. O movimento foi liderado pela bióloga e cientista Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública

pelo voto, tendo inclusive levado em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2009). Dessa forma, o movimento feminista tem buscado desde então não somente a igualdade de direitos, mas a mudança do paradigma que perpassa gerações, enraíza e naturaliza a cultura patriarcal prejudicando mulheres e homens nas mais diversas circunstâncias.

A conceituação de gênero e as produções do conhecimento em diversas áreas sobre tal, provém do próprio movimento feminista. Este teria reorganizado a sua agenda para além das percepções das desigualdades socioeconômicas que surgem da interação entre mulheres e homens (MOTTA, 2012).

Vera Soares (1995) diz que o movimento de mulheres no Brasil ainda é muito heterogêneo, por isso a autora reflete sobre suas muitas faces, pois cada grupo enfoca suas próprias dinâmicas, demandas e formas de expressão. Assim, os movimentos sociais, de forma geral, constituem um aspecto importante nas mudanças sociais, por proporcionarem a disseminação de ideais emancipatórios e libertários. Estes põem em evidência as contradições existentes como forma de romper paradigmas de culturas dominantes, como a do patriarcado, por exemplo.

Nesse sentido, ao explorar alguns aspectos dos dados do Censo Agropecuário de 2006 em relação a agricultura familiar, é possível perceber que o domínio das atividades agropecuárias associados a produção, propriedade, formação técnica, entre outros, é masculino. Maria Margareth Costa Cunha (2006) reflete sobre isso, quando diz:

As mulheres nas comunidades faziam de tudo. Elas começavam o dia buscando água da cacimba; em casa, tinham que fazer café e cuscuz para o companheiro levar para a roça, socar o arroz para o almoço e o jantar [...]. Ainda, tinham que levar a comida para a roça e ficar lá quebrando coco babaçu para ajudar nas despesas da casa. Com tudo isso, quando chegava uma pessoa fazendo pesquisa, a mulher dizia que não fazia nada. E assim foi ficando mais difícil o reconhecimento da profissão. No cartório eles nem perguntavam qual a profissão, e assim todas as mulheres eram consideradas do lar ou domésticas. Quando perceberam que além de gerar a vida, também tinham grande responsabilidade para com os filhos e a comunidade, aí começaram a lutar por seus direitos, primeiro o voto e depois lutar para se associarem ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) local e para serem vistas como independentes do marido (CUNHA, 2006).

A participação das mulheres do campo na agricultura familiar é um fato incontestável. Mesmo com a invisibilidade, elas continuam plantando, colhendo,

cuidando da casa, dos filhos, do marido, e gerando renda para o sustento. Por isso, a atuação dessas mulheres nos movimentos sociais se tornou emergente, para dar visibilidade ao seu trabalho e manifestar que também é um sujeito político.

De acordo com Sales (2007), o despertar pela luta coletiva do reconhecimento do trabalho das mulheres do campo data a década de 1980. Um conjunto de eventos e de lutas das mulheres no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, no período de 1974 a 1985, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais. Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada. A autora ressalta que as principais reivindicações foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. Somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.

Pode-se dizer que a participação das mulheres do campo nos movimentos sociais se deu a partir da busca pelo direito à terra, quando os pequenos agricultores foram expulsos de seus territórios dando lugar aos empresários rurais, latifundiários. Assim, homens e mulheres do campo passaram a se articular no chamado Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra – MST, reivindicando o direito à terra e a reforma agrária.

Porém, num contexto onde a cultura machista é instalada, muitos são os desafios que as mulheres enfrentam na busca por seus direitos. Quando uma mulher tem voz, e ousa questionar um sistema patriarcal imbricado, incomoda toda uma história. Exemplo disso, foi o fato que marcou a história de luta das mulheres do campo, mas que acarretou no início de um grande movimento social.

Margarida Alves foi trabalhadora rural e líder sindical, lutava por direitos que estavam sendo retirados e pela conquista de novos, alguns deles já obtidos por trabalhadores urbanos, tais como o pagamento do 13º salário, férias anuais, destinação de duas horas para a produção de alimentos e jornada de trabalho de oito horas diárias. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) por 12 anos, apesar das constantes ameaças contra sua vida, se destacou em iniciativas voltadas à educação, consciência cidadã, acesso à informação e fortalecimento da agricultura familiar. “Da luta eu não fujo”, foi esta a frase que Margarida Maria Alves disse poucos dias antes de ser brutalmente assassinada na porta de sua casa (LOPES; BUTTO, 2006).

Sua morte inspirou muitas outras mulheres a desafiar as opressões de gênero e lutar pelo fim da violência contra a mulher do campo. Além disso, impulsionou o

surgimento do movimento chamado “Marcha das Margaridas” que reúne trabalhadoras rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, e outras mulheres que reivindicam seus direitos, e lutam para o Brasil avançar no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia, sem homofobia e sem intolerância religiosa (CONTAG, 2014).

A mobilização das mulheres do campo, deu visibilidade às suas necessidades, e transformou o olhar em relação a zona rural. A luta e força de vontade dessas mulheres mobilizaram ações grandiosas. Trouxeram uma nova reflexão sobre o território rural e a importância de discutir sobre as relações de gênero no contexto do campo. Além disso, a busca por direitos vai além de uma questão de equidade, faz-se repensar sobre diversos aspectos importantes para todos, como o cuidado com a natureza, educação alimentar, e uma cultura de paz.

Uma semente que germina: políticas públicas para a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (BRASIL, 2000).

O uso do termo Agricultura Familiar visava, principalmente, romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a “pequena produção” ou a “produção de subsistência”, até mesmo com a noção de produção camponesa, especialmente porque essas carregavam pré-noções de “ineficiência”, baixa produtividade (pequeno produtor) e não-inserção no mercado (produção de subsistência) (SAUER, 2008).

Nos últimos anos, a face da agricultura familiar tem mudado no cenário socioeconômico. Considerada por muito tempo apenas como uma atividade de subsistência, em 2006, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela se apresenta em 84% dos estabelecimentos agropecuários e responde por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural. Embora existam muitos desafios em relação a competitividade com a agricultura globalizada, a agricultura familiar tem encontrado novos espaços, principalmente, através da execução de políticas públicas específicas para a mesma.

Essas medidas de incentivo à agricultura familiar estão dentro de um conceito maior que é o de desenvolvimento rural. Segundo Schneider (2010), o termo

desenvolvimento rural relaciona-se às políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Nesse sentido, as políticas públicas para o campo entram nessa conjuntura como principal potencializador do desenvolvimento nesse enfoque, (desenvolvimento nacional - desenvolvimento local). Dessa forma, o Estado passou a observar o espaço rural sob uma perspectiva holística e horizontal, modificando o paradigma da fome e da pobreza, no qual a agricultura familiar passou a pertencer a um novo panorama de territorialidade, impulsionador do desenvolvimento brasileiro em todas suas dimensões.

No que tange à agricultura familiar já se sabe da sua importância para o desenvolvimento econômico e sustentável do país, nesse sentido, as políticas públicas se configuram como um instrumento fomentador e potencializador dessa prática. Nesse sentido, o Estado brasileiro adotou um conjunto de instrumentos para a agricultura (crédito rural, seguro da produção, assistência técnica, extensão rural, capacitação profissional, agroindustrialização, comercialização e pesquisa), e um conjunto de “Programas Especiais”, visando modernizar a agricultura, para que esta pudesse cumprir as suas funções no desenvolvimento econômico do país (GRISA, 2012).

Quando se fala em políticas públicas de apoio à agricultura familiar, o PRONAF é certamente o primeiro nome que vem à mente. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Sua criação denota um marco para o meio rural, onde representa o reconhecimento das especificidades da agricultura familiar, vista por muito tempo como atividade de subsistência.

Outra medida de avanço das políticas públicas para a zona rural se deu a partir do Programa Fome Zero, oriundo de uma discussão e iniciativas já existentes referente ao combate à fome e a miséria. Assim, para transformar o cenário rural era necessário colocar tais pautas no centro da agenda pública, bem como, incluir e enxergar esses objetivos numa dimensão macroeconômica, ou seja, o desenvolvimento local como precursor do desenvolvimento regional (BRASIL, 2010).

O Programa Fome Zero surge como uma proposta política de segurança alimentar e nutricional, tendo como pressuposto o acesso à uma alimentação de qualidade e quantidade suficiente para atender as necessidades nutricionais básicas e a manutenção da saúde, onde o Estado seja o responsável pela garantia do acesso a esse direito pela população. Além disso, encontra-se no âmbito das políticas estruturais, voltadas a geração de empregos, redistribuição de rendas, etc., e muitas vezes também

nas políticas ditas compensatórias, nos casos de intervenção de ordem emergencial (BRASIL, 2010).

O programa propôs um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, como: políticas de geração de emprego e elevação da renda, intensificação da reforma agrária, previdência social universal, bolsa escola e renda mínima, e incentivo à agricultura familiar. Dentre as medidas de incentivo à agricultura familiar estava o fomento à formação de cooperativas de produção e de comercialização, e compra institucional de pequenos e médios produtores para a merenda escolar, hospitais, creches e presídios, o que mais tarde iria se tornar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (GRISA, 2012).

Em contrapartida às políticas compensatórias, o PAA tem como objetivo promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, através da compra institucional de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, alterado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a qual institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. E integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como também pela rede pública e filantrópica de ensino.

Beneficia dois públicos: os fornecedores – agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 – e os consumidores, que são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Assim, para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea – responsável pela compra de alimentos diversos e doação simultânea às pessoas em situação de insegurança alimentar; Compra Direta – compra de produtos com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, e às necessidades das redes; Formação de Estoques – Concede apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização; PAA Leite – compra leite para doação aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo executada somente nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais; e Compra Institucional- aquisição voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios, com recursos financeiros próprios (BRASIL, 2014).

A Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. O Art. 2º fundamenta que a participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do Programa. E os Art. 4º e Art. 5º fundamentam que nas operações realizadas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, e as modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea e de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Nesse sentido, ressaltamos um aspecto crucial da importância da inserção da pauta de gênero nas políticas públicas para o meio rural. Surgido em 2003, somente após 8 anos foi consolidada a necessidade de adequar a estrutura do PAA para abarcar as questões referentes a mulher, que até então constituía-se como um sujeito importante quanto ao exercício de seus misteres na agricultura, mas sua invisibilidade subtraía a relevância de suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do campo.

Nesse sentido, assim como os demais instrumentos de políticas públicas para o meio rural, o PAA oferece não só o auxílio da permanência e do desenvolvimento econômico da agricultura familiar, mas também, promove uma campanha de incentivo a hábitos alimentares saudáveis, fortalecendo circuitos locais e regionais, formando redes de comercialização e estimulando a prática do associativismo.

Com isso, o PAA acaba por desempenhar também uma política sustentável, uma vez que contribui para a produção de diversas culturas de plantio, fomenta a plantação agrícola utilizando meios sustentáveis de manejo, ressignifica o hábito alimentar da população, assegurando uma alimentação saudável que colabora também com a redução de doenças relacionadas à alimentação, rompe o paradigma da pobreza e da fome no meio rural, formando e/ou fortalecendo uma rede de economia, sustento, saúde e educação, inerentes ao desenvolvimento local.

O sentimento de quem colhe: análise dos dados

Tendo como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar, o PAA foi implantado em 2014 no município, o qual iniciou com nove agricultores, sendo operacionalizado na cidade, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Os alimentos comprados da agricultura familiar abastecem, no município de Jardim, três creches, dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), uma Casa de Idosos, e a Delegacia Municipal. O programa é desenvolvido através da modalidade Compra Direta. Além disso, dos vinte e seis agricultores cadastrados no programa em 2016, oito foram mulheres. Porém, de acordo com a secretária de agricultura do município, o período de seca dificultou a produção e a entrega dos produtos, com isso apenas três dessas mulheres puderam fazer as entregas.

Os agricultores e agricultoras que participam do programa o fazem apenas de forma individual. Para acessá-lo, os produtores precisam possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), ser da agricultura familiar e o produto precisa ser ou ter pelo menos 50% da produção agrícola, ou seja, no caso de o produto ser um derivado, como bolo por exemplo, deve ter no mínimo 50% de ingredientes oriundos da agricultura familiar.

De acordo com as entrevistadas, o programa tem proporcionado aos beneficiários melhoria na qualidade de vida e na renda familiar, e favorece a economia sustentável local. Porém, a secretária de agricultura ressalta que é necessário observar e conhecer mais as comunidades para que a política seja mais eficiente, pois, segundo a mesma, o município tem um alto potencial produtivo não explorado, devido a quantidade de hortas.

Muitos são os aspectos em que se pode analisar o PAA, seja na geração de renda, no modo de produção, segurança alimentar, vulnerabilidade social, autonomia, dentre outros. Alguns autores descreveram sobre o impacto na qualidade de vida dos dois

públicos do programa: os beneficiários fornecedores e os beneficiários consumidores. Essas análises são ferramentas importantes de avaliação da política pública, na qual, em suma, já se percebe grandes avanços na vida da população.

Ao conhecer as mulheres e entrar em suas casas, pude perceber não só como o PAA impactou suas vidas, mas também pude compartilhar seus sentimentos em relação às outras políticas públicas. Ademais, conhecer suas casas gerou um sentimento de companheirismo e confiança que fizeram-nas relatar momentos de suas histórias de vida, constituindo um aspecto muito importante para a pesquisa, pois como Goldenberg (2004) afirma, no estudo de caso, um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado nos possibilita penetrar na realidade social.

Destarte, através da Análise de Discurso, as falas e expressões das agricultoras serão expostas e servirão como base para analisar como o PAA afetou suas vidas.

Maria A, aos 48 anos (na data da entrevista), reside no sítio Serra Boa vista, é casada e tem 4 filhos; Maria B, aos 34 anos (na data da entrevista), é solteira e com 3 filhos reside no sítio Lagoa do Alto; e Maria C, aos 54 anos (na data da entrevista), reside no sítio Boa Vista, é casada e tem 6 filhos. O nome Maria é muito utilizado na zona rural, e carrega em si uma simbologia que combina muito bem com as falas e as histórias das entrevistadas. É muito comum, encontrarmos esse nome, principalmente no campo, pois denota a religiosidade do povo sertanejo e também a força e a coragem das mulheres. Dessa forma, as Marias desse trabalho são tanto os sujeitos, quanto a motivação para tal.

Agricultoras desde o berço, as três relataram que a agricultura perpassa gerações e se inicia desde cedo em suas vidas. Com menos de um salário-mínimo, levam a vida com entusiasmo e satisfação no que fazem. Porém, a agricultura não é o seu único meio de renda. Maria B vende cosméticos, Maria A cria e vende pequenos animais. Já Maria C, além de vender animais, também cozinha e comercializa as refeições na cidade. Como ela diz: “Compro galinha *pa* produzir ovo, vendo *matada*, partida, vendo com cuscuz, entrego na cidade” [sic].

Assim, embora a geração de renda constitua uma das finalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, e têm contribuído para o aumento na renda familiar dos beneficiários fornecedores, como visto, Maria A e Maria C procuraram também outros mecanismos para complementar o sustento familiar, ainda na perspectiva da agricultura, como a agropecuária e as refeições provenientes de seus produtos. Diferentemente de Maria B, em que a renda não está restrita à agricultura,

constituindo-se como trabalhadora pluriativa, pois exerce atividades não agrícolas, mesmo residindo na zona rural.

Diferentemente de outras políticas ditas compensatórias, o Programa estabelece uma relação de compra e venda que estimula o pequeno produtor a aumentar sua produção e a diversificá-la, produzindo e fornecendo alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar, em seus próprios estabelecimentos. Com isso, as entrevistadas viram no PAA uma oportunidade de facilitar suas vidas.

Maria A não lembra desde que ano participa do programa, mas ressalta em seu relato a importância do mesmo para a venda de seus produtos:

“É bom. É muito bom porque ali você pode... antes era ruim porque você não tinha aonde *dispatchar as coisa né?! Agora você, da sua renda, do seu trabalho você ra tem uma fonte de renda né? pra você entregar, é bom, é garantido, que você sair pegar o produto pra ir vender nôto canto, você ra tem o canto certo pra vender, pa entregar*” (ENTREVISTA MARIA A, 2017) [sic].

O relato de Maria A, é percebido em várias análises sobre o impacto do programa. Sambuichi et al. (2014) constatou que 28% dos estudos realizados sobre o PAA destacaram a garantia de venda como um aspecto positivo do mesmo. Assis, Priore e Franceschini (2017) também verificaram, nas pesquisas analisadas, a contribuição do programa para a segurança de comercialização, característica que segundo a entrevistada foi o principal motivo que a levou a participar do programa. Essa segurança da comercialização dos produtos foi um aspecto comum em todos os discursos. Maria B diz que: “é uma oportunidade *pra gente vender o nosso produto né, entregar o produto. O que eu achei interessante foi isso, porque aí eu já tenho a pessoa certa deu vender*” [sic].

Outro aspecto importante a ser revisado no relato supracitado de Maria A é o seguinte trecho: “[...] do seu trabalho *ra tem uma fonte de renda*”[sic], que retrata um item importante da política: o incentivo a agricultura familiar, o consumo e a valorização dos alimentos produzidos, que são instrumentos para fortalecer a agricultura familiar e conseqüentemente proporcionar mecanismos que garantam a permanência do agricultor no campo evitando o êxodo rural. Além disso, ressalta-se que o PAA ainda colaborou para que os agricultores familiares mudassem suas realidades ao emergir para uma condição de empoderamento (BRASIL, 2016). Antes eram receptores de cestas básicas e hoje se enquadram como beneficiários fornecedores do programa, condição que os dignificam e os fazem sujeitos atuantes e modificadores de sua própria realidade.

O trecho também revela uma característica subjetiva, que é a alegria e o orgulho das agricultoras em ver o reconhecimento e a valorização de seu trabalho. Esses sentimentos estão ligados, inclusive, à qualidade de vida, e Pereira, Teixeira e Santos (2012) afirmam que, dependendo da área de interesse, o conceito, muitas vezes, é adotado como sinônimo de saúde, felicidade e satisfação pessoal, condições e estilo de vida, etc, e seus indicadores vão desde a renda até a satisfação com determinados aspectos da vida.

Indagada sobre como se enxergava, enquanto mulher, no programa, Maria B se emociona e diz: “Fico feliz. Me sinto feliz! [...] adoro, adoro, adoro *trabaiá!* Acho bom mermo! Eu peço saúde e paz a Deus ... eu digo: “Meu Deus me ajude, pra Deus nunca *dexá deu trabaiá*”, *porque* é bom demais, a gente amanhecer o dia na roça, é ótimo!” [sic]. Discursos como esse retratam o quão é satisfatório as agricultoras se sentirem representadas na dimensão política, pois contribui para o reconhecimento e autoafirmação de que são sujeitos importantes para a agricultura, e para a sociedade.

Outra característica pertinente do PAA é sua contribuição no direcionamento dos agricultores a voltarem ou continuarem com o modelo específico de funcionamento campestre, singularmente em relação ao sistema de policultivo, o que ajuda diretamente na melhoria da qualidade da alimentação devido à diversificação da produção. Assim, o programa traz uma dupla contribuição para as agricultoras, ou seja, o aumento e a estabilização da sua renda e a qualidade da sua alimentação, tornando-se assim uma motivação para permanecer na zona rural.

Assis, Priore e Franceschini (2017) ressaltam ainda que em todos os estudos analisados foi determinante o papel do PAA na diversificação produtiva, pois o programa abarca vários grupos de alimentos, o que influencia positivamente na manutenção ou mesmo o incremento das práticas de autoconsumo. Isto promove a segurança alimentar e nutricional do grupo familiar, uma vez que estes passam a consumir uma variedade maior de alimentos produzidos por eles mesmos, colaborando com a reprodução de um cenário relevante para a qualidade de vida no meio rural.

Nesse sentido, as entrevistadas mencionaram uma série de alimentos que as agricultoras cultivavam, sendo: acerola, batata doce, macaxeira, andu, e também derivados, como a goma da macaxeira, prevalecendo o setor de frutas. A frequência em que as produtoras entregavam eram distintas, Maria A entregava por semana; Maria B diz que variava de uma a três vezes por mês; já Maria C diz que entregava quinzenalmente.

Com isso, o fator mais atuante no discurso das três entrevistas foi o modo como a participação no programa alterou sua vida. Maria A demonstra que a mudança proporcionada quanto ao método de venda ajudou-a a ter melhores condições de trabalho:

“Antes você pegava um... cansei mermo de pegar... porque o povo me chama de “Maria da Goma”, é porque eu cansei de pegar aquele balaim de goma, andar em porta em porta vendendo, aí você andar em porta em porta vendendo, muito melhor de você ter aonde entregar de uma vez é melhor. Que o dinheiro já fica... você já sabe vendeu tanto, você já sabe quanto vai receber, é muito bom você ter um canto pra entregar diretamente” (ENTREVISTA MARIA A, 2017) [sic].

Essa ruptura da maneira de vender seus produtos, antes marcada pela exaustão física de vender de porta em porta, e agora a facilidade da segurança de venda a um comprador fixo, onde a preocupação é produzir e entregar produtos de qualidade, como menciona Maria B “é bom entregar um produto de qualidade, que seja bom” [sic], marca um benefício muito importante do PAA, ligado diretamente a satisfação pelo modo de vida atual proporcionado pelo programa. Nessa perspectiva, Maria B complementa a mesma concepção, afirmando: “[...] porque aí eu já tenho a pessoa certa *deu* vender, eu *num* ia ficar *né*, levando, mostrando *pra* um e *pra* outro e não. Participar do programa já leva a isso, já tem a pessoa certa *pra* receber *né*?” [sic].

A ligação do PAA com a melhoria de vida é um fator recorrente em diversas abordagens analíticas nesse viés, e na pesquisa em questão, onde as agricultoras não só observaram a melhoria para suas vidas, mas para a agricultura também. Quando indagadas sobre a maneira que enxergam o PAA para a agricultura, Maria B respondeu que: “É bom, é bom por conta que... assim, a pessoa se sente até mais incentivado a participar e é um produto de qualidade. Eu vejo que contribui muito” [sic]. Já Maria C ressaltou que: “É bom *mermo*, eu gostei muito *mermo*. Há mais tempo já tivesse cadastrado, mas *num* sei *pruque* que eu *num* fui cadastrada” [sic].

O fortalecimento da agricultura familiar, proveniente de outros benefícios do programa, como aumento da renda dos(as) produtores(as), aumento do volume da produção e da comercialização, estímulo ao associativismo e cooperativismo, dinamização da economia local, etc. (SAMBUICHI et al., 2014), contribuem não só para a permanência dos agricultores no campo, mas também, com o seu bem-estar em relação condições de trabalho e vida dos agricultores.

Portanto, tal instrumento também propicia a inserção digna e respeitosa dos agricultores, bem como das comunidades rurais, no mercado local, a partir da

determinação de vínculos sociais pautados em uma compreensão renovada, que rompe preconceitos e reconhece seu papel na economia e desenvolvimento local e regional.

Assim, as relações estabelecidas entre o programa e a percepção dos agricultores que dele participam a respeito de mudanças em sua qualidade de vida, consistem também na reflexão de qual tipo de desenvolvimento rural se deseja para as populações.

Ao concluir as entrevistas com as agricultoras, pude notar que a liberdade de se alegrarem com o trabalho, com sua terra e seu espaço, despertou-me um significado das políticas públicas para a zona rural que não havia percebido. Estas mulheres descobriram, com tais medidas, a valorização de seu suor no rosto, dos calos em suas mãos, e da pele marcada pelo sol. O amor pelos seus modos de vida, por cada pedaço de chão, por cada alimento colhido. E o mais importante, a sua relevância para a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento do país. Maria A demonstra essa reflexão dizendo:

“[...] só é ruim você sair pra outro lugar pra você sobreviver, mas aqui você *veve!*...a gente *veve* da faveira, a gente *veve* do *piqui*, a gente *veve* da mandioca, que é da goma, a gente *veve* de tudo, de tudo você tem que saber viver. [...] Quer dizer, tem gente que diz: “oh meu Deus vou pra tal canto”... mulher, onde tu nasce tu tem que viver com os produtos de teu lugar. Oh, no tempo da faveira você *veve* da faveira, no tempo de *piqui veve* de *piqui*, no tempo da mandioca você *veve* da mandioca, é de tudo. Você tem que ter é coragem!” (ENTREVISTA, MARIA A, 2017) [sic].

Considerações finais

Verifica-se a importância dessa pesquisa, pois ao buscar produções acadêmicas para embasamento do mesmo, constatou-se que são poucos os estudos que analisam o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na qualidade de vida dos agricultores, sem diretamente estar ligado a geração de renda. Por isso, faz-se importante produzir conhecimento sobre outros aspectos de melhoria de vida provenientes das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, em especial do programa supracitado. Ademais, pôde-se perceber o modo como o programa tem contribuído para os agricultores familiares do município, bem como a maneira em que se dá a articulação do poder público com os agricultores através do incentivo à produção e o entendimento da necessidade de uma aproximação e preocupação com as realidades da sociedade civil.

Foi perceptível, ao longo do processo, os benefícios que o PAA proporcionou para a melhoria da qualidade de vida das agricultoras, as quais relatavam em suas falas e

gestos a alegria em poder participar de uma política pública que reconheça e valorize seu trabalho, bem como fomenta seu desenvolvimento humano. Ainda, dialogar com o poder público e perceber sua relação com a população foi de suma importância para compreender a dinâmica da gestão e sua preocupação com a sociedade civil. Porém, nesse contexto, cabem algumas considerações a fim de contribuir para o fortalecimento do programa no município: 1. Conhecer melhor o território para identificação de suas potencialidades, como forma de estimular o desenvolvimento das mesmas; 2. Estimular a participação feminina no PAA, uma vez que o município já possui um número considerável de agricultoras, sendo uma importante ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico dessas mulheres; e 3. Fortalecer a rede de atores envolvidos no programa (poder público, sociedade civil, organizações sociais, etc.), impulsionando o diálogo como forma de integrar e fortalecer ações.

O percurso foi motivador, pois as diversas dificuldades manifestadas traziam inúmeros aprendizados. Indo até as localidades em que as agricultoras residiam e ao permitirem, de corações abertos, que entrasse em suas casas e em suas histórias, a pesquisa foi seguindo um passo constante, percebendo o impacto do PAA nas entrelinhas, seja através de relatos emocionados ou de sorrisos largos.

Referências

- ASSIS, Silmara C. R.; PRIORE, Silvia E.; FRANCESCHINI, Sylvia C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas. Políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFPB, 2014. p. 144-148.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: Resultado das ações da CONAB em 2015. Brasília: CONAB, 2016.
- BRASIL. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. **Marcha das Margaridas 2015**: Projeto para captação de recursos. [s. l.]: CONTAG, 2014.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: INCRA/FAO, 2000.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ceará, Jardim. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/jardim/pesquisa/23/27652?detalhes=true&localidade1=230440>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ceará, Jardim. **Amostra – Trabalho – Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/jardim/pesquisa/23/22957?detalhes=true&localidade1=230440>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN; Departamento de Apoio à Aquisição e a Comercialização de Produção Familiar – DECOM. **Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por Meio de Termo de Adesão**. Brasília: MDS, 2014.
- BRASIL. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Organizado por José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França. Brasília: FAO, 2010.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- BRASIL. Senado Federal. **Resolução GGPA n° 44 de 16/08/2011**. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília: LegisWeb, 2011. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115529>>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Revista Texto e Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 15 n. 4, p. 679-684, 2006.
- CUNHA, Maria Margareth Costa. Menção Honrosa. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHEELLEN, Renata. (Org.). **Margarida Alves: Coleção sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 24-33.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, Newton; ANDRADE, Erica. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 392-402, 2013.
- GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. Prefácio. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHEELLEN, Renata. (Org.). **Margarida Alves: Coleção sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 11-13.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOTTA, Luiane Soares. História, Mulheres e Gênero: Discussões acerca de um “fazer” histórico. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XI, 2012, Rio Grande - RS. **Anais Eletrônicos, ANPUH-RS**. Rio Grande - RS: Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2012, p. 1178-1186.

PEREIRA Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-50, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

SALES, Celecina de Maria V. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 419-423, 2007.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: A experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea, 2014.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus Agronegócio: A dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, Paraná, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA Nalu. (Org.). **Mulher e Política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

YIN, Robert. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e solidário para mulheres rurais

Losângela da Cunha Araújo*

Sabrina Silva Moraes**

Introdução

Ao abordar a mulher através do seu trabalho na agricultura, é necessário retomar o conceito de gênero, este que está relacionado com a diferença entre masculino e feminino, mas, essa distinção direciona uma relação de poder marcada pelo patriarcado que desencadeia a discriminação e da opressão das mulheres (SCOTT, 1995, p. 75) apresenta o conceito de gênero destacando que:

[...] o termo “gênero” é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, pra diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

A mulher no campo tem um importante papel no trabalho agrícola, porém, seu trabalho junto ao núcleo familiar sempre foi pouco valorizado dentro da sociedade, suas práticas cotidianas variam entre a responsabilidade com a educação dos filhos nos

* Graduação em Comunicação Social, Serviço Social, Licenciatura em Sociologia, Especialização em Gestão em Serviços Sociais e Políticas Públicas, Especialização em Docência do Ensino Superior, Especialização em Interdisciplinaridade em Humanidades e Estudos Sociais, Especialização em Gestão de Políticas Públicas para Gênero e Raça. Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento -Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Doutoranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (UFBA).

E-mail: losangelavalete@yahoo.com.br

** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. Integrante do Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural e do Observatório Social da Juventude/UFRB.

E-mail: binamoraes46@hotmail.com

afazeres no campo, arando, carpindo, auxiliando na colheita, plantio e cuidando da casa em uma tripla jornada de trabalho.

As mulheres representam quase 50% (cinquenta por cento) da população que vive no campo no Brasil. São discriminadas e durante anos não houve investimentos em políticas públicas para melhorar sua condição em espaços marcados pelo patriarcado e pela dominação masculina, mesmo quando cada vez mais estas se tornam chefes de família.

A atuação feminina em atividades produtivas na agricultura familiar tem direcionado para a organização social, lutas por espaços e participações políticas estão ganhando cada vez mais visibilidade dentro das relações de gênero e também no trabalho na agricultura, isso reflete na sua autonomia financeira e empoderamento em seus contextos sociais.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BATLIWALA, 1994, p. 130).

O empoderamento das mulheres visa garantir condições para que as mesmas passem a questionar, problematizar sua condição e se organizar almejando à erradicação das imposições do patriarcado vigente que sempre colocam estes sujeitos num lugar de submissão, principalmente em contextos rurais. Por outro lado, nas últimas décadas estão acontecendo várias transformações com uma participação cada vez maior das mulheres em tomadas de decisões e espaços de poder que antes eram ocupados apenas para homens.

O rural não é apenas um espaço produtivo, mas um espaço de vida, portador de identidade própria e capaz de gerar inovações e novas oportunidades de desenvolvimento. Neste sentido, as mulheres agricultoras não mais se restringem apenas ao papel de “donas de casa”, eles também são consumidores, trabalhadores e cidadãs, ou seja, possuem múltiplas identidades.

A agricultura familiar, com todos os seus limites, constitui-se no meio de subsistência predominante da população rural, contribuindo para permanência da

mulher no campo, evitando o êxodo rural com resistência às condições adversas da aridez do clima, da escassez de água, da insuficiência de renda, da baixa escolaridade e da falta de infraestrutura física e social básica (PORTUGAL, 2003).

Assim, este artigo tem como objetivo analisar o processo de autonomia e empoderamento de mulheres rurais através da comercialização de produtos da agricultura familiar e da economia solidária. É uma abordagem qualitativa e bibliográfica e pondera inicialmente sobre a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade das mulheres agricultoras, aborda o sistema de cooperação, comercialização e economia solidária no Brasil, analisa a agricultura familiar como instrumento de autonomia e empoderamento para mulheres rurais.

A divisão sexual do trabalho e seus impactos na invisibilidade da mulher na agricultura familiar

As opressões sociais de gênero, sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, inclusive no ambiente do trabalho, impactando na divisão social e sexual dentro da sociedade. A categoria trabalho foi muito debatida em meados do século XIX pelas correntes marxistas. Abordagens sobre o tema são marcantes em obras de clássicos como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. No Brasil, esta categoria também entrou como foco nos debates dos estudos feministas que reivindicam a valorização do trabalho da mulher.

Quanto ao trabalho na agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho vem impactando de forma negativa dentro do processo de produção no campo. Melo (2003) destaca que a desvalorização do trabalho da mulher são reflexos da divisão sexual do trabalho. Na agricultura apenas o trabalho do homem era valorizado, as mulheres sempre eram vistas como responsáveis apenas pelo cuidado da casa e dos filhos, mesmo ajudando no plantio, na colheita, sendo responsável pelos quintais produtivos e cuidado dos animais.

Estudos focam na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e Brumer (2004) reflete que as mulheres estão inseridas em um local de subalternidade na produção agrícola, seus afazeres são abordados como ajuda, mesmo quando as mesmas exerçam as mesmas funções dos homens dentro da agricultura familiar. Melo (2003, p. 199) destaca que:

A partir da divisão sexual de trabalhos na agricultura familiar, o homem é o responsável “natural” pelos negócios relacionados à atividade agrícola como, por

exemplo, o cultivo da roça, a venda da produção, o acesso ao crédito rural e a participação em programas relacionados ao setor. A mulher, por outro lado, é a principal encarregada dos afazeres domésticos. Além destes, ela também participa dos trabalhos da terra, mas apenas na condição de ajudante do marido, pois as responsabilidades pelas atividades domésticas não permitem maior participação no dia a dia da roça. Pela responsabilidade assumida pelo homem na agricultura familiar, ele quem está à frente das decisões a ela relacionada. Ele é autoridade maior na família. Sua condição de chefia dessa unidade, a partir da concepção de provedor, mantém-se mesmo estando temporariamente ausente do domicílio, e a mulher, assumindo a responsabilidade da família.

Assim, o trabalho feminino na agricultura familiar contribui para a renda da família através da comercialização de produtos, mas suas atividades ainda são vistas por muitos como ações complementares ao trabalho. A ausência de reconhecimento e as relações de dominação, subalternização da mulher no campo contribuiu para a continuidade da desvalorização do trabalho feminino dentro do setor produtivo da agricultura.

A invisibilidade que esteve presente no trabalho feminino dentro da agricultura fortaleceu as diferenças de gênero e a reprodução das desigualdades por muitos anos. Além da desvalorização da sua capacidade produtiva, perdurou a discriminação das mulheres rurais como chefes de família quando não possuem companheiros, mesmo sendo responsável pelo seu sustento e de seus filhos através da agricultura familiar.

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado (DI SABBATO, 2009, p. 18).

Os ranços do patriarcado no espaço rural que perduram desde a colonização no Brasil, e negam que a mulher ocupe o espaço de produtora agrícola, pois, a educação familiar no campo é marcada por estereótipos e por uma cultura centrada no preparo da mulher para casar, cuidar da casa, ter filhos e ajudar na agricultura sem nenhuma remuneração.

A cultura hegemônica fortalece uma ideologia onde o homem é visto sempre como chefe da família, detentor das técnicas de produção agricultura familiar e a mulher sempre submissa. A discriminação do trabalho feminino no espaço rural privou

a mulher de ser autônoma, capaz de liderar o lar e trabalhar na agricultura familiar capaz de lutar pelos seus direitos durante anos.

Entretanto, a mulher agricultora não pode ser considerada inferior ao homem no manejo agrícola. Uma ação importante na luta pela visibilidade da mulher no campo foi a Marcha das Margaridas que marcou a reivindicação de direitos, o empoderamento e da autonomia das mulheres através do trabalho na agricultura. Margarida Maria Alves foi fundadora deste movimento, foi uma militante, sindicalista e suas reivindicações estavam centradas em garantir os direitos sociais, rompendo com os impactos da divisão sexual do trabalho nas ações das mulheres no meio rural.

A Marcha das Margaridas cresce a cada ano, ganhou visibilidade a partir do ano de 2000, e tem se destacado como um grande evento nacional com a presença de mulheres agricultoras de todo país, comprovando que as mesmas vêm garantindo seu espaço no contexto social e político, transformando as relações de trabalho na agricultura dentro da contemporaneidade.

Os agricultores familiares contemporâneos aprecem assim como sujeitos ativos dos processos de transformação pelos quais têm passado a agricultura e os espaços sociais agrários. Eles vão alterando sua própria existência anterior, visando adaptar-se aos novos padrões produtivos. [...] Percebe-se que esse tipo de unidade produtiva, conjuga na sua constituição os elementos terra- trabalho-família, visando assegurar sua existência enquanto unidade econômica independente e construindo estratégias adaptativas ao mercado, que devem ser percebidas como respostas no âmbito da organização do trabalho e da capacidade de produção da unidade familiar, frente às determinações externas do desenvolvimento capitalista, de maneira a assegurar sua reprodução social (WEISHEIMER, 2009, p. 76).

Segundo Melo (2003) o núcleo familiar da agricultura na contemporaneidade tem passando transformações no que diz respeito às relações de gênero. A autora destaca que as políticas públicas que foram criadas a partir de 2002, os movimentos sociais e feministas, através de suas lutas, tem impactado de forma positiva para reconhecer o trabalho da mulher na agricultura familiar e também no seu ambiente doméstico.

Brumer (2004) ressalta que a divisão do trabalho entre homens e mulheres rurais mesmo apresentando alguns avanços ainda se reproduzem na agricultura modernizada da contemporaneidade. Ainda temos um grande índice de mulheres no campo sem autonomia, isso comprova que precisamos questionar e continuar problematizando a tradicional condição feminina neste espaço. É importante continuar resistindo,

rompendo com estereótipos que legitimam a dominação masculina dentro da agricultura familiar.

Nos últimos anos foram abertas ainda outras possibilidades de participação das mulheres rurais em espaços públicos, por exigência das próprias mulheres em participarem mais ativamente da vida para “fora da porteira” da propriedade, o que, como vimos, também é fruto da reivindicação das próprias mulheres organizadas (SILIPRANDI, 2015, p. 134).

Mas, é notório que as mulheres agricultoras estão conquistando espaços antes negados, as políticas públicas governamentais direcionadas para a inclusão desses sujeitos socialmente são essenciais nesses processos. O patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a desvalorização das mulheres dentro da agricultura familiar aos poucos perdem espaço para uma mulher empoderada, autônoma e engajada politicamente, entretanto, esses avanços só foram possíveis graças as inúmeras lutas contra a discriminação da mulher e a organização das mesmas na reivindicação de seus direitos.

Agricultura familiar: cooperação, reciprocidade, comercialização e economia solidária no Brasil

Antes de abordar a agricultura familiar e a economia solidária é preciso compreender as relações de produção capitalista, à distribuição e o consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência. Precisamos compreender como os indivíduos assumem suas posições sociais, em meio às forças produtivas que são baseadas na exploração e alienação do trabalhador. Ao contrário do trabalho capitalista, a produção da agricultura é uma ação coletiva do núcleo familiar que direciona para a cooperação e a reciprocidade no espaço do trabalho.

O capitalismo resultou em um processo de reestruturação produtiva que refletiu no aumento do desemprego e na demissão em massa das classes trabalhadoras, principalmente na década de 1990. O trabalho produtivo capitalista é precarizado, entendido como mercadoria, não valoriza os direitos sociais, o lucro é o principal objetivo das relações de trabalho.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas potência. 280 Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um

artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle (MARX, 2014, p. 297).

O cooperativismo e a economia solidária no meio rural passaram se fortaleceram no Brasil como uma estratégia de sobrevivência em meio ao aumento da exclusão social provocada pelo desenvolvimento capitalista contemporâneo. Nas últimas décadas, percebemos o fortalecimento da sociedade civil na luta contra o desemprego estrutural, assim ganha visibilidade as experiências de economia solidária e associações cooperativistas no país.

À promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a implantação do neoliberalismo no Brasil agravou o processo de estagnação social, acelerou o aumento do desemprego e de postos de trabalho precários, esses fatores também impactaram no espaço rural brasileiro. Houve o aumento das atividades de cooperação rural, criação de associações, fortalecimento da sociedade civil e no desenvolvendo da economia solidária como uma alternativa contra a exploração capitalista.

As associações de produtores é o modelo de organização local dos agricultores que mais se desenvolveu durante os últimos trinta anos. A maioria das associações nasceu do conjunto de três fatores: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, tais como igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos com o apoio de financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários, subsídios ou créditos públicos (SABOURIN, 2009, p. 88).

Correa e Magri (2012) definem a economia solidária como uma forma inovada de produzir, vender, comprar e trocar produtos, refletindo no desenvolvimento social e autonomia financeira de famílias rurais que sempre foram excluídas da sociedade. Essa economia se fortalece por meio de grupos sociais através do cooperativismo, tendo como base redes de produção e comercialização solidária.

A exploração da força de trabalho capitalista exige profissionais escolarizados e técnicos, entretanto, a população subalterna brasileira não teve o acesso a educação até recentemente e isso também contribuiu para a sua exclusão do mercado de trabalho, assim as famílias rurais e do campo precisou buscar estratégias de sobrevivência em meio as novas exigências do capitalismo, assim surge a economia solidária.

Essas formas de cooperação dos agricultores remetem na luta e resistência contra a exclusão capitalista da atualidade e ganhou até meados de 2018 o apoio governamental através das políticas públicas e assistência técnica rural. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) surgem a partir das associações e cooperativas, são definidos por Gaiger (1999) como ações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, são regidos por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

O trabalho feminino na agricultura vem ganhando visibilidade, respeito e conquistando cada vez mais espaços. As mulheres agricultoras são maioria nas feiras regionais e comercializam seus produtos inclusive através de programas governamentais. Contudo, as diversas formas de produção e comercialização presentes na agricultura familiar têm impactado principalmente na vida destes sujeitos, garantindo sua autonomia financeira e empoderamento no campo.

A agricultura familiar, autonomia e empoderamento para as mulheres no campo

Ao tratar do empoderamento da mulher, Saffioti (2004) destaca que este processo acontece por meio do rompimento com o cotidiano, assim, é necessário que estes sujeitos reivindiquem e acessem seus direitos, lutando pela sua autonomia. Lisboa (2008) destaca que o empoderamento da mulher acontece quando as mesmas são capazes de transformar suas crenças e comportamentos resistindo contra as diversas formas de opressão e submissão, inclusive no ambiente da agricultura familiar.

O movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência (LISBOA, 2008, p. 5).

As militâncias pela autonomia das mulheres agricultoras direcionam o fortalecimento de uma nova identidade feminina no espaço rural focada nos direitos sociais. No Nordeste brasileiro, há algumas ações de incentivo para a organização das mulheres em cooperativas solidárias para produzir e comercializar produtos da agricultura familiar, através da economia solidária.

A economia solidária possui um caráter comunitário e muitos de seus participantes passam ou passaram por situação de desemprego. A economia solidária se moldou como uma forma de luta contra as condições precárias de vida, consequências do modelo de produção capitalista, que tem como pilar reforçar as desigualdades e viabilizar a distribuição de renda de modo desigual. Deste modo, surgiram novos personagens que lutavam e lutam por uma integração social pelo viés do trabalho e se organizam em torno de seus direitos de cidadãos (PEIXOTO, 2013 p. 54).

A união de mulheres rurais em cooperativas é um avanço importante luta pelo reconhecimento do trabalho das mesmas na agricultura familiar e uma ferramenta importante para seu empoderamento. As cooperativas de produção e comercialização estão contribuindo para superar a invisibilidade destas mulheres, principalmente, no semiárido da Bahia, porém, essas ações solidárias ainda precisam de muitos incentivos. Através dos movimentos de mulheres no campo acontece a implantação de novas institucionalidades e políticas públicas que resultam no fortalecimento dos direitos sociais destes sujeitos.

No Brasil, foi através da mobilização das mulheres por sua valorização e reconhecimento como trabalhadoras rurais, intensificada na década de 1980, que elas conquistaram direitos previdenciários. [...] A atuação do Estado na agricultura familiar resultou na criação de novas medidas para assegurar os direitos das mulheres ao crédito, como o PRONAF Mulher (introduzido no Plano Safra 2003-2004) na forma de adicional de 50% aos recursos absorvidos pelos agricultores familiares dentro do programa (BRASIL, 2006, p. 234-238).

Segundo o MDA (2010), a partir de 2003 foram implantadas no país várias políticas públicas para mulheres no espaço rural do Brasil:

- Programa Nacional de Documentação Rural que tem como objetivo assegurar as mulheres agricultoras o acesso à documentação civil básica e de 2004 a 2014 teve 6.503 multidões executados;

- Programa de Gestão e Participação Territorial que visa desenvolver ações para o fortalecimento da participação social das mulheres nas reivindicações de políticas públicas, com a constituição de 77 comitês de mulheres articulados com os territórios de cidadania;

- Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais com o objetivo de fortalecer as ações dos grupos produtivos de mulheres, tendo como principais diretrizes a promoção da igualdade de gênero, o fortalecimento da economia feminista solidária, o desenvolvimento de sistemas de produções sustentáveis e de segurança

familiar para os núcleos familiares. Este programa tem como ações práticas o acesso a crédito e a facilidade de comercialização das produtoras da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

- Assistência Técnica Rural – ATER, que oferece as mulheres rurais assessoria e serviços de estratégias agrícolas para a produção agrícola. De acordo com o MDA (2010) as mulheres representam 55% do público beneficiário dos serviços de ATER no Brasil;

- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que foi criado em 2003 para fortalecer e garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar, estabelecendo regras diferenciadas para a sua participação na comercialização de produtos da agricultura familiar;

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher que tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar, esse crédito, as trabalhadoras rurais têm mais oportunidades para desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas. Sendo mais de 400 mil contratos de acesso a créditos por mulheres agricultoras entre 2003 a 2013.

Entretanto, não podemos negar que estas políticas foram estagnadas a partir de 2018 com a implantação de um novo modelo de governo no Brasil. Assim, os movimentos de mulheres e a sociedade civil precisam pensar em estratégias para a continuidade do processo de autonomia e empoderamento das mulheres agricultoras, principalmente nos dias atuais que os direitos sociais correm sérios riscos. Com isso, o fortalecimento das lutas e as resistências contra as discriminações de gênero e as diversas formas de opressão das mulheres agricultoras demandam urgência.

Considerações finais

Diante do exposto pode se concluir que as mulheres agricultoras mesmo entrelaçadas pelo sistema patriarcal e capitalista vêm conseguindo a passos lentos, mas positivos, obter um lugar de destaque através da implantação de políticas de apoio à agricultura e também com o crescimento da economia solidária. Isto significa afirmar que, muitas mulheres estão saindo da inércia que se encontravam para avançar e transpor a invisibilidade que sempre existiu no contexto da divisão social do trabalho agrícola familiar.

Vale salientar que a condição de gênero é um fator crucial quando se trata de ponderar a questão do trabalho na agricultura, visto que por muito tempo havia uma

segregação dos afazeres. Foi durante o apogeu das políticas públicas de apoio a agricultura familiar e a economia solidária que as mulheres começaram a encontrar uma posição de “destaque”, pois o que antes era apenas uma ajuda ao marido foi se transformando em uma fonte de renda.

O contexto da dominação e da submissão foi cedendo espaço para o empoderamento e a constante busca por reconhecimento de um status que vai além do papel de dona de casa, mas que se configura em um exemplo de força, garra e desejo de encontrar a cada dia um lugar de valor e respeito dentro da sociedade atual.

As mulheres agricultoras com os progressos obtidos no ramo da agricultura familiar, desde 2002, tem buscado incansavelmente trabalhar pelo seu reconhecimento e autonomia, principalmente financeira, graças aos serviços ofertados através das políticas públicas muitas delas conseguiram se organizar em grupos produtivos de mulheres, e alavancar suas produções, seja via cooperativas ou mesmo por meio das políticas públicas. O fato é que a luta ainda não acabou, vem continuando, e mesmo com tantos desmontes vividos no cenário brasileiro atual, as mulheres do campo vem seguindo em frente na procura incessante pelo seu espaço de oportunidades, e sem dúvida tem sido a agricultura familiar o aporte principal encontrado para o desenvolvimento sustentável e solidário destas mulheres.

Referências

- BATLIWALA, S. O significado do empoderamento das mulheres: novos conceitos da ação. In: SEM, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L. C. (Eds.). **Políticas demográficas reconsideradas: saúde, capacitação e direitos**. Boston: Prática da Universidade de Harvard, 1994. p. 127-138.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no MERCOSUL**. Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil. Brasília, 2006.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília, 2010.
- BRUMER, Anita. As Agricultoras do Sul do Brasil. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.
- DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.
- GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos Cedope**, São Leopoldo, n. 15, 1999.
- LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: **Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder**, Santa Catarina, 2008.
- MAGRI, Cledir A.; CORREA, Ciro Eduardo. **Cooperativismo de crédito familiar e solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza**. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira - PE. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PEIXOTO, Litiane Moreira da Silva de Albuquerque. **A economia solidária como possibilidade de emancipação da mulher**: um retrato de experiência pedagógica em uma organização não governamental. Brasília: UNB, 2013.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero uma Categoria Útil de Análise Histórica. **American Historical Review**, Porto Alegre, v. 91, n. 5, 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Práticas educativas em educação ambiental e popular – mulher e agroecologia: territórios e culturas ancestrais

Paula Simone Busko*

Patrícia Montanari Giraldi**

Educação ambiental e popular: contextos educativos

Esta comunicação tem o objetivo de explicitar a realização de projetos voltados à educação ambiental e popular em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP). Como parte de uma pesquisa de doutoramento em educação científica e tecnológica¹ o ponto de partida tem como base a inserção de práticas pedagógicas voltados para a sustentabilidade do meio e defesa de territórios, muitas delas trabalhadas por meio de cursos, rodas de conversas e oficinas pedagógicas para mulheres agricultoras rurais. Outro ponto de destaque é o trabalho pedagógico voltado para a valorização do meio ambiente, integrado a um trabalho de valorização e perpetuação de ancestralidades.

Tais práticas pedagógicas visam uma metodologia decolonial, que explicitará os procedimentos da análise de dados mais adiante, que corroboram para o aprendizado de determinados temas e análises que configuram os sentidos decoloniais que apontam para os estudos anticoloniais num contexto latinoamericano. Nesse sentido, corrobora-se a busca pelo reflexivo e por sentidos que possam ser (re)produzidos, onde a fala das minorias, mesmo que fragmentadas, não descartam um posicionamento social e político, ou seja, determinados discursos e sujeitos se tornam referências e representações do meio onde vivem, configurando aspectos sociais e demandas

* Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica (Universidade Federal de Santa Catarina-PPGECT); Participação em Grupos de Pesquisa da UFSC: DICITE (Discursos da Ciência e Tecnologia) e Literaciências (Literatura, Decolonialidade e Ensino de Ciências).

E-mail: paulabusko@gmail.com

** Doutora e Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Tecnologia (UFSC-PPGECT). Coordenadora do Grupo Literaciências (Grupo de Pesquisa em literatura e ciências, decolonialidade e ensino de ciências).

E-mail: patriciamgiraldi@gmail.com

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

políticas próprias de sua gente. Neste contexto social e realizado por redes de apoio presentes no Vale do Ribeira, os modelos de educação propostos por projetos apresentam propostas das mais variadas para a educação popular nos meios rurais e de novas políticas públicas neste setor, acabam por despontar uma tendência conceitual e relacional da mulher trabalhadora rural e de sua relação com a agroecologia.

Esta interconexão agroecologia, mulher e decolonialidade, que nesta pesquisa traz uma perspectiva crítica evidenciada pelas narrativas das mulheres agricultoras rurais, visibiliza a importância do papel da mulher trabalhadora rural nos estudos agroecológicos, apontando um feminismo atuante, que interliga a agricultura familiar feita *por e para* as mulheres, destacando as lutas por seus direitos enquanto trabalhadoras da terra e pela preservação de suas ancestralidades.

O que se sabe é que, no campo, na produção de hortaliças e frutos as mulheres centralizam suas produções: é a terra e o meio a que elas têm acesso e é o espaço, seu território, onde conseguem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo. Daí que as mulheres agricultoras são profundas conhecedoras da seleção de sementes, domesticação de espécies, experimentos de combinação entre plantas que asseguram a qualidade da dieta familiar, a estabilidade do ecossistema e da biodiversidade (PERES, 2017).

A educação ambiental e popular no Vale é decolonial porque questionam as estruturas estabelecidas, inclusive a geopolítica do saber e a constituição das identidades que a diferença colonial impõe. Algumas pedagogias ao serem trabalhadas nestes espaços pelas lideranças locais e redes de apoio e integração questionam e analisam criticamente os campos de poder, saber e ser das populações. São pedagogias que acabam por evidenciar o trabalho de muitos líderes quilombolas e indígenas que se comprometem com a defesa dos territórios e com questões ecológicas que unem o pensamento em torno do homem integrado à natureza e vice-versa.

Mulher e Agroecologia: territórios e cultura ancestral

As mulheres do Vale do Ribeira são ribeirinhas, caiçaras, quilombolas e indígenas. Seus povos originários são imigrantes portugueses, espanhóis e negros, no primeiro ciclo de imigração (final do século XVI) que foram atrás da exploração mineral e se instalaram ao sul do estado de São Paulo, mais próximos da divisa com o estado do Paraná. Há também os japoneses, que imigraram após a década de 1940, na região de Iguape. Atualmente, ali se encontram os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e caiçaras

que vivem de acordo com a agricultura de subsistência e da venda de suas colheitas para as cooperativas que vendem seus produtos.

Um dos aspectos do trabalho pedagógico desenvolvido para as mulheres agricultoras quilombolas no Vale é que ele seja constituído por mulheres que compartilham de experiências agroecológicas em seus modos de produção e comercialização de produtos da terra. Somando-se a esses elementos, elas também representam a luta concreta nos territórios: as feiras locais, as relações solidárias, os circuitos próximos de comercialização e os encontros de educação popular agroecologia são importantes para entender a relação mulher-agricultura e não aceitar os projetos de economia verde que as mulheres consideram uma ilusão para as comunidades.

Em um contexto mais amplo, os princípios da agroecologia se baseiam em três pilares: ser socialmente justa – com a participação de todos que queiram produzir em seu território; economicamente equitativa – tem-se a ideia de um sistema “coletivo” de produção agrícola, num espaço determinado e, finalmente, que seja ambientalmente responsável – respeitando o meio ambiente. Desse modo, as relações sociais estão imbricadas nos processos agroecológicos. Além disso, há um coletivo que possui uma ética e que deve ser respeitada, assim como a busca do conhecimento do manejo e dos sistemas econômicos que estão interligados em dado espaço. Portanto, as decisões devem ser tomadas coletivamente.

Outro dado importante é que o “campo da luta” se dá em um território específico, portanto, não é homogêneo. No campo, por exemplo, cada produção obedece a um tempo de preparo até a colheita. Por ter base em uma agricultura tradicional, que segue os ensinamentos dos povos originários daqueles espaços, o tempo entre uma etapa e outra pode ser mais ou menos demorada.

O artigo indica que a agroecologia é mais do que criar ou inovar um sistema de produção agrícola. Para que ela possa existir parte-se do feminino que compõe o termo mulher-natureza-território. E um exemplo dessa perspectiva é acompanhar a luta de mulheres do Vale do Ribeira em seus últimos anos. Elas passaram a dizer não ao que chamam de ilusão da economia verde trazida por empresas exploratórias como a Monsanto ou a Bayer e suas “técnicas agroecológicas”. Interessante neste aspecto das lutas camponesas e no movimento do feminismo agroecológico e a palavra “território” significam “espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p. 59). Mesmo que o Estado emane seus poderes, o uso do “território” é direito de quem os compõem e, por isso, a decisão sobre os territórios deveria estar sob a tutela de suas populações locais e/ou os movimentos que o utilizam. Outro dado é que território pode ser qualquer

espaço onde as decisões são proferidas, como a cozinha, por exemplo. Considerável é como Raffestin (1993) trabalha o termo “geografia política” em que os espaços físicos devem ser percebidos também como espaços políticos e de poder. Tudo o que está neste espaço: instituições, populações, produções, casa etc., que pertencem ao território determinam a razão de ser das coisas. Por isso agroecologia é perceber-se parte daquele espaço, não somente geográfico, mas o “território” que pertence a certo grupo de pessoas, que trabalham e produzem certas coisas e que convivem com certas instituições.

Permeando as agriculturas alternativas e a participação das mulheres nestes espaços, Caporal (2009) afirma que agroecologia não é simplesmente um movimento social ou um tipo de agricultura alternativa. De forma holística, ela nutre um modo de cultivar a terra de modo coletivo em que a existência de um meio ambiente é fundamental para a sobrevivência dos povos (numa coevolução homem-natureza). Ou seja, a

[...] agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009, p. 17).

Há muitas pesquisas relacionadas à condição do homem do campo. Mas, mesmo aquelas que apontam para uma historicidade do meio rural e à educação popular, não destacam a situação da mulher na agricultura familiar. Por isso, são necessárias outras referências a respeito da trabalhadora rural que participa de movimentos sociais pela educação popular no campo e na formação de uma ética comunitária, o que está sendo evidenciado nesta comunicação.

Muitas instituições da sociedade civil desenvolvem novas metodologias de trabalho em meios rurais o que, de fato, podem contribuir com uma nova forma de olhar ou de visibilizar o protagonismo de sujeitos esquecidos ou marginalizados pelo sistema capitalista que, naquele espaço geográfico, ainda comanda muito os dizeres e os fazeres de muitas populações. De qualquer modo, levando em conta que decolonizar não é somente partir para uma ação, mas, antes de tudo, mudar as raízes de um pensamento colonizador (o que está na memória), seja pelo discurso ou pela ação comunitária, parte-se sempre em busca de uma metodologia aplicável e que seja decolonial. Esta metodologia parte do princípio em que as pedagogias decoloniais poderão ser aplicadas, como a metodologia freireana, por exemplo, em que a análise de dados se pauta por

observação e inserção nestes meios comunitários, acompanhando a evolução da aprendizagem. Outro ponto de destaque das pedagogias decoloniais está disposto em cartilhas e no fazer popular, como as rodas de conversa, as palestras com as redes de apoio no Vale e os encontros de formação comunitária. Tais possibilidades viabilizam a coleta de dados – imagens, material didático (livros, cartilhas), audiovisuais, observação e anotação das narrativas presentes nestes espaços – possibilitando análises posteriores, de modo a qualificar o que foi exposto.

A escolha por trabalhar a experiência de mulheres em seus territórios é também promover um espaço de luta e de conscientização caminha em consonância ao pensamento de Walsh (2012, p. 23) porque não nega o vínculo da descolonização com a humanização dos saberes. Para a autora, se um movimento é consequência de outro, é neste jogo híbrido – em que a educação ambiental popular é trabalhada – que se (re)constrói o “modo outro” (idem) implicado na decolonialidade.

Ao afirmar os valores das minorias a fala de Freire (2005, p. 173) está presente: “numa sociedade dependente” e “na dominação de uma classe sobre a outra”, o caminho para a formação de uma percepção crítica da realidade recai numa nova postura, de reconstrução e reformulação que parte em busca de se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis. Por isso, essa comunicação destaca a importância da agroecologia a partir do feminino. Questionando-o como uma nova ciência ou como um método, tem o intuito de trazer ao palco dos debates sua práxis, fruto da reflexão e ação humana.

Walsh (2012) considera que não se pode simplesmente negar o projeto da modernidade/colonialidade, porque seria nos colocarmos do outro lado da fronteira, estabelecendo um novo “paradigma colonial”. Ou seja, é também construir algo novo de outra forma, mesmo que por resistências e lutas. Nesse sentido, um dos desafios da decolonialidade é o comprometimento de pensar o conhecimento a partir de uma crítica ao colonialismo do ponto de vista individual e coletivo e propor formas para que se faça uma nova ciência. Nesse contexto, considerando-se uma metodologia decolonial para a projeção e a realização destes aprendizados nos coletivos de grupos de mulheres –, salienta-se a importância de esclarecer o que ela significa em termos conceituais e práticos.

Traçar esta metodologia significa *mover-se* junto ao grupo de interação, é *participar* não apontar, é *reconhecer-se* nos sujeitos e não julgá-los, é um processo dialógico e não monológico, é saber que mesmo sendo um processo decolonizante, é político: “Todo processo decolonizante é político e ideológico” (OCAÑA et al., 2018, p. 182).

Diante dessas considerações, a metodologia decolonial pedagógica nos espaços educativos apresentados consiste em criticar a colonialidade imposta por uma educação formal em que tentativas de se impor ao outro, de apontar, de disputar de forma antiética, enfim, não respeitar o outro devem ser debatidas. Para ser decolonial é necessário ser: “democrático, procurar ser justo, compartilhar e solidarizar-se” (OCAÑA et al., 2018, p. 183).

A troca de conhecimentos entre aquelas populações é essencial. Daí que a metodologia decolonial aplicada em projetos de educação, antes de tudo, deve se pautar pelo lugar de fala e pelo contexto dos sujeitos em questão. E os sujeitos e os territórios são diferentes, portanto, a metodologia é diferente quando aplicada em cada contexto, em cada época e em cada espaço social e geográfico.

Práticas educativas: a natureza e a valorização da vida

Em muitos espaços não formais de educação, o conhecimento local tem sido à base de todas as formas de expressar a vida e o conhecimento ancestral porque, geralmente, estão vinculados a necessidades e contextos em que vivem. Nota-se que as mulheres, pequenas agricultoras do Vale, ao repassarem seus conhecimentos às novas gerações, pelos saberes da memória, valorizam sua ancestralidade e os modos de trabalho dos povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Estes elementos ajudam a mulher a sobreviver em um território que é habitado pela cultura ancestral e pelo trabalho. Em muitos casos, o território se torna palco de uma luta pela terra, o que define a história de uma busca pela alteridade.

Por outra parte, deve-se considerar que a vida das mulheres no Vale do Ribeira não pode ser considerada como uma vida “igual” a das mulheres camponesas de outros lugares, de outros estados, de outros países do continente, ou de um contexto “total” latinoamericano. A realidade latinoamericana é muito diversa e marcada por um processo histórico diferenciado em certo tempo e em certo território. O que se sabe é que a história, sem dúvida, é o palco de ações que visam uma mudança social que parte de ações locais. Desse modo, partindo dos próprios interesses das classes populares ali compostas, o trabalho de educação popular emprega múltiplas formas de atingir seus objetivos, seja de conscientização ou de emancipação política. A educação nestes casos não é somente para trazer conhecimento a um determinado grupo social, mas é um trabalho conjunto, onde todos buscam através da experiência o conhecimento comum, o direito de participação e de decisão diante da situação, inclusive histórica, em que se encontram.

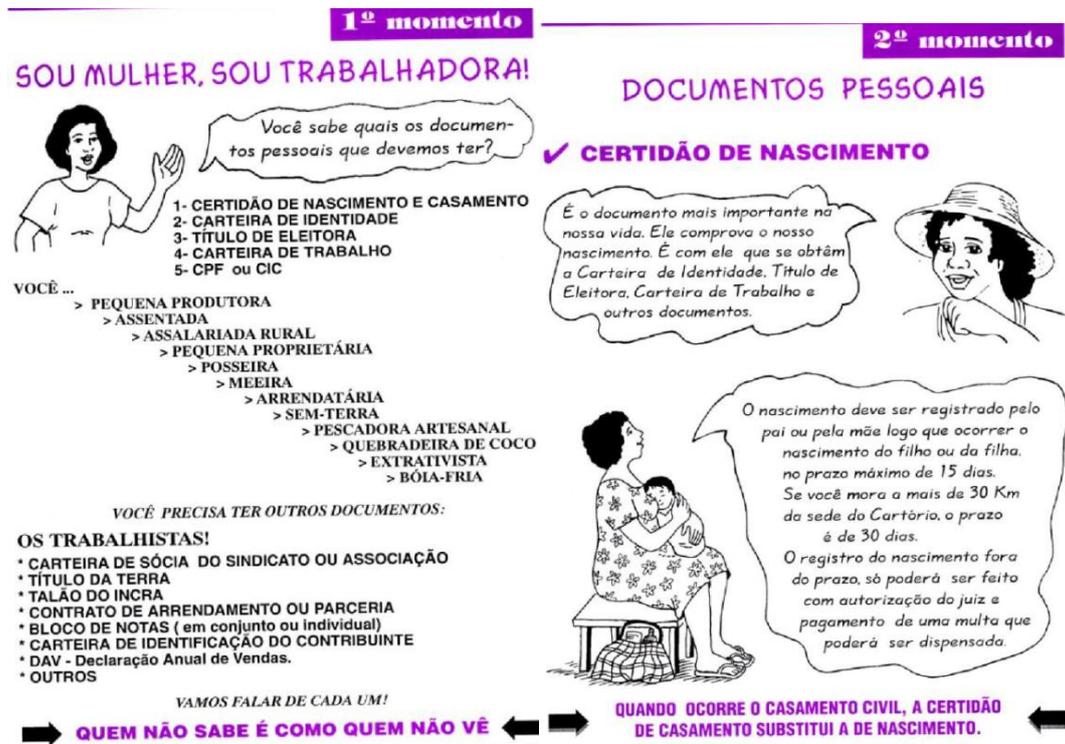


Figura 1 - Cartilha para as mulheres trabalhadoras rurais

Fonte: ANMTR - Brasil (2018).

Vários são os materiais informativos, como a cartilha da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), conforme ilustrações abaixo, utilizadas nos Encontros de Mulheres e de Formação (Figura 1).

O material é importante por considerar a forma de formação profissional rural e a promoção social. Orientando a implantação através de procedimentos ordenados pelo processo de ensino-aprendizagem, tem importante papel na interação da mulher em seu meio. Utilizando uma linguagem simples e ilustrada, sem dúvida é um reforço da aprendizagem.

Assim, se dá a construção de um *sujeito coletivo* (SADER, 1988) que atue localmente vencendo as barreiras impostas pelos processos culturais e históricos durante séculos. Somente através da participação e da conscientização nos grupos é que se vencem as dificuldades, impondo suas vozes.

De acordo com o percebido pelas participantes nestes encontros, desde o início de sua organização, as mulheres engajadas começaram a mudar seu pensar sobre o acesso ou a falta de direitos ao trabalho, saúde, educação, etc. Não tardou para que a

necessidade de mudança fosse entendida como um ato de libertação e emancipação delas próprias. No debater suas experiências se conscientizaram que poderiam ir além de suas casas e comunidades (Figura 2).

3º momento

DOCUMENTOS PROFISSIONAIS

**DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A PROFISSÃO
E O TEMPO DE ATIVIDADE RURAL**

✓ **CARTEIRA DE SÓCIA DO SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO:**
(Identidade de trabalhadora junto a sua organização)



O Sindicato e a Associação são organizações das trabalhadoras e trabalhadores da roça e da cidade, e busca fazer valer nossos direitos, exercendo a nossa condição de cidadãs e cidadãos. Sendo sócia você fortalece sua organização, tem direito de participar das decisões e fazer com que nas lutas do Sindicato e da Associação estejam presentes propostas que defendam os interesses das mulheres.

**QUANDO ALGUÉM LHE PERGUNTAR,
DECLARE SUA PROFISSÃO:
TRABALHADORA RURAL,
LAVRADORA ou AGRICULTORA.**

Figura 2 - Cartilha para as mulheres trabalhadoras rurais.

Fonte: ANMTR - Brasil (2018).

Outra percepção importante é que coletivamente aprenderiam sobre seus direitos e se fortaleceriam em uma região ainda marcada pela exploração de trabalho na terra (Figura 3).



Figura 3 - Cartilha utilizada nos grupos de formação e estudos quilombolas – Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

Fonte: ANMTR - Brasil (2018).

A Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Aditepp) localizada em Curitiba/PR possui material que foi utilizado nos Encontros e trabalha com relações de gênero. Todo o material foi idealizado com o apoio de pesquisadoras do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero (UNICAMP) e trabalha exclusivamente com educação popular. As mulheres desta região, participantes destes processos educativos, precisam se sentir mais úteis, profissionais da agricultura, sem sentirem vergonha de serem chamadas “mulheres da roça”. Constituindo-se como trabalhadoras rurais, conquistando respeito social e até o direito digno de uma aposentadoria, poderiam até participar ativamente dos encontros sindicais. Essa ideia de “mulher da roça” que remete a uma ideia de “desleixo” precisava ser combatida, e assim as religiosas juntamente com as entidades assistenciais passaram a valorizar os ensinamentos que empregavam.

Projetos de educação ambiental propostos em várias comunidades e ao alcance das mulheres que ali vivem têm uma função pautada em um debate pós-colonial e imbricada à pedagogia de Freire (2005) porque ajuda a perceber quão permeados estão os discursos opressores, muitas vezes naturalizados, fincados na história e na cultura daquelas populações. Discursos impostos por tanto tempo que se tornam universais – com metodologias aceitáveis e categorias teóricas adequadas – na medida em que vão minimizando novos temas de pesquisa e novas propostas de ensino com o intuito de manter a lógica política da universalização do conhecimento.

Na sede da Equipe de Articulação das Comunidades Negras (EAACONE) existem muitos materiais impressos e cartilhas que são utilizados nos encontros. Em sua grande maioria os materiais se referem ao trato com hortas e animais domésticos, cuidados com o solo e a água, produção de viveiros, cuidados com o estoque das sementes para as plantações, uso de agrotóxicos, além de material que explica como negociar suas

plantações e dos direitos do produtor rural². Além dos materiais didáticos analisados como livros, cartilhas e impressos utilizados nos Encontros de Formação, há também documentos, relatórios dos encontros, fotografias e vídeos do acervo pertencente ao EAACONE e MOAB. Todo o material está relacionado à preservação ambiental, luta de camponeses³ e gênero. No acervo encontram-se muitas cartilhas e panfletos enviados por Sindicatos Rurais, de partidos políticos e que estão relacionados a agroecologia, a educação em ciências, além de material da Frente Nacional dos Trabalhadores que tratam de movimentos populares, de educação popular, da teologia da libertação (DUSSEL, 1995) e da igualdade nas relações etno-raciais.

Todos os *Encontros de Formação*, geralmente realizados mensalmente, são enriquecidos com palestras, danças, comidas típicas, apresentações culturais (teatro, dança ou poesia), missa campal e ritos afros, manifestações e minicursos para as mulheres que fazem abordagem sobre: agroecologia, direitos civis e reforma agrária. Quanto às práticas educativas mais voltadas para a educação do campo, tem-se o cultivo de hortaliças e de alimentos orgânicos, o cuidado com animais domésticos, com o solo, o trato com crianças recém-nascidas e cuidados com a saúde.

Outro exemplo está em um encontro realizado na comunidade do Rio Verde, região da Juréia, na cidade de Iguape (Vale do Ribeira/SP), que abrigou a Escola de Formação Feminismo e Agroecologia (SOF) entre os dias 10 e 13 de julho de 2019. O encontro contou com moradoras das comunidades Rio Verde e do Grajaúna, onde foram discutidos modelos de resistência para as famílias que vivem ali por gerações. O curso realizado tratou de evidenciar os caminhos de uma autogestão dos grupos que ali vivem e onde as mulheres lideram a luta em seus territórios. Pensar como os coletivos devem ser agrupados e trabalhados para superar as barreiras que encontram na construção e consolidação de ideias de resistência e solidariedade.

Para Pollak (1992) reconstituir a memória coletiva destas mulheres através da história oral é entender como a memória é em verdade um fenômeno construído coletivamente, embora submetido a flutuações e mudanças. Sem dúvida, manifesta-se a preocupação na preservação da historicidade daqueles grupos de mulheres e das

² Impresso: Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Passo Fundo, 1997.

³ Impresso: FATOS DA TERRA. Quilombos: Onde a história do povo se casa com a história da terra. São Paulo: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva (Itesp), ano III, v. 8, mar/abr. 2002. Disponível em:

<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/FatosTerra8.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

instituições envolvidas nas práticas educativas que produz uma linguagem a serem analisadas.

Há uma relação estreita entre a agroecologia e a agricultura realizada pelas mulheres. Tradicionalmente, são as mulheres que selecionam, guardam e trocam as sementes. Os quintais e locais de plantio combinam horta, pomar, criação de pequenos animais, plantas comestíveis, medicinais e decorativas. Aqui, encontra-se um espaço privilegiado de experimentação que conta com uma enorme diversidade da fauna e da flora local. Rico cenário não é mesmo? Porém, em uma das oficinas educativas proposto pelo grupo de trabalho Mulheres da Articulação Nacional em Agroecologia em uma de suas formações educativas trouxe a preocupação da não valorização da vida e do trabalho rural pelas mulheres do Vale. Ao apresentarem um *mapa* da biodiversidade local, em que as agricultoras poderiam descrever sobre ele sua casa, seus vizinhos, suas plantações e tudo aquilo que consideravam importantes para suas vidas elas recuaram.

Na oficina promovida pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF, 2018) a ideia do mapa era para que elas pudessem valorizar seus territórios rurais e o trabalho ali realizado, se reconhecerem no meio ambiente local, além de aprimorarem seus olhares sobre seus espaços de atuação social. O Mapa contribuiu para valorizar o local e o trabalho ali realizado, além de aprimorar o olhar das mulheres sobre os espaços e sua atuação. Em um primeiro momento os desenhos eram mais restritos. Conforme iam sendo incentivadas a expressar toda a biodiversidade, as mulheres iam acrescentando plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais, flores, animais silvestres, entre outros elementos. O Mapa era retomado numa segunda atividade com a pergunta: onde estão as mulheres e os homens na propriedade? Quantos homens e quantas mulheres trabalham em cada um dos espaços desenhados? O objetivo é o de situar como acontece a divisão sexual do trabalho.

Faz-se urgente rever tudo que nos últimos 200 anos foram descartados como objeto de estudo: vazios e lacunas que, em verdade, expressavam obras humanas (e humanos) relegadas à desumanização. Por isso, temos um bom exemplo da condição de sujeitos do conhecimento relegados a não existência. Trata-se de um desafio epistemológico – ético e político – que se completa pela nossa capacidade de interagir com mundos que tiveram negados a existência de muitos povos ancestrais.

Em um artigo intitulado *O Território Ameaçado: Vale do Ribeira/SP* de Sheila Saori (2018) aborda-se o perfil das comunidades locais ao longo do tempo e de novos movimentos que surgem como forma de resistências às políticas governamentais que insistem em desapropriar à região, favorecendo às mineradoras e aos grandes latifundiários. Durante a oficina realizada na escola observou-se que muitas

quilombolas se sentiram invadidas e silenciadas por órgãos do governo a que vinham medir suas terras, sem a devida permissão. Em alguns casos, vinham estudar o solo e os remanescentes de água com o discurso que estavam “ajudando” o desenvolvimento da região, como a Embrapa. Nessa desconfiança as mulheres perceberam que a autonomia de seu território não poderia ser invadida e criaram suas resistências locais:

As relações de preservação da natureza que as comunidades tradicionais estabelecem são influenciadas por aspectos espirituais e culturais que simbolizam a existência e continuidade das pessoas naquele local. Isso está numa grande figueira que simboliza os mortos ou na passagem na mata, ao lado do rio, onde são feitas as romarias, e por assim vai. A biodiversidade, para estes povos, é considerada para além dos recursos genéticos e de espécies de plantas: inclui a interação de saberes e relações entre os diferentes modos de vidas com a natureza, que acabam respondendo aos problemas com soluções coletivas e locais (SAORI, 2018, p. 6).

Para Saori, a luta de mulheres no combate à exploração da natureza e de seus territórios se faz no coletivo.

Educação ambiental e movimentos sociais: redes de apoio no Vale

Ao participarem da formação proposta pelas redes de apoio as mulheres começaram a perceber e a se integrar às redes de resistência e de cooperação onde atuam diversas instituições da sociedade civil e organizações não governamentais. Desse modo, obtiveram um aprendizado e conseguiram criar uma alternativa de produção de alimentos limpos e sustentáveis. Possibilita-se uma nova forma de consumo e de interação com a natureza.

Dentre alguns apoiadores participantes destas redes: a Pastoral da Terra em parceria com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Pastorinhas (Federação Paulina-SP), a Cáritas Brasileira, o Instituto Socioambiental (ISA), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro/SC), o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), a Sempreviva Organização Feminista (SOF), a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e o Sindicato dos Trabalhadores na agricultura familiar do Vale do Ribeira (Sintravale).

Dentre várias atividades, o trabalho das redes consiste em organizar os Encontros de Formação, o Encontro de Mulheres, seminários a respeito da

agroecologia, de meio ambiente, rodas de conversa sobre direitos das trabalhadoras rurais e de formação cidadã, feiras e eventos culturais onde se destacam danças e comidas típicas da região. Realizam laboratórios de práticas com hortas e construção de viveiros, cuidados com a água e o solo diretamente nas terras de pequenos agricultores. A Pastoral da Terra, por exemplo, promove reuniões e rodas de conversa onde se discute a defesa dos povos ribeirinhos diante dos grandes latifúndios. O MST promove ações educativas de cuidados com o solo e com as plantações. A ANMTR e o Sintravale a criação de viveiros, mini-estufas e o cuidado com a preservação de sementes, além de orientações para as Feiras da Roça. Todas estas atividades serão detalhadas no decorrer da pesquisa.

Na área de comunicação, a rede utiliza as redes sociais: facebook, sites, blogs em que visibilizam as ações educativas, os eventos e as políticas em torno das questões de gênero num sentido agroecológico. Há produções textuais utilizados nas ações educativas: cartilhas, cadernos, informes, relatórios, além de vídeos sobre estas propostas e sobre a região.

Conceitualmente, a palavra *rede* no dicionário de português é definida, entre outros aspectos, por metáfora: “conjunto de pessoas, órgãos ou organizações que trabalham em conexão, com um objetivo comum”. Mas o que é uma rede? E decolonial? Castells (1999) aponta que o movimento ambientalista provocou grande impacto nos valores culturais e instituições da sociedade contemporânea (no último quarto do século XX). O autor argumenta que:

as ações coletivas, políticas e discursos sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração (CASTELLS, 1999, p. 143).

Atuando sob os princípios de uma *pedagogia decolonial*, conforme Walsh (2012), tais redes ao atuarem dentro da própria cultura dos grupos envolvidos, “com ela e por meio dela”, trazem novas possibilidades de compreender a importância do trabalho em conjunto e de vincular os saberes coletivos, das memórias daquelas populações e da ciência agroecológica a um projeto maior transformador daquelas gentes, em especial com o grupo feminino. De acordo com Freire:

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...]. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e

foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar (FREIRE, 1996, p. 9).

De fato, redes sociais são redes *de práticas* sociais. Elas também possuem uma linguagem e uma forma de comunicar, além de um comportamento e objetivos bem definidos de trabalho. Por meio de uma educação popular em agroecologia, as redes que promovem práticas de uma pedagogia decolonial se constituem por um fazer diferente diante das adversidades. Ao contribuírem com o desenvolvimento social e promoção humana de populações em meios rurais, muitas vezes pautados pela resistência a um sistema capitalista que os consome, promovem um papel fundamental de romper com certos modelos dominantes de produção e consumo no campo. O trabalho dos educadores populares no Vale do Ribeira procura desafiar as estruturas sociais e epistêmicas da colonialidade do poder ali estabelecidas. Ao desafiar as estruturas patriarcais, corrobora-se com Walsh (2012, s/p.) que:

[...] permite considerar a construção de novos marcos epistemológicos que pluralizam, problematizam e desafiam a noção de um pensamento e conhecimento totalitário, único e universal desde uma postura política e ética, que sempre mantém como presente as relações de poder às que têm sido sometidos estes conhecimentos.

A educação popular no Vale é decolonial porque questiona as estruturas estabelecidas, inclusive a geopolítica do saber e a constituição das identidades que a diferença colonial impõe. Algumas pedagogias ao serem trabalhadas nestes locais pelas lideranças locais e redes de apoio e integração questionam e analisam criticamente os campos de poder, saber e ser das populações. São pedagogias que acabam por evidenciar o trabalho de muitos líderes quilombolas e indígenas que se comprometem com a defesa dos territórios e com questões ecológicas que unem o pensamento em torno do homem integrado à natureza e vice-versa.

Os saberes de produção local, quando vindos à tona pelos ensinamentos populares, trazem visibilidade aos sujeitos que, de acordo com as memórias dos coletivos, corroboram para a dialogicidade entre todos os atores sociais envolvidos para um desenvolvimento social local. A necessidade de dar visibilidade aos negros reconhecendo sua alteridade recorre à fala de Fanon (2008, p. 51) ao ressaltar que:

O Homem é movimento em direção ao mundo e ao seu semelhante. Movimento de agressividade que engendra a escravização ou a conquista; movimento de amor, de doação de si, ponto final daquilo que se convencionou chamar de

orientação ética. Qualquer consciência é capaz de manifestar, simultânea ou alternativamente, essas duas componentes.

A criticidade sobre as narrativas de mulheres e sobre os discursos desenvolvidos pelas redes sociais que promovem a educação popular em agroecologia no Vale do Ribeira é vista como “um modo de ação” socialmente e historicamente situado num contexto social. De modo dialético a linguagem ali constituída tem base na formação dos discursos que estão sempre em oposição com o já constituído historicamente.

Num contexto latinoamericano, o fortalecimento de redes que atuam na constituição de movimentos sociais tem apresentado propostas que enaltecem a educação popular em todos os campos do saber. Na construção de um intercâmbio de cooperação social, muitas instituições da sociedade civil desenvolvem novas metodologias de trabalho em meios rurais. Desse modo, acabam por viabilizar o protagonismo de sujeitos esquecidos ou marginalizados pelo sistema capitalista que comanda nosso dizer e nosso fazer.

Junto a estes grupos observar a discussão de caminhos e propostas que enaltecem a educação popular e as práticas freireanas presentes nestes espaços e em todos os campos do saber. As redes de apoio que compõem alguns dos movimentos no Vale despontam um trabalho decolonial de mulheres, de resistência e, ao mesmo tempo, de mudança porque sugerem que decolonizar é um caminhar abrindo as portas para o novo, mas também não esquecendo o passado de suas origens.

O encontro de saberes dos mais variados campos do conhecimento permanece inerente a este processo porque a transformação da realidade da produção alimentar não está somente ligada ao solo, enquanto espaço de plantio, mas é um conjunto sustentável que une mulher e natureza. Por isso a busca pela *exterioridade* do “eu” é parte dessa conquista e há um caminho a seguir sem eliminar etapas ou ocultando a essência desta busca. O que está sendo colocado é complexo e é o ponto de partida para uma *Ética da Libertação*, conforme Dussel (1995).

Há um ponto de partida e um caminho a seguir: consciência, exterioridade, alteridade. A mulher é “o outro” subalterno, explorado pelo latifúndio, pelo comércio local, pelo processo econômico, político e cultural que a inferioriza. No entanto, este ‘outro’ não é uma abstração. Aqui, a mulher, enquanto sujeito que aponta para uma libertação não é abstrata, é real, possui um rosto, não é uma a mais no mundo. Embora ausente da história contada pelos homens, em certo momento se ‘expõe’, olha, e assim nota-se sua presença, enquanto sujeito constituinte de uma história. Ela tem uma história, a sua história. Isso pode perturbar e causar espanto em um sistema fechado

ou em estruturas que determinam a posição do sujeito. Aqui está a Exterioridade, primeiro passo para que a mulher possa atingir a Alteridade. A mulher é parte dessa rede que interage coletivamente e, sem este coletivo, talvez não existissem as redes e talvez não existisse o feminismo agroecológico. A linguagem decolonial é por ela e para ela, enquanto se percebe no mundo, em suas relações sociais, na resistência e em uma ética comunitária.

Para Dussel (1995) a ética comunitária não pode estar integrada à lei do mais forte. A racionalidade da lei do mais forte dominando o mais fraco não poderia existir dentro de uma ética comunitária. Por isso “o único ato realmente ético é a práxis endereçada ao ‘outro’ como ‘outro’, porque é ‘outro’, e não porque preciso dele, porque é meu empregado, porque preciso aliviar minha consciência” (DUSSEL, 1995).

Para Paulo Freire em seu livro *A Pedagogia da Esperança* (1993) a luta política, a transformação social e a superação da “injustiça desumanizante” devem empreender-se em torno de uma ética universal dos seres humanos que é consciência reflexiva que significa estar com outros no mundo e com o mundo. Por isso as mulheres participam e experimentam de sua capacidade de comparar, fazer juízos, escolher e decidir.

Em várias oficinas ou cursos populares voltados para a agroecologia no Vale, ao problematizar aspectos da realidade dos oprimidos, esta educação popular libertadora tem um papel fundamental. Isto permite a essas mulheres agricultoras a debaterem sobre suas realidades e apreender como se dá esse processo de construção da estrutura opressora, que envolve caminhos históricos, políticos e culturais.

Conclusões

Aponta-se que nos projetos de educação ambiental e popular no Vale a fala de Freire (2005) é tão atual porque se argumenta que lutar por direitos não quer dizer que estes povos ancestrais querem se isolar negando qualquer novo conhecimento que a humanidade e a ciência consigam conquistar, como as vacinas, por exemplo. Portanto, descolonizar para as práticas pedagógicas ali existentes e apresentadas não é voltar a um estado de conquista da época do Brasil colônia, pois o pós-colonialismo ou a pós-modernidade já representa um novo lugar de fala, um novo lugar geopolítico do conhecimento.

A contribuição dos materiais pedagógicos utilizados em alguns modelos de educação ambiental e popular apresentados converge naquilo que Freire chama de “devolver a fala ao oprimido”. Ou seja, ressalta a colonialidade como a outra face da

modernidade e desafia o discurso moderno por um pensar sobre os problemas das comunidades, como a falta de oportunidades, acesso e controle do poder público.

Na perspectiva de se formar um “novo discurso”, contra hegemônico, dá-se importância aos discursos produzidos nas “zonas de fronteiras” pelos grupos excluídos e oprimidos, como forma de resistir à “colonização do ser” e que encontra um paralelo na proposta de educação libertadora de Freire (2005). A proposta freireana para a educação é partir de uma realidade que seja próxima e acessível ao educando, evitando a imposição de conteúdos formados a priori, sem nenhuma relação com a realidade vivida pelos educandos e, portanto, de difícil compreensão.

Viabiliza-se a habilidade que as comunidades têm para a formação de redes que interagem entre si e de outros espaços, num campo que se abre para novas perspectivas sobre a importância da agroecologia e da participação política das mulheres nestes espaços de interação, ao buscarem novas técnicas e parcerias, com a possível divulgação dos resultados destes debates para expansão dos conhecimentos adquiridos.

Através das entrevistas realizadas com as mulheres que participaram destes aprendizados e dos relatos que formam a memória destes grupos percebeu-se como estes movimentos de educação popular alteram o cotidiano destas mulheres, como se viam e agora como passam a se reconhecer, como suas rotinas mudaram e, principalmente, como organizam estas lembranças individualmente e coletivamente. Nessa convivência social e “autodecolonial” (em que o pesquisador transforma ao mesmo tempo em que é transformado) junto aos grupos de trabalhos, descobre-se que o respeito e o fazer de modo outro tem um papel fundamental na constituição de direitos. Em muitos espaços de aprendizagem onde ocorre um processo desumanizante que torna as minorias invisíveis, há caminhos e estratégias de resistência, assim subvertendo a negação do “outro” ao possibilitar aos menos favorecidos uma conquista de saberes. No engajamento educativo e, por vezes, político, a defesa de uma concepção dialógica da educação corrobora para que o respeito às mulheres envolvidas neste movimento do feminismo agroecológico possa transformar as sociedades em sociedade mais sustentáveis e igualitárias.

Com os ensinamentos que receberam as atividades no campo e os cuidados com a casa passaram a serem realizadas outras formas, com mais segurança, agilidade e de forma mais cuidadosa, não somente para enfatizar sua condição de gênero, mas sim para que pudessem reconhecer seu papel e sua importância social. A partir do conhecimento local e numa perspectiva decolonial, há a necessidade de investigar os saberes de fronteira e identificar em que medida os saberes que por ali circulam oferecem possibilidades para um “fazer diferente” propondo relações de alteridade.

Conclui-se que o conhecimento para a humanização de saberes traz à tona que estudos decoloniais viabilizam outros modos de pensar e educar valorizando a cultura e o trabalho local, sobretudo na agricultura familiar, mas trazendo à tona seus sofrimentos e resistências. Como forma de atuação mais consciente e responsável de todas as populações envolvidas e de instituições, tais estudos devem ser o palco de discussões de todo o professor e/ou educador envolvido com os rumos da educação ambiental no país.

Referências

- CAPORAL, F. R. (Org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDS/Embrapa, 2009. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2020.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação: Crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.
- FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. México: Siglo XXI, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OCAÑA, A. O., LOPEZ, M. I. A., CONEDO, Z. P. Metodología 'otra' en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante. In: **Revista FAIA**. v. 7, n. 30, p. 172-200, 2018. Disponível em: <<http://editorialabiertafaia.com/pifilojs/index.php/FAIA/article/view/146>>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 10, p. 200, 1992.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.
- SAORI, S. O Território Ameaçado: Vale do Ribeira/SP. **Debates Feministas**. SOF. n. 11, set. 2018. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2018/09/27/o-territorio-ameacado-vale-do-ribeirasp>>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, SOF. n. 11, set. 2018. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2018/09/27/o-territorio-ameacado-vale-do-ribeirasp>>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- WALSH, C. **Interculturalidade crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir e re-vivir**. Coleção Digital. PUC-Rio. 2012. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13582/13582.PDF>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Posfácio

Eduardo Vivian da Cunha*

Em primeiro lugar, quero dizer que me sinto grato à organizadora do livro, Laís Leite, e a todos(as) os(as) envolvidos(as) na sua publicação pela oportunidade de fazer parte da sua construção, seja aqui neste posfácio, ou seja participando como coautor em alguns dos seus capítulos. O tema da agricultura familiar tem me tomado de diversas formas nos últimos anos, tanto pelos estudos que me têm sido permitidos pela vida acadêmica quanto, principalmente, pela proximidade com diversas comunidades que têm a sua prática ligada a agricultura familiar, à agroecologia e à permacultura. Isto tem influenciado meu próprio modo de viver, através das insistências intermitentes em manter minha própria horta e uma agrofloresta junto com amigos(as), bem como da adoção de diversas práticas cotidianas em direção à uma vida mais saudável. Este é um processo que reforça meu próprio interesse acadêmico na temática, que se expressa na realização de ações de pesquisa e extensão; esta última, em especial, desde o início é uma das minhas grandes paixões no meio acadêmico: para mim é neste espaço onde vejo a vida pulsando e o coração da universidade batendo, junto com os(as) estudantes que começam a tomar contato e se apaixonar com uma realidade e com um povo que é, para muitos(as) deles(as), desconhecida. Percebo que isto desperta sentimentos às vezes adormecidos, mas que, de alguma forma, está presente na alma de todos nós, já que “viemos da terra e para ela retornaremos”.

Em função disto, e com o passar do tempo, fica para mim cada vez mais evidente a superioridade, em diversos aspectos, da forma de organização da agricultura familiar e de comunidades indígenas e quilombolas para a construção de uma vida humana mais saudável em muitos sentidos. Não falo aqui a partir de um local romantizado, pois está claro que muitas destas comunidades têm suas próprias contradições, e, além do mais, viver como agricultor/a familiar no contexto moderno é extremamente desafiador sob muitos aspectos, muito em razão das diversas barreiras criadas por este contexto. Falo

* Pós-doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutorado (2012) e mestrado (2008) em Administração pela Universidade Federal da Bahia e graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Professor pela Universidade Federal do Cariri atuando nos cursos de Administração Pública, Administração e nas especializações em Inovação Social em Economia Solidária e em Permacultura e como coordenador do programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários.
E-mail: eduardo.cunha@ufca.edu.br

aqui do ponto de vista das escolhas sobre o modelo de organização da sociedade: das possibilidades da organização de uma vida comunitária nutridora de relações, da constituição de formas de produzir, consumir e descartar mais conectados com a natureza; em suma, da constituição de um espaço para uma vida mais feliz e mais próxima do que se vem entendendo atualmente por Bem Viver.

Acontece que esta é uma forma de viver constantemente ameaçada, como pode-se perceber nos relatos e pesquisas deste livro. Este é o caso das políticas neoliberais que favorecem o agronegócio, em países diversos da América Latina (no caso deste livro, são tratados especificamente casos da Argentina e do Brasil). Estas políticas, sempre predominantes, vorazmente avançam sobre as práticas da agricultura familiar e camponesa e sobre toda a terra “disponível”, visando à expansão das suas práticas (que envolvem a monocultura, o uso de agrotóxico e dos transgênicos) e o lucro delas advindo.

Por outro lado, são apontados os diversos processos de resistência contidos nas práticas desta agricultura familiar, que envolvem a insistência na produção de orgânicos, na criação de canais de comercialização próprios, como as feiras e os chamados circuitos curtos de comercialização, e no uso das sementes crioulas e da riqueza que elas representam. O livro põe em evidência também o resultado de lutas feministas, na emancipação da mulher do campo, cuja voz clama também por ser ouvida.

Assim, mesmo apontando as dificuldades e alguns retrocessos sobre as políticas que envolvem o tema, especialmente nos últimos anos com o retorno de governos conservadores nos países da América Latina, que tendem a dar mais voz e reforçar ainda mais a agenda do agronegócio (e conseqüentemente os malefícios a ela associados), este é um livro em que vejo, sobretudo, a esperança. Esta esperança brota da insistência, a partir de diversos agricultores e agricultoras e seus parceiros, em manter um jeito de viver e de produzir conectado com os valores do respeito à terra, à comunidade e à vida como um todo.

Embora seja verdade o avanço do agronegócio em muitos aspectos, nos últimos anos, também o é o aumento da visibilidade da luta camponesa e dos seus valores. Também, de forma geral, deve ser comemorada a presença, na agenda das políticas públicas, das pautas associadas com a agricultura familiar nas décadas recentes, já que estes elementos são historicamente invisibilizados, ao menos no contexto brasileiro. Esperamos que, mesmo com os retrocessos recentes, especialmente no Brasil, estas pautas possam retornar com mais força em um cenário mais propício que, esperamos, se dê em um futuro breve.

Por fim, aqui, vimos um rico apanhado sobre estudos relacionados à agricultura familiar, suas políticas públicas e os dilemas enfrentados frente ao contexto do Estado Moderno e da cultura e práticas que predominam na nossa sociedade marcada pelo mercado e pelo capitalismo. Mas vimos, sobretudo, um relato sobre esperança e sobre uma gente que insiste em sobreviver e resistir!

Editora CLAE

2021